



“Jovens construtores da cidade” -
FunJOVEM 20-30

João Francisco Gonçalves Dionísio

Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação de Lisboa para
obtenção de grau de mestre em Educação Social e Intervenção
Comunitária

2021



“Jovens construtores da cidade” -
FunJOVEM 20-30

João Francisco Gonçalves Dionísio

Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação de Lisboa para
obtenção de grau de mestre em Educação Social e Intervenção
Comunitária

Orientação: Professora Doutora Maria João Hortas

Coorientação: Mestre Joana Campos

| 2021 |

RESUMO

A emergente preocupação política e social com o afastamento dos jovens dos processos democráticos convencionais e daquelas que são as estruturas tradicionais de participação, tem trazido para o centro da discussão os jovens e a forma como eles se envolvem nos processos de participação e decisão, em termos das políticas locais de juventude.

Sendo a juventude uma categoria social de definição complexa, caracterizada pela sua heterogeneidade e dinamismo, é importante compreender como é que os jovens e a sua participação influenciam a vida das suas comunidades e a definição de políticas públicas através de processos de cidadania. Assim, a elaboração de políticas locais para a juventude, por definição, implica a mobilização dos jovens em todo o processo de construção e implementação das mesmas.

A pesquisa empírica desenvolvida no âmbito desta dissertação tem como objeto de estudo central os jovens do Funchal, as suas conceções, e dos agentes que com eles trabalham acerca de três conceitos: juventude, participação e políticas municipais de juventude. Assim, a presente pesquisa pretende constituir-se como um estudo diagnóstico sobre os jovens do município do Funchal, a sua participação ativa na vida do município e as atuais políticas de juventude, contribuindo como alicerce fundamental para construção de uma estratégia municipal concertada para os jovens que vivem, estudam ou trabalham no município do Funchal – um Plano Municipal de Juventude.

O estudo desenvolvido, de natureza mista, combinou técnicas de recolha empírica qualitativa e quantitativa. Para a recolha de dados foram aplicados 1259 inquéritos por questionários aos jovens do Funchal, 10 questionários às Juntas de Freguesia do Funchal, 12 questionários às Instituições de Ensino Superior, Escolas Secundárias e Profissionais do município, 51 entrevistas às associações juvenis e aos agentes de juventude do município do Funchal.

Os resultados destacam a importância dos processos participativos juvenis na construção da cidade e no desenho de políticas públicas destinadas à juventude.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude, Participação, Cidadania, Políticas de Juventude

ABSTRAT

The emerging political and social concern with the distancing of young people from conventional democratic processes and from the traditional structures of participation, has brought young people and the way they get involved in the processes of participation and decision to the center of the discussion, in terms of local youth policies.

As youth is a social category with a complex definition, characterized by its heterogeneity and dynamism, it is important to understand how young people and their participation influence the life of their communities and the definition of public policies through citizenship processes. Thus, the elaboration of local youth policies, by definition, implies the involvement of young people in the entire process of construction and implementation of these policies.

The empirical research that supports this dissertation has as central object of study the young people of Funchal, their conceptions, and the agents who work with them on three concepts: youth, participation and youth policies. Therefore, the present research intends to constitute itself as a diagnosis and study about the young people of the city of Funchal, their active participation in life in the city and the current municipal youth policies, contributing as a fundamental foundation for the construction of a concerted municipal strategy for young people who live, study or work in the municipality of Funchal – a Municipal Youth Plan.

The developed study, of a mixed nature, combined qualitative and quantitative empirical collection techniques. For data collection, 1259 questionnaire surveys were applied to young people from Funchal, 10 questionnaires surveys to Funchal parish councils, 12 questionnaires surveys to higher education institutions, secondary and professional schools from the municipality, 51 interviews with youth associations and youth workers in the municipality of Funchal.

The results highlight the importance of youth participatory processes in the construction of the city and in the design of public policies aimed at youth.

KEY WORDS: Youth, Participation, Citizenship, Youth Policies

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é o culminar de um ciclo muito importante na minha vida, um ciclo de mudança e viragem, mas ao mesmo tempo o início de uma viagem pelo mundo da causa social e da juventude.

Este é um trabalho que me deu muito gozo realizar, um trabalho que acredito que fará a diferença na cidade que me viu nascer, o Funchal, e um trabalho que me fez de certa forma encontrar o meu lugar, o meu espaço, e descobrir algo que realmente me entusiasma: o trabalho com os jovens. E só por isso já valeu a pena.

E porque acredito que na vida é importante cultivarmos a gratidão, não poderia começar esta dissertação sem agradecer. Agradecer a tantos a quem devo muito, e a quem gostaria de dedicar todo este trabalho.

Agradeço em primeiro lugar às minhas orientadoras, a Prof. Maria João Hortas e a Prof. Joana Campos, por terem aceitado este desafio, pela inspiração e exemplo que foram ao longo dos dois anos curriculares do mestrado, pelas horas despendidas, pela entrega e compromisso para que esta dissertação fosse hoje uma realidade, um verdadeiro trabalho de equipa. Não poderia também esquecer os vários docentes com quem tive oportunidade e privilégio de trabalhar neste Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária e a todos os meus colegas de turma, que fizeram com que a ESELx se tornasse também uma casa.

À Ana Coimbra, à Ana Oliveira e à Teresa Pinho, um agradecimento muito especial, pelas longas horas de partilha, pela confiança em mim e por me fazerem olhar além dos meus horizontes e perceber que é sempre possível recomeçar. À Carolina, pela amizade, apoio constante mesmo à distância, por me fazer ver e sentir que vale sempre a pena quando gostamos realmente de quem somos e do que fazemos.

Ao meu irmão Chico, pelo companheirismo de todas as horas, pelo apoio incondicional e pelas horas de trabalho noite dentro juntos, pela estrada percorrida lado a lado, e a toda a minha família: à mãe Mercês, ao pai Juvenal e à mana Andreia (sem esquecer a princesa Magui), a quem devo muito e tudo, obrigado!

À Ana Luísa, por ser o apoio constante e a companheira de todas as horas e por nunca deixar de acreditar em mim e nesta dissertação, obrigado, esta conquista também

é tua, e a ti devo a certeza que vale a pena sempre arriscar, arriscar por aquilo que nos faz realmente felizes. Uma felicidade realmente partilhada.

Ao meu grande amigo João Pedro Vieira, pelo companheirismo, pela amizade e pela confiança, e pela oportunidade e apoio que me proporcionou para poder fazer uma dissertação e projeto que contribui para a juventude e para o desenvolvimento da cidade que nos viu nascer. Obrigado também pela tua visão política e aposta na juventude enquanto Vereador com o pelouro da Juventude. Não posso deixar de agradecer institucionalmente à Câmara Municipal do Funchal, pela abertura e todo o apoio disponibilizados, a tantos que tornaram possível este trabalho, na pessoa do presidente Miguel, da Marta e do seu incansável trabalho e apoio e da Vereadora Dina Letra.

Por último, a todos os jovens, associações juvenis, demais entidades e agentes de juventude e decisores políticos que pude conhecer e com quem tive também o privilégio de partilhar inquietações, desafios e sonhos, com a consciência que há muito para fazer em prol da juventude do Funchal, e que esta dissertação e o Plano Municipal de Juventude do Funchal representam passos concretos neste trabalho.

E a todos os que, nos últimos 2 anos me inspiraram com o excelente trabalho que é feito no município do Funchal, na Madeira e por todo o nosso país, em prol da causa social, em prol da nossa juventude...MUITO OBRIGADO a todos! Acredito verdadeiramente na nossa juventude e no seu poder transformador!

“Pelo sonho é que vamos / Comovidos e mudos.

Chegamos? Não chegamos?

Haja ou não frutos/ Pelo Sonho é que vamos.

Basta a fé no que temos/

Basta a esperança naquilo/ Que talvez não teremos.

Basta que a alma demos / Com a mesma alegria,

Ao que desconhecemos / E ao que é do dia-a-dia.

Chegamos? Não chegamos?

Partimos. Vamos. Somos.” (Sebastião da Gama)

ÍNDICE GERAL

1. INTRODUÇÃO	1
2. JUVENTUDE(S), PARTICIPAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	10
2.1. Juventude(s), Políticas Públicas de Juventude e Plano Municipal de Juventude.....	11
2.2- Programas, Estratégias e Políticas de Juventude – do mundo para o Funchal.....	24
3. METODOLOGIA	32
3.1- Opções metodológicas.....	33
3.2- Técnicas e instrumentos metodológicos	36
3.2.1 - Técnicas de recolha de informação.....	37
3.2.2. - Técnicas de tratamento e análise da informação	39
3.2.3. – Aspectos metodológicos dos inquéritos por questionário	40
3.2.4 – Aspectos metodológicos das entrevistas	44
3.3- Questões éticas da investigação.....	45
3.4- Caracterização dos participantes no estudo	52
4. A JUVENTUDE DO FUNCHAL- UM DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL.....	63
4.1. Quem são os jovens do Funchal?	64
4.1.1- Do Mundo à Europa	65
4.1.2- A juventude portuguesa	67
4.1.3- Os jovens do Funchal.....	68
4.2. Que Políticas Municipais de Juventude?.....	75
4.2.1. As Políticas Juventude do Funchal	76
4.2.2- Carta da Juventude.....	78
5. A JUVENTUDE DO FUNCHAL- UM DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO	84
5.1- Os recursos e projetos do município para a juventude	85
5.1.1 - Representações dos jovens do Funchal	85
5.1.2 - Representações dos responsáveis/dirigentes das Escolas Secundárias, Profissionais e Instituições de Ensino Superior do Funchal.....	87
5.1.3 -Representações dos presidentes das Juntas de Freguesia do Funchal	88
5.1.4 – Representações das Associações juvenis e Agentes de juventude do Funchal	88
5.2. Os jovens do Funchal - quem são e como participam na vida da cidade	103
5.2.1. Representações dos jovens.....	103

5.2.2. Representações dos responsáveis/dirigentes das Escolas Secundárias, Profissionais e Instituições de Ensino Superior do Funchal.....	107
5.2.3. Representações dos presidentes das Juntas de Freguesia do município.....	109
5.2.4 – Representações das Associações juvenis e Agentes de juventude do Funchal.....	111
5.3. Plano Municipal de Juventude e políticas municipais de juventude	126
5.3.1. Representações dos jovens do Funchal.....	126
5.3.2. Representações dos responsáveis/dirigentes das Escolas Secundárias, Profissionais e Instituições de Ensino Superior do Funchal.....	128
5.3.3. Representações dos presidentes das Juntas de Freguesia do município.....	132
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	155
REFERÊNCIAS	167
ANEXOS	177

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Escada da participação de Hart adaptada (1992).....	35
Figura 2 Entrevistados por tipologia de associação/ agente de juventude.....	45
Figura 3 Residentes inquiridos no Município do Funchal por freguesia.....	53
Figura 4 Município de residência dos inquiridos não residentes no Funchal.....	53
Figura 5 Idade dos inquiridos.....	54
Figura 6 Grau de escolaridade completa dos inquiridos.....	55
Figura 7 Grau de Ensino frequentado pela população inquirida.....	56
Figura 8 Área de estudos frequentada.....	57
Figura 9 Grau de escolaridade completa dos entrevistados.....	60
Figura 10 Situação perante o trabalho dos entrevistados das associações juvenis.....	61
Figura 11 Área de formação/estudos dos entrevistados.....	62
Figura 12 Pirâmide etária do Município do Funchal.....	70
Figura 13 Escada da Participação – representações dos jovens.....	104
Figura 14 Participação dos jovens nos três atos eleitorais do ano de 2019.....	105
Figura 15 Tipologia de associação em que os jovens referem participar.....	106
Figura 16 Participação dos jovens do Funchal – representações dos responsáveis/ dirigentes.....	108
Figura 17 Participação dos jovens do Funchal - representações dos presidentes das Juntas de Freguesia.....	110

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 Objetivos e Questões de investigação/orientadoras.....	6
Tabela 2 Objetivos e técnicas de recolha, tratamento e análise de informação.....	36
Tabela 3 População residente no Funchal por sexo e grupo etário.....	41
Tabela 4 Número de questionários a realizar por sexo e faixa etária.....	41
Tabela 5 Relação entre o total de questionários aplicados e a amostra prevista.....	42
Tabela 6 Idade média dos entrevistados.....	59
Tabela 7 Grau de escolaridade completa dos entrevistados.....	61
Tabela 8 Área das Freguesias da cidade do Funchal em Km ²	69
Tabela 9 População residente na RAM e Funchal por faixas etárias juvenis e sexo.....	71
Tabela 10 Residentes jovens nas Freguesias do Funchal (15-24 anos).....	71
Tabela 11 Potencialidades da cidade: representações das associações e agentes de juventude.....	89
Tabela 12 Programa e Projetos conhecidos: representações das associações e agentes juvenis.....	91
Tabela 13 Opinião sobre Programas e Projetos juvenis: representações das associações juvenis e agentes de juventude.....	93
Tabela 14 Sugestões sobre os programa e projetos juvenis: representações das associações e agentes de juventude.....	95
Tabela 15 Relação jovens, técnicos e decisores: representações das associações e agentes de juventude.....	97
Tabela 16 Sugestões sobre a relação jovens, técnicos e decisores: representações das associações e agentes de juventude.....	100
Tabela 17 Obstáculos à participação jovem – representações dos responsáveis/dirigentes.....	109
Tabela 18 Os jovens do Funchal: representações das associações e agentes de juventude.....	112
Tabela 19 Problemas dos jovens: representações das associações e agentes de juventude.....	114

Tabela 20 Necessidades dos jovens: representações das associações e agentes de juventude.....	117
Tabela 21 Participação dos jovens do Funchal: representações das associações e agentes juvenis.....	119
Tabela 22 Obstáculos à participação jovem: representações das associações e agentes juvenis.....	121
Tabela 23 Sugestões à participação jovem: representações das associações e agentes de juventude.....	123
Tabela 24 Conceito de PMJ: representações dos jovens.....	126
Tabela 25 Objetivos de um PMJ: representações dos responsáveis/dirigentes.....	130
Tabela 26 Aspetos fundamentais na construção de um PMJ: representações dos responsáveis/dirigentes.....	131
Tabela 27 Aspetos fundamentais na construção de um PMJ: representações dos presidentes das Juntas de Freguesia.....	133
Tabela 28 Políticas de juventude: representações das associações e agentes de juventude.....	135
Tabela 29 Áreas prioritárias: representações das associações e agentes de juventude.....	139
Tabela 30 Definição de Plano Municipal de Juventude: representações das associações e agentes de juventude.....	142
Tabela 31 Aspetos essenciais de um PMJ: representações das associações e agentes de juventude.....	144
Tabela 32 Contributos e papéis das associações: representações das associações e agentes de juventude.....	147
Tabela 33 Contributos do PMJ: representações das associações e agentes de juventude.....	149
Tabela 34 Ideias e propostas para o PMJ: representações das associações e agentes de juventude.....	151

ÍNDICE DE ANEXOS

- Anexo A - Tabela A1** Áreas-chave prioritárias para a Juventude
- Anexo A - Tabela A2** Youth Goals – Objetivos para a juventude da Europa
- Anexo A - Tabela A3** Áreas prioritárias para a juventude pela CPLP
- Anexo A - Tabela A4** Metas do Pacto Ibero-Americano de Juventude 2030
- Anexo A - Tabela A5** Prioridades do Plano Nacional de Juventude
- Anexo A - Tabela A6** Áreas de trabalho do Plano de Ação para a Juventude da RAM
- Anexo B** - Guião do Questionário aos jovens do Funchal (versão em português)
- Anexo C** - Guião do Questionário aos jovens do Funchal (versão em inglês)
- Anexo D** – Guião dos Questionários às Juntas de Freguesia do Funchal
- Anexo E** - Guião dos Questionários às Escolas Secundárias, Profissionais e Instituições de Ensino Superior do Funchal
- Anexo F** - Guião das Entrevistas às associações Juvenis e Agentes de Juventude
- Anexo G - Tabela G1** Estratégias/ Planos de juventude analisados
- Anexo G - Tabela G2** Participantes nos questionários aplicados presencialmente
- Anexo G - Tabela G3** Escolas e Instituições inquiridas
- Anexo G - Tabela G4** Juntas de freguesia inquiridas
- Anexo G - Tabela G5** Associações juvenis e agentes de juventude entrevistados
- Anexo G - Tabela G6** Profissões dos jovens inquiridos
- Anexo G - Figura G1** Situação perante o trabalho
- Anexo G - Figura G2** Número de entrevistados por sexo
- Anexo G - Figura G3** Área de formação/estudos dos entrevistados das Associações juvenis
- Anexo G - Figura G4** Área de formação/estudos dos agentes juvenis entrevistados
- Anexo H - Figura H1** Pirâmide etária da União Europeia
- Anexo H - Figura H2** Proporção de jovens e de idosos em Portugal
- Anexo H - Figura H3** Enquadramento geográfico da cidade do Funchal
- Anexo H - Figura H4** Mapa da área do Município do Funchal
- Anexo H - Figura H5** Mapa da divisão territorial/administrativa da cidade do Funchal
- Anexo H - Figura H6** Densidade populacional por municípios

Anexo H - Figura H7 População residente por municípios

Anexo H - Tabela H1 Evolução da população residente no Funchal entre 2008 e 2018

Anexo H - Tabela H2 População residente por freguesia do Funchal

Anexo H - Figura H8 População residente no Funchal por grupo etário

Anexo H - Tabela H3 Evolução da população residente no Funchal por faixas etárias juvenis (2008-2018)

Anexo H - Tabela H4 População residente nas freguesias do Funchal por grupos etários juvenis

Anexo H - Figura H9 Índices de dependência de jovens e idosos nos municípios da RAM

Anexo H - Tabela H5 Alunos matriculados no 3ºCiclo do Ensino Básico 2018/2019

Anexo H - Tabela H6 Alunos matriculados no Ensino Secundário no ano letivo 2018/2019

Anexo H - Figura H10 Evolução da taxa de abandono precoce de educação da RAM

Anexo H - Tabela H7 Nível de escolaridade dos jovens dos 14 aos 30 anos residentes

Anexo H - Figura H11 Distribuição percentual do desemprego por concelhos e faixas etárias em maio 2020

Anexo H - Tabela H8 Jovens desempregados inscritos no IEM em maio 2020

Anexo H - Tabela H9 Programa Municipal de Formação e Ocupação em contexto de trabalho

Anexo H - Tabela H10 Apoio para aquisição de manuais do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico

Anexo H - Tabela H11 Programas e Projetos juvenis da CMF

Anexo I - Programas e Projetos juvenis da CMF

Anexo J - Tabela J1 Entidades parceiras de jovens

Anexo J - Figura J1 Entidades parceiras de jovens

Anexo J -Tabela J2 Entidades parceiras para jovens

Anexo J - Figura J2 Entidades parceiras para jovens

Anexo K -Tabela K1 Infraestruturas e espaços municipais

Anexo K -Figura K1 Distribuição das Infraestruturas e espaços municipais

Anexo K -Tabela K2 Infraestruturas e espaços não municipais

Anexo K -Figura K2 Distribuição das infraestruturas e espaços não municipais

Anexo L - Figura L1 Conhecimento dos projetos da CMF na área da juventude

Anexo L – Figura L2 Programas/projetos juvenis da CMF conhecidos pelos jovens

Anexo L - Tabela L1 Número de programas/projetos juvenis da CMF conhecidos

Anexo L - Figura L3 Razões para o desconhecimento dos programas/projetos juvenis

Anexo L - Figura L4 Grau de satisfação quanto à oferta de atividades da CMF

Anexo L - Tabela L2 Principais potencialidades da cidade do Funchal na área da juventude

Anexo L - Tabela L3 Potencialidades e características da cidade do Funchal

Anexo L - Tabela L4 Programas e Projetos conhecidos

Anexo L -Tabela L5 Opinião sobre o relacionamento entre jovens, técnicos e decisores

Anexo L - Tabela L6 Potencialidades e características de cidade do Funchal

Anexo L - Tabela L7 Opinião sobre os Programas e Projetos juvenis da CMF

Anexo L - Tabela L8 Potencialidades da cidade: representações das associações juvenis e agentes de juventude

Anexo L - Tabela L9 Programa e Projetos conhecidos: representações das associações juvenis e agentes de juventude

Anexo L - Tabela L10 Programa e Projetos juvenis: representações das associações juvenis e agentes de juventude

Anexo L - Tabela L11 Sugestões sobre os programa e projetos juvenis: representações das associações juvenis e agentes de juventude

Anexo L - Tabela L12 Relação jovens, técnicos e decisores: representações das associações e agentes de juventude

Anexo L - Tabela L13 Sugestões sobre a relação jovens, técnicos e decisores: representações das associações e agentes de juventude

Anexo L - Tabela L14 Necessidades identificadas pelos jovens do Funchal

Anexo L - Tabela L15 Problemas identificados pelos jovens do Funchal

Anexo L - Figura L5 Local de voto dos jovens inquiridos

Anexo L - Figura L6 Interesse pela política dos jovens entrevistados

Anexo L - Tabela L16 Número de associações/ organizações/clubes desportivos a que pertencem os jovens

Anexo L - Figura L7 Formas de participação

Anexo L - Tabela L17 Número de funções assumidas pelos jovens nas organizações/ associações

Anexo L - Figura L8 Razões para a não participação em associações, organizações e clubes desportivos

Anexo L - Tabela L18 Caracterização dos jovens do Funchal

Anexo L - Tabela L19 Necessidades dos jovens da cidade

Anexo L - Tabela L20 Problemas dos jovens da cidade

Anexo L - Tabela L21 Caracterização dos jovens face ao seu envolvimento

Anexo L - Tabela L22 Sugestões para promover a participação dos jovens

Anexo L - Tabela L23 Opinião sobre o relacionamento entre jovens, técnicos e decisores

Anexo L - Tabela L24 Necessidades dos jovens da cidade

Anexo L - Tabela L25 Problemas dos jovens da cidade

Anexo L - Tabela L26 Obstáculos à participação

Anexo L - Tabela L27 Sugestões para promover a participação dos jovens

Anexo L - Tabela L28 Os jovens do Funchal: representações das associações e agentes de juventude

Anexo L - Tabela L29 Problemas dos jovens: representações das associações e agentes de juventude

Anexo L - Tabela L30 Necessidades dos jovens: representações das associações juvenis e agentes de juventude

Anexo L - Tabela L31 Grau de participação dos jovens do Funchal: representações das associações e agentes juvenis

Anexo L - Tabela L32 Obstáculos à participação jovem: representações das associações juvenis e agentes de juventude

Anexo L - Tabela L33 Sugestões à participação jovem: representações das associações juvenis e agentes de juventude

Anexo L - Tabela L34 Objetivos para um Plano Municipal de Juventude

Anexo L - Figura L9 Áreas importantes para a vida dos jovens do Funchal

Anexo L - Tabela L35 Principais propostas para o Plano Municipal de Juventude

Anexo L - Tabela L36 Papéis a desempenhar e contribuição para a cidade

Anexo L - Figura L10 Meios de comunicação preferenciais para a receção de informação

Anexo L - Tabela L37 Visão/perceção sobre as Políticas de juventude

Anexo L - Figura L11 Áreas valorizadas pelos jovens: representações das Escolas e instituições de Ensino Superior

Anexo L - Figura L12 Áreas prioritárias: representações das Escolas e instituições de Ensino Superior

Anexo L - Tabela L38 Áreas a contemplar no Plano Municipal de Juventude

Anexo L - Tabela L39 Papel e contributo das escolas/Instituições de Ensino Superior

Anexo L - Tabela L40 Ideias gerais para o PMJ

Anexo L - Tabela L41 Visão/perceção sobre as Políticas de juventude

Anexo L - Figura L13 Áreas valorizadas pelos jovens: representações das Juntas de Freguesia

Anexo L - Figura L14 Áreas prioritárias: representações das Juntas de Freguesia

Anexo L - Tabela L42 Objetivos de um Plano Municipal de Juventude

Anexo L - Tabela L43 Áreas a contemplar no Plano Municipal de Juventude

Anexo L - Tabela L44 Papel e contributo das Juntas de Freguesia

Anexo L - Tabela L45 Ideias gerais para o PMJ

Anexo L - Tabela L46 Políticas de juventude: representações das associações juvenis e agentes de juventude

Anexo L - Figura L15 Áreas valorizadas pelos jovens: representações das associações e agentes de juventude

Anexo L - Figura L16 Áreas valorizadas pelos jovens: representações das associações juvenis

Anexo L - Figura L17 Áreas valorizadas pelos jovens: representações dos agentes de juventude

Anexo L - Tabela L47 Áreas prioritárias: representações das associações juvenis e agentes de juventude

Anexo L - Tabela L48 Definição de Plano Municipal de Juventude: representações das associações e agentes de juventude

Anexo L - Tabela L49 Aspectos essenciais de um PMJ: representações das associações e agentes de juventude

Anexo L - Tabela L50 Contributos e papéis das associações: representações das associações e agentes de juventude

Anexo L - Tabela L51 Contributos do PMJ: representações das associações e agentes de juventude

Anexo L - Tabela L52 Ideias e propostas para o PMJ: representações das associações e agentes de juventude

LISTA DE ABREVIATURAS

ACA	Associações culturais e artísticas
ACP	Associações corporativas/ profissionais
AE	Associações de estudantes
AEsc	Associações escutistas
AIS	Associações de intervenção social
AJ	Associações Juvenis
CEPAM	Conservatório - Escola Profissional das Artes da Madeira
CMF	Câmara Municipal do Funchal
DCMF	Divisões/Departamentos da Câmara Municipal do Funchal
DP	Decisores Políticos
DRD	Direção Regional do Desporto
DREM	Direção Regional de Estatística da Madeira
DRJ	Direção Regional de Juventude
EJ	Entidades para jovens
FNAJ	Federação Nacional das Associações juvenis
IEM	Instituto de emprego da Madeira
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPDJ	Instituto Português do Desporto e da Juventude
JP	Juventudes partidárias
OIT	Organização Internacional do trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PMJ	Plano Municipal de Juventude
RAM	Região Autónoma da Madeira
RRAJ	Registo regional de Associativismo Juvenil
UE	União Europeia

1. INTRODUÇÃO

| ' ' | | ' ' |

Há uma percepção generalizada na sociedade que os jovens demonstram desinteresse pela vida pública e política, que são pouco participativos e não exercem uma cidadania ativa, não se identificando como sendo parte importante e determinante das políticas que lhes dizem diretamente respeito (Crowley & Moxon, 2017).

Uma percepção que pode ser atribuída ao desinteresse intrínseco dos jovens em quererem envolver-se e participar ativamente, percepção essa tantas vezes atribuída pelos adultos, mas também à dificuldade extrínseca das diversas instituições, comunidades e associações em mobilizarem os jovens para a participação nas estruturas formais e tradicionais construídas para esse efeito. Resultado da incompreensão das necessidades, dos desafios e das motivações dos jovens, da dificuldade em adequar a linguagem e os canais de participação a este público, mas também muitas vezes pela dificuldade em delegar e permitir que os jovens possam assumir a liderança, dando-lhes poder e voz para participar e decidir nas questões que lhes dizem diretamente respeito. Neste contexto de não participação tem surgido uma maior preocupação política com o afastamento dos jovens dos processos democráticos convencionais e das estruturas tradicionais de ação política (Ferreira, Lobo, Rowland & Sanches, 2017).

Siurala (2006) refere que nos últimos 40 anos, em termos de participação política dos jovens, tem-se assistido a uma tendência de decréscimo da participação em eleições e à rejeição das instituições formais ao mesmo tempo que se tem se verificado um aumento das novas formas e espaços de participação política. Paralelamente, nas últimas décadas, tem se assistido a um maior reconhecimento do papel dos jovens a nível nacional e global, sendo estes considerados como um pilar do desenvolvimento a nível internacional, devido à sua capacidade de sonhar, criar e inovar (IPDJ, 2020). Esta dissertação tem como foco o estudo do papel participativo dos jovens ao nível local, nomeadamente no município do Funchal, assumindo que é ao nível local que as políticas de juventude têm real efetividade.

Falar no papel dos jovens, é falar em participação jovem - nos meios, no espaço, no direito, no apoio e oportunidades disponibilizados aos jovens (Conselho da Europa, 2003) para se fazerem ouvir e poderem contribuir para uma mudança positiva das suas comunidades, neste caso concreto uma mudança positiva no município. É neste contexto da participação juvenil e das políticas municipais de juventude que surge esta dissertação.

Num mundo fragmentado, individualizado e cada vez mais complexo, os jovens afastaram-se da principal forma de participação (Dupouey, 2018) com a qual as gerações mais velhas estão familiarizadas e pela qual lutaram: o direito ao voto. Esta mudança, no sentido de maior envolvimento de todos nas tomadas de decisão a diferentes escalas (local, regional, nacional e até mesmo mundial), promoveu o desenvolvimento de uma diversidade de formas de participação baseadas nas novas necessidades, competências e motivações dos jovens. Assim, conscientes de que muitos dos jovens não estão “desligados”, mas acabam sim por encontrar diferentes e inovadoras formas de se fazerem ouvir, que por vezes não são tão visíveis para os decisores políticos (Crowley & Moxon, 2017), é nosso objetivo estudar, através de um levantamento de informação empírica e de uma reflexão crítica, estas diversas formas de participação jovem.

Como ponto de partida surge, então, aqui a primeira questão de interesse: Os jovens do Funchal participam ativamente na vida do município? De que forma participam? Estas questões remetem-nos para outras duas questões: Os jovens do Funchal querem participar ativamente na vida da cidade? Será o Funchal uma cidade com políticas adequadas e dirigidas aos seus jovens? Estas questões transformaram-se no ponto de partida para este estudo.

A procura de respostas a estas questões da participação dos jovens e do seu envolvimento no contexto específico do município do Funchal levou-nos à identificação do problema que iria assumir importância central neste estudo: a ausência de um plano municipal de juventude do Funchal orientador das Políticas e Estratégias de Juventude no município. Um estudo recente de Vieira e Ferreira (2018) que auscultou 251 dos 308 municípios existentes em Portugal revelou que dos municípios auscultados, apenas 22 têm um Plano Municipal de Juventude (PMJ), sendo que o Funchal faz parte dos 91,2% dos municípios auscultados que não possui um PMJ. Assim, o Funchal encontra-se entre os municípios que não têm desenhada uma política concertada, integrada e transversal em resposta às necessidades e interesses dos jovens, apenas são implementadas ações pontuais e promovidos programas e projetos para o público juvenil.

Partindo deste problema, e do pressuposto de que qualquer Política de Juventude tem de envolver os jovens, emerge a problemática que orienta esta dissertação: **De que modo um Plano Municipal de juventude, desenhado de forma participada com os**

jovens, pode constituir-se como um instrumento para a promoção sustentada de uma política de juventude no município?

Com vista a recolher contributos para o desenho de uma política de juventude para o Funchal, identificámos desde logo a necessidade de conhecer os jovens do município, saber quantos são, onde estão, quem são, o que fazem. Para tal, desenvolvemos o presente estudo sobre os jovens da cidade, mapeando, também, aquelas que são as atuais políticas municipais de juventude, e que se refletem numa série de projetos, programas, políticas, infraestruturas e recursos existentes, em muitos casos transversais às mais diversas áreas de atuação e intervenção do município.

E, porque consideramos a importância de contar com os jovens, e com aqueles que diariamente trabalham remunerada ou voluntariamente com estes – os agentes de juventude - traçamos o objetivo de fazer um diagnóstico participativo com os jovens da cidade, com vista a realizar um estudo acerca dos jovens do Funchal e a sua participação cívica, contribuindo para o empoderamento e incentivo à sua participação e constituindo uma base para decisões futuras por partes dos diversos agentes, decisores políticos e cidadãos no âmbito das políticas públicas do município do Funchal.

Segundo Guerra (2002), o que está presente na metodologia participativa de projeto é o desenvolvimento da capacidade dos grupos sociais para definirem os seus objetivos e os meios de os concretizarem – face a um futuro desejável, o que acaba por tornar mais transparente para todos os intervenientes os objetivos e o percurso de todo o projeto. Neste contexto específico, pretende-se que os jovens possam desenvolver a sua capacidade de definirem os seus objetivos. Neste caso particular, os objetivos e linhas estratégicas para o seu próprio PMJ. Assim, os jovens do Funchal, como membros do município e da sua comunidade são chamados a expressarem os problemas que os afetam, os recursos com que contam e as potencialidades que existem localmente, gerando, segundo a Fundação Aga Khan Portugal (2017), conhecimento coletivo que constitui uma boa base para elaborar um plano de ação ou projeto local que responda aos desafios que a comunidade enfrenta, conduzindo-a à mudança ambicionada.

Os jovens, ao terem a oportunidade e espaço de expressarem os problemas e necessidades que lhes dizem respeito, ao reconhecerem na sua comunidade, na sua cidade, os recursos e potencialidades que lhes disponibilizam, podem construir uma base para

poderem eles próprios desenhar um PMJ, com estratégias que respondam a esses mesmos desafios e necessidades, otimizando os recursos e potencialidades já existentes, sendo co-construtores das bases da intervenção.

Olhando a realidade quotidiana do município do Funchal emerge a necessidade de definirmos quem é a juventude do Funchal, conhecer o público em estudo. O Funchal, sendo o município capital da Região Autónoma da Madeira, é por si um município que alberga não só os cerca de 18 000 jovens residentes na cidade, mas tantos outros que diariamente dão vida ao município, estudando ou trabalhando e até visitando o mesmo. Uma estratégia para os jovens da cidade do Funchal tem que contar com todos estes e com as suas diferentes representações – os jovens que residem, estudam, trabalham ou visitam a cidade – todos eles têm também “uma palavra a dizer”, e este estudo procurou recolher contributos de todos, sem exceção.

Assim, esta dissertação propõe-se, com conhecimento e contando com o apoio da Câmara Municipal do Funchal (CMF) e do Pelouro da Juventude do município, realizar um estudo acerca da juventude do Funchal e da sua participação na vida da cidade, e constituir-se como um alicerce sólido para a construção do PMJ do Funchal. O estudo pretende traçar as bases para um novo rumo na política de juventude, constituindo-se também como uma oportunidade de desenvolvimento dos próprios jovens e da cidade, através do desenvolvimento e implementação de políticas de juventude inovadoras, globais e transversais, em resposta às necessidades identificadas pelos jovens do Funchal. Permitirá, ainda, calibrar as políticas e programas municipais de juventude, e mapear as boas práticas já existentes no município no âmbito da juventude, gerando recomendações para a construção de uma estratégia com, para e por jovens e com os agentes de juventude da cidade, que permitirá responder às necessidades e oportunidades identificadas pelos próprios jovens. Trata-se, ao mesmo tempo, de uma oportunidade para a identificação dos jovens com o seu PMJ e o conhecimento efetivo das políticas que lhes dizem respeito.

Esta investigação, pretende, tal como refere Nico (2018), dar primazia ao princípio das políticas de juventude baseadas na evidência – as políticas não podem ser apenas baseadas em objetivos morais ou políticos, mas em dados empíricos rigorosos sobre a situação social dos jovens na sociedade e as suas expectativas, atitudes e estilos de vida, reconhecendo a mudança e evolução. Assim, este estudo, de natureza mista, assenta na

premissa que, para decidir, é necessário conhecer a realidade dos jovens e as especificidades do território em que se insere o município.

Um dos grandes desafios é também reconhecer, como refere a ONU (1998) na Declaração de Lisboa sobre Políticas e Programas para a Juventude, que diferentes desafios, necessidades e problemas afetam diferentes grupos de jovens de diferentes maneiras, não afetam os jovens de igual forma e, como tal, não podemos categorizar a juventude como um todo monolítico, sendo possível identificar a existência de grupos diversos e alguns particularmente vulneráveis. Assim sendo, é necessário ajustar as abordagens e soluções às diferentes realidades e contextos dos vários jovens do município.

Assim, partindo da identificação da problemática e do problema base, sistematizámos as questões de investigação orientadoras do nosso estudo, a partir das quais definimos os três objetivos gerais desta dissertação, como se apresenta na tabela 1.

Tabela 1

Objetivos e Questões de investigação/orientadoras

Objetivos	Questões de investigação/orientadoras
1. Identificar e analisar os recursos e projetos do Município do Funchal para a juventude.	- Que recursos e projetos apresenta a cidade do Funchal para os jovens? - Que efeitos pode ter o desenho de um Plano Municipal de Juventude na otimização dos recursos/projetos disponíveis no território ao nível da juventude?
2. Analisar e compreender as percepções dos jovens, agentes municipais e responsáveis políticos sobre os jovens da cidade e a sua participação ativa na cidade.	- De que forma os jovens e os agentes de juventude percecionam a participação dos jovens no município? - Que necessidades percecionam os jovens e os agentes de juventude na área da juventude? - Quais as mais-valias da participação jovem em contextos comunitários e na elaboração das políticas e estratégias para a juventude?
3. Analisar conceções sobre o que é um Plano Municipal de Juventude e o papel dos jovens e dos vários agentes na construção do plano e das políticas municipais de juventude.	- Quais as etapas a privilegiar num PMJ que mobiliza os jovens? - Qual a natureza da participação dos jovens no desenho do PMJ? - Que efeitos pode ter o envolvimento dos jovens no desenho de um Plano Municipal de Juventude na sua identificação com as políticas de juventude do Município?

Estes objetivos, tendo por base um diagnóstico de âmbito participativo, assentam no conceito de representação social, uma vez que através dos mesmos pretendemos

analisar um conjunto de conceitos, proposições e explicações dos participantes no estudo, com origem na sua vida quotidiana e nas comunicações interpessoais (Moscovici, 1981), relativamente à juventude, à sua participação ativa na vida do município e às políticas municipais de juventude, constituindo-se assim uma forma de conhecimento elaborado e partilhado socialmente, com alcance prático e com vista à construção de uma realidade comum (Jodelet, 1989) que nos propomos estudar com esta dissertação.

Surgindo esta dissertação no âmbito do Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária importa aqui enquadrar o nosso estudo neste âmbito e perceber que relação e papel poderá desempenhar a Educação Social e a Intervenção Comunitária, nos processos de participação dos jovens nas Políticas de Juventude.

Assumindo, segundo Ortega (1999), a educação social como uma progressiva e contínua configuração do indivíduo para alcançar o seu desenvolvimento e autonomia pessoal e conseguir a sua participação na sociedade, conseguimos encontrar pontos em comum entre o papel da educação social e o papel das políticas de juventude – a promoção do desenvolvimento dos jovens, da sua autonomia pessoal e da sua emancipação enquanto cidadãos participativos e ativos na sociedade. Estes planos cruzam-se na medida em que as políticas de juventude e de participação jovem, tal como a educação social, baseiam as suas práticas e objetivos na participação ativa e consciente dos indivíduos no seu próprio desenvolvimento e no desenvolvimento da comunidade em que se inserem (Correia et al., 2014).

Torna-se, também, importante olhar a construção de um PMJ como uma ferramenta de intervenção comunitária, ligada a vários projetos e programas *para e com* os jovens, mas acima de tudo como um processo de desenvolvimento comunitário, um processo educativo e formativo no qual a população local implicada – em particular os jovens – aprende a ser responsável participando na resolução dos problemas comuns, conduzindo a ações cooperativas e organizadas num território, cuja especificidade é caracterizada pelo nível de desenvolvimento de todos os seus sectores – económico, político, social, educativo, cultural – e em que cada um desempenha o seu papel (Gómez, Freitas & Callejas, 2007). O desenvolvimento comunitário promove assim a responsabilização dos jovens pela sua ação e desenvolvimento, desempenhando um papel

no desenvolvimento da comunidade em que se inserem, promovendo a sua própria emancipação e a da comunidade.

Assim, o que se pretende é que, uma vez terminado o processo de diagnóstico e construção do PMJ, o desenvolvimento comunitário continue o seu caminho, tornando a comunidade jovem da cidade protagonista do seu próprio desenvolvimento (Marchioni, 2001).

Os municípios têm um papel importante no desenvolvimento comunitário, assumindo em primeira instância a responsabilidade pelas políticas locais, sendo que o papel dos mesmos na criação de instrumentos de política pública de juventude, segundo o IPDJ (2020), é amplamente reconhecido no contexto mundial, nacional e regional. Neste sentido, os municípios enquanto autoridades locais têm a vantagem de estar mais próximos dos cidadãos e neste caso concreto dos jovens, proximidade essa que facilita a criação de diálogo e de parceria com os jovens que vivem nos seus territórios, promovendo políticas mais credíveis e democráticas, relevantes e eficazes, porque são construídas a partir das necessidades dos jovens (Conselho da Europa, 2003). Os municípios assumem um papel na promoção da participação efetiva de jovens, sendo para isso imprescindível que estabeleçam uma série de instrumentos e os coloquem à disposição desta população (FNAJ, 2017).

Estas são orientações que, partindo inicialmente de um âmbito mais local, a cidade, onde os jovens desenvolvem a (sua) participação e cidadania ativa, permitem-nos contribuir para uma verdadeira participação dos jovens na vida da sua cidade, do seu país e da União Europeia, da qual fazem parte.

Para este estudo, parto com uma série de motivações pessoais e profissionais, assentes num percurso pessoal contínuo de há vários anos na área da juventude e no movimento associativo no qual atualmente assumo funções de dirigente. Acresce neste momento, a responsabilidade profissional de coordenar o processo de construção do primeiro Plano Municipal de Juventude do Funchal. Parto igualmente motivado pelo desafio de estudar o público jovem, no qual me insiro, como residente na cidade do Funchal e, também, o incentivo de poder contribuir para o desenho de políticas públicas sustentadas nos interesses e desafios da juventude da minha cidade. Motiva-me ainda a consciência de que ainda há muito por fazer no sentido de garantir à juventude o acesso

aos direitos e a uma participação efetiva na tomada de decisões (IPDJ, 2020), de forma a assegurar o desenvolvimento máximo do potencial de todas as pessoas jovens e de cada um deles, com vista a um desenvolvimento sustentável.

Para dar resposta aos desafios que até aqui se apresentaram, esta dissertação encontra-se organizada em cinco capítulos. No primeiro capítulo – **Juventude(s), Participação e Políticas Públicas**– é feito um enquadramento teórico a partir dos três conceitos-chave– Juventude, Participação e Políticas, evidenciando-se as diversas perspetivas de diferentes autores e as inter-relações entre os conceitos. É ainda feita uma análise documental das principais Políticas/Estratégias de juventude em vigor, da escala internacional à local.

No segundo capítulo – **Metodologia** – apresenta-se a natureza e âmbito deste estudo e a metodologia usada em todo o processo, a justificação das técnicas e instrumentos de recolha e análise de dados utilizados e a caracterização da amostra utilizada nas auscultações realizadas no âmbito desta dissertação.

No terceiro capítulo – **A juventude do Funchal – um diagnóstico organizacional**, é feita uma análise diagnóstica da juventude do Funchal enquadrando-a, numa primeira fase, no contexto internacional, europeu e português da juventude e, posteriormente, fazendo uma caracterização da população jovem com dados atuais sobre os jovens e sobre o território do município. É também construído um diagnóstico, acompanhado de uma descrição do setor da juventude, em termos recursos físicos e humanos, organizações e apoios disponíveis para o setor– a carta de juventude.

No quarto capítulo – **A juventude do Funchal – um Diagnóstico participativo, práticas/conceções**, é feita a apresentação e análise dos resultados, quantitativa e qualitativamente, face à natureza dos dados recolhidos e das diversas técnicas de recolha e análise utilizadas.

O quinto e último capítulo – **Conclusão/Considerações finais** – é dedicado à discussão dos resultados de caracterização dos jovens do Funchal e ao seu envolvimento nas políticas municipais de juventude, e à conclusão deste mesmo estudo com recomendações de natureza ética, metodológica e estrutural para a definição dos objetivos de um Plano Municipal para a Juventude, em resposta às questões orientadoras e objetivos previamente traçados para esta dissertação.

2. JUVENTUDE(S) ,
PARTICIPAÇÃO E POLÍTICAS
PÚBLICAS

| " " | " "

A problemática desta dissertação enquadra-se no âmbito das políticas públicas de juventude e assenta o seu quadro teórico em três conceitos: **juventude**, **participação** e **políticas públicas**. Importa, por isso, definir estes três conceitos, perceber como se articulam e de que modo podem contribuir para uma maior robustez na construção do diagnóstico da juventude do município do Funchal. Para tal, identificámos vários documentos, livros, artigos e outras publicações relevantes que nos permitiram realizar o enquadramento teórico que sustenta o estudo empírico e enquadrar as conclusões produzidas nas várias dimensões em análise.

2.1. Juventude(s), Políticas Públicas de Juventude e Plano Municipal de Juventude

Em primeiro lugar é importante o foco no conceito principal desta dissertação e de todo o processo prévio à construção de um PMJ – a **juventude** – como elemento central deste estudo e do qual emergem os restantes conceitos.

Inicialmente concebida sociologicamente como uma fase transitória e preparatória que precede a emancipação social e económica da idade adulta, ao longo das últimas décadas verificou-se uma mudança no paradigma do olhar para a juventude, enquanto fase da vida, para uma visão da mesma enquanto categoria social.

Segundo Pais (1996) e Campos (2010), a visibilidade social crescente adquirida pela juventude enquanto categoria social está associada às mudanças económicas e sociais ocorridas na última metade do século XX, nomeadamente o aumento dos níveis de escolarização, o prolongamento da esperança média de vida, o ingresso cada vez mais tardio no mercado de trabalho e as alterações ao nível da estrutura familiar, entre outros.

Assim, em termos sociológicos, Pappámikail (2010) afirma que há atualmente consenso na consideração da juventude como uma categoria social de definição complexa, sendo associadas a esta emergente e abrangente categoria social diversas representações normativas e ideológicas, gerando um debate e estudo diversificados. A juventude não pode assim ser separada dos modos como foi e é representada por diversas instâncias, nos diversos momentos e diversos contextos. Porque diferentes juventudes e diferentes maneiras de olhar essas juventudes correspondem necessariamente a diferentes

teorias e ao aparecimento de diferentes correntes, Pais (1990) apresenta-nos duas correntes de abordagem sociológica à juventude: a corrente geracional e a corrente classista, propondo a co-existência de dois eixos semânticos – a unidade e a diversidade.

Se por um lado, a corrente geracional olha a juventude como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma mesma fase da vida, prevalecendo a busca dos aspetos mais uniformes e homogéneos que caracterizaram essa mesma fase da vida, por outro lado, a corrente classista aborda a juventude como um conjunto social necessariamente diversificado, traçando diversos perfis de culturas juvenis, em função das diferentes classes sociais, situações económicas, parcelas de poder, interesses, oportunidades ocupacionais entre outros (Pais, 1990).

Atendendo às possíveis diferentes discontinuidades e ruturas que marcam a transição dos jovens para a vida adulta, enquanto fase de vida, e que o olhar a juventude como uma entidade homogénea pode ter consequências conceptuais nefastas, Pais (1990) refere que torna-se assim necessário passar do campo semântico da juventude que a toma como unidade, para o campo semântico que a toma como diversidade, partindo do pressuposto metodológico de que a juventude não é, com efeito, socialmente homogénea. Na verdade, a juventude aparece socialmente dividida em função dos seus interesses, das suas origens sociais e das suas perspetivas e aspirações.

Estas diversas representações levam a que, tal como refere Campos (2010), se verifique que não temos uma, mas muitas juventudes e que estas se dispersam pelo espaço geográfico e social, confrontam-se com problemas, condições e expectativas distintas e assumem configurações particulares. É, pois, segundo Pais (1990) um desafio que se coloca à sociologia – a desconstrução sociológica da construção social da juventude como uma entidade homogénea.

Podemos assim identificar, a partir de uma base sociológica, o carácter heterogéneo e dinâmico das juventudes, existindo uma grande diversidade de juventudes em diferentes países, e diferentes juventudes dentro do próprio país assumindo diferentes desafios e necessidades, tendo em conta os contextos onde se inserem, pressuposto que é preciso ter em conta quando desenvolvemos qualquer estudo ou intervenção na área da juventude.

A Assembleia Geral da ONU em 1985, fixou uma definição internacional e abrangente de juventude, aquando da comemoração do primeiro Ano Internacional da

Juventude, como o grupo etário das pessoas com idades entre os 15-24 anos, assumindo esta definição um carácter variável e mutável em todo mundo como resposta às diferentes circunstâncias políticas, económicas e socioculturais (Conselho da Europa, 2003), sendo utilizado este intervalo de idades para fins estatísticos das Nações Unidas. Assim, reforçando a inexistência de uma única definição para juventude, genericamente e internacionalmente é utilizada a definição da UNESCO, que assume a juventude como a fase de transição da dependência da infância para a independência da idade adulta (IPDJ, 2020). No entanto a questão da independência é um fator variável e torna por vezes difícil a definição consensual de uma faixa etária única.

Já a CPLP (2017) considera a juventude como processo de emancipação com vista à autonomia e independência, sendo esta constituída por uma pluralidade de juventudes pois os diferentes contextos, já acima referenciados, definem distintamente os desafios e as oportunidades que são colocados a cada jovem. Estes contextos são também interpretados pelos jovens em função da sua própria identidade exposta à multidimensionalidade de fatores.

O Plano Nacional de Juventude (2018) português define juventude como a transição da infância para a vida adulta, com diversas transformações sociais demográficas, económicas, culturais, entre outras. Considera que a juventude não é um grupo social homogéneo, mas sim que engloba raparigas, rapazes e/ou jovens cujas especificidades, situações ou condições são parte da sua identidade e influenciam a efetivação dos seus direitos. Portanto, não há uma definição única de juventude, mas sim o reconhecimento que se trata de uma fase dinâmica e mutável. Assim, os jovens constituem-se como um grupo diverso e heterogéneo, apresentando necessidades diferentes e vivências distintas, de acordo com os seus perfis e condições sociais em termos de sexo, classe social, níveis de escolaridade, entre muitas outras condições objetivas e subjetivas de existência, mas também com os contextos sociais e económicos em que vivem no seu quotidiano, nomeadamente em termos territoriais (Vieira & Ferreira, 2018). Mesmo em termos de grupos etários e idades associadas à juventude, existe ainda uma pluralidade de tetos de idade, quando são considerados os jovens, por exemplo: 30 anos no caso do Cartão Jovem; 24 anos para estatísticas oficiais de (des)emprego de jovens; 35 anos no âmbito do programa de arrendamento Porta 65 Jovem; 40 anos na

definição de jovem agricultor (PNJ, 2018), o que reforça esta variabilidade quanto à definição da variável idade.

Para alargar a discussão acerca da juventude, no quadro da presente dissertação, inscreve-se o enquadramento no âmbito dos conceitos associados, como a participação jovem no âmbito das políticas públicas, concretamente das políticas municipais de juventude, e no âmbito da cidadania, plano em que se concretiza a construção de um PMJ.

A ênfase dada à cidadania é uma marca distintiva das sociedades contemporâneas (Menezes, 2011), estando a sua promoção atualmente no centro das políticas de educação muito em resultado da influência da União Europeia (Nóvoa, 1996), e sendo um dos objetivos centrais das políticas de juventude (Benedicto, 2011). Sendo este um conceito polissémico marcado por diversas tradições ideológicas está longe de estar resolvido ou encerrado. Falar de cidadania é, pois, falar do papel e da posição que os indivíduos têm na sociedade, sendo que é mais do que um mero estatuto formal que se adquire com a idade ou com a integração socio-laboral (Benedicto, 2011), pois permite situar o indivíduo na sociedade, ajudando a descrever e entender estas relações.

Segundo Pais (2005), a cidadania implica o reconhecimento do cidadão como uma identidade individual, com vontade própria e detentor de um poder de decisão, assumindo o exercício da cidadania por parte dos atores como uma componente imprescindível da mesma, dando ênfase à dupla vertente da condição de cidadania: ser um cidadão disfrutando de uma série de direitos e deveres cívicos, e agir como cidadão, completando o potencial estatuto através do exercício da ação (Lister, 2003).

Este entendimento do conceito de cidadania pressupõe assim uma efetiva participação e filiação numa dada comunidade, mas também um reconhecimento comunitário dessa pertença (Pais, 2005), pois a cidadania apela para direitos e deveres de existência, independentes do exercício e da competência do sujeito e apela também para a participação, implicando direcionamento, autonomia e ação, pois sem estes não é possível reivindicar a cidadania.

Esta participação tem evidentes vantagens, como a afirmação de uma vontade própria, mas implica a inevitabilidade de confronto com ideias diferentes. A cidadania pode assim ser encarada, segundo Weller (2007), como um processo onde os cidadãos –

sejam eles crianças, jovens ou adultos - aprendem, desenvolvem e exercem diferentes formas de cidadania em diferentes espaços ao longo das suas vidas.

Lawy e Biesta (2006) defendem a cidadania ativa como uma experiência social que incorpora todas as idades, que promove a reflexão através do *feedback* que nos dá, que é relacional, pois influencia transversalmente diversos fatores e condições e que a sua aprendizagem não se pode limitar ao espaço escolar.

No caso concreto dos jovens, falar de cidadania é então falar do seu papel e da sua posição na sociedade, tendo em conta os seus direitos e deveres, mas também a sua participação ativa. Pais (2005) refere ainda que a cidadania, através destes direitos e desta participação, apenas se cumpre globalmente quando é exercida a nível local, o que em certa medida a torna um movimento de rejeição da *cidade planificada* a favor da *cidade praticada*, sendo possível daqui inferir a influência dos processos de cidadania no que se refere às políticas públicas locais, neste caso concreto as políticas locais/ municipais de juventude.

Assim, é enfatizada dimensão política da cidadania, pois compreende as relações entre os indivíduos e entre os indivíduos e a tomada de decisão no espaço público (Biesta, 2016). A cidadania ativa implica, pois, a promoção de uma formação que garanta o reconhecimento de oportunidades para que os jovens, desde cedo, possam efetivamente influenciar e transformar a sua realidade próxima e quotidiana, assim como o desenvolvimento de uma cultura política que vá além da representatividade institucional e estrutural (Novella et al. , 2014).

Assumindo a participação um papel importante na efetivação dos processos de cidadania e sendo a mesma um direito fundamental da cidadania (Hart, 1992), importa aqui percebermos o que se entende por participação. Segundo o Conselho da Europa (2003), esta assume-se como um processo dinâmico que está relacionado com *ter a oportunidade, os meios, o espaço, o direito e o apoio* para participar, influenciar decisões e envolver-se em ações e atividades de forma a contribuir para a construção de uma sociedade melhor. É a ação e o efeito de participar – tomar parte, intervir, compartilhar, denunciar, ser parte de (FNAJ, 2019). A ONU (2018) considera que a participação é uma dimensão do desenvolvimento humano.

No caso concreto dos jovens, participar significa ter influência e responsabilidade em decisões e ações que afetam as suas próprias vidas ou que simplesmente sejam importantes para eles (Dínamo, 2015). A participação é, por si só, um direito que assiste a todas as pessoas jovens, como é afirmado na Declaração Lisboa+21 (ONU, 2019), onde se destaca o papel das associações de juvenis na efetivação deste mesmo direito.

Para participar, os jovens necessitam de estar informados e disporem de competências, instrumentos e espaços para o fazer, criados e dinamizados em gestão partilhada (FNAJ, 2012). Torna-se assim fundamental motivar e apoiar os jovens para participarem na vida associativa da sua comunidade, promovendo-se níveis mais elevados de democraticidade na comunidade.

Dupouey (2018) refere que para participarem e para poderem aceder a qualquer tipo de participação, têm de ser reunidos vários tipos de recursos, nomeadamente espaços físicos e/ou digitais, materiais, tempo, recursos financeiros, recursos humanos, vontade e apoio político por parte dos decisores políticos e competências e motivação por parte dos jovens. Os decisores políticos e os técnicos devem assim considerar as múltiplas formas de participação através da perspetiva dos recursos necessários para as ativar.

Trata-se de uma questão complexa, a participação dos jovens, pois como diz a FNAJ (2017), o contexto económico e social dos jovens tem um forte impacto na sua forma de participar, na medida em que jovens que experienciam situações de desemprego e de vulnerabilidade social, por exemplo, provavelmente não terão a vontade e os recursos necessários para serem cidadãos ativos na vida local e regional, tal como terão outros jovens que não experienciam este tipo de situações e que podem constituir, à partida, um obstáculo à participação jovem. Contudo, a participação juvenil não é um fim em si mesma (Dínamo, 2015), mas sim um meio para alcançar mudanças positivas nas vidas dos jovens e para construir uma sociedade melhor.

A teoria ecológica dos sistemas de Bronfenbrenner (1987) apresenta como fatores influenciadores da participação dos jovens as características individuais dos jovens (ontossistema – idade e sexo), os agentes e espaços mais próximos da vida dos jovens (microsistema – família, escola e grupos de amigos) e os agentes ou espaços que compõem o ambiente cultural ou ideológico (macrossistema – meios de comunicação).

A Assembleia Geral das Nações Unidas distingue a participação juvenil em quatro áreas distintas: a participação económica, social, cultural e a participação política (Dínamo, 2015). Abrangendo estas diversas áreas e âmbitos distintos, a participação, segundo Hoskins e Mascherini (2009), é um elemento fundamental nas sociedades democráticas, pois permite reduzir a distância entre os cidadãos e as instituições políticas e promover assim a coesão social. Para tal, os processos de participação devem ser transparentes, dinâmicos e baseados numa verdadeira parceria entre os jovens e os adultos (Gozdik-Orwell, 2008).

Neste sentido, a FNAJ (2019) considera também que participação se refere à capacidade dos jovens se envolverem nas decisões políticas de um país ou de uma região. Assim compreendemos como a participação jovem, através de processos de co-criação, co-produção e cogestão, é fundamental na definição das Políticas Públicas.

As Políticas Públicas, segundo Vieira e Ferreira (2018) são respostas dos governos aos problemas sociais e desafios que enfrentam, sobretudo nas sociedades contemporâneas e democráticas, sendo crescentes os problemas, os desafios, e as áreas de intervenção dos governos. A definição do problema e a sua perceção como problema público a resolver, bem como o processo que o permite ou inibe de entrar na agenda política de prioridades a resolver com a intervenção dos poderes públicos são consideradas as primeiras etapas da formulação de uma política pública, sendo que se verifica cada vez mais a legitimação destas políticas em evidências sustentadas no conhecimento científico.

Em termos da participação dos jovens no âmbito das políticas públicas, Ferreira (2017) identifica uma viragem participativa em termos da formulação de políticas, verificando-se uma estimulação na relação e atuação institucional com os jovens, deixando para trás a visão homogénea e passiva da juventude como um conjunto de indivíduos indiferenciados que, partilhando de uma dada faixa etária, são sujeitos à intervenção pública, e reconhecendo-os também como parceiros e como coletivo diversificado e ativo de sujeitos políticos e sujeitos de intervenção pública, não apenas meros destinatários ou beneficiários de políticas públicas.

Esta viragem participativa ocorrida em diversos âmbitos da política pública, abrange aquelas que são as Políticas de Juventude, definidas pela FNAJ (2017) como

sendo as medidas que respondem às necessidades, objetivos e interesses dos jovens de uma comunidade, promovendo uma imediata identificação da juventude para com as mesmas, resultando de uma auscultação direta dos jovens e das suas associações. A FNAJ (2012) define ainda estas políticas como um processo contínuo de interação entre os responsáveis políticos, os jovens e as suas associações, não se podendo reduzir à oferta de atividades para ocupação do tempo livre, mas sim sendo promotoras de condições para o exercício de uma cidadania plena ao alcance de todos os jovens, participando em todos os aspetos da vida social e política.

Por sua vez, o Conselho da Europa (2018) sugere que

a política de juventude deve ter como principal objetivo a criação de condições para a aprendizagem, oportunidade e experiência que assegurem e permitam que os/as jovens desenvolvam o conhecimento, aptidões e competências necessárias para serem atores da democracia e para se integrarem em sociedade

permitindo que os mesmos desempenhem um papel ativo tanto na sociedade civil como no mercado de trabalho.

Segundo Pais (2001), estas políticas de juventude têm assim por objeto uma realidade complexa: não apenas porque as trajetórias e realidades dos jovens são complexas, mas porque elas decorrem em terrenos labirínticos.

No desenho destas políticas, segundo a FNAJ (2019), é fundamental estabelecer um equilíbrio que preserve a iniciativa dos jovens e as determinações dos agentes políticos – as Políticas de Juventude terão de ter sempre os jovens no centro da ação, cabendo aos executantes das mesmas ouvir e responsabilizar os jovens, num processo de partilha e identificação da juventude para com as mesmas. Políticas públicas de juventude sem a participação dos jovens nas suas várias fases – formulação, implementação e avaliação – e sem a articulação com as realidades concretas e diversas em que vivem os jovens, correm o risco de ter um foco adultocêntrico, generalista, estereotipado e desenraizado das realidades sobre as quais procuram agir, com pouca adesão às realidades vividas e experienciadas pelos sujeitos que a elas se sujeitam, podendo, segundo Ferreira (2002), vir a acarretar efeitos perversos e não previstos.

A existência de intervenções políticas dirigidas à juventude, robustas do ponto de vista teórico, mas ineficazes no cumprimento do seu papel, devem-se possivelmente ao

facto de estas serem planeadas desvalorizando o contributo dos jovens e dos contextos reais da sua aplicação - “a terra que elas pisam” (Pais, 2005). Assim, podendo ser políticas equivocadas se não se ancorarem em estudos rigorosos da realidade, este mesmo autor propõe o conceito de “grounded policies”, isto é, políticas de intervenção que tenham sempre por referência os contextos de vida – objetivos, subjetivos e trajetivos – daqueles a quem elas se dirigem – neste nosso estudo os jovens, pois bons prognósticos da ação política devem assentar em bons diagnósticos, tendo por base processos de investigação.

Neste sentido, atendendo aos diversos contextos de vida e à heterogeneidade que define a juventude, as políticas de juventude devem ser baseadas em processos inclusivos que permitam a todos jovens, dentro deste espectro alargado e diverso que é a juventude, experimentar a democracia, por meio de mecanismos de codecisão e cogestão (FNAJ 2017). Esta ideia de inclusão permite uma melhor operacionalização da participação e do envolvimento dos jovens na definição e enquanto destinatários das políticas de juventude.

Do fórum mundial sobre Políticas da Juventude da ONU que teve lugar em 2014, em Baku, no Azerbaijão (IPDJ, 2020), resultou o Compromisso de Baku sobre Políticas de Juventude, onde foi definido um conjunto de princípios orientadores para o desenvolvimento e implementação de políticas de juventude significativas e inclusivas. Assim, segundo este compromisso, considera-se que as políticas de juventude devem ser: Baseadas em direitos - direitos humanos; Inclusivas – igualdade de oportunidades para todos os jovens; Participativas – projetadas, desenvolvidas, implementadas, monitorizadas e avaliadas com a participação e envolvimento significativos dos jovens; Promotoras de igualdade - em resposta às questões de género; Abrangentes - abordagem holística para o desenvolvimento dos jovens; Baseadas no conhecimento e em evidências; Totalmente financiadas; e responsáveis – através de monitorização e avaliação regulares, relacionando a metas e indicadores específicos de desenvolvimento da juventude.

A declaração Lisboa+ 21 (ONU, 2019) acrescenta ainda que estas políticas de juventude devem ser centradas na juventude, apartidárias, dotadas de recursos adequados, transparentes e devem ser lideradas por jovens. Devem ser implementadas de forma multissetorial e multilateral, contando em todas as fases com a participação ativa e a colaboração dos jovens, garantindo que perspectivas e contributos únicos das pessoas jovens são incorporados de forma efetiva (IPDJ, 2020).

O grande objetivo das políticas de juventude é então criar condições de aprendizagem, oportunidades e experiências, que permitam aos jovens desenvolverem conhecimentos, aptidões e competências (Serban & Barber, 2018), de forma que possam desempenhar um papel ativo na sociedade. Lavchyan e Williamson (2019) definiram um conjunto de pressupostos que devem estar previamente definidos para o sucesso da criação, implementação e monitorização das políticas de juventude. Assim consideram ser fundamental:

- Definir claramente o público-alvo e a autoridade governamental responsável por liderar, coordenar e consolidar todo o trabalho;
- Ter um compromisso político e uma equipa de projeto claramente definidos e documentados;
- Definir uma estratégia concreta e transparente, um plano de ação, e mecanismos de monitorização e avaliação para apoiar as aprendizagens e a melhoria contínua;
- Construir políticas de juventude assentes em conhecimento e evidências;
- Olhar a juventude como oportunidade/recurso e não como problema, apoiando os jovens a atingir o seu potencial e contribuir positivamente para a sociedade;
- Ter mecanismos efetivos de participação dos jovens nos processos de decisão, na comunidade e nas organizações de juventude;
- Promover uma abordagem transversal, reunindo os diversos serviços com apoios e programas para jovens;
- Ter um orçamento sustentável, independente e adequado, para garantir capacidade operacional;
- Colaborar a nível local, regional e nacional;
- Promover a consistência das políticas com padrões, recomendações e boas práticas internacionais.

O Fórum Europeu de Juventude (2019) com vista a garantir parâmetros de qualidade das políticas de juventude, definiu os padrões de qualidade, um trabalho desenvolvido para associações juvenis e outras organizações de juventude. São oito os padrões de qualidade definidos para as políticas de juventude, nomeadamente políticas de juventude baseadas em direitos, em factos, participativas, multinível, estratégicas,

transetoriais, que estabeleçam compromisso político e responsabilidade e para as quais sejam disponibilizados recursos.

Considerando que estes padrões de qualidade deverão ser um dos pontos fundamentais tanto no desenvolvimento, quanto na monitorização e avaliação de políticas e estratégias de juventude com impacto no meio político e social, estes pretendem ser ferramentas que contribuam para uma participação jovem informada, de qualidade, eficaz e eficiente.

Os jovens devem ser simultaneamente destinatários das políticas de desenvolvimento e de juventude (CPLP, 2017), mas também considerados agentes incontornáveis, desde o planeamento à implementação e avaliação destas políticas. No processo de construção do Plano Nacional de Juventude, Nico (2018) fala numa lógica de *bottom-up* - nada sobre os jovens deve ser produzido sem a sua participação direta no processo e toda a política de juventude deve ser inerentemente participativa. Reais Políticas de Juventude devem assim envolver os jovens na discussão, definição, execução e avaliação das mesmas, estes devem passar de um papel passivo, de meros usufruidores destas políticas, para cidadãos ativos e participativos (FNAJ, 2019). Os jovens devem assim participar ativamente como parceiros nas políticas de juventude (Lavchyan & Williamson, 2019), aconselhando e decidindo a sua construção, contribuindo para a implementação, monitorização e avaliação do impacto dessas mesmas políticas, e não apenas como beneficiários de serviços.

As associações lideradas por jovens e as entidades que trabalham com jovens, pela proximidade e ação que desenvolvem junto dos mesmos, assumem um papel importante naquelas que são as políticas de juventude, sendo por isso importante incluí-las também em todas as fases da tomada de decisão e implementação das políticas públicas que direta ou indiretamente afetam a vida dos jovens (ONU, 2019). Ao promovermos a integração das diversas partes interessadas na área da juventude, pela sua participação e inclusão, segundo Vieira e Ferreira (2018), estamos a potenciar a construção e implementação de políticas de juventude assentes na participação cívica e na capacitação dos jovens, favorecendo-se assim as dinâmicas de desenvolvimento local. Estas associações são responsáveis também por garantir um contexto amigável para os jovens, que respeite as

liberdades democráticas, onde as pessoas jovens podem expressar-se livremente enquanto cidadãos de pleno direito (ONU, 2019).

Os municípios, como órgãos de governação local e conseqüentemente de proximidade junto dos jovens, assumem um papel fundamental na implementação de verdadeiras políticas de juventude articuladoras de estratégias de emancipação e de luta contra as desigualdades, discriminação e outras formas de exclusão social, considerando sempre as políticas públicas de juventude como um eixo central e transversal da governação local (FNAJ, 2012).

Esta ligação entre a juventude, participação e políticas de juventude, bem como a importância de envolver todos os parceiros na construção de Políticas de Juventude, está espelhada no artigo 70º da Constituição da República Portuguesa dedicado aos Direitos da juventude, dividido em três pontos:

1º - Os jovens gozam de proteção especial para efetivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais, nomeadamente:

- a) No ensino, na formação profissional e na cultura;
- b) No acesso ao primeiro emprego, no trabalho e na segurança social;
- c) No acesso à habitação;
- d) Na educação física e no desporto;
- e) No aproveitamento dos tempos livres.

2º- A política de juventude deverá ter como objetivos prioritários o desenvolvimento da personalidade dos jovens, a criação de condições para a sua efetiva integração na vida ativa, o gosto pela criação livre e o sentido de serviço à comunidade.

3º- O Estado, em colaboração com as famílias, as escolas, as empresas, as organizações de moradores, as associações e fundações de fins culturais e as coletividades de cultura e recreio, fomenta e apoia as organizações juvenis na prossecução daqueles objetivos, bem como o intercâmbio internacional da juventude.

Plano Municipal de Juventude

Esta dissertação, enquadrando-se no processo de diagnóstico participativo dos jovens do Funchal, tem em vista contribuir para a definição de um conjunto de orientações

para desenhar o Plano Municipal de Juventude (PMJ) para a cidade, enquadrado nas políticas de juventude e iniciativas/programas já promovidos pela autarquia. Importa aqui perceber que o PMJ, como instrumento de política de juventude, é um instrumento recente de medidas políticas ancoradas nos conceitos discutidos anteriormente.

A Federação Nacional de Associações Juvenis (FNAJ) foi das entidades pioneiras no país a definir o PMJ na Declaração de Braga sobre políticas autárquicas (2012), definindo-o como resultado de um processo participativo e inclusivo de todos os jovens e das suas organizações, sendo este um reflexo da transversalidade das políticas que afetam e interessam a juventude. Sob a liderança dos responsáveis políticos do município e congregando os diversos atores na área da juventude, este documento define a estratégia e a orientação política de juventude de um município. A FNAJ reforça ainda, no seu Manifesto Autárquico do Movimento Juvenil (2017), que estes planos constituem um instrumento essencial na institucionalização das políticas de juventude tornando-as sustentáveis no tempo, sendo ainda uma oportunidade de promoção da juventude e do respetivo município. O seu desenho deve responder às expectativas, desejos e necessidades de todos os jovens, com base nos princípios da igualdade e não discriminação.

Vieira e Ferreira (2018) referem que o processo de construção de um PMJ deve partir de um diagnóstico multidimensional e que é fundamental contar com a colaboração e participação de todos os intervenientes e parceiros na área da juventude – criando assim uma rede de parceiros. O município deve liderar todo o processo, procurando ir ao encontro dos problemas, expectativas, aspirações, desejos e necessidades de todos os jovens (FNAJ, 2012), delineando e desenvolvendo um plano com ações e medidas concretas.

Apesar de ser reconhecida a importância dos PMJ, como instrumentos de efetivação de Políticas Municipais de Juventude que promovam a integração dos jovens na sociedade como membros ativos, responsáveis e como agentes da mudança, o estudo de Vieira e Ferreira (2018) permitiu verificar que apenas 22 dos municípios portugueses que participaram no seu estudo (8,8%) têm um PMJ implementado, sendo que a maioria dos municípios inquiridos (91,2%) não possui um Plano ou Estratégia Municipal para os jovens.

É possível compreender a importância da juventude e da sua efetiva participação na definição das Políticas de Juventude, sendo importante o assumir destas duas condições: os jovens são simultaneamente os beneficiários e promotores, sendo por isso necessário o seu envolvimento em todo o processo, desde a discussão, definição, execução e avaliação das mesmas. Os jovens passam então a assumir o papel de cidadãos ativos e participativos na sua definição (FNAJ, 2019). É então com base neste enunciado, fundado no cruzamento dos conceitos anteriormente discutidos e mobilizados, que se desenvolveu o diagnóstico da juventude da cidade do Funchal, que pretende servir de base para o desenho do PMJ. Para a elaboração do diagnóstico é assim necessário que se considere um conjunto de orientações políticas, gizadas a diferentes escalas, disso se ocupa a secção seguinte.

2.2- Programas, Estratégias e Políticas de Juventude – do mundo para o Funchal

Partindo do enquadramento teórico em torno dos conceitos que suportam a pesquisa, é importante complementar com uma breve análise das Políticas e Programas que enquadram o PNJ, no âmbito internacional, europeu, nacional e regional de juventude.

A análise documental realizada em torno da identificação das principais linhas programáticas das Políticas e Estratégias definidas para a juventude, a uma escala macro, onde se inserem as Estratégias da ONU e da União Europeia para juventude, e a uma escala micro, do Plano Nacional de Juventude ao Plano de Ação para Juventude da Região Autónoma da Madeira, permitiu compreender quais as linhas estratégicas que estão a ser seguidas pelas diversas entidades que desenvolvem trabalho com e para a juventude.

Fazendo o trajeto, das políticas e estratégias de âmbito mais macro para as políticas e estratégias regionais/locais, surge primeiramente a recente Estratégia das Nações Unidas para a Juventude: “Juventude 2030, trabalhando com e para os jovens” na sequência da criação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável da ONU.

Desde há vários anos que a ONU tem um importante papel em termos de medidas e políticas de juventude, desde logo quando pela primeira vez em 1965 os estados-

membros assinaram a Declaração dedicada à Juventude e aos ideais da paz, respeito mútuo e compreensão dos povos; em 1985 quando comemorou pela primeira vez o Ano Internacional da Juventude e, em 1995, com adoção do Programa Mundial de Ação para a Juventude (PMAJ), um documento pioneiro no enquadramento e na conceção das primeiras diretrizes para as ações nacionais e apoio internacional na área da juventude. Relativamente à atual Estratégia das Nações Unidas para a Juventude: “Juventude 2030, trabalhando com e para os jovens”, a mesma tem como objetivo o desenvolvimento da capacidade de ação e promoção dos direitos dos jovens e a sua implicação na Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2018), promovendo desta forma a liderança dos jovens dentro da organização, o reforço dos sistemas de produção e gestão de conhecimento científico na área do desenvolvimento e participação jovem, a catalisação de investimentos e soluções e a liderança, relativamente à prestação de contas. Esta assume cinco áreas-chave prioritárias para a Juventude: Implicação, participação e promoção; Princípios informados e saudáveis; Empoderamento económico através do trabalho digno; Os jovens e os direitos humanos; e a consolidação da paz e resiliência (tabela A1).

Analisando de forma genérica esta estratégia, verificamos o assumir *à priori* a diversidade de juventudes ao nível mundial, o que gera uma estratégia abrangente e adaptável do ponto de vista dos diversos países e das diferentes realidades, contextos e dinamismos em que se encontram os jovens da maior geração mundial jovem de sempre. Há um esforço claro em implicar os jovens em todos os processos e mecanismos de participação e liderança, de forma a existir um verdadeiro empoderamento desta população a nível mundial, baseando as linhas de intervenção na defesa e proteção dos direitos dos jovens e dos direitos humanos e na produção de conhecimento científico que sustente estas mesmas linhas. Assume-se claramente a importância dos jovens e da sua voz ativa na promoção da paz e de um mundo sustentável e a responsabilização dos mesmos nas agendas internacionais, capacitando-os no sentido da utilização plena dos seus direitos. Esta linha de pensamento e ação é explanada através da frequente utilização de verbos como: *implicar, participar, promover, proteger, apoiar, empoderar, capacitar e consolidar*.

Recentemente, em Junho de 2019, também tendo como grande parceiro a ONU, o Governo Português e o Conselho Nacional de Juventude de Portugal promoveram em Lisboa a Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pela Juventude e o Fórum da Juventude Lisboa + 21 (ONU, 2019), onde foi aprovada e assinada, por Ministros de Juventude e jovens de todo o mundo a Declaração Lisboa + 21, uma renovação dos compromissos da Declaração de Lisboa de 1998 à luz da Agenda 2030 e o reforço da importância da Juventude para uma implementação eficaz da Agenda 2030, envolvendo e capacitando os jovens. Através desta declaração, os Governos e os Delegados jovens comprometeram-se, dentro daquelas que são as suas competências e responsabilidades, a implementar uma série de medidas estabelecidas nesta conferência e continuar a promover a implementação de agendas de desenvolvimento global transformadoras, colocando os jovens no centro e apelando à sua participação e colaboração ativa, assegurando que os seus direitos, perspetivas e contribuições são incorporados em todas as políticas (ONU, 2019).

A Declaração de Lisboa, através do compromisso assumido por todos os países que dela são signatários, assume o carácter heterogéneo da maior geração de jovens da história e a defesa intransigente dos seus direitos. Assume-se o compromisso de implicar os jovens nas políticas que lhes dizem realmente respeito e transversalmente em todas as políticas, colocando-os no centro e capacitando-os para uma participação e cidadania plenas, de forma a criar oportunidades para todos poderem influenciar as agendas de desenvolvimento globais, reforçando o poder transformador desta geração. Verbos como implicar, participar e envolver são transversais aos diversos compromissos assumidos nesta declaração.

Também a União Europeia lançou recentemente a sua Estratégia para a Juventude 2019-2027, com o mote: Envolver, ligar e capacitar os Jovens Europeus (Jornal da União Europeia, 2018), que corresponde às três grandes áreas de ação da estratégia definida. Estratégia esta construída a partir dos pressupostos de que os jovens têm um papel específico na sociedade e enfrentam desafios específicos, que é necessária uma Estratégia da União Europeia para a Juventude 2019-2027 que dê resposta aos desafios presentes e futuros que os jovens e que os objetivos para a juventude europeia proporcionam uma visão para a Europa. Esta estratégia (Comissão Europeia, 2018), assente nos princípios

da igualdade e não discriminação, inclusão, participação, dimensão global, europeia, nacional, regional e local, visa:

- Proporcionar as competências de vida para um mundo em mudança de modo que os jovens sejam arquitetos das suas próprias vidas;
- Fornecer recursos necessários aos jovens para se tornarem cidadãos ativos;
- Melhorar as decisões políticas e o seu impacto sobre os jovens em áreas como o emprego, educação, saúde, inclusão social;
- Erradicar a pobreza juvenil e todas as formas de discriminação e a inclusão social dos jovens.

Assim foram definidos 11 objetivos para a juventude europeia – os “Youth Goals”, objetivos estes que surgiram no decurso da auscultação realizada junto dos jovens da União Europeia durante o 6º ciclo do diálogo estruturado da EU “Juventude na Europa: o que se segue?” (tabela A2).

Também a União Europeia apresenta uma estratégia assente no papel fulcral que os jovens assumem na sociedade e nos diferentes desafios que as diversas juventudes da Europa enfrentam, e que visa dar precisamente resposta a estes desafios experienciados pelos jovens. Olhando às diversas áreas de intervenção e aqueles que são os objetivos europeus para a juventude, transversalmente há a preocupação de efetivamente envolver os jovens, torná-los parte efetiva e ativa da solução e ligá-los em torno de um objetivo comum e concreto – a União Europeia e através dela a construção de uma estratégia comum da Europa para a juventude. O verbo capacitar é também uma constante numa estratégia que visa igualmente dotar os jovens de ferramentas que os auxiliem na sua emancipação e na sua participação ativa nas suas comunidades e na União Europeia.

Ainda em termos internacionais, a comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) tem atualmente em vigor o Plano de ação para a Juventude CPLP 2018-2022, aprovado pela Conferência de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP (CMJD) e surgindo na sequência da Carta da Juventude da CPLP aprovada em 2013 por esta comunidade e em coordenação com a Nova Visão Estratégica da CPLP (2016-2026). Este plano representa um compromisso da CPLP para a juventude no quadro da Agenda 2030 da ONU, alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as respetivas metas (CPLP, 2017).

Assim, identificados os ODS prioritários em termos de juventude para a CPLP, este plano de ação define para cada ODS identificado as áreas prioritárias para a CPLP, os respetivos objetivos e os indicadores (tabela A3). Enfatiza-se o papel transformador e dinamizador que os jovens devem ter na construção da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, assumindo-se a juventude como uma prioridade para as agendas desta comunidade. A juventude é assim considerada como um agente ativo – considerando os jovens simultaneamente, destinatários das políticas de desenvolvimento, mas também agentes incontornáveis do planeamento, implementação e avaliação destas políticas. Assim, reforçando os esforços realizados pelos vários governos, este é um plano que remete para primeiro lugar o envolvimento dos jovens em todo o processo, a sua participação e capacitação enquanto agentes de mudança e liderança, valorizando as variabilidades de contextos e dinamismos em que vivem os jovens desta comunidade.

Também o Organismo Internacional de Juventude para a Ibero-América (OIJ), através do Pacto Ibero-Americano de Juventude 2030, tem no terreno uma estratégia vinculada com a Agenda 2030 da ONU, onde é reconhecida e reforçada a importância de uma aliança e parceria regional entre os governos, a sociedade civil e o setor privado, as academias e a cooperação internacional para o desenvolvimento de políticas, programas, projetos e iniciativas de juventude (OIJ, 2016). Foram definidas cerca de 13 metas/acordos com relevância para as políticas de juventude (tabela A4). Verbos como implicar, potenciar e fortalecer são marca forte deste pacto, que assume também os jovens como protagonistas das agendas mundiais e nacionais de juventude e a defesa dos direitos destes como objetivo primordial de toda e qualquer estratégia de juventude.

Tendo por base estes referenciais internacionais, e de forma a integrá-los nas Políticas de Juventude portuguesas, em setembro de 2018, Portugal apresentou o seu primeiro Plano Nacional de Juventude para o período de 2018-2021, organizado por prioridades e objetivos estratégicos dentro das várias áreas que se enquadram em três grandes dimensões:

- Domínios-chave: Educação Formal e Não Formal, Emprego, Saúde e Habitação;
- Temas-chave: Governança e Participação, Igualdade e Inclusão Social, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

- Planos de Ação Setoriais: administração interna, da agricultura, florestas e desenvolvimento rural, da cultura, da defesa, do desporto, do mar e da justiça.

Tendo em conta as várias áreas, foram definidas as prioridades do PNJ (tabela A5). Refletindo um compromisso de investimento do Governo português na juventude, apresenta uma perspetiva transversal das políticas públicas de juventude, através da apresentação de medidas setoriais que têm como destinatários os jovens do país. Neste Plano destacam-se o ODS 3- Saúde de qualidade, o ODS 4 – Educação de Qualidade, o ODS 10 - Reduzir as desigualdades e o ODS 17 – Estabelecimento de Parcerias para a implementação dos ODS (PNJ, 2018). Envolve 16 áreas governativas e 30 entidades responsáveis pela execução das 247 medidas propostas.

A construção deste Plano Nacional, integrando o forte contributo dos próprios jovens através de várias formas de auscultação, dá conta da visão dos jovens enquanto promotores e agentes ativos no que diz respeito às Políticas de Juventude e às questões que lhes dizem diretamente respeito. Com vista à efetivação dos direitos, este Plano, conjuga também os dados empíricos conhecidos e as evidências recolhidas juntos dos próprios jovens, constituindo uma política sustentável. Os verbos *envolver*, *ligar* e *capacitar* deixam transparecer a influência das estratégias e políticas anteriormente analisadas naquele que é o primeiro Plano Nacional de Juventude. Destaca-se também uma visão intersectorial das Políticas de juventude, no sentido do envolvimento e da implicação das diversas áreas de governação neste plano, assumindo o papel preponderante dos jovens e da sua participação ativa em todas as áreas da sociedade.

Já a nível local, também em outubro de 2018, a Secretaria Regional de Educação da Região Autónoma da Madeira, através da Direção Regional de Juventude e Desporto, em parceria com a Developing Youth Participation At Local Level (DYPALL), lançou o Plano de Ação para a Juventude da Região Autónoma da Madeira, como resultado principal do Projeto “Madeira Jovem: Linhas de ação para a juventude”, desenvolvido entre setembro de 2017 e outubro de 2018.

É um documento de orientação estratégica, desenhado e traçado pelos jovens (cerca de 500 jovens envolvidos), associações juvenis, entidades públicas e privadas e que apresenta propostas de ação específicas a implementar na Região Autónoma da Madeira, até 2023 (DRDJ, 2018). Foram definidas 10 áreas de trabalho, às quais

correspondem vários eixos de intervenção, com propostas de ação associadas a cada um (tabela A6).

Novamente deparamo-nos com a implicação direta dos jovens na construção deste plano, evidenciando a importância que lhes é atribuída, não apenas como destinatários das Políticas de Juventude, mas como promotores e parceiros centrais, assumindo-se neste documento a importância de verbos como *participar*, *envolver* e *implicar*, seguindo as estratégias internacionais e europeias. Enfatiza-se também aqui a importância da articulação não só das diversas áreas de intervenção e de governação, bem como de todos os intervenientes na área da juventude, colocando os jovens no centro, mas envolvendo os demais agentes.

Em termos municipais, a área da Juventude no município do Funchal é trabalhada de forma transversal na autarquia através de um conjunto de programas e projetos em diversas áreas que constituem as Políticas Municipais de Juventude, que apresentamos mais à frente, não existindo até à data uma estratégia ou plano específicos e individualizados para a juventude. Assim, este percurso, desde as políticas e programas internacionais de juventude até à escala local, permite-nos fazer um enquadramento, naquelas que são as políticas em vigor, nos vários níveis e contextos e dar robustez ao presente estudo sobre a juventude do Funchal, a sua participação e as políticas municipais que lhes são dirigidas.

Numa perspetiva global, do macro para o micro, verifica-se a necessidade de colocar os jovens no centro da decisão e da participação e o assumir do seu lugar como agentes de mudança das comunidades em que se inserem, valorizando a heterogeneidade dos mesmos. Regista-se uma maior sensibilidade das várias instâncias em contar com o contributo ativo dos jovens nos processos de governança e de decisão. Para tal a capacitação jovem é um processo que assume relevo nas várias agendas, potenciando a participação num processo de empoderamento de cada jovem. Destaca-se ainda a constante referência à promoção e defesa dos direitos em todas as linhas estratégias e o reconhecimento que efetivamente a juventude é constituída por uma variedade de juventudes, diversidade que tem de ser conhecida e assumida em qualquer plano e estratégia que tenha os jovens como objetivo. As estratégias analisadas tendem a

convergir no sentido do alinhamento com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Destaca-se, também, a visão holística evidenciada sobre os jovens e a área da juventude, integrando as várias especificidades e dinamismos dos mesmos num denominador comum e o compromisso entre os direitos e deveres, implicando os jovens diretamente na sua promoção. A definição de objetivos e de metas concretas para a operacionalização destas estratégias e programas dão conta da importância que é dada aos processos de avaliação e de prestação de contas, no que às Políticas de Juventude diz respeito. É perceptível a necessidade e preocupação de verter aquelas que são as Políticas de Juventude em todas as áreas principais de governação. Assim, Educação, Trabalho, Saúde, Direitos, Igualdade de género, Habitação, Ambiente e Participação são áreas prioritárias que transversalmente constituem as várias estratégias e planos para a juventude. Evidencia-se assim uma atenção generalizada para a colaboração entre os vários setores e os vários atores no âmbito da juventude.

3. METODOLOGIA

| ' ' | | ' ' |

Quando falamos em metodologia e métodos, referimo-nos, pois, ao conjunto concertado de operações que são realizadas para atingir um ou mais objetivos, constituindo, segundo Sousa e Batista (2011), o corpo de princípios que presidem a toda a investigação organizada e que permitem selecionar e coordenar técnicas a utilizar. Estes devem estar de acordo com as convicções dos/as investigadores/as e as questões de investigação (Fortin, 2006). Assim, este capítulo, tendo como foco as operações definidas para este estudo, encontra-se dividido em quatro subcapítulos.

No primeiro subcapítulo – **opções metodológicas** – é feita uma análise das opções metodológicas tomadas face aos desafios que foram emergindo no desenvolvimento desta dissertação, enquadrando-se esta dissertação enquanto estudo de natureza mista, com vista a uma breve discussão sobre os posicionamentos metodológicos assumidos. No segundo subcapítulo – **técnicas e instrumentos metodológicos** – apresentam-se, num primeiro momento, as técnicas e instrumentos de recolha de informação mobilizados para construir as respostas aos objetivos de investigação propostos, justificando-os teórica e conceptualmente. Num segundo momento são apresentadas as técnicas de tratamento e análise da informação qualitativa e quantitativa recolhidas, enquadrando-as também teórica e conceptualmente. No terceiro subcapítulo - **questões éticas da investigação** – constrói-se uma reflexão do ponto de vista ético e deontológico sobre as principais questões e desafios que se colocaram no processo investigativo e sobre os procedimentos e decisões tomadas na recolha de informação empírica. No quarto subcapítulo – **participantes no estudo** - é caracterizada a amostra do estudo, os participantes nos inquéritos por questionário e nas entrevistas realizadas.

3.1- Opções metodológicas

Esta dissertação enquadra-se na tipologia mista de estudo uma vez que combina a abordagem qualitativa e a quantitativa, permitindo através da conjugação de técnicas quantitativas e qualitativas tornar o processo de investigação consistente e sólido (Sousa & Batista, 2011), respondendo de forma mais eficaz aos objetivos traçados. Quanto ao propósito deste estudo, o mesmo pode ser classificado como sendo uma investigação básica, pois, como descreve Carmo e Ferreira (2008), o mesmo tem como propósito

desenvolver a teoria e estabelecer princípios gerais, fornecendo desta forma a teoria relevante para a resolução de um problema social. Quanto ao método, podemos enquadrar este estudo, também segundo os mesmos autores, no âmbito de uma investigação descritiva, pois implica o estudo, compreensão e explicação da situação atual do objeto da investigação, através da recolha de dados para responder às questões que lhe dizem respeito. Neste caso concreto, a informação foi recolhida essencialmente pela aplicação de questionários e realização de entrevistas.

Tratando-se de uma dissertação no âmbito da participação jovem na definição das políticas públicas de juventude, a estratégia metodológica de recolha de informação empírica passou necessariamente pelo recurso a metodologias participativas, envolvendo os jovens em todo o processo. O diagnóstico resultante deste processo pretende sustentar a definição de linhas orientadoras para a construção daquele que será o PMJ do município do Funchal.

Tendo em conta a definição de PMJ já analisada na primeira parte desta dissertação, como resultado de um processo participativo e inclusivo de todos os jovens e suas organizações, e, ao mesmo tempo, reflexo da transversalidade das políticas direcionadas e que interessam à juventude (FNAJ, 2012), conseguimos perceber que se justifica à priori a utilização de metodologias participativas.

Segundo Guerra (2002), o que está presente na metodologia participativa é o desenvolvimento da capacidade dos grupos sociais para definirem os seus objetivos e os meios de os concretizarem – face a um futuro desejável, tornando mais transparentes para todos os intervenientes os objetivos e o percurso de um projeto. Neste contexto específico, pretende-se que a participação jovem oriente a definição de linhas estratégicas para a construção do seu próprio plano municipal.

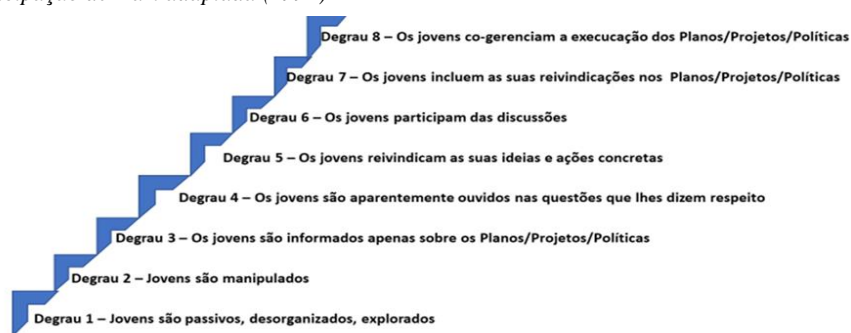
É assim fundamental começarmos pelo diagnóstico – objetivo desta dissertação, envolvendo os jovens e dando-lhes voz e um papel ativo na construção deste percurso. Este tipo de diagnóstico participado vai gerando, segundo Guerra (2002), uma cultura de projeto e um conhecimento mútuo entre todos os intervenientes, objetivo fundamental na construção da sociedade do futuro. Assim, os membros de uma comunidade são chamados a expressarem os problemas que os afetam, os recursos com que contam e as potencialidades que existem localmente, construindo conhecimento coletivo que se

constitui como uma base sustentada para o desenho de um plano de ação ou de um projeto local em consonância com os desafios da comunidade, conduzindo-a à mudança ambicionada (Fundação Aga Khan Portugal, 2017). Os jovens, ao vivenciarem oportunidades para expressarem os seus problemas e necessidades, ao reconhecerem na sua comunidade/cidade os recursos e potencialidades que esta lhes disponibiliza, constroem eles próprios os alicerces para a definição das linhas estratégicas de um plano de intervenção que responda de forma efetiva às necessidades, otimizando recursos e potencialidades, criando sinergias e colocando-os como co-construtores da intervenção.

Na compreensão do contexto e processos de participação socorremo-nos do modelo da Escada da Participação, proposto por Hart (1992), que define oito degraus de participação: (1) Jovens manipulados; (2) Jovens como decoração; (3) Jovens simbolizados; (4) Jovens nomeados e informados; (5) Jovens consultados e informados; (6) Iniciada por adultos e tomada de decisão partilhada; (7) Liderada e iniciada por jovens; (8) Tomada de decisão partilhada. Este modelo foi utilizado, de forma adaptada (figura 1), nos processos de auscultação realizados no âmbito desta dissertação, com o intuito de desafiar os inquiridos e entrevistados a classificarem a participação dos jovens na vida do município do Funchal.

Figura 1

Escada da participação de Hart adaptada (1992)



Nota. Adaptado de Dínamo (2015).

O modelo preconiza a existência de diferentes graus em que os jovens se podem envolver, dependendo dos diferentes contextos, recursos, necessidades e do nível de experiência, sendo que o grau de envolvimento pode evoluir ao longo do tempo. Esta é uma ferramenta muito útil no desenvolvimento de um olhar mais crítico sobre o

funcionamento dos projetos e iniciativas de participação das comunidades, apesar da dificuldade na exatidão de definição dos níveis de participação e do estabelecimento de fronteiras claras e precisas entre cada grau (Dínamo, 2015).

3.2- Técnicas e instrumentos metodológicos

Os objetivos definidos para esta dissertação implicaram a seleção e a utilização de uma série de metodologias e instrumentos metodológicos. Assim, partindo dos objetivos, construímos a tabela 2 de forma a mapear as principais técnicas de recolha, tratamento e análise da informação utilizadas.

Tabela 2

Objetivos e técnicas de recolha, tratamento e análise de informação

Objetivos	Técnicas de recolha de informação	Técnicas de tratamento e análise da informação
1. Identificar e analisar os recursos e projetos do Município do Funchal para a juventude	Análise documental	Análise de conteúdo Análise estatística
2. Analisar e compreender as representações dos jovens, agentes municipais e responsáveis políticos sobre os jovens da cidade e a sua participação ativa na cidade	Entrevistas	
3. Analisar conceções sobre o que é um Plano Municipal de Juventude e sobre o papel dos jovens e dos vários agentes na construção do plano e das políticas municipais de juventude	Inquéritos por Questionário	

As técnicas são, segundo Carmo e Ferreira (2008), os procedimentos definidos e adaptados ao tipo de problema e aos fenómenos em causa, devendo estes ser rigorosos, bem definidos, transmissíveis, suscetíveis de serem novamente aplicados nas mesmas condições, dependendo sempre a sua escolha dos objetivos que se pretendem atingir. São os meios que permitem operacionalizar o método. Assim, optou-se pela utilização de técnicas qualitativas, concretamente: (i) na análise documental realizada no âmbito do diagnóstico organizacional, (ii) na realização de entrevistas e, (iii) no recurso à análise de conteúdo tanto das respostas às questões abertas dos questionários como das entrevistas; e quantitativas, que se prenderam essencialmente com a realização dos questionários e o tratamento das respostas fechadas.

3.2.1 - Técnicas de recolha de informação

Análise Documental

A análise documental, não sendo uma técnica metodológica participativa, foi fundamental para a construção desta dissertação. Segundo Sousa e Baptista (2011), constitui-se como uma técnica importante na investigação qualitativa, possibilitando completar informações obtidas por outras técnicas e a descoberta de novos aspetos sobre um tema ou problema, implicando a identificação de documentos relevantes, a referenciação dos respetivos documentos e os devidos pedidos de autorização para consulta e uso – garantia de confidencialidade e anonimato. Visa assim obter dados relevantes para responder às questões de investigação, selecionando, tratando e interpretando a informação bruta existente em diversos suportes com vista a dela extrair algum sentido (Carmo & Ferreira, 2008).

Foi realizado então um levantamento dos documentos referentes às Estratégias e Políticas de Juventude, atualmente em vigor, desde o nível internacional ao local, permitindo o enquadramento desta dissertação nessas mesmas Políticas e Estratégias (tabela G1).

Paralelamente foi realizada a análise dos documentos da Câmara Municipal do Funchal e de outras entidades de âmbito municipal com vista a construir um levantamento exaustivo dos programas e projetos de juventude, das infraestruturas disponibilizadas pelo município para a juventude e das associações, grupos juvenis e entidades com trabalho na área da juventude, permitindo assim com estes dados a construção da Carta de Juventude do Funchal. Foram ainda analisados diversos relatórios sobre os projetos ou programas desenvolvidos no âmbito da juventude na cidade do Funchal e documentos oficiais de orientação de entidades definidoras, reguladoras e promotoras das políticas sociais, culturais e educativas para a juventude. Foi então possível recolher informação útil para responder às questões de investigação e para complementar a informação reunida pelas outras técnicas, nomeadamente as utilizadas para realizar o diagnóstico participativo.

Inquéritos por Questionário

Esta técnica de recolha de dados, visando analisar a incidência, distribuição e relações entre variáveis que são estudadas tem como objetivos descrever, explicar ou explorar (Coutinho, 2011), implicando, segundo Sousa e Batista (2011), a análise estatística dos dados através de um tratamento quantitativo que permite comparar as respostas globais de diferentes categorias sociais e analisar as correlações entre variáveis.

No nosso caso específico, os inquéritos aplicados são considerados exploratórios na medida em que o objetivo da investigação passa também por deixar pistas para futuros estudos. Foram desenhados com o recurso a perguntas abertas e fechadas, sendo esta metodologia de questionário útil quando se pretende obter informação qualitativa para complementar e contextualizar a informação quantitativa obtida pelas outras variáveis (Hill & Hill, 2008).

No âmbito desta dissertação, foram aplicados inquéritos por questionário a três públicos distintos:

- Os jovens que vivem, estudam ou trabalham na cidade do Funchal (anexo B e C);
- Os presidentes das Juntas de Freguesia do município do Funchal ou seus representantes (anexo D).
- Os responsáveis/dirigentes das Escolas Secundárias, Profissionais e Instituições de Ensino Superior do município do Funchal ou seus representantes (anexo E).

Entrevistas

A entrevista, segundo Silvestre e Araújo (2012), corresponde a um processo de interação face-a-face entre uma ou mais pessoas, que desempenham o papel de entrevistador e uma pessoa ou um grupo – entrevistados. Esta técnica adequando-se à análise de um problema específico e permitindo a reconstituição de um processo de ação, de experiências ou de acontecimentos do passado, tem como vantagem aceder a informações com um elevado grau de profundidade dos elementos de análise recolhidos (Sousa & Batista, 2011). Consiste assim, em conversas orais, individuais ou de grupo, com pessoas, criteriosamente selecionadas. Na análise dos dados recolhidos recorre-se à análise de conteúdo, sendo importante por isso, disponibilizar o máximo de elementos de informação e de reflexão.

Neste estudo foi opção o modelo de entrevista semiestruturada, suportada por um guião com questões abertas, que a orienta para não ser totalmente livre (Pardal & Lopes, 2011). As entrevistas semiestruturadas permitem ter acesso a um conjunto de informações bastante complexo e completo. Neste sentido, carece posteriormente de tratamento da informação, utilizando a técnica “análise de conteúdo” e a definição de categorias à *posteriori*.

No âmbito desta dissertação, foram realizadas entrevistas (Anexo F) a dois públicos distintos: as Associações Juvenis do município do Funchal e os Agentes de Juventude.

3.2.2. - Técnicas de tratamento e análise da informação

Quanto às técnicas de tratamento e análise da informação, focamo-nos em essencialmente na análise de conteúdo e análise estatística simples.

A análise de conteúdo constitui-se como um conjunto de técnicas utilizadas na análise de dados qualitativos (Campos, 2004) e, segundo Bardin (2008), tem como objetivo a representação da informação sob forma de síntese organizada, utilizando procedimentos objetivos e sistemáticos de descrição do conteúdo. Trata-se de uma técnica que procura arrumar num conjunto de categorias de significação o conteúdo manifesto dos mais variados tipos de comunicação, desenvolvendo-se posteriormente um processo inferencial que permite perceber a relação entre o conteúdo expresso e as condições contextuais (Sousa & Batista, 2011). Sendo uma técnica com papel de relevo na análise de dados recolhidos a partir de entrevistas, foi utilizada com o intuito de analisar os conteúdos das entrevistas e das questões abertas dos inquéritos por questionário, permitindo uma análise qualitativa dos dados, recorrendo a uma descrição objetiva e sistemática (Amado, 2000).

Na análise quantitativa dos dados, foi realizada a análise estatística. A análise estatística é uma análise que, segundo Hill e Hill (2008), pressupõe a criação de um ficheiro de dados a partir do qual se faz a análise estatística, a aplicação de técnicas estatísticas que permitem trabalhar os dados e a interpretação desses mesmos dados, através da análise dos resultados obtidos.

Sendo muitas vezes associada à aplicação de inquéritos por questionário, foi utilizada nesta dissertação com o intuito de organizar os dados recolhidos no âmbito das questões fechadas dos inquéritos por questionário e de algumas questões das entrevistas, trabalhá-los e interpretá-los, permitindo uma comparação, análise e reflexão.

3.2.3. – Aspetos metodológicos dos inquéritos por questionário

Relativamente à auscultação realizada aos jovens que vivem, estudam ou trabalham na cidade do Funchal, foi aplicado um inquérito por questionário cujo universo compreendeu os jovens entre os 14 e 30 anos inclusive, que à data residiam, estudavam ou trabalhavam no município do Funchal, através de duas modalidades de aplicação, ambas disponibilizadas em português e em inglês: questionário presencial (em papel) e questionário *on-line*.

Os questionários, realizados presencialmente de forma direta – cada inquirido preencheu o seu questionário- foram aplicados em estabelecimentos do ensino básico (9ºano), secundário, profissional e superior do município, em contextos associativos e também na rua. Numa primeira fase, foi solicitada a colaboração das escolas, instituições do ensino superior e associações juvenis na divulgação do estudo, sendo os questionários aplicados pela coordenação do PMJ, pelos professores e dirigentes associativos que se disponibilizaram a colaborar.

Os questionários *online* foram disponibilizados aos jovens através da plataforma Google Forms e divulgados a partir da página oficial de facebook do Plano Municipal de Juventude do Funchal, o *FunJOVEM 20-30* – “Jovens construtores da cidade”, com a disponibilização do link para o preenchimento do formulário junto dos órgãos de comunicação social, canais oficiais de comunicação da CMF e dos contactos da rede de juventude do Funchal. Ambas as modalidades tinham um tempo médio estimado para preenchimento do questionário de 10 minutos e foram disponibilizadas aos jovens entre o dia 20 de dezembro de 2019 e o dia 18 de março de 2020.

A análise dos quantitativos de jovens residentes, por sexo e faixa etária, na cidade do Funchal, a partir dos dados das Estatísticas Demográficas (2018) da Direção Regional de Estatística da Região Autónoma da Madeira, serviu de referência para a definição do

número de questionários a ser preenchidos, por sexo e idade, neste diagnóstico participativo junto dos jovens (tabela 3).

Tabela 3

População residente no Funchal por sexo e grupo etário

Sexo	Grupo etário				total (15-29)
	Total	15-19 anos	20-24 anos	25-29 anos	
HM	104 129	6117 (33,9%)	5804 (32,2%)	6110 (33,9%)	18031 (100%)
H	47886	3116 (17,3%)	3061 (17,0%)	3089 (17,1%)	9266 (51,4%)
M	56243	3001 (16,6%)	2743 (15,2%)	3021 (16,8%)	8765 (48,6%)

Nota. Retirado de DREM (2018a). Cálculos do autor.

A amostra foi então definida tendo por referência a distribuição dos jovens por faixa etária e sexo. Como fator de exclusão na aplicação dos questionários foi considerado a não residência no Funchal à data, integrando os que estudam, trabalham e visitam o município, por se considerar a sua pertinência, atendendo aos objetivos do estudo.

Assim, do universo já referido anteriormente, e tendo como referência os cerca de 18 031 jovens residentes no Funchal, entre os 15-29 anos, foi definida uma amostra de 1000 jovens a inquirir. O número de questionários a aplicar por faixa etária e por sexo foi definido respeitando uma distribuição proporcional aos quantitativos de jovens existentes (tabela 4).

Tabela 4

Número de questionários a realizar por sexo e faixa etária

Sexo	Grupo etário			Total de questionários
	15-19 anos	20-24 anos	25-29 anos	
H	170	170	170	510
M	170	150	170	490
Total	340	320	340	1000

Nota. Retirado de DREM (2018a). Cálculos do autor.

Durante o período em que foram aplicados os questionários aos jovens, foi realizado um controle e monitorização do preenchimento dos mesmos, com o objetivo de

garantir a amostra definida, *à priori*, e a representação da diversidade da população em análise, quer em termos de faixas etárias, quer em termos de distribuição por sexo. Foram assim preenchidos 609 questionários presencialmente e 650 *online*, numa amostra total de 1259 questionários (mais 259 questionários que a amostra previamente definida), mantendo um equilíbrio percentual em termos de idade e sexo face ao número total de questionários aplicados, apresentando-se a amostra com um nível de confiança de 99% e uma margem de erro de 4%.

Comparando o número total de questionários aplicados com a amostra inicialmente prevista, por faixas etárias, nos grupos 15-19 anos e 20-24 anos foi superada a amostra prevista. Ao contrário, na faixa etária dos 15-29 anos, dos 340 questionários previstos, apenas foram respondidos 215 (tabela 5). Tendo em conta a grande mobilização dos jovens para participar neste diagnóstico nas duas faixas etárias mais jovens, optou-se por aceitar um número superior de questionários face à amostra inicialmente definida. De referir que nesta comparação, foi incluída a idade de 14 e de 30 anos nas faixas etárias 15-19 e 25-29 anos, adaptando-se desta forma as faixas etárias definidas pelo INE.

Tabela 5

Relação entre o total de questionários aplicados e a amostra prevista.

Grupos etários	amostra prevista	questionários aplicados
14-19 anos	340	693
20-24 anos	320	351
25-30 anos	340	215
Total (15-29 anos)	1000	1259

Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos jovens do Funchal.

Dos 609 questionários realizados presencialmente, tendo em conta o planeamento prévio dos mesmos e os contactos feitos junto das instituições e dos responsáveis, foi possível identificar os participantes que preencheram os mesmos como demonstra a tabela G2. Já para o questionário aplicado *online*, devido ao número e à forma de preenchimento, não foi possível identificar previamente a origem dos participantes. Foi possível apenas na versão em inglês do questionário identificar o preenchimento de 13 questionários de alunos estudantes no Funchal, ao abrigo do Programa Erasmus+.

Foi também aplicado um inquérito por questionário *online* aos responsáveis/dirigentes das Escolas Secundárias, Profissionais e Instituições de Ensino Superior do município do Funchal ou seus representantes. Os questionários *online* foram disponibilizados às Escolas e às Instituições de Ensino Superior através da plataforma Google Forms e divulgados a partir das páginas oficiais do PMJ, dos canais oficiais de comunicação da CMF e das Escolas e Instituições de Ensino Superior. O tempo médio estimado para preenchimento do questionário era de 10 minutos e foram disponibilizados às Escolas e Instituições entre o dia 6 de julho e 1 de outubro de 2020. Foram então aplicados 12 questionários, às três instituições de Ensino Superior do Município, às cinco Escolas Secundárias e às quatro Escolas Profissionais do Município (tabela G3). No total foram preenchidos 12 questionários *online* (100% referente à totalidade de Escolas Secundárias, Profissionais e Instituições do Ensino Superior do município), correspondendo à amostra inicialmente prevista, apresentando-se com um nível de confiança de 99% e uma margem de erro de 4%.

Já a auscultação às Juntas de Freguesia do município foi realizada através da aplicação de um inquérito por questionário cujo universo compreendeu os Presidentes de Junta de Freguesia das 10 Juntas de Freguesias ou seus representantes, a partir de duas modalidades de aplicação: questionário presencial (em papel) e questionário *online*.

Os questionários realizados presencialmente de forma direta – cada inquirido preencheu o seu inquérito - foram disponibilizados às Juntas de Freguesia através dos meios de comunicação oficiais e devolvidos da mesma forma. Os questionários *online* foram disponibilizados às Juntas de Freguesia através da Plataforma Google Forms e divulgados a partir das páginas oficiais do PMJ, o *FunJOVEM 20-30* – “Jovens construtores da cidade”, com a disponibilização do link para o preenchimento do formulário junto dos canais oficiais de comunicação da CMF e das Juntas de Freguesia.

O tempo médio estimado para preenchimento do questionário, em ambas a modalidade era de 10 minutos e foram disponibilizados às Juntas de Freguesia entre o dia 1 de março de 2020 ao dia 27 de junho de 2020. Foram disponibilizados 10 questionários, correspondentes às 10 Juntas de Freguesia do Município (tabela G4). No total foram preenchidos 10 questionários, quatro presencialmente e outros seis *online*, numa amostra total de 10 questionários (100% referente à totalidade de Juntas de Freguesia auscultadas

das 10 existentes), o que corresponde à amostra inicialmente prevista, apresentando-se com um nível de confiança de 99% e uma margem de erro de 4%.

3.2.4 – Aspetos metodológicos das entrevistas

As entrevistas foram aplicadas através de três modalidades distintas - presencial, *online* e por telefone - e o universo de entrevistados compreendeu dois grandes grupos:

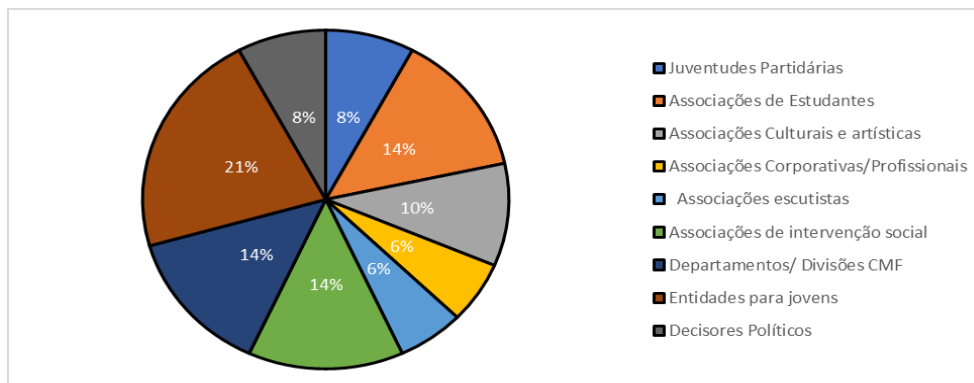
- As associações juvenis do município do Funchal - as Juventudes Partidárias, Associações de Estudantes, Associações Culturais e Artísticas, Associações Corporativas/Profissionais, Associações Escutistas e Associações de Intervenção Social;
- Os agentes de juventude - Entidades para jovens ou com trabalho desenvolvido na área da juventude, Departamentos e Divisões da Câmara Municipal do Funchal e decisores políticos.

As entrevistas foram realizadas a um ou mais membros responsáveis por cada uma das associações juvenis e entidades de juventude, contabilizando 51 entrevistas e tendo sido auscultadas 65 pessoas neste processo (Anexo F). As entrevistas presenciais foram realizadas nas instalações da CMF e nas instalações das referidas entidades e as entrevistas *online* foram realizadas através das Plataformas ZOOM e Skype. As que não puderam ocorrer nas modalidades anteriores concretizaram-se por telefone. O tempo médio estimado de realização era de 1 hora e 30 minutos e ocorreram entre 26 de fevereiro a 26 de junho de 2020.

Foram então realizadas 51 entrevistas: 15 entrevistas presencialmente, 26 por videochamada e 10 por telefone, tendo em conta a disponibilidade das associações juvenis e agentes de juventude. Do total de entrevistas, 29 (57%) foram realizadas às associações juvenis, as restantes 21 aos agentes de juventude (tabela G5). Das associações entrevistadas (figura 2), as entidades para jovens detêm o maior quantitativo (21%), seguindo-se os departamentos e divisões da CMF, as associações de intervenção social e as associações de estudantes com 14% cada.

Figura 2

Entrevistados por tipologia de associação/ agente de juventude



Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal.

Tendo em conta as 30 associações juvenis sediadas e registadas no município, à data da realização das entrevistas, foram auscultadas 96,7%, resultado da grande mobilização das associações juvenis e também dos agentes de juventude, para participar neste diagnóstico.

Os dados recolhidos, de forma anónima e confidencial, nas diferentes modalidades dos inquéritos por questionário e nas entrevistas foram exclusivamente utilizados e tratados para os fins apresentados e no respeito pelos princípios éticos e deontológicos que enquadram este tipo de estudo e recolha de dados, em concordância com o Código de Conduta Ética na Investigação do CIED-ESELx¹ e com o Código Europeu de Conduta para a Integridade na Investigação². O tratamento dos dados e o tratamento estatístico foi realizado utilizando o programa informático Excel da Microsoft.

3.3- Questões éticas da investigação

Qualquer que seja a natureza de um projeto de investigação ou dissertação no âmbito da Educação Social e da Intervenção Comunitária, existem sempre questões éticas e deontológicas que se levantam no que se refere ao nosso posicionamento ético e deontológico perante as diferentes populações e comunidades heterogéneas que

¹ Disponível em https://www.eselx.ipl.pt/sites/default/files/media/2018/aprovado_codigo_etica_0.pdf

² Disponível em <https://www.eselx.ipl.pt/sites/default/files/media/2017/allea-european-code-of-conduct-for-research-integrity-2017-1.pdf>

pretendemos estudar, com necessidades e potencialidades variadas e diferentes problemáticas associadas. Questões essas que são essenciais serem trabalhadas e pensadas previamente, tornando mais robusto todo o processo de investigação.

Neste projeto de investigação foi igualmente um desafio o meu posicionamento enquanto investigador, decorrente dos vários papéis por mim desempenhados no município e dos quais se torna impossível dissociar este processo: enquanto jovem destinatário das políticas de juventude, enquanto cidadão natural e residente no município onde decorreu estudo – o Funchal - e, ainda, enquanto dirigente de uma associação juvenil do município na qual também se desenvolveu a investigação. Estas diferentes pertenças, levaram à necessidade de realizar uma reflexão constante e contínua acerca do meu posicionamento enquanto investigador, tendo orientado a preparação da apresentação do estudo nos diversos contactos que foram mantidos para convite à participação no mesmo.

Juventude, participação e Políticas de Juventude – um desafio ético!

Uma investigação cujo objeto de estudo seja a participação dos jovens nas políticas públicas, nomeadamente as políticas municipais de juventude e a construção de um PMJ, apesar de colocar o foco de estudo na juventude, implica uma mediação entre os diferentes agentes envolvidos. Desde a autarquia e os diversos agentes de juventude da cidade à comunidade em que se inserem e ao próprio investigador, pois, segundo Tomás (2011), é necessário ter sempre presentes os conceitos da alteridade e diversidade dos públicos e dos contextos.

Assim, tendo em conta toda a informação mobilizada e analisada, e colocando sempre em linha de conta os quatro conceitos chave do roteiro ético - juventude, participação, cidadania e políticas de juventude – propus-me realizar uma breve discussão sobre três questões principais que emergiram no processo de investigação: (i) Os jovens querem participar?; (ii) Jovens como destinatários ou promotores?; (iii) Autarquia – investigador – jovens?

Os jovens querem participar?

Neste contexto de políticas públicas de juventude, em que se enfatiza a participação jovem e a importância da motivação e do trabalho para consciencialização

da relevância desta mesma participação ativa, é fundamental antes de partirmos para qualquer investigação, neste caso em concreto, uma investigação de âmbito participativo, percebermos se os jovens de facto querem participar, perguntarmos se querem efetivamente participar, porque a participação começa já aqui. Haverá algum benefício em desenhar políticas de juventude, construir estratégias e planos municipais para os jovens e promover a participação dos jovens da cidade na vida ativa da comunidade se os jovens não querem participar, admitindo que a opção de não participar é uma opção igualmente válida?

Trata-se de uma questão complexa pois como diz a FNAJ (2017), o contexto económico e social dos jovens tem um forte impacto na sua forma de participar: jovens que experienciam situações de desemprego e de vulnerabilidade social provavelmente não terão a vontade e os recursos necessários para serem cidadãos ativos na vida local e regional. Mas acaba por reforçar a importância da aposta em melhores e mais abrangentes políticas de juventude, que os motivem, fomentando o sentido de pertença e de valorização da comunidade e dotando-os de ferramentas, recursos e de melhores condições que lhes permitam participar ativamente na construção da sociedade.

Torna-se fundamental neste contexto, trabalhar com os jovens desde muito cedo os conceitos de participação e de cidadania. Este trabalho poderá começar na escola, um espaço privilegiado, pois é aqui que os jovens passam grande parte do seu tempo, mas a educação não-formal poderá e deverá ter um papel cada vez mais preponderante neste trabalho para que um jovem informado possa sentir-se chamado a participar. Existem diferentes graus em que os jovens se podem envolver e o grau de envolvimento dos mesmos pode evoluir ao longo do tempo (Dínamo, 2015), tal como nos apresenta o modelo da escada da participação, dependendo sempre dos diferentes contextos, recursos, necessidades e do nível de experiência. São estes recursos, estes contextos e estas necessidades que são fundamentais conhecer e trabalhar para que cada jovem possa ter consciência dos mesmos, e, no momento de participar possa tomar a sua decisão (de o fazer ou não). Assim para promover a participação efetiva de jovens é imprescindível que os municípios estabeleçam uma série de instrumentos e os coloquem à disposição da população jovem (FNAJ, 2017), ao qual acrescentaria que é um dever de toda a sociedade.

E aqui levanta-se uma outra questão ao nível da participação jovem, nomeadamente se os jovens participam porque os agentes de juventude, professores, família, decisores políticos e sociedade lhes dizem que é importante participar ou porque os jovens percebem e reconhecem realmente a importância de participar.

Um exemplo muito concreto, a participação nas eleições. Nós queremos jovens que vão votar só para ter número, só porque os empurramos a votar, ou porque esses jovens reconhecem, têm consciência da força e importância do seu voto e fazem uma escolha consciente e refletida? E como é que se “demonstra” a importância da participação? Penso que uma das melhores formas é realmente o exemplo. Se a nossa prática profissional e conduta pessoal, não só no âmbito destes projetos, mas na vida diária, refletirem a importância de participar, no que diz respeito ao desenvolvimento comunitário, se este for um trabalho realizado precocemente, nas escolas, associações e contextos em que crescem os nossos jovens estou certo que se irá refletir numa maior participação ativa, consciente da sua implicação no desenvolvimento comunitário, pois citando Baden Powell “Não existe ensino que se compare ao exemplo”.

Jovens como destinatários ou promotores?

Segundo a CPLP (2017), os jovens devem ser simultaneamente destinatários das políticas de desenvolvimento e de juventude, mas também agentes incontornáveis, desde o planeamento à implementação e avaliação destas políticas. No processo de construção do PNJ, Nico (2018) fala numa lógica de *bottom-up* em que refere que nada sobre os jovens deve ser produzido sem a sua participação direta no processo e que toda a política de juventude deve ser inerentemente participativa.

Dar oportunidade para que os jovens possam ser promotores e artífices das políticas que lhes dizem respeito é também uma via de responsabilização e de consciencialização dos mesmos para a importância da participação e para que possam tornar-se cidadãos ativos, e com a sua voz e presença possam também eles contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que se inserem. Sentem-se eles próprios responsáveis pelas políticas que lhes dizem respeito, e no caso das estratégias e planos municipais de juventude pela construção e desenvolvimento das suas cidades. Reais Políticas de Juventude devem envolver os jovens na discussão, definição, execução e

avaliação das mesmas, estes devem passar de um papel passivo, de meros usufruidores, para cidadãos ativos e participativos (FNAJ, 2019). Ao terem voz e um papel ativo nas políticas de juventude, desde o planeamento à implementação e avaliação, mais depressa os jovens se identificam com elas e as reconhecerão como suas, acabando por se responsabilizar por, na prática, no terreno, tornarem efetivas as políticas e estratégias que são desenhadas para si e por si, desenvolvendo também o sentido de comunidade e de trabalho conjunto para um bem comum. E as estratégias e planos criados acabam por ser mais fidedignos tendo em conta aquilo que são as necessidades dos jovens, respondendo mais facilmente com respostas realistas e adequadas aos destinatários que são também os promotores. Este trabalho a longo prazo trará para o centro das decisões políticas e sociais adultos participativos, responsáveis e ativos no desenvolvimento comunitário.

Estes dois papéis assumidos simultaneamente pelos jovens, promotores e destinatários, encontram-se nos degraus mais altos da escada de participação de Hart (1992), nomeadamente a partir do degrau 6, em que os processos de participação são iniciados pelos adultos e os jovens são convidados a partilhar o poder de tomada de decisão e as responsabilidades como parceiros iguais, ao degrau 8, em que são os jovens que iniciam e lideram projetos e ideias, e por sua vez convidam os adultos a fazer parte do processo de tomada de decisão, como parceiros.

É preciso também valorizar a presença do adulto, dos agentes e técnicos de juventude, cuja carreira viram ser reconhecida recentemente pelo governo português, e cujo trabalho é fundamental no âmbito da participação jovem nas políticas de juventude, nos bastidores sim, pois os protagonistas são os jovens, mas que não dispensam esse suporte dado pelos adultos.

- Autarquia - Investigador – Jovens

O investigador é o profissional que assume um papel agregador e intrínseco, numa ligação ao conceito de participação. A inscrição da presente investigação nos referenciais da Educação Social permitiu o desenvolvimento de uma abordagem eticamente fundada, tomando o Código Deontológico para a Profissão de Educador Social em Portugal (2001) como referência onde pode ler-se que estes são profissionais da relação, “trabalhando em

territórios de contacto e proximidade, ajudando a esboçar uma proximidade humana, feita de laços humanos e comunitários” (Azevedo & Correia, 2013, p.9).

Assim, no contexto desta dissertação que visa estudar a participação jovem na cidade do Funchal com vista ao desenho de um PMJ, o investigador assume papel de mediador entre aquelas que são as necessidades, anseios e motivações dos jovens e aquelas que são as motivações e objetivos da autarquia para a juventude do seu município, o que torna desafiante para este profissional moderar este processo de co-criação, co-implementação e co-gestão entre jovens e a autarquia.

Em relação à autarquia e aos decisores políticos, o investigador assume um papel preponderante em todo o processo promovendo a reflexão e definição de questões como: O que se pretende? Se um plano criado pelos próprios e apresentado aos jovens? Ou criado pelos jovens? Se querem correr esse risco? Estão dispostos a não impor um plano aos jovens? Que poderá não ser exatamente o que querem? Estão dispostos a ceder um pouco do seu poder de decisão? São todas questões necessárias e fundamentais quando se pretende construir um plano municipal de juventude para e com os jovens.

Interessante entender, segundo aquilo a que Nico (2018) denomina do princípio *evidence-based youth policies*, em que as políticas não podem ser apenas baseadas em objetivos morais ou políticos, mas também em dados empíricos rigorosos sobre a situação social dos jovens na sociedade e as suas expectativas, atitudes e estilos de vida, em constante evolução. O investigador munido dos referenciais da Educação Social amplia e sustenta a experiência no terreno, mobilizando esse conhecimento para o processo de consciencialização da autarquia para a necessidade de, antes de tudo, conhecer esta população a quem se destina o plano, a juventude, e enquadrá-la não só num contexto mais macro, internacional, mas no próprio contexto nacional e local, para que se possam definir verdadeiras e reais políticas de juventude.

É importante discutir e compreender a importância do conhecimento acerca das políticas de juventude, pois não é suficiente incluir a comunidade e os conhecimentos científicos, mas também a experiência daqueles que mais diretamente lidam e trabalham com jovens no seu dia-a-dia: os agentes de juventude e as associações juvenis, sendo importante a sua envolvência também desde muito cedo em todo o processo, intervindo

novamente o investigador como mediador entre estes, a autarquia e os próprios jovens num trabalho de procura de consensos e sinergias constante.

A participação dos jovens na vida local deve assim fazer parte de uma política global autárquica que fomente a participação dos cidadãos na vida pública, através de verdadeiras políticas de Juventude, e isto exige, segundo a FNAJ (2017) que se associe à vontade política de impulsionar políticas juvenis nos seus diferentes âmbitos, a criação de instrumentos institucionais permanentes que as sustentem e tornem efetivas. Aqui também é importante manter o foco naquele que é o contributo da Educação Social em relação aos jovens, pela capacidade de se aproximar dos jovens e de lhes, conferir, segundo Azevedo e Correia (2013) um destaque legítimo na construção do seu percurso de vida, valorizando as suas capacidades de aprender a ser, fazer e estar com os outros e valorizando as suas capacidades de aprender a aprender, o seu repertório de experiências.

O objetivo da investigação vai além do desenho e implementação de qualquer política e estratégia de juventude para se focar no desenvolvimento integral dos jovens, e termino esta reflexão ética com o artigo 70º da Constituição da República Portuguesa sobre os Direitos da Juventude, no seu ponto que diz que a política de juventude deverá ter como objetivos prioritários o desenvolvimento da personalidade dos jovens, a criação de condições para a sua efetiva integração na vida ativa, o gosto pela criação livre e o sentido de serviço à comunidade.

Conscientes que as relações éticas são portadoras de diversidade e complexidade. (Tomás, 2011) e que não podemos reduzir o processo investigativo ao mero ato de preenchimento de formulários ou do acautelar e gerir riscos, durante todo o processo de investigação, foram criadas as condições necessárias ao garante da privacidade e anonimato dos inquiridos através da aplicação dos inquéritos por questionário e de todos os entrevistados no âmbito das entrevistas realizadas. Todos os participantes tiveram acesso ao conhecimento e informação dos objetivos, a natureza do trabalho, métodos, tempos e resultados da investigação em curso e foram informados da não obrigatoriedade de participação no estudo. Foi solicitado o consentimento informado e a utilização dos dados recolhidos nos questionários quer em papel, quer *online* e verbalmente aquando da realização das entrevistas aos agentes de juventude.

Dada a importância da devolução dos dados e resultados da sua análise aos sujeitos envolvidos (Tomás, 2011), e uma vez que este estudo pretende contribuir para a construção do PMJ, após a apresentação e defesa pública do presente estudo, irão ser divulgados os resultados e disponibilizados quer aos participantes do estudo, quer à autarquia e à equipa responsável pela construção do PMJ do Funchal.

3.4- Caracterização dos participantes no estudo

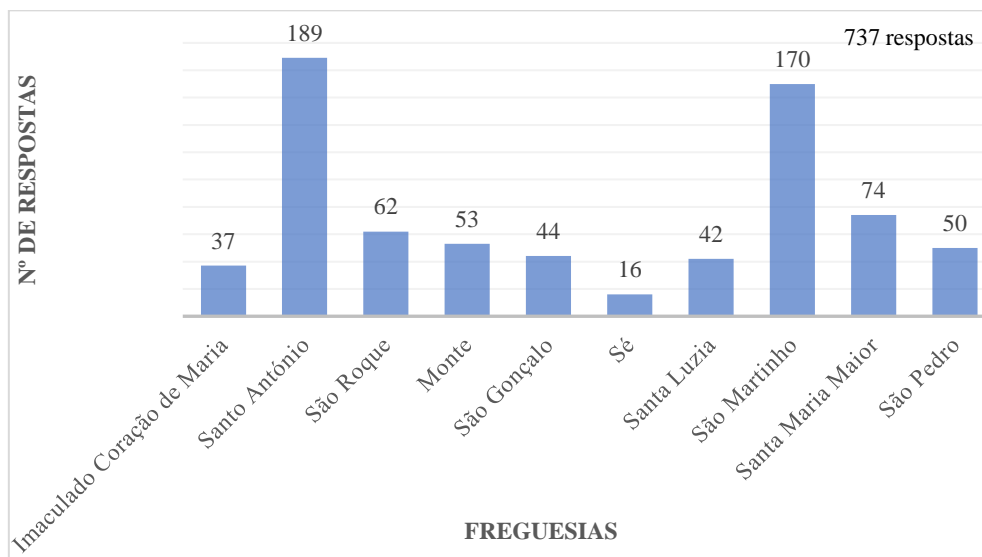
Neste estudo foram utilizados quatro instrumentos de auscultação diferentes, aplicados a públicos diversos na área da juventude. Importa agora caracterizar os participantes no estudo, de forma a poder enquadrar os dados recolhidos em cada uma das amostras, tirar conclusões, realizar as respetivas extrapolações para o universo em estudo e, posteriormente, cruzar os dados recolhidos tendo em conta os objetivos inicialmente propostos.

Relativamente aos inquéritos por questionário aplicados aos jovens do município do Funchal, a amostra é composta por 1259 jovens, dos 14 aos 30 anos inclusive, que à data da auscultação residiam, estudavam ou trabalhavam no município, tendo participado de forma voluntária no estudo. Dos inquiridos, 741 jovens são residentes no município do Funchal (58,9%) e outros, 517, não residem no município (41,1%). Se compararmos estes 741 residentes inquiridos com a população jovem residente no Funchal (15-29 anos), segundo os dados da DREM (2018), temos uma amostra que representa cerca de 4,1% da população jovem residente no município.

Dos inquiridos residentes no Funchal, são maioritariamente jovens residentes nas freguesias de Santo António (189 jovens) e São Martinho (170), as duas freguesias que apresentam maior percentagem de população total e de população jovem no município (DREM, 2018), apresentando juntas cerca de 48,7% dos inquiridos residentes. Por sua vez, a freguesia da Sé é aquela que tem um menor número de jovens inquiridos (16), coincidindo com o facto de se tratar da freguesia com menor número de jovens residentes no Funchal (figura 3).

Figura 3

Residentes inquiridos no Município do Funchal por freguesia

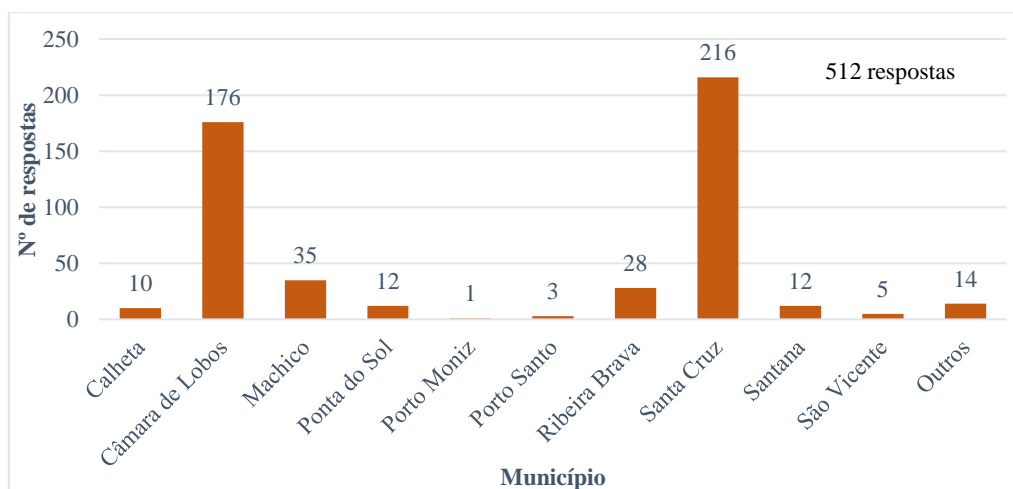


Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos jovens do Funchal (questão 1.1.1- anexo B).

Relativamente aos 517 jovens inquiridos não residentes no Município do Funchal (figura 4), verifica-se que residem maioritariamente nos municípios de Santa Cruz (216 respostas – 42,2%) e de Câmara de Lobos (176 respostas – 34,4%), os dois municípios vizinhos do Funchal.

Figura 4

Município de residência dos inquiridos não residentes no Funchal



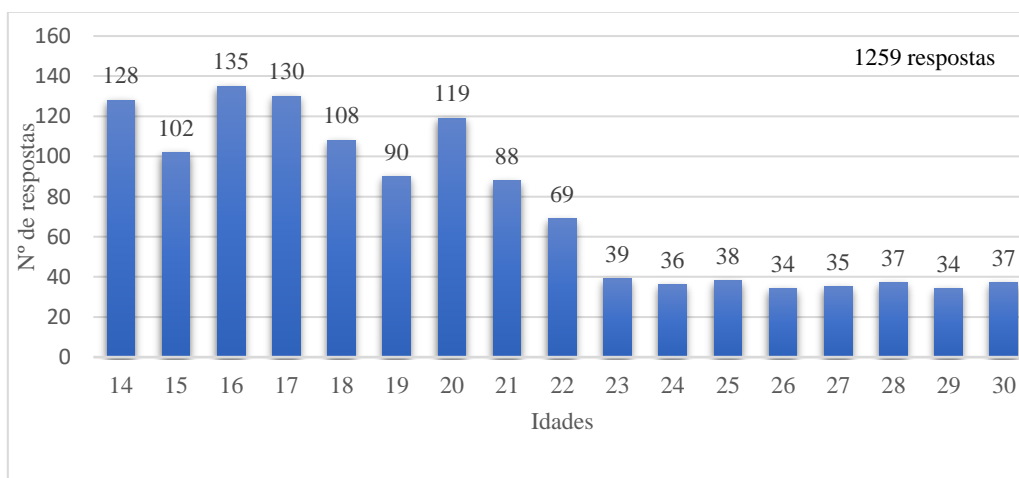
Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos jovens do Funchal (questão 1.1.2 – anexo B).

No conjunto dos municípios da Região Autónoma da Madeira (RAM), Porto Moniz, Porto Santo e São Vicente são aqueles que estão menos representados na amostra. Identificamos ainda jovens residentes fora da RAM, nomeadamente em Mafra (Portugal Continental), outras cidades europeias como Bydgoszcz, (Polónia), Wolfsberg (Áustria), e jovens residentes em países como França e Itália.

Mais de 50% dos inquiridos (700 jovens) são do sexo feminino, comparativamente aos 543 inquiridos do sexo masculino. Se atendermos aos dados da população residente na RAM e no Funchal (DREM, 2018), relativamente à distribuição segundo o sexo e o grupo etário, verificamos que ao contrário do que ocorre em relação à população total e a outros grupos etários, nos grupos etários juvenis (15-19, 20-24 e 25-29 anos) existe um maior número de residentes do sexo masculino. A amostra contraria em parte esta tendência, pois apesar de um menor número de residentes jovens do sexo feminino, quer no município do Funchal, quer na RAM, temos maiores quantitativos do sexo feminino. Assim, a amostra contempla 56,3% de população feminina e 43,7% de população masculina, enquanto no município a distribuição é de 49% e 51% respetivamente. Em relação à idade dos inquiridos (figura 5), os jovens com 16 anos foram os que mais responderam ao questionário (135 inquiridos) comparativamente aos jovens com 26 e 29 anos (ambos com 34 inquiridos).

Figura 5

Idade dos inquiridos



Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos jovens do Funchal (questão 1.3 – anexo B).

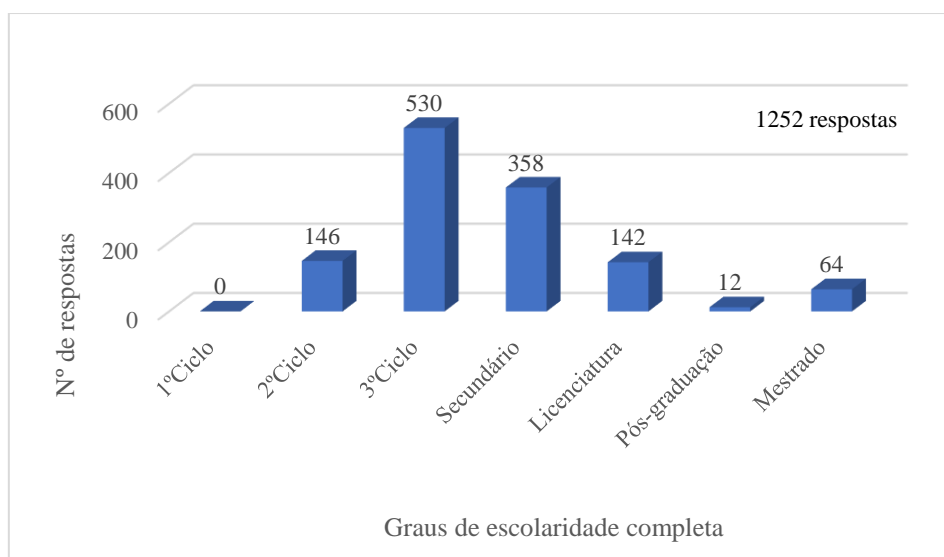
Atendendo à distribuição por faixas etárias, 55% dos inquiridos encontra-se na faixa dos 14-19 anos, 28% na faixa dos 20-24 anos e 17% na faixa dos 25-30 anos. O maior número de inquiridos regista-se nas faixas etárias mais jovens, diminuindo a participação à medida que vamos avançando nas faixas etárias, o que corresponde a uma maior participação da população jovem estudantil. Para este facto pode ter contribuído a opção pela aplicação presencial dos questionários junto de instituições de diferentes níveis de ensino.

Na amostra, verifica-se que a maioria dos inquiridos é solteiro (1187 respostas- 96,1%) e que há uma pequena percentagem de jovens casados e a viver em união de facto, quantitativos que se justificam pela presença de um maior número de inquiridos nas faixas etárias mais jovens (menores de idade).

Em termos de grau de escolaridade completa, a amostra contempla maioritariamente jovens com o 3º Ciclo do Ensino Básico (530 respostas - 42,3%) e do Ensino Secundário (358 respostas - 28,6%), o que vai ao encontro das faixas etárias com o maior número de inquiridos, tendo em conta a idade esperada para a frequência destes mesmos ciclos (figura 6).

Figura 6

Grau de escolaridade completa dos inquiridos

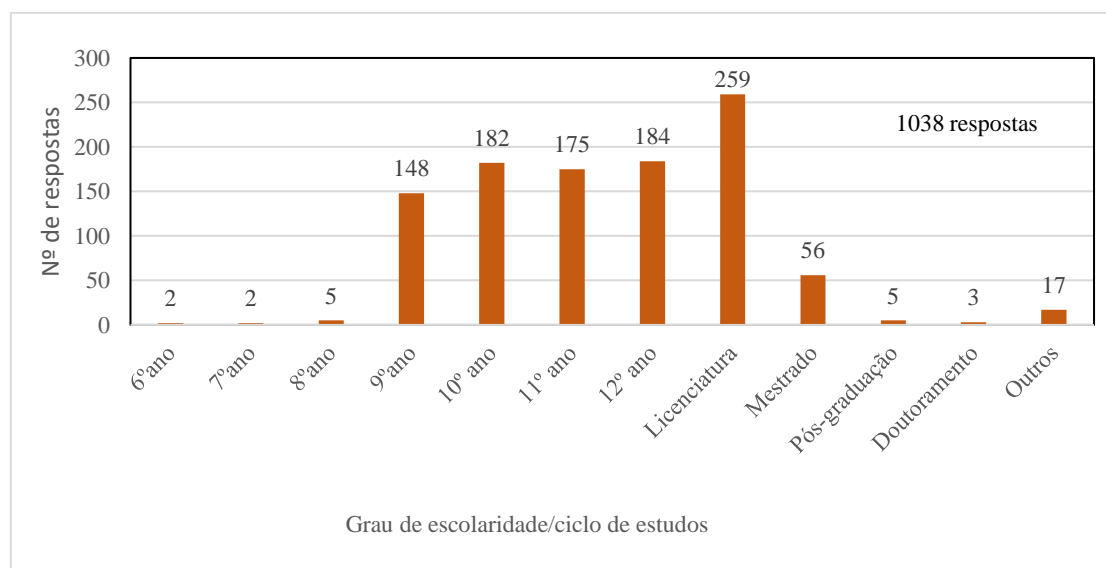


Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos jovens do Funchal (questão 1.5 – Anexo B).

Tendo em conta a situação perante o trabalho, a amostra é constituída maioritariamente por jovens estudantes (968 jovens correspondendo a 76,9% da amostra total), o que é concordante com as faixas etárias dos inquiridos, atendendo à idade de escolaridade obrigatória e de frequência dos vários ciclos. Da amostra destacam-se ainda 13,1% (165) de jovens ativos com profissão, 4,8% (60) de jovens trabalhadores-estudantes e 2,6% (33) jovens desempregados (figura G1). Dos inquiridos estudantes verifica-se que, na sua maioria, frequentam o Ensino Secundário (10º, 11º e 12º anos) e destacam-se, ainda, 148 jovens a frequentar o 9º ano do Ensino Básico (148 respostas – 14,3%). Contam-se, também, 259 jovens (25% das respostas) a realizar uma licenciatura e 56 (5,4% das respostas) a frequentar um Mestrado (figura 7).

Figura 7

Grau de Ensino frequentado pela população inquirida

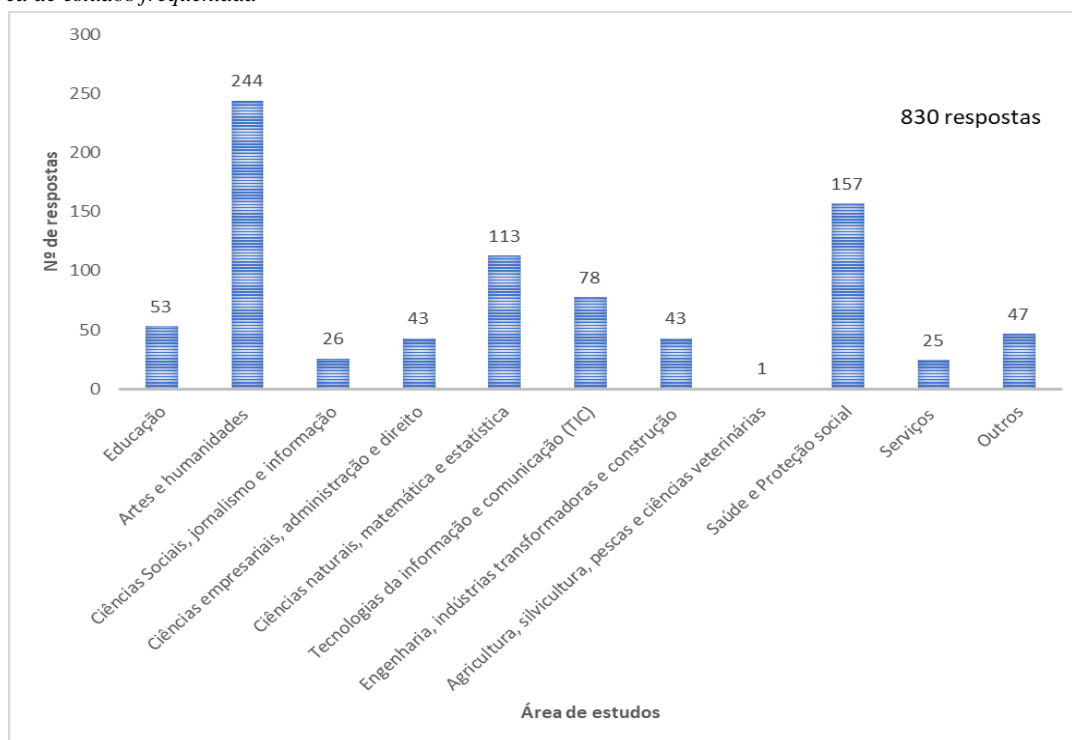


Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos jovens do Funchal (questão 1.6.1 – Anexo B).

Dos estudantes inquiridos no Ensino Secundário, na Licenciatura, no Mestrado, em Pós-Graduação ou Doutoramento destacam-se, pela maior frequência, os estudantes da área das Artes e Humanidades (244 repostas – 29,4%), Saúde e Proteção Social (157 respostas – 18,9%) e de Ciências Naturais, Matemática e Estatística (113 respostas – 13,6%) como se verifica na figura 8. Destacam-se ainda 36 estudantes dos Cursos de Educação e formação de adultos – EFA (outros).

Figura 8

Área de estudos frequentada



Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos jovens do Funchal (questão 1.6.2 – Anexo B).

Relativamente à frequência no Ensino Superior, contabilizam-se 348 inquiridos e destes verifica-se que 238 (70%) estudam num dos estabelecimentos de Ensino Superior da RAM e apenas 102 jovens se encontram deslocados da Região para estudar a este nível, sendo que oito não indicaram o local de estudo. Do universo total dos jovens inquiridos estudantes, a maioria estuda (839 referências - 92%) na cidade do Funchal e daqueles que se encontram deslocados para estudar (ensino superior), no nosso país, Lisboa é a principal cidade de destino (45 referências - 4,9%). Uma percentagem residual de jovens estuda atualmente em cidades de outros países Europeus (0,5%).

Do total de inquiridos, 165 (13,1%) são ativos com profissão e 60 (4,8%) são trabalhadores-estudantes. Quando questionados acerca da atividade laboral principal que desempenham, registamos uma grande diversidade de profissões nas mais variadas áreas, o que nos permite ter uma visão abrangente das diferentes áreas de trabalho (tabela G6). De referir que dos inquiridos que indicaram serem ativos com profissão, 24 são enfermeiros (11%), 17 são vendedores de loja (8%) e 7% são médicos.

Em termos de situação na profissão, os inquiridos a exercer uma atividade profissional são maioritariamente (93%) trabalhadores por conta de outrem (assalariados), 5% são trabalhadores por conta própria e 1,7% são trabalhadores não remunerados, associados ao trabalho em negócios familiares. Quanto ao vínculo contratual dos inquiridos trabalhadores, estes têm maioritariamente um contrato a termo (43,7%) e um contrato por tempo indeterminado (46,3%). Cerca de 7% dos inquiridos trabalham em regime de prestação de serviços (recibos) e os restantes (3,1%) não identificam a situação.

Quanto aos inquéritos por questionário aplicados às Escolas Secundárias, Profissionais e Instituições de Ensino Superior do município, a amostra é composta por 12 responsáveis/dirigentes das Escolas Secundárias, Profissionais e Instituições de Ensino Superior do município do Funchal ou seus representantes, sendo que a participação dos inquiridos foi voluntária. Foi auscultada a totalidade das Escolas Secundárias, Profissionais e Instituições de Ensino Superior do município. Em termos da função desempenhada na instituição inquirida, três dos respondentes exerciam cargos de Diretor Pedagógico, dois de Presidente do Conselho Executivo e dois de Vice-presidente do Conselho Executivo das instituições, distribuindo-se os restantes por diversos cargos de Direção e de docência: vice-diretor geral, docente, vice-reitor, subdiretor e vogal do conselho diretivo (1 elemento cada). Relativamente à idade, o conjunto dos inquiridos tem uma média de idades de 52 anos, sendo que mais de metade (67%) se encontra na faixa etária dos 50-59 anos, 25% encontra-se na faixa dos 40-49 anos e apenas 8% tem idade igual ou superior a 60 anos. A amostra apresenta um equilíbrio no que diz respeito à sua composição entre inquiridos do sexo masculino e feminino (50% cada). Sobre o tempo de trabalho ou de envolvimento com o sector da juventude, tendo em conta os cargos e funções assumidas, todos os inquiridos referem ter mais de 10 anos de trabalho.

Os questionários nas Juntas de Freguesia do município, dirigiam-se aos Presidentes ou a um representante dos mesmos, com vista à representatividade de todos os Executivos das Juntas de Freguesia. Foram aplicados 10 questionários, correspondentes à totalidade de Juntas de Freguesia que fazem parte do município do Funchal: oito questionários (80%) foram preenchidos pelos Presidentes de Junta de Freguesia, um por um vogal do executivo e outro pelo secretário do executivo da junta de

freguesia. Destes, 80% eram do sexo masculino e 20% do sexo feminino, existindo uma clara tendência para os inquiridos do género masculino assumirem estes cargos dentro do executivo de freguesia. Sobre a área de formação/estudos dos inquiridos, destacam-se as áreas da Educação (com 23% dos inquiridos), da Engenharia, indústrias transformadoras e construção e a área dos Serviços (com 22% dos inquiridos cada). Os restantes 33% dos inquiridos distribuem-se equitativamente pelas áreas das Artes e Humanidades, Ciências empresariais, administração e direito e pela área Ciências naturais, matemática e estatística. Relativamente à função exercida no setor da juventude, 90% dos inquiridos enquadram-se na categoria de Decisores políticos, o que se explica devido às funções exercidas nos Executivos das Juntas de Freguesia, pois a maioria dos inquiridos são presidentes dos mesmos, assumindo funções de decisão. Em termos de anos/tempo de trabalho ou de envolvimento com o sector da juventude, 50% dos inquiridos refere ter mais de 10 anos, 40% entre 5 e 10 anos e apenas 1% menos de 5 anos.

As entrevistas realizadas tiveram como objetivo auscultar as associações juvenis e os agentes de juventude do município (tabela G5). As 51 entrevistas realizada envolveram um total de 65 participantes, sendo 42 destes responsáveis pelas associações juvenis do município e 23 responsáveis por entidades com trabalho na área da juventude – agentes de juventude. Os participantes tinham uma idade média de 34 anos (tabela 6).

Tabela 6
Idade média dos entrevistados

Associações entrevistadas	nº entrevistados	média de idades
Associações Juvenis	42	28,4
Juventudes partidárias (JP)	4	23,5
Associações de estudantes (AE)	9	20,2
Associações culturais e artísticas (ACA)	9	33,4
Associações corporativas/ profissionais (ACP)	5	24,4
Associações escutistas (AEsc)	6	34,8
Associações de intervenção social (AIS)	9	32,0
Agentes de Juventude	23	44,5
Entidades para jovens (EJ)	11	35,9
Divisões/Departamentos da CMF (DCMF)	8	44,4
Decisores Políticos (DP)	4	46,0
Total	65	33,8

Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal.

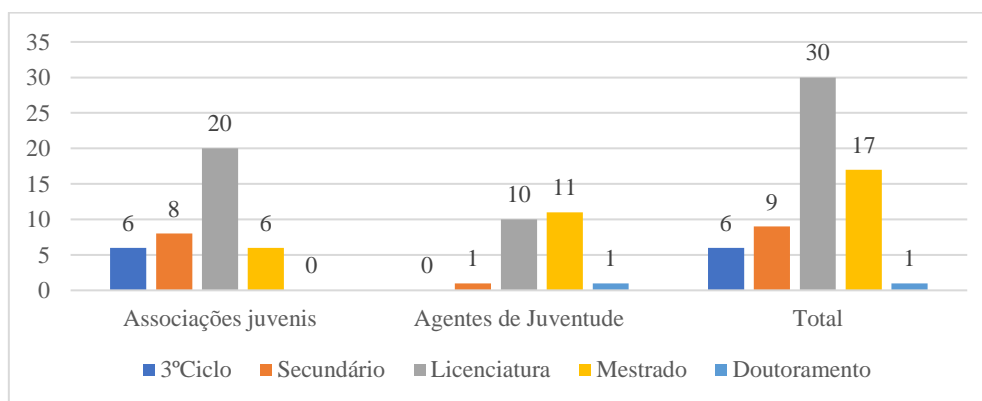
Os entrevistados das associações juvenis, são aqueles que têm uma média de idades mais baixa (28 anos) enquanto os entrevistados com idade média superior incluem-se no grupo dos agentes de juventude (45 anos). Dentro das associações juvenis, são as associações de estudantes as que têm uma menor média de idades (20 anos) e as associações escutistas as que tem maior média de idades (35 anos). Dos agentes de juventude, são os decisores políticos os que apresentam maior média de idades (46 anos).

Do total dos entrevistados, 42 são do sexo masculino (65%) e 23 do sexo feminino (35%), tendência esta que se verifica transversalmente nas diferentes tipologias de associações e agentes entrevistados. Apenas nas associações juvenis de intervenção social é que se verifica um maior número de entrevistados do sexo feminino (5) e nas juventudes partidárias não se verificou qualquer entrevistado do sexo feminino (figura G2).

Ao analisarmos o total de entrevistados em termos de grau de escolaridade completo (figura 9), identificam-se 30 licenciados (48%), 17 com o grau de mestre (27%) e apenas 6 com o 3ºciclo de escolaridade completo (10%).

Figura 9

Grau de escolaridade completa dos entrevistados



Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal.

Dos entrevistados das Associações Juvenis, 20 têm o grau de licenciado (50%), sendo que dentro destes, são as associações culturais e artísticas (ACA) as que apresentam maior número de licenciados, 7 dos 30 identificados (tabela 7). Já em relação aos agentes de juventude entrevistados, 11 têm o grau de mestre (48%), representando mais de metade dos entrevistados que têm este grau, e 10 são licenciados (43%), sendo que é nas entidades

para jovens que se encontra o maior número de licenciados, e nas divisões/departamentos da CMF o maior número de mestres (6 respostas cada, respetivamente).

Tabela 7

Grau de escolaridade completa dos entrevistados

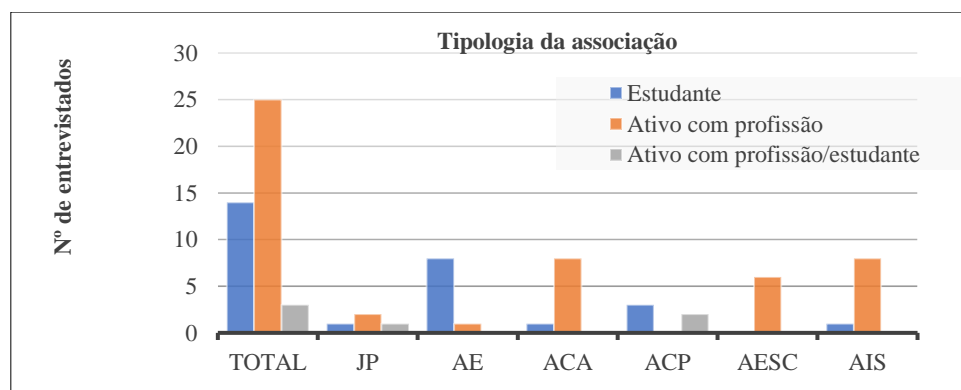
Ciclo de ensino	Tipologia das associações/entidades										
	JP	AE	ACA	ACP	AEsc	AIS	DCMF	EJ	DP	Total	%
3ºCiclo	1	5	0	0	0	0	0	0	0	6	9,5
Secundário	1	1	0	3	2	1	0	1	0	9	14,3
Licenciatura	2	3	7	1	3	4	2	6	2	30	47,6
Mestrado	0	0	1	1	0	4	6	3	2	17	27,0
Doutoramento	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1,6
Total	4	9	8	5	5	9	8	11	4	63	100,0

Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal.

Em relação à situação perante o trabalho, 74% dos entrevistados são ativos com profissão (48 respostas), 21,5% são estudantes (14 respostas) e apenas cerca de 5% são ativos com profissão e estudantes (3 respostas). Os agentes de juventude são todos ativos com profissão. Quanto aos entrevistados das associações juvenis (figura 10), 25 são ativos com profissão (60%), 14 são estudantes (33%) e apenas três são ativos com profissão e estudantes (7%). Os estudantes pertencem maioritariamente às associações de estudantes (8 respostas), e os ativos com profissão às associações culturais e artísticas, às associações de intervenção social (ambas com 8 indivíduos) e às associações escutistas (6 respostas).

Figura 10

Situação perante o trabalho dos entrevistados das associações juvenis

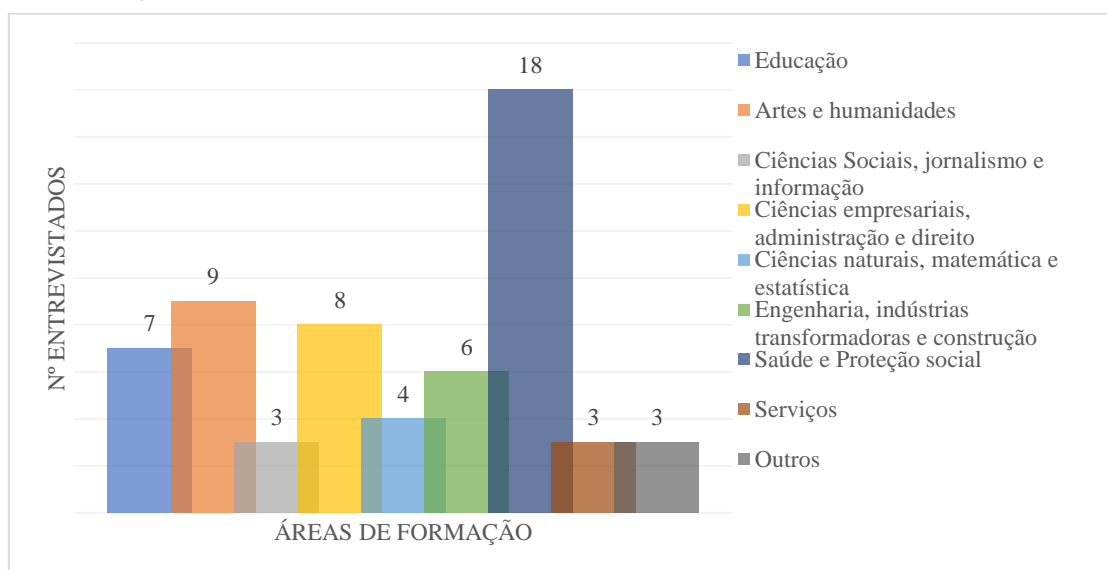


Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal.

Se atendermos à área de formação/estudos, na globalidade dos entrevistados (figura 11), verifica-se que 18 se integram na área da Saúde e da Proteção Social (30%), 9 na área das Artes e Humanidades (15%), 8 integram a área das Ciências Empresariais, Administração e Direito (13%) e 7 integram a área da educação (11,4%).

Figura 11

Área de formação/estudos dos entrevistados



Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal.

Quanto à área de formação/estudo dos entrevistados das associações juvenis, 12 estão associados à área da Saúde e Proteção Social, 8 à área das Artes e Humanidades e 7 à área das Ciências Empresariais, Administração e Direito (figura G3). Relativamente aos agentes de juventude, 6 integram a área da Saúde e da Proteção Social, 5 a área da Educação, e 4 a área das Ciências Naturais, Matemática e Estatística (figura G4).

Em termos de função exercida no setor da juventude, 54% dos entrevistados são jovens dirigentes de federações ou associações juvenis, 25% técnicos de administração pública e 12% são jovens dirigentes de associações estudantis. Ainda 5% são decisores políticos, 3% são militares e 1% assume outras funções (outros).

Relativamente ao envolvimento com o sector da juventude, dentro das associações juvenis, 15 dos entrevistados trabalham há menos de 5 anos no setor, 14 entre 5 e 10 anos e 13 há mais de 10 anos. Os agentes de juventude, na sua maioria, trabalham com o sector há mais de 10 anos (15 respostas), 7 entre 5 e 10 anos e 1 trabalha há menos de 5 anos.

4. A JUVENTUDE DO FUNCHAL - UM DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL

| " " | | " "

Este quarto capítulo visa responder ao primeiro objetivo do estudo – *Identificar e analisar os recursos e projetos do Município do Funchal para a juventude*. Pretende-se, assim, construir um conhecimento mais aprofundado da realidade onde se insere este estudo e da população visada, e desta forma realizar um diagnóstico à juventude do Funchal.

O capítulo está estruturado em dois subcapítulos. No primeiro subcapítulo – *Quem são os jovens do Funchal?* – é feita uma análise aos diferentes contextos onde se inserem os jovens do Funchal, desde uma escala mundial ao âmbito local. No segundo subcapítulo – *Que Políticas Municipais de juventude?* – é feita uma análise aos recursos do município do Funchal disponíveis para os jovens em termos de programas e projetos, infraestruturas e espaços, e associações juvenis e entidades com intervenção na área da juventude.

4.1. Quem são os jovens do Funchal?

Qualquer política ou ação que vise um determinado público necessita ser baseada no conhecimento do grupo com o qual trabalhamos e que, neste caso, a juventude, é também o principal destinatário das políticas e ações. O diagnóstico permitirá assim um maior conhecimento e identificação do contexto no qual se pretende intervir.

Segundo Guerra (2002), o diagnóstico deve abranger a análise do contexto social, económico e cultural onde se insere o problema em estudo, identificando as potencialidades e os mecanismos de mudança que aí se encontram, sendo esse o principal propósito a que nos propomos neste capítulo – uma análise do contexto social, económico e cultural dos jovens do Funchal. Assim, qualquer objetivo de estudo ou de intervenção deve ser definido com base no conhecimento da realidade sob pena de não ser adequado e realista. Através deste diagnóstico visamos o conhecimento científico dos fenómenos sociais e a capacidade de definir intervenções que atinjam as causas dos fenómenos e não as suas manifestações aparentes. Queremos, pois, conhecer a realidade em que se inserem os jovens do Funchal, transversalmente às realidades internacional, nacional, regional e local. Nesta última, importa identificar os recursos e potencialidades na área da juventude.

A informação estatística que suporta a presente análise, foi recolhida nos Censos de 2011 do Instituto Nacional de Estatística (INE), e nas Estatísticas Demográficas (2018) da DREM, bem como noutros documentos relevantes que aqui referenciamos.

4.1.1- Do Mundo à Europa

Segundo a ONU (2018), a geração atual de jovens é a geração jovem mais numerosa da história da humanidade. Atualmente temos cerca de 1,8 mil milhões de jovens entre os 10 e os 24 anos de idade (23% da população mundial) e cerca de 1/5 da população mundial (1,3 mil milhões de pessoas) tem entre 15 e 24 anos, sendo que 90% desta população jovem encontra-se nos países em desenvolvimento, constituindo nestes países grande parte da população.

Sabe-se que 500 milhões destes jovens vivem com menos de dois dólares por dia, o que corresponde a menos de 1,65 euros por dia (IPDJ, 2020) e a Organização Internacional do Trabalho (2017) estima que 21,8% dos jovens a nível mundial não estudam, não trabalham e não estão em formação (jovens NEET). São na sua maioria jovens mulheres, jovens com deficiência e jovens que vivem em áreas rurais, com altas taxas de analfabetismo e abandono escolar (Hujo & Carter, 2019).

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (2017) refere ainda que os jovens representam 71% dos utilizadores da Internet em todo o mundo e mais de 80% dos jovens do mundo não são fisicamente ativos, sendo que as raparigas são menos ativas que os rapazes genericamente (OMS, 2019).

Ao contrário da tendência mundial, a Europa atravessa um inverno demográfico com a redução da população jovem nas últimas décadas. Segundo dados do Eurostat (2019), em 2019, havia 446,8 milhões de habitantes na União Europeia (UE), e destes, 74,2 milhões eram jovens entre os 15 e os 29 anos, representando 17% da população (comparativamente aos 23,4% em termos mundiais), sendo que menos de 1/3 da população da União Europeia tinha menos de 30 anos (cerca de 142 milhões de jovens), contrastando com o aumento da proporção de idosos. Os dados apontam que existam mais jovens do sexo masculino do que do sexo feminino, entre os 15 e os 29 anos.

Se atendermos à pirâmide etária da UE, referente ao ano 2019, conseguimos identificar o envelhecimento da população, sendo que são as idades compreendidas entre os 50-59 anos e 40-49 anos as que apresentam maior número de população. A base da pirâmide mais estreita em relação à classe dos adultos justifica-se pela diminuição da natalidade e um aumento da esperança média de vida na UE (figura H1).

Atendendo à área da educação e do emprego, segundo o Eurostat (2019), em 2018, 46,5% dos jovens entre os 15 e os 29 anos residentes na UE encontravam-se matriculados num ciclo de educação. Já em 2019, 79,6% dos jovens da UE entre os 15 os 19 anos estavam exclusivamente a estudar e 11,1% combinava a educação com o emprego. Ainda 34% dos jovens entre os 20 e os 24 anos estudavam exclusivamente, 33% encontravam-se exclusivamente a trabalhar, 19% trabalhava e estudava. Entre os 15 e os 24 anos, 10% dos jovens não estudavam, não trabalhavam nem frequentavam nenhum programa de formação. Dos jovens entre os 25 e os 29 anos, 8,2% estudava unicamente, a grande maioria (60,1%) trabalhava e 17% não trabalhava, não estudava, nem estava em nenhum programa de formação.

Em termos de abandono escolar precoce, a percentagem de jovens entre os 18 e os 24 anos que abandonaram precocemente a educação em 2019 foi de 10,2%, encontrando-se uma percentagem mais elevada nos jovens do sexo masculino (11,9% comparativamente aos 8,4% do sexo feminino).

Dos jovens integrados como população ativa em 2019, entre os 15 -24 anos, 15,1% estavam desempregados e entre os 25-29 anos, 9,1% também se encontrava nesta situação. Já a taxa de desemprego era de 20,8% para os jovens com o ensino secundário e 8,2% entre os jovens com um nível superior de educação.

Na UE os jovens deixam a casa dos pais em média aos 27,1 anos e as jovens aos 25,2 anos, e mais de metade dos jovens entre os 16 e 24 anos de idade apresenta um nível médio de satisfação com a vida e cerca de 24,8% apresenta elevado nível de satisfação com a vida (Eurostat, 2019).

Sobre a participação, também em 2019 na UE, 45% dos jovens entre os 15 e os 19 anos integravam um clube desportivo, e 39% uma organização juvenil, percentagens que aumentam consideravelmente nos jovens dos 20 aos 24 e dos 25 aos 30 anos. Relativamente à utilização da internet, em 2019, 94% dos jovens da UE utilizava

diariamente a Internet, em comparação com 77% de toda a população. As maiores percentagens de usuários da internet foram encontradas entre os jovens de 16 a 24 anos e com maior nível de educação formal.

4.1.2- A juventude portuguesa

O Plano Nacional de Juventude (2018) enfatiza a importância crescente das políticas públicas de juventude face aos três grandes desafios atuais do nosso país: o declínio demográfico, o despovoamento do interior e o envelhecimento da população.

Segundo dados do INE (2018) e da FFMS (2017), estima-se que em Portugal os jovens entre os 15 e os 29 anos sejam cerca de 1 667 465, distribuindo-se 556 368 entre os 15-19 anos, 549 120 entre os 20-24 anos e 56 977 entre os 25-29 anos, números estes que têm vindo a diminuir nos últimos anos. Sintra, Lisboa e Vila Nova de Gaia são os municípios que concentram mais jovens, sendo o Município do Corvo nos Açores o que apresenta menor concentração de jovens. Os indivíduos entre os 0 e os 30 anos representam 30,3% da população total do país.

Relativamente à proporção de jovens, em 2018 a Área Metropolitana de Lisboa era a área do país que apresentava maior proporção – 15,9%. A proporção de jovens na RAM, de 13,5%, é muito próxima à registada em todo o país (13,7%). Por outro lado, é a região do Alentejo que apresenta a maior proporção de idosos no país – 25,5%, sendo que na RAM esta é de 13,6%, das mais baixas do país (figura H2).

Os dados do Eurostat (2019) indicam que em 2018 estavam matriculados no sistema de ensino português (nos diversos níveis), 88,9% dos jovens com 15 a 19 anos, 36,8% dos jovens entre os 20 e os 24 anos e ainda 9,9% dos jovens com 25 a 19 anos, sendo possível denotar o decréscimo desta percentagem com o aumento da idade. Portugal tem ainda uma taxa de abandono escolar de 10,6% relativamente aos 10,2% da UE, valor que tem vindo a diminuir desde 1992, sendo maior nos homens (13,7%) que nas mulheres (7,4%).

Em termos de desemprego jovem (20-24 anos), Portugal é, segundo a FFMS (2017), o sexto país com maior taxa de desemprego – 29% comparativamente aos 19% de taxa de desemprego jovem da UE. A taxa de desemprego de jovens, entre os 15 e os 29 anos com nível superior de educação, situava-se em 11,2% em 2019. Portugal tem

também um número elevado de jovens que não estudam, não trabalham nem estão em nenhum programa de formação, e destes cerca de 50% não estão sequer ativamente à procura de oportunidades educativas ou profissionais porque perderam a confiança no sistema (IPDJ, 2020). Sabe-se, também, que Portugal tem um risco de pobreza dos jovens até aos 18 anos de 30% comparativamente a esse mesmo risco para a UE que é de 27%.

A idade média em que os jovens portugueses deixam a casa dos pais encontra-se entre os 28,9 e 29,9 anos (Eurostat 2019), ligeiramente superior à média da UE. Sobre a percentagem de jovens utilizadores de Internet, esta tem vindo a aumentar no país, sendo atualmente de 99% nos jovens entre os 16-24 anos e 96% nos jovens entre os 25-34 anos, valor superior à média de 94% da UE.

4.1.3- Os jovens do Funchal

O Funchal é o município capital da Região Autónoma da Madeira (RAM), região autónoma da República Portuguesa desde 1976 e que tem a Assembleia Legislativa da Madeira (ALM) e o Governo Regional como órgãos de governo, sediados na cidade do Funchal. Em termos administrativos e territoriais a cidade do Funchal coincide com o Município. A RAM é um arquipélago, situado no Oceano Atlântico Oriental e é formado pela Ilha da Madeira, Ilha do Porto Santo e pelos Ilhéus Selvagens e Desertas (estes dois últimos constituem reservas naturais). Faz parte integral da União Europeia com o estatuto de região ultraperiférica do território da UE (figura H3).

O município do Funchal tem uma área de 76,1 Km² (figura H4) e um perímetro de 83 Km, e a sua superfície representa 9,5% da superfície da Região Autónoma da Madeira (801,51 km²). Estende-se desde o nível do mar, até às montanhas, atingindo uma altitude máxima de 1818 metros. As Ilhas Selvagens, que se encontram a cerca de 250 quilómetros a sul do Funchal, pertencem ao município, o que lhe confere uma descontinuidade em termos de território. Nos seus limites, o município faz fronteira a norte com o município de Santana, a Leste com o município de Santa Cruz, a Oeste com o município de Câmara de Lobos e ainda a nordeste com o município de Machico.

Em termos administrativos, o município do Funchal é constituído por 10 freguesias: Sé, São Pedro, Santa Maria Maior, São Gonçalo, Santa Luzia, Imaculado

Coração de Maria, São Roque, Santo António, São Martinho e Monte (figura H5). Relativamente à superfície das freguesias, como é possível verificar na tabela 8, a freguesia de Santo António apresenta-se como a maior em termos de extensão (22,16 Km²). Por outro lado, é a freguesia de Santa Luzia que apresenta a menor área de extensão (1,34 Km²).

Tabela 8

Área das Freguesias da cidade do Funchal em Km² (2018)

Freguesias	Área (Km²)
Imaculado Coração de Maria	1,36
Monte	18,58
Santa Luzia	1,34
Santa Maria Maior	4,87
Santo António	22,16
São Gonçalo	7,08
São Martinho	7,98
São Pedro	1,49
São Roque	7,50
Sé	3,80

Nota. Retirado de Carta Administrativa Oficial de Portugal (DGT, 2019).

Segundo os dados do DREM de 2018, o Funchal tem cerca de 104 286 habitantes, concentrando 41% da população total residente na RAM, com uma densidade populacional de 1369 hab./Km² – valor substancialmente superior ao registado a nível regional (317 hab./Km²) e nacional (112 hab./Km²). A população residente representa 2,5% da população residente do país (figura H6 e H7). Do total de residentes, cerca de 56 243 são do sexo feminino e 47 886 do sexo masculino, mantendo-se a tendência nacional e regional de um maior número de residentes do sexo feminino.

A análise dos dados referentes à evolução da população residente no Funchal, entre os anos de 2008 a 2018, permite verificar um decréscimo no total de residentes de cerca de 6,3%, acompanhando a tendência de decréscimo registada na RAM no mesmo período (tabela H1).

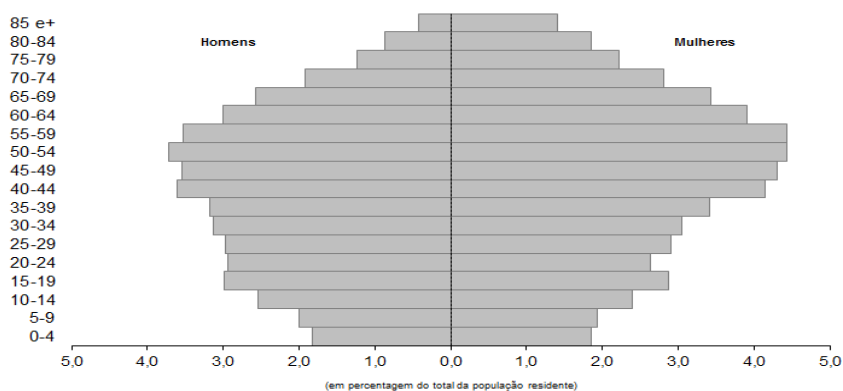
Quanto à distribuição da população pelas freguesias do Funchal, verifica-se que Santo António e São Martinho são as que apresentam o maior número de residentes (27 383 e 26 482 respetivamente). Por outro lado, é a freguesia da Sé a que apresenta o

menor número de residentes (2 656), existindo ainda outras seis com menos de 10 000 residentes (tabela H2).

A análise da pirâmide etária do município (figura 12), evidencia uma base mais estreita comparativamente à classe dos adultos, resultado da diminuição da natalidade e aumento da esperança média de vida, refletindo uma pirâmide etária envelhecida, em linha com a pirâmide etária da região e do país.

Figura 12

Pirâmide etária do Município do Funchal



Nota. Retirado de Estatísticas Demográficas (DREM, 2018).

Analisando a estrutura etária da população residente no Funchal regista-se, para os grupos etários com idades entre os 30 e os 54 anos, um maior número de residentes relativamente aos grupos etários juvenis (14 a 30 anos), confirmando o comportamento de uma pirâmide etária envelhecida (figura H8).

Relativamente à população jovem do município do Funchal, segundo a tabela 9, do total de população residente, 6117 são jovens na faixa etária dos 15-19 anos, 5804 na faixa etária dos 20-24 anos e 6110 na faixa etária dos 25-29 anos. O Funchal tem um total de 18 031 jovens (entre os 15 e os 29 anos de idade) representando cerca de 17,3% da população total do território.

Verificamos que contrariamente à população total e a outros grupos etários, nos grupos etários juvenis (15-19, 20-24 e 25-29 anos) é maior o número de residentes do sexo masculino relativamente ao sexo feminino.

Tabela 9*População residente na RAM e Funchal por faixas etárias juvenis e sexo (2018)*

Distribuição geográfica	Sexo	Grupos etários			
		Total	15-19 anos	20-24 anos	25-29 anos
Madeira	HM	253 945	16 260	15 443	15 722
	H	118 585	8334	8118	8052
	M	135 360	7926	7325	7670
Funchal	HM	104 129	6117	5804	6110
	H	47 886	3116	3061	3089
	M	56 243	3001	2743	3021

Nota. Retirado de Estatísticas Demográficas (DREM, 2018).

Analisando a população residente nas freguesias do Funchal por faixas etárias (tabela H4), verifica-se que é em Santo António e São Martinho que se regista o maior número de população envelhecida, com o número de residentes com idade igual ou superior a 65 anos a ultrapassar as 3000 pessoas, cerca de 35,5% da população dessa faixa etária no Funchal. Considerando a distribuição dos residentes nas faixas etárias juvenis é possível aferir que os residentes com idades entre os 15-24 anos são em maior número em Santo António e São Martinho (tabela 10).

Tabela 10*Residentes jovens nas Freguesias do Funchal (15-24 anos)*

Freguesias	Nº residentes jovens
Santo António	3601
São Martinho	3209
Santa Maria Maior	1473
São Roque	1251
Monte	818
Imaculado Coração de Maria	713
São Gonçalo	725
São Pedro	700
Santa Luzia	584
Sé	242

Nota. Adaptado de INE (2011).

O estudo da evolução da população residente no Funchal entre 2008 e 2018, se atendermos às faixas etárias juvenis (15-19, 20-24 e 25-19 anos), apresenta uma

diminuição da população jovem (15-29 anos) e aumento da população idosa (≥ 65 anos) – resultados transversais à realidade da RAM (tabela H3).

A relação entre o número de idosos e o número de jovens no município – índice de envelhecimento – é de 149,3 % para o Funchal o que indica que há mais idosos do que jovens na cidade. Por outro lado, analisando o índice de juventude para o Funchal – relação entre a população jovem e a população idosa – o Funchal apresenta um índice de juventude de 91,6%, indicando que por cada 100 idosos, temos 91,6 jovens o que corrobora que existem mais idosos que jovens no município, de acordo com a tendência verificada em toda a RAM.

O Funchal é o quinto município da RAM com maior índice de dependência de idosos (DREM, 2018), índice que mede a relação do número de idosos e a população em idade ativa. Também, através da análise do índice de dependência dos jovens – 18,3% para o Funchal – é possível concluir que por cada 100 pessoas em idade ativa (15-64 anos), o município apresenta 18,3 jovens com idade igual ou inferior a 15 anos (considerados inativos do ponto de vista económico), logo há menos jovens, menores de 15 anos, em comparação com o número de pessoas em idade ativa (dos 15 - 64 anos) no município, o que também acontece na RAM que apresenta um índice de 19,3% (figura H9), sendo que apenas três municípios apresentam um índice de dependência dos jovens superior ao Funchal na RAM – Câmara de Lobos, Ribeira Brava e Santa Cruz.

Os dados da DREM (2018) apontam ainda para o envelhecimento da população em idade ativa no Funchal, comprovado pela diminuição do índice de renovação da população em idade ativa (76,9%), correspondendo assim o número de 76,9 jovens dos 20 aos 29 anos por cada 100 pessoas dos 55 aos 64 anos, indicando que o número de pessoas em idade potencial de saída do mercado de trabalho não é compensado pelo número de pessoas em idade potencial de entrada no mercado de trabalho.

Educação

No que se refere à educação, os dados da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) e do Observatório de Educação da Região Autónoma da Madeira (OERAM), indicam que no ano letivo de 2018/2019 no Funchal, estavam matriculados cerca de 4872 alunos no 3º Ciclo do Ensino Básico e 8043 alunos no Ensino

Secundário, correspondendo respetivamente a 59% e 72,1% dos alunos matriculados nesses ciclos de estudos na RAM.

Atendendo aos alunos matriculados no 3º Ciclo do Ensino Básico, no ano de 2018/2019 no Funchal, 4086 estavam matriculados no ensino regular (84%) e os outros 16% distribuídos pelos cursos de CEF (Cursos Educação e Formação), EFA (Educação e Formação de Adultos), pelos percursos curriculares alternativos, formação modular e processos RVCC (tabela H5). Matriculados no Ensino Secundário, no ano letivo 2018/2019 no Funchal estavam 4394 alunos no Ensino Regular (55%), 2400 nos cursos Profissionais (30%) e os outros 15% distribuídos pelos cursos de Aprendizagem, cursos CEF (Educação e Formação), EFA (educação e formação de adultos), formação modular e processos RVCC (tabela H6).

No Ensino Superior, no ano letivo 2018/2019, segundo a DREM (2020), estavam matriculados 3237 alunos no Funchal, o que corresponde ao total de alunos matriculados na RAM, uma vez que as instituições de Ensino Superior na RAM estão todas sediadas no Funchal.

Quanto aos alunos residentes no concelho do Funchal, segundo a DGEEC (2018), estavam matriculados no ano letivo 2018/2019 no Ensino Superior 3739 alunos. Destes alunos, 1423 estavam inscritos em estabelecimentos de Ensino Superior no concelho do Funchal (38%) e 2316 estavam matriculados em Instituições de Ensino Superior fora da RAM – estudantes deslocados (62%). Destes últimos, 1175 (cerca de 51%) estudavam em Lisboa, 268 no Porto e 178 em Coimbra.

O município do Funchal conta com 13 estabelecimentos que ministram o 3ºCiclo do Ensino Básico, 13 estabelecimentos o Ensino Secundário – 8 públicos e 5 privados e 8 estabelecimentos que ministram o Ensino Superior – 6 públicos (4 faculdades e 2 escolas superiores) e 2 privados (DGEEC, 2018).

Relativamente aos dados do Conservatório – Escola Profissional das Artes da Madeira (CEPAM), instituição de ensino sediada no Funchal e que acolhe cursos gerais e cursos profissionais nas áreas das artes, e aos dados do estudo das artes no município, no ano letivo de 2019/2020 estavam inscritos cerca de 1288 alunos nos cursos gerais de artes, 200 eram residentes no Funchal, sendo que 77 destes últimos estavam inscritos no ensino articulado com o ensino regular. Estavam também inscritos nos Cursos

Profissionais artísticos cerca de 114 alunos, 37 são residentes no município do Funchal (CEPAM). Em termos de Orquestras e Coros, em 2019/2020, estavam inscritos 831 elementos dos quais 417 residentes no Funchal, todos com idade inferior a 30 anos.

Analisando os dados da DREM (2020), referentes à RAM e ao Funchal, a taxa de abandono precoce de educação e formação para a RAM era de 13,7% em 2019, sendo esta a percentagem dos jovens entre os 18 e os 24 anos que abandonaram os estudos sem completar o ensino secundário. Percentagem ligeiramente superior aos 10,6% referentes a esta taxa no país, sendo superior nos jovens (17,5%) relativamente às jovens (9,7%). Esta taxa tem vindo a diminuir ao longo dos anos (figura H10). Em termos de taxa bruta de escolarização para a RAM, sabemos que no 3º Ciclo do Ensino Básico, face à população em idade normal de frequência deste mesmo ciclo, a percentagem de alunos matriculados é de 113,3% e no Ensino Secundário de 116%, face à população em idade normal de frequência do mesmo.

Também os dados referentes ao nível de escolaridade dos jovens residentes no Funchal, dos 14 aos 29 anos, permitem-nos concluir que maioritariamente estes jovens têm como nível de escolaridade o Ensino Secundário (7861 jovens) e o Ensino Básico (7438) e há ainda cerca de 199 jovens sem nenhum nível de escolaridade (tabela H7). No ano de 2018/2019, o município apresentava uma taxa de transição/conclusão no ensino secundário de 84,4%, muito idêntica à mesma taxa para a RAM no mesmo ano (85%). Também, segundo o OERAM (2020), a taxa de retenção e desistência no 3.º Ciclo do Ensino Básico no Funchal em 2017/2018 – 4,7% - era inferior aos valores verificados em toda RAM (6%).

Emprego

No que diz respeito à empregabilidade jovem, os dados da DREM (2018) referentes às Estatísticas de Emprego na RAM indicam que no último trimestre de 2019 existiam cerca de 10 200 jovens trabalhadores ativos entre os 15-24 anos na Região (32% da população total desta faixa etária) e 27 500 jovens trabalhadores ativos entre os 25-34 anos. A taxa de emprego nesse mesmo trimestre era de 22,7% para a faixa etária dos 15-24 anos, sendo maior nos homens e 77,4% para a faixa etária dos 25-34 anos, sendo maior

nas mulheres. Já a taxa de desemprego no 3º trimestre de 2019 era de 25,5% na faixa etária 15-24 anos e 9% nos jovens entre 25-34 anos.

Segundo o Instituto de Emprego da Madeira (2020), em maio de 2020, estavam inscritas 17 465 pessoas como desempregadas, sendo que o Funchal era o concelho com mais desempregados inscritos (42,2%). Os jovens entre os 20 e 34 anos representavam 31,7% da população desempregada inscrita no IEM (figura H11).

À mesma data, o Funchal tinha cerca de 814 jovens com idades iguais ou inferiores aos 25 anos inscritos no IEM, num total de 2022 jovens na RAM com esta idade inscritos. As freguesias de Santo António e de São Martinho são aquelas que apresentavam um maior número de inscritos, 271 e 220 respetivamente, apresentando conjuntamente mais de 50% dos jovens do Funchal inscritos no IEM com esta idade.

Com idades compreendidas entre 25 e 34 anos no mesmo período estavam inscritos 1586 jovens no IEM comparativamente com o total de 3 779 jovens da mesma idade inscritos na RAM. Os residentes das freguesias de Santo António e São Martinho representavam mais de 50% dos inscritos residentes no Funchal com idade entre os 25 e 34 anos (tabela H8).

4.2. Que Políticas Municipais de Juventude?

A Câmara Municipal do Funchal (CMF) é o órgão executivo que gere as políticas públicas do município, nas quais se incluem as Políticas Municipais de Juventude. É a Divisão de Juventude, Desporto e Envelhecimento Ativo (DJDEA) a unidade orgânica responsável pela dinamização das Políticas Municipais de Juventude. Divisão inserida no Departamento de Educação e Qualidade de Vida, tutelada pelo Vereador com os Pelouros do Desporto e da Juventude.

Contudo, a área da Juventude é desenvolvida de forma transversal na autarquia através de um conjunto de programas e projetos que constituem as Políticas Municipais de Juventude em diversas áreas, descritas mais à frente na Carta da Juventude.

Para esta análise das Políticas Municipais de Juventude do município, é de grande importância o estudo de Vieira e Ferreira (2018) intitulado “Juventude(s) do Local ao Nacional – Que Intervenção?”, uma parceria entre o Observatório Permanente da Juventude do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e o Instituto

Português do Desporto e Juventud,e que centra o seu estudo no papel dos municípios portugueses na promoção de políticas de juventude.

4.2.1. As Políticas Juventude do Funchal

Assim, em termos de unidade orgânica, o município possui uma unidade dedicada à intervenção na área da juventude – a Divisão de Juventude, Desporto e Envelhecimento ativo - que como o próprio nome indica é uma unidade que partilha a intervenção na área da juventude com outras duas áreas de atuação – o Desporto e o Envelhecimento ativo. Segundo o estudo de Vieira e Ferreira (2018), na maioria dos municípios portugueses auscultados (60,6%) não existe uma unidade orgânica exclusivamente dedicada à intervenção na área da juventude, prevalecendo unidades orgânicas dedicadas à juventude em articulação com outros domínios de intervenção, enquadrando-se aqui o Funchal.

Quanto aos recursos humanos dedicados à juventude, ao contrário da maioria dos municípios portugueses (59,4%), que têm até 6 recursos humanos afetos à unidade orgânica dedicada à intervenção nesta área (Vieira & Ferreira, 2018), o Funchal não tem recursos humanos afetos exclusivamente à área da juventude, com formação e atuação específica na área, sendo esta trabalhada transversalmente por técnicos de diversas áreas dentro da CMF.

Se atendermos aos recursos humanos genericamente, segundo os dados Divisão de Recursos Humanos da CMF de novembro de 2019, a CMF contava com cerca de 71 trabalhadores jovens com idade igual ou inferior a 30 anos nos seus quadros, sendo 48 do sexo masculino e 23 do sexo feminino. Além destes jovens, a CMF acolhe todos os anos jovens entre os 14-30 anos a realizar estágios profissionais e curriculares, tendo no ano de 2019 recebido cerca de 98 (mais 46 que no ano de 2018). Recebe também anualmente jovens a realizar estágios profissionais através do Instituto de Emprego da Madeira, cerca de 72 jovens com idade inferior a 30 anos em 2019 (mais 53 que no ano anterior).

Ao abrigo do Programa Municipal de Formação e Ocupação em contexto de trabalho (PMFOCT), a CMF tinha à data de novembro de 2019, cerca de 131 participantes, dos quais 50 tinham idade igual ou inferior a 30 anos (tabela H9).

Relativamente ao orçamento dedicado pela autarquia à área da juventude, tal como a maioria dos municípios (59,4%), o Funchal não dispõe de um orçamento específico para a área da juventude, sendo que esta é uma realidade em todos os municípios da Madeira. Pode concluir-se que o Funchal, como a maioria dos municípios, gere orçamentos limitados não possuindo orçamentos dedicados à juventude (Vieira & Ferreira, 2018).

Em termos de estratégia ou de plano estratégico para a juventude, tal como todos os municípios da RAM, o Funchal não possui um PMJ que seja transversal e integrador das políticas municipais de juventude, apenas 22 dos municípios do país possuem este plano (8,8%). Esta realidade na RAM poderá justificar-se pela existência na Região, de uma Direção Regional de Juventude, pertencente à Secretaria de Educação do Governo Regional, que desenvolve trabalho na região a nível das políticas e programas de juventude.

Apesar de não ter implementado um PMJ, o Funchal procura ouvir regularmente e perceber as necessidades dos seus jovens, sendo por isso um dos 70,9% dos municípios que, segundo o estudo de Vieira e Ferreira (2018), consulta regularmente os jovens para definir políticas, programas e ações na área da juventude, recorrendo para o efeito a diversos mecanismos de auscultação. Para tal, o município utiliza maioritariamente os órgãos e meios de carácter mais formal e institucional nos quais podemos destacar:

- O Conselho Municipal de Juventude – em atividade desde o ano 2014 no Funchal, sendo este um órgão consultivo da juventude no município e das suas associações;
- A auscultação regular das 30 associações juvenis e das associações estudantis do município através de reuniões e realização de encontros regulares;
- Assembleia Municipal Jovem – projeto de âmbito participativo destinada aos alunos do 3ºCiclo do Ensino Básico;
- Orçamento participativo – aberto à população em geral sendo que nas suas duas edições teve uma grande representação dos jovens da cidade;
- As diversas atividades, reuniões, workshops e fóruns desenvolvidos pela CMF transversalmente às diversas áreas.

Quanto às estratégias municipais de apoio ao associativismo, o Funchal tem um programa municipal de Apoios Financeiros ao Associativismo e a Atividades de Interesse Municipal, cujo regulamento existente apresenta caráter abrangente no sentido de apoiar

o associativismo de forma lata, e não apenas o associativismo jovem, enquadrando-se o Funchal nos 56,2% municípios que não possuem um documento especificamente elaborado para regular os apoios atribuídos às associações juvenis.

Tal como a maioria dos municípios portugueses (74,5%), o Funchal não possui um website municipal destinado à área da juventude, utilizando como canais preferenciais de comunicação com este grupo o website geral do município, as redes sociais e o contacto direto com as associações juvenis. O município dispõe de uma série de infraestruturas (desportivas, culturais, recreativas e outras) que, não sendo de uso exclusivo dos jovens, podem ser utilizadas por estes.

A análise dos dados dos apoios sociais da CMF aos jovens, no que se reporta ao Programa de Bolsas de Estudo do Ensino Superior, segundo dados da Divisão de Desenvolvimento Social da CMF, indica que para o ano letivo 2019/2020 foram admitidas 1659 candidaturas e atribuídos 1476 apoios e que no ano de 2018/2019 foram registados cerca de 1271 alunos bolseiros.

O apoio para aquisição de manuais escolares do 1º, 2º e 3º ciclo do Ensino Básico, para os estudantes residentes no município no ano letivo de 2019/2020, contou com cerca de 3903 candidaturas e aproximadamente 3862 alunos apoiados no 1º ciclo, 786 candidaturas e aproximadamente 556 alunos apoiados no 2ºCiclo e ainda 1270 candidaturas e aproximadamente 1227 alunos apoiados no 3ºCiclo (tabela H10).

4.2.2- Carta da Juventude

A Federação Nacional de Associações Juvenis (FNAJ) tem realizado um percurso pioneiro no desenvolvimento das Políticas Locais de Juventude em Portugal, desenvolvendo diversos documentos estratégicos nos últimos anos nesta área, como é exemplo do Plano Nacional de Políticas Locais de Juventude lançado em maio de 2019.

Este documento, com base no Diálogo Jovem de base local, desafia os municípios portugueses a serem maiores e melhores parceiros da sua juventude, e apresenta um importante Guia para a construção de Planos Municipais de Juventude (FNAJ, 2019), documento estratégico tendo em vista o objetivo desta dissertação.

Neste documento, a FNAJ apresenta recomendações de boas práticas para a conceção de um bom PMJ, nomeadamente a criação de uma Carta da Juventude – onde configure a descrição do setor da Juventude no município, em termos de programas e projetos, associações juvenis e organizações parceiras da juventude e, ainda, o mapeamento e registo de todas as infraestruturas e espaços do município exclusivos/ ou de possível utilização dos jovens. Assim, no âmbito do diagnóstico que estamos a desenvolver, propomo-nos neste subcapítulo fazer um levantamento e análise daqueles que são os projetos e programas atualmente promovidos pela CMF na área da juventude, fazer um levantamento das associações juvenis registadas e ativas no município e as organizações parceiras de juventude – rede de juventude do Funchal – e, ainda, o mapeamento das infraestruturas e espaços do Funchal de utilização exclusiva ou partilhada pelos jovens do Funchal com a comunidade, constituindo o Parque Jovem da cidade.

Programas/Projetos juvenis da CMF

A CMF, dentro da sua orgânica de departamentos e divisões, tem atualmente diversos Programas e Projetos Juvenis em curso, e outros que não sendo exclusivamente do âmbito juvenil beneficiam diretamente os jovens (14-30 anos), constituindo assim aquelas que são as atuais Políticas Municipais de apoio aos jovens (tabela H11). Assim a área da Juventude é desenvolvida de forma transversal na autarquia através de um conjunto de práticas distintas nas mais diversas áreas. Após uma pesquisa e análise no website geral do município, nas redes sociais do mesmo e no contacto direto com os técnicos responsáveis das diversas divisões e departamentos da CMF, identificamos cerca de 27 programas/projetos desenvolvidos e promovidos pela CMF e seus parceiros, distribuídos por sete áreas: participação, social, educação, emprego, desporto, associativismo e ambiente, cuja descrição é apresentada no anexo I.

Rede de Juventude do Funchal

No levantamento e mapeamento com vista a reunir na Rede de Juventude do Funchal todas as entidades parceiras do setor da Juventude, consideramos duas tipologias de entidades:

- As entidades parceiras *de* jovens – as associações juvenis da cidade, associações estudantis, partidárias e grupos informais de jovens;
- As entidades *para* jovens – organizações parceiras da área juventude com missão e trabalho desenvolvidos com e para os jovens do município do Funchal.

Para Vieira e Ferreira (2018), o associativismo juvenil é um interlocutor privilegiado entre os jovens e as instituições cívicas e políticas, assumindo um papel na representação dos interesses e necessidades dos jovens e na estimulação da cultura participativa destes, dando-lhes protagonismo e fazendo ouvir a sua voz. A maioria destas associações são entidades parceiras dos jovens, em que estes participam e também podem ser dirigentes. Conscientes da importância das mesmas na intervenção na área da juventude do Funchal, realizámos o levantamento das associações juvenis registadas e sediadas no município – associações juvenis, estudantis, partidárias e grupos informais de jovens – que denominamos de ***entidades parceiras de jovens***. Tendo em conta os dados do Registo Regional do Associativismo Jovem (RRAJ) da Direção Regional de Juventude (2020) e os dados fornecidos pela CMF, foi possível identificar cerca de 34 associações juvenis ativas e sediadas no Funchal (figura J1).

Feito este levantamento, classificamos as associações juvenis em sete categorias tendo em conta a sua área de intervenção, e dentro de cada uma delas definimos subcategorias (tabela J1):

- Juventudes partidárias (JP) – categoria na qual incluímos as juventudes partidárias ativas e sediadas no município;
- Associações de estudantes (AE) - as Associações de Estudantes do Ensino Secundário e do Ensino Superior do município;
- Associações Culturais e artísticas (ACA) –as Tunas e as associações de Teatro;
- Associações Corporativas/Profissionais (ACP);

- Associações escutistas (AEscut);
- Associações de intervenção social e educativa (AISE);
- Grupos informais de jovens (GIJ).

Conscientes também da importância da envolvência de toda a comunidade nas políticas de juventude municipais, identificamos um conjunto de organizações e entidades que devido às suas especificidades e áreas de intervenção, desenvolvem atividade que influencia direta e indiretamente a vida quotidiana dos jovens, muitas delas não exercendo atividade exclusivamente para o público juvenil, mas para o público em geral – as quais denominamos *entidades parceiras para jovens*. Este levantamento permitiu-nos identificar cerca de 38 entidades (tabela J2), e teve em consideração a pesquisa nos websites das respetivas organizações e os dados fornecidos pela CMF, nomeadamente pelas diversas divisões e departamentos que identificaram as entidades com quem já desenvolvem trabalhos de parceria.

Findado o levantamento, classificamos as entidades identificadas em seis categorias, cada uma delas com várias subcategorias (figura J2):

- Poder local / regional – onde incluímos a entidades relacionadas com o Governo Regional da Madeira, as várias divisões e departamentos da CMF e ainda as 10 Juntas de Freguesia do município;
- Policiais/judiciais – inserindo aqui as entidades públicas de caráter policial e judicial que trabalham em prol da comunidade e do público-jovem;
- Educação – onde se enquadram as Escolas Secundárias e Profissionais e as Instituições de Ensino Superior do município;
- Saúde – os parceiros do Sistema Regional de Saúde da RAM;
- Emprego e Social.

Parque Jovem do Funchal

O Funchal tem um conjunto de espaços e infraestruturas que, não sendo na sua maioria exclusivamente de âmbito e uso juvenil, são acessíveis aos jovens e por isso

constituem o Parque Jovem da cidade, que deve ser valorizado enquanto recurso. A sua otimização revela ser fundamental na construção de um PMJ.

Através da pesquisa e análise no website geral do município, nas redes sociais e do contacto direto com as diversas divisões e departamentos da CMF, a par das informações por estes fornecidas, foi possível identificar cerca de 99 infraestruturas e espaços no município. Conscientes que os espaços e infraestruturas acessíveis aos jovens não se esgotam neste mapeamento, dividimos estes espaços e infraestruturas em:

- Infraestruturas e espaços municipais – espaços que são da responsabilidade da CMF;
- Infraestruturas e espaços não municipais – espaços que são da responsabilidade de outras entidades como é exemplo o Governo Regional da RAM.

Relativamente às *infraestruturas e espaços municipais* (tabela K1), identificámos cerca de 64 infraestruturas e espaços passíveis de serem utilizados pelos jovens da cidade, que foram categorizados tendo em conta cinco categorias: Desporto, Cultura/Arte, Lazer, Educação e Ciência/Natureza.

Atendendo à distribuição destas infraestruturas e espaços municipais pelas freguesias do município, verifica-se que a maioria se encontra concentrada nas freguesias da Sé (centro da cidade) e de São Martinho (figura K1).

Quanto às *infraestruturas e espaços não municipais* (tabela K2) que podem ser utilizados pelos jovens da cidade, identificámos cerca de 35, que foram categorizadas tendo em conta quatro categorias: Lazer, Cultura/Arte, Desporto e Juventude. As duas últimas incluem sensivelmente as infraestruturas e espaços públicos na cidade sob a tutela da Direção Regional do Desporto (DRD) e a Direção Regional de Juventude (DRJ). A maioria destas infraestruturas e espaços não municipais encontram-se concentrados nas freguesias de São Pedro (centro da cidade), Santa Maria Maior e São Martinho (figura K2).

Em **síntese**, retomando o objetivo que orientou este capítulo, *identificar e analisar os recursos e projetos do Município do Funchal para a juventude*, a partir das respostas às duas questões colocadas: *Quem são os jovens do Funchal? e Que Políticas Municipais de juventude?*, é possível concluir que, de acordo com o próprio conceito de juventude e pela amplitude da faixa etária considerada (14-30 anos), os jovens do Funchal são

heterogêneos no que à sua caracterização diz respeito, sendo possível encontrar não uma, mas **várias juventudes** com dinamismos próprios. A **diversidade de projetos e programas** juvenis em curso, de infraestruturas e espaços de âmbito municipal e regional, de associações juvenis ativas e de várias entidades com trabalho em prol da juventude, assim como a mobilização dos jovens nos diversos campos de ação do município, indicam-nos que o setor da juventude e suas políticas integram diversas áreas de atuação do município, não sendo uma área esquecida, mas beneficiando de uma **intervenção dispersa** por áreas diversas de ação municipal.

5. A JUVENTUDE DO FUNCHAL -
UM DIAGNÓSTICO
PARTICIPATIVO

| ' ' | | ' ' |

Este capítulo visa responder aos três objetivos definidos para esta dissertação: 1. Identificar e analisar os recursos e projetos do Município do Funchal para a juventude; 2. Analisar e compreender as representações dos jovens, agentes municipais e responsáveis políticos sobre os jovens da cidade e a sua participação ativa na cidade; 3. Analisar concepções sobre o que é um Plano Municipal de Juventude e sobre o papel dos jovens e dos vários agentes na construção do plano e das políticas municipais de juventude.

Para tal mobilizamos os dados recolhidos através dos inquéritos por questionário aplicados aos jovens que vivem, estudam ou trabalham no Funchal, aos responsáveis/dirigentes das Escolas Secundárias, Profissionais e Instituições de Ensino Superior, aos presidentes das Juntas de Freguesia e às entrevistas realizadas às associações juvenis e aos agentes de juventude do município.

Estes instrumentos de recolha e análise de informação foram desenhados e aplicados em articulação com os dados anteriormente recolhidos, no âmbito do diagnóstico organizacional, procurando assim uma análise que mobilize diferentes olhares sobre o mesmo objeto de estudo.

5.1- Os recursos e projetos do município para a juventude

5.1.1 - Representações dos jovens do Funchal

Os jovens do Funchal, quando questionados sobre os *Programas/Projetos da CMF direcionados à juventude* afirmam, na sua maioria, desconhecimento (43,7% dos inquiridos), alguns manifestam já ter ouvido falar (32,2%), 19% indicam conhecer razoavelmente e, apenas 4,6% afirma conhecer bem (figura L1).

Destes programas para a juventude da CMF, 608 inquiridos referem conhecer as Bolsas de Estudo dos Estudantes Universitários (30,8%) e 471 o Programa de atribuição de manuais escolares (23,9%), evidenciando ter um maior conhecimento sobre os programas de carácter social. Em termos dos programas de âmbito participativo, 239 (12,1%) jovens referem conhecer a Assembleia Municipal Jovem e 204 conhecem o Orçamento Participativo (10,3%). São ainda conhecidos o Programa Municipal de

formação e ocupação em contexto de trabalho, apoio ao arrendamento habitacional e os apoios ao associativismo (figura L2).

Em termos do número de programas/projetos juvenis da CMF conhecidos pelos jovens, 183 inquiridos conhecem três destes programas/projetos, 178 conhecem dois programas e 160 conhecem apenas um dos programas (tabela L1). Esta questão foi respondida por 710 jovens. Comparando com os 701 jovens que afirmaram anteriormente "Já ouvi falar", "Conheço razoavelmente", "Conheço bem" e "Conheço muito bem", verifica-se que nove jovens, apesar de afirmarem desconhecer os programas/projetos de Juventude da CMF, quando os mesmos são descritos identificam-nos como programas/projetos da área. Relativamente aos inquiridos que afirmaram desconhecer os programas/projetos da CMF para a Juventude, 53,3% refere que este desconhecimento se deve à pouca divulgação, 30% indicou não ter interesse e 16% identificou dificuldade em encontrar informação (figura L3). Esta questão foi respondida por 715 jovens. Comparando com os 544 jovens que responderam desconhecer os projetos da CMF na questão 3.1, verifica-se que, 171 jovens mesmo tendo algum conhecimento dos projetos, assumem “não ter interesse”, “dificuldade em encontrar informação” e “pouca divulgação”.

No sentido de compreender o grau de satisfação dos mesmos quanto à oferta de atividades organizadas pela CMF, identificámos que relativamente às atividades de âmbito cultural, 623 inquiridos encontram-se satisfeitos (53%), 312 pouco satisfeitos e 134 insatisfeitos (perfazendo estes dois últimos 38%). Quanto às atividades desportivas, 590 inquiridos (50%) mostram-se satisfeito com a oferta, cerca de 299 encontram-se pouco satisfeitos e 127 insatisfeitos (36% de inquiridos pouco ou nada satisfeitos). Nas atividades de animação/lúdicas, 595 inquiridos encontram-se satisfeitos (51%), 312 pouco satisfeitos e 125 insatisfeitos (37% pouco ou nada satisfeitos). Já relativamente às atividades de âmbito formativo, 402 inquiridos mostram-se pouco satisfeitos e 149 insatisfeitos (47% pouco satisfeitos e insatisfeitos) com a oferta de atividades da CMF e 509 inquiridos encontra-se satisfeito (43,6%).

Assim, de uma forma genérica, os inquiridos que apreciaram a oferta de atividades organizadas pela CMF e revelaram a sua satisfação com as mesmas. As atividades de

formação são aquelas que são indicadas como tendo o maior grau de insatisfação ou pouca satisfação, como é possível verificar na figura L4 (Anexo L).

Quando questionados acerca das potencialidades da cidade do Funchal na área da juventude, que consideram ser uma mais-valia para os jovens da cidade, os inquiridos fazem 404 referências, que foram agrupadas em nove categorias (tabela L2). Destacam-se com cerca de 53% das referências as áreas do **Desporto** (22,5% ref.), do **Entretenimento e Lazer** (16,3% ref.), e **Oferta Turística** (14,4% ref.). Ao nível do Desporto, são as *Atividades desportivas* as mais valorizadas (85/91 ref.). No Entretenimento e Lazer as referências recaem sobre a *Diversidade de atividades e espaços de lazer/lúdicos* (46/66 ref.) e o *Turismo* reúne as 58 referências da terceira categoria mais referida.

5.1.2 - Representações dos responsáveis/dirigentes das Escolas Secundárias, Profissionais e Instituições de Ensino Superior do Funchal

Para estes responsáveis/dirigentes, a organização de programas e eventos culturais e desportivos surgem entre a maioria das referências às potencialidades e características da cidade, segue-se a referência à existência de espaços de lazer e de desporto a par da qualidade de vida e das acessibilidades (4 referências em cada). As características físicas do território, em particular o clima e a presença do mar são também aspetos evocados para caraterizar a cidade (tabela L3).

Relativamente ao conhecimento e opinião sobre os Programas e Projetos juvenis da CMF, 7 dos inquiridos (58%) confirmam conhecer e outros 5 inquiridos (42%) indicam desconhecer o trabalho que é desenvolvido. Das 9 referências aos programas conhecidos, quatro centram-se na organização de eventos desportivos, musicais e culturais, 2 reportam-se às bolsas de estudo para estudantes universitários e outros 2 aos programas para habitar na Cidade (tabela L4).

Quanto à opinião sobre estes mesmos Programas e Projetos, das 7 referências registadas, 4 confirmam a sua importância por intervirem em áreas chave da vida dos jovens, 2 valorizam a forte ligação com a cidadania em ação/participação e o desenvolvimento de competências práticas e fundamentais para a entrada no mercado

profissional e, apenas 1 se reporta às potencialidades dos Programas e Projetos numa aproximação entre decisores e jovens. De destacar a referência feita à construção do PMJ como um Programa/ Projeto juvenil da CMF.

Sobre a opinião dos inquiridos, acerca da relação entre Jovens, técnicos de juventude (e outros técnicos) e decisores Políticos (Câmara Municipal do Funchal e Juntas de Freguesia) no município, é consensual a valorização atribuída a esta relação (tabela L5). Das referências feitas nas respostas, 7 consideram que esta relação tem sido progressivamente trabalhada e melhorada, 3 consideram que deve ser incentivada, outras 3 reportam-se à pouca colaboração e proximidade e ainda outras 2 reportam-se à ausência de uma opinião formada, devido ao desconhecimento desta relação.

5.1.3 -Representações dos presidentes das Juntas de Freguesia do Funchal

Sobre os recursos e projetos do município para a juventude, os programas e eventos culturais, desportivos e de lazer (10 referências) e as infraestruturas e espaços desportivos e culturais (8 referências) são enunciados pelos inquiridos como os principais recursos na área da juventude (tabela L6). Foram ainda referidas como principais potencialidades do Funchal as características físicas do território (6 referências), a proximidade e acessibilidades (5 referências), a qualidade de vida e os apoios sociais (ambas com 3 referências). Quanto aos programas e projetos juvenis da CMF (tabela L7), 5 das referências classificam os mesmos como sendo positivos, interessantes e com a capacidade de envolver muitos jovens (35,7%), e 4 reportam-se à necessidade de mais projetos e programas juvenis (28,6%). São ainda feitas referências ao desconhecimento e pouca divulgação (3 referências – 21,4%) e ao pouco interesse e atratividade para os jovens (2 referências).

5.1.4 – Representações das Associações juvenis e Agentes de juventude do Funchal

Relativamente aos recursos e projetos do município para a juventude, os entrevistados destacam como potencialidades e características da cidade do Funchal, que podem ser um contributo para a área da juventude (tabela 11), as **acessibilidades** (134

referências – 22,5%), o **dinamismo** (97 referências – 16,3%) e as **oportunidades e serviços** (91 referências – 15,3%).

Tabela 11

Potencialidades da cidade: representações das associações e agentes de juventude

categorias	associações juvenis		agentes de juventude		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Acessibilidade	84	20,7	50	26,3	134	22,5
Dinamismo	81	20,0	16	8,4	97	16,3
Oportunidades e Serviços	64	15,8	27	14,2	91	15,3
Espaços	61	15,0	18	9,5	79	13,3
Condições de vida	41	10,1	37	19,5	78	13,1
Condições naturais	41	10,1	27	14,2	68	11,4
Natureza	34	8,4	15	7,9	49	8,2
Total	406	100,0	190	100,0	596	100,0

Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal (tabela L8).

A proximidade dos locais, a boa rede de transportes extensível até às zonas altas e as boas acessibilidades constituem as potencialidades da categoria da **acessibilidade**.

Das afirmações destacam-se:

Acesso a 2 mundos: um mundo mais urbano e um mundo mais rural. (AJ – AE4)

Equilíbrio entre metrópole e proximidade. (AJ – ACA5)

Proximidade de espaços o que permite acessibilidade ao mar, cidade e á serra. (AGJ – CMF2)

Já as potencialidades referentes ao **dinamismo**, compreendem características do Funchal como a *centralidade*, a *jovialidade*, *modernidade*, *atratividade para o turismo jovem*, o *desenvolvimento* e o facto de ser o *município capital da região/metrópole*, uma *cidade global e cosmopolita*, um *centro de diversidade cultural* e uma *cidade amiga do desporto*, referências ilustradas nas afirmações:

O Funchal é uma cidade moderna, em constante desenvolvimento e dinâmica pois há sempre algo a acontecer. (AJ – JP1)

O Funchal é uma cidade global – cosmopolita – é o centro da região. (AJ – AE2)

O Funchal é o coração da Madeira. (AJ- ACP2)

A categoria das **oportunidades e serviços** engloba como características da cidade a *diversidade de oportunidades e oferta de serviços*, a *grande oferta cultural e artística*, o *turismo e emprego associado à área*, as *excelentes condições e oportunidades para os*

jovens, o bom acesso às escolas e instituições de ensino superior, a diversidade de oferta de atividades/eventos e as excelentes condições para a prática desportiva. Destacam-se entre as afirmações:

Muita oferta em termos de eventos e espaços desportivos e culturais quer para os residentes quer os que nos visitam. (AGJ – CMF4)

Uma grande e diversificada oferta de atividades e serviços acessíveis aos jovens. (AJ- AESCUT1)

Reunião do tecido empresarial e de oportunidades para os jovens. (AJ- ACP2)

A Cidade do Funchal é uma cidade emergente com imenso potencial. (AJ – AIS6)

Comparando as potencialidades da cidade do Funchal, identificadas pelas associações juvenis e os agentes de juventude entrevistados, além da priorização das categorias **acessibilidades** e **oportunidades e serviços**, na primeira e terceira posições respetivamente (tabela 11), verifica-se uma divergência em termos de outras categorias mais valorizadas, uma vez que as associações juvenis privilegiam potencialidades como o **dinamismo** (20% das referências) e a existência de **espaços** (15% das referências) para a juventude, enquanto os agentes de juventude privilegiam potencialidades como as **condições de vida** e as **condições naturais** (19,5% e 14,2% das referências respetivamente).

A oferta diversificada de infraestruturas e espaços recreativos, culturais e desportivos e a diversidade de espaços e jardins ao ar livre correspondem à categoria dos **espaços**, reportando-se a:

Excelentes espaços na cidade para eventos culturais e desportivos. (AJ – ACA1)

Excelente oferta de espaços recreativos, culturais e desportivos. (AJ- AESCUT3)

Grande oferta de infraestruturas a nível de educação e saúde. (AJ – JP4)

Relativamente às **condições de vida**, estas englobam expressões como a *qualidade de vida, a segurança, o equilíbrio entre metrópole e proximidade, a limpeza, a inclusividade* e o facto de a cidade *ter tudo*:

Cidade que dá garantias de bem-estar e promoção de hábitos de vida saudável. (AGJ – CM7)

O Funchal apresenta boa qualidade de vida, com segurança e bom convívio social. (AGJ – EJ9)

O Funchal tem tudo: história, cultura, identidade, mar, serra, natureza, gastronomia, fantasia. (AGJ – DP2)

Em suma, as **acessibilidades**, o **dinamismo** e as **oportunidades e serviços** são as principais potencialidades do Funchal (mais de 50% das referências totais), às quais se juntam os **espaços**, destacados pelas associações juvenis, e as **condições de vida**.

Sobre o seu conhecimento e opinião em relação aos projetos e programas municipais na área da juventude (tabela 12), os entrevistados identificaram os projetos no âmbito da **educação** (45 referências – 23,8%), dos **apoios socioeconómicos** (44 referências - 23,3%), da **participação** (41 referências - 21,7%) e da **cultura** (19 referências - 10,1%). Com menor número de referências surgem os projetos no âmbito da **empregabilidade**, **desporto**, **social** e **ambiente** (13, 11, 8 e 8 referências respetivamente).

Tabela 12

Programa e Projetos conhecidos: representações das associações e agentes juvenis

categorias	associações juvenis		agentes de juventude		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Educação	28	27,2	17	19,8	45	23,8
Apoios socioeconómicos	24	23,3	20	23,3	44	23,3
Participação	32	31,1	9	10,5	41	21,7
Cultura	7	6,8	12	14,0	19	10,1
Empregabilidade	0	0,0	13	15,1	13	6,9
Desporto	6	5,8	5	5,8	11	5,8
Social	3	2,9	5	5,8	8	4,2
Ambiente	3	2,9	5	5,8	8	4,2
Total	103	100,0	86	100,0	189	100,0

Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal (tabela L9).

As duas categorias mais referenciadas pelos dois grupos de entrevistados, educação e apoios socioeconómicos, reúnem 47,1% das referências. A **educação** engloba projetos e programas como o *projeto educativo da CMF*, as *oficinas didáticas*, a *ludoteca do Parque de Santa Catarina*, os *apoios nos transportes para as visitas de estudo*, as *bolsas de estudo aos estudantes universitários* e o *apoio aos manuais escolares*. Os **apoios socioeconómicos** incluem os *apoios ao arrendamento*, *às famílias e à aquisição de material informático* e os *apoios logísticos e monetários às diversas ações e projetos das associações juvenis e culturais*, aos *festivais e eventos culturais e artísticos*, ao *desporto e à atividade desportiva e ao empreendedorismo*.

Para as associações juvenis, a **participação** surge na terceira posição, incluindo o envolvimento no *conselho municipal de juventude*, na *assembleia municipal jovem*, no *orçamento participativo* e na *construção do Plano Municipal de Juventude*. Os agentes de juventude colocam nesta posição a **empregabilidade** reportando-se ao *programa de estágios curriculares e profissionais* e o *Programa Municipal de formação em contexto de trabalho*.

As referências à **cultura**, valorizadas pelos agentes de juventude, englobam a *dinamização cultural da cidade*, o *Festival “Fica na cidade”*, a *dinamização dos Museus e atividades educativas nos mesmos*, a *dinamização do Teatro Baltazar Dias com artistas jovens* e a *disponibilização de espaços municipais para festivais*.

A área do **desporto** surge entre as menos referenciadas, sendo a este respeito identificados: o programa *“Cidade amiga do desporto”*, o *investimento nos espaços e equipamentos desportivos da cidade* e a *Semana da Mobilidade*. Já a categoria **social** inclui a *semana da Igualdade*, as *políticas de igualdade* e o *trabalho desenvolvido nos centros comunitários e nos bairros sociais*. Por fim, a categoria do **ambiente** abrange as atividades de *educação ambiental*, o *projeto Eco Escolas* e as *atividades ambientais para jovens no Parque Ecológico do Funchal*.

De uma forma sumária, verifica-se que os projetos mais conhecidos e referenciados pelos entrevistados são os projetos e programas na área da **Educação**, dos **Apoios Socioeconómicos** e da **Participação**, reunindo 130 das 189 referências (68,8%).

Os entrevistados foram convidados a dar a sua opinião acerca do funcionamento destes programas e projetos (tabela 13), sendo as mesmas categorizadas tendo em conta as referências à **comunicação deficitária** (42 referências – 30,9%), à **valorização da juventude** através destes programas e projetos (26 referências – 19,1%), ao **desconhecimento** (26 referências – 19,1%), à **especificidade** (19 referências – 14%), promoção da **capacitação** dos jovens (12 referências – 8,8%) e o **desinteresse** destes (11 referências – 8,1%).

A **comunicação deficitária**, referida mais frequentemente por ambos os grupos, engloba, em primeiro lugar, as *dificuldades em encontrar a informação sobre os programas e projetos*, que se encontra dispersa, e a *pouca divulgação direta e próxima dos jovens*, destacadas pelas afirmações:

O conhecimento sobre os programas e projetos de juventude é pouco devido à pouca divulgação e aposta na comunicação dos mesmos. (AJ – AE2)

Existe muita falta de divulgação dos projetos, eventos e programas na área da juventude. (AJ – AIS2)

Há uma falta de informação e por vezes há informação que há está dispersa e não há o devido acompanhamento dos jovens – não há um sítio central com toda a informação. (AJ-AESCUT3)

Tabela 13

Opinião sobre Programas e Projetos juvenis: representações das associações juvenis e agentes de juventude

categorias	associações juvenis		agentes de juventude		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Comunicação deficitária	28	33,7	14	26,4	42	30,9
Valorização da juventude	13	15,7	13	24,5	26	19,1
Desconhecimento	12	14,5	14	26,4	26	19,1
Especificidade	15	18,1	4	7,5	19	14,0
Capacitação	5	6,0	7	13,2	12	8,8
Desinteresse	10	12,0	1	1,9	11	8,1
Total	83	100,0	53	100,0	136	100,0

Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal (tabela L10).

As categorias **valorização** e **desconhecimento**, surgem na segunda posição no total de referências, com 26/136 referências cada. Contudo, são valorizadas de forma diferente por cada grupo: os agentes de juventude colocam o **desconhecimento** em posição idêntica à **comunicação deficitária** (14/53 referências cada), seguindo-se a **valorização** dos programas/projetos (13/53 referências); as associações juvenis reportam-se à **valorização** em terceiro lugar (13/83 referências), colocando a **especificidade** na segunda posição (15/83 referências).

A **valorização** diz respeito à *dinamização da área da juventude pelo município, à aposta do executivo municipal em diversos programas/projetos para a juventude, à divulgação que é feita sobre estes programas e à informação que chega às associações sobre os mesmos*, como se ilustra nas seguintes afirmações:

Sente-se uma preocupação da CMF em dinamizar a área da juventude no município, mas há sempre espaço para fazer mais e melhor. (AJ – AE4)

São programas interessantes e fundamentais, nomeadamente no apoio aos jovens estudantes e na promoção do seu desenvolvimento. (AJ – ACA2)

O **desconhecimento** reporta-se ao *pouco conhecimento sobre os programas e projetos juvenis de âmbito municipal* e a *ausência de conhecimento sobre os mesmos*, destacando-se as afirmações:

Há um desconhecimento geral dos jovens sobre os projetos – apenas conhecem os que gostam. (AJ – AE5)

Há muito pouco conhecimento sobre os programas e projetos juvenis de âmbito municipal. (AJ- AESCUT1)

Há um desconhecimento geral dos projetos/e programas na área da juventude fora da área de trabalho/ação diária. (AGJ – CMF3)

A **especificidade** compreende a *atenção específica das associações aos projetos da sua área de intervenção* e de interesse e à *oferta diminuta*:

O conhecimento dos jovens está de acordo com as suas necessidades e não tem a ver com a maior ou menor informação. (AJ – ACA3)

A divulgação é feita e a informação chega às associações – as associações acabam por dar mais atenção aos projetos da sua área de intervenção. (AJ – ACA4)

A comunidade estar mais atenta aos projetos das suas áreas de interesse o que dificulta uma visão global sobre o trabalho da CMF com os jovens. (AGJ – EJ29)

A **capacitação**, mais valorizada pelos agentes de juventude, diz respeito ao entendimento dos programas e projetos como uma *mais-valia em termos de participação e de consciencialização para a importância da mesma*, como uma *preparação e orientação dos jovens para o seu futuro próximo* e o interesse dos projetos e programas, evidente em expressões como:

Os projetos atualmente existentes na área da juventude têm se mostrado uma mais-valia em termos de participação e de consciencialização para a importância da mesma. (AGJ – CMF2)

Considero-os valiosos no sentido em que preparam e orientam os jovens para o seu futuro próximo. (AGJ – EJ10)

Ao compararmos a opinião das associações juvenis e dos agentes de juventude entrevistados acerca dos projetos e programas juvenis da CMF (tabela 13), regista-se que ambos consideram em primeiro lugar que existe uma **comunicação deficitária** (33,7% e 26,4% respetivamente). As associações juvenis colocam no segundo e terceiro lugar as questões da **especificidade** e da **valorização** (com 18,1% e 15,7% das referências

respetivamente), enquanto os agentes de juventude colocam também em primeira linha junto com a **comunicação deficitária** a questão do **desconhecimento** (também com 26,4%), em segundo lugar a **valorização** (com 24,5% das referências) e, em terceiro, a **capacitação** (com 13,2% das referências).

Relativamente à opinião generalizada acerca dos programas e projetos de juventude promovidos pela CMF, conclui-se que existe de uma forma generalizada uma **comunicação** e informação deficitárias, e apesar de existir uma **valorização** dos mesmos persiste ainda muito **desconhecimento** em relação a estes e uma **especificidade** no sentido em que cada associação/organização conhece apenas os projetos da sua área de atuação, não existindo uma visão global dos mesmos.

Para estes programas e projetos juvenis os entrevistados fizeram sugestões diversas, tendo sido agrupadas em cinco categorias (tabela 14), nomeadamente a **proximidade** (49 referências – 31,8%), a **comunicação** (45 referências – 29,2%), a **simplificação** (35 referências – 22,7%), **os incentivos** (16 referências – 10,4%) e as **parcerias** (9 referências – 5,8%).

Tabela 14

Sugestões sobre os programa e projetos juvenis: representações das associações juvenis e agentes de juventude

categorias	associações juvenis		agentes de juventude		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Proximidade	35	32,4	14	30,4	49	31,8
Comunicação	30	27,8	15	32,6	45	29,2
Simplificação	29	26,9	6	13,0	35	22,7
Incentivos	9	8,3	7	15,2	16	10,4
Parcerias	5	4,6	4	8,7	9	5,8
Total	108	100,0	46	100,0	154	100,0

Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal (tabela L11).

Os programas e projetos devem procurar uma maior **proximidade e comunicação** com os jovens (61% das 154 referências), sendo unânime para as associações e os agentes a posição que atribuem a estas categorias. A **proximidade**, diz respeito à necessidade de *ir ao encontro dos locais e redes onde se encontram os jovens*, da *presença online*, de uma *equipa da câmara dedicada aos jovens* e de maior *interligação entre as diversas áreas*, como se evidencia:

É importante existir uma equipa da câmara dedicada aos jovens e que promovam os vários programas e projetos de juventude e uma maior identificação dos jovens. (AJ- ACP1)

É importante ir ao encontro dos jovens, identificar que ferramentas e meios que utilizam para fazer chegar a eles a informação – não é questão de chegar com mais ou menos informações aos jovens, mas sim como chegar aos mesmos. (AJ – AE4)

A **comunicação** reporta-se à *melhoria e otimização da comunicação e divulgação junto dos jovens, à divulgação por todas as entidades e associações da cidade, maior aposta no marketing juvenil, à divulgação contínua ao longo e adequada aos jovens e aos meios onde se encontram*, como destacam as afirmações:

Deveria haver uma maior aposta na divulgação e promoção dos projetos e programas junto dos jovens com adaptação da comunicação e a aposta em marcas icónicas como o “João Verdinho” que marcam gerações. (AJ- AESCUT1)

A divulgação e comunicação destes projetos deve ser mais dirigida e direta e ser realizada em linguagem jovem. (AJ – AE3)

Deveria existir mais divulgação nas ruas, nas escolas, nas entidades de Ensino Superior – e apostar numa comunicação mais jovem. (AJ- AESCUT2)

Quanto à categoria **simplificação**, na terceira posição para as associações juvenis (26,9%) bem como nas referências gerais, reporta-se à *criação de uma plataforma exclusiva e de fácil acesso que congregue toda a informação, à diminuição da burocracia, maior organização da informação e da divulgação junto dos jovens num registo adequado aos mesmos*, como se ilustra nas afirmações:

A comunicação tem que ser mais simples e direta e é preciso haver uma maior proximidade aos jovens – proximidade leva ao interesse e o interesse leva à participação. (AJ- ACP2)

É importante criar uma plataforma, exclusivamente para a área da juventude de forma a divulgar e colocar toda a informação pertinente para os nossos jovens. (AJ – AIS2)

Há que simplificar a divulgação, utilizando a linguagem dos jovens e diminuindo a burocracia. (AJ- ACP3)

Para os agentes de juventude, em terceiro lugar os programas e projetos juvenis devem apostar nos **incentivos** (15,2 das referências dos agentes de juventude), deve haver uma maior *aposta na área da juventude, mais incentivos além dos apoios, mais apoios*

na área da educação, desafiar os jovens e a utilização do plano municipal de juventude como incentivo, destacando que:

O PMJ tem de ser um impulso para trazer os jovens para o centro da discussão e desenvolver a área da juventude na cidade. (AJ – JP3)

Podemos sempre fazer mais, sempre no sentido de melhoria continua e de aprendizagem dinâmica com os jovens e com as conjunturas que vamos vivendo. (AGJ – EJ5)

Já muito se faz, mais ainda podemos e devemos fazer mais. (AGJ – DP3)

As **parcerias**, menos valorizadas pelos respondentes, englobam as *parcerias entre CMF e Governo Regional e as escolas, a criação da rede de juventude do Funchal, e a promoção dos programas e projetos da CMF pelas associações juvenis*, destacando-se:

A informação é tanta que é difícil distinguir o que são projetos da CMF, o que é do governo regional – no entanto é importante o trabalho de parceria entre ambos e estruturar bem a divulgação e a comunicação junto dos jovens. (AJ – AIS3)

As associações têm de ser as primeiras promotoras dos eventos, projetos e programas junto dos seus jovens. (AJ – ACA3)

De forma genérica são as sugestões relativas à **proximidade**, à **comunicação** e à **simplificação** as principais sugestões a incorporar nos programas e projetos juvenis promovidos pela CMF.

Foi também auscultada opinião dos entrevistados acerca da relação entre jovens, técnicos de juventude (e outros técnicos) e decisores políticos (CMF e outros) no município, sendo as opiniões categorizadas em sete categorias (tabela 15).

Tabela 15

Relação jovens, técnicos e decisores: representações das associações e agentes de juventude

categorias	associações juvenis		agentes de juventude		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Distanciamento	45	25,3	32	38,6	77	29,5
Valorização	46	25,8	12	14,5	58	22,2
Proximidade	32	18,0	19	22,9	51	19,5
Comunicação deficitária	18	10,1	11	13,3	29	11,1
Politização	17	9,6	0	0,0	17	6,5
Variabilidade	16	9,0	0	0,0	16	6,1
Invisibilidade de resultados	4	2,2	9	10,8	13	5,0
Total	178	100,0	83	100,0	261	100,0

Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal (tabela L12).

Foram categorizadas (71,3% das referências) tendo em conta o **distanciamento** (77 referências – 29,5%), a **valorização** (58 referências – 22,2%) e a **proximidade** (51 referências – 19,5%).

O **distanciamento** reporta-se à *não identificação dos jovens com os decisores políticos e os técnicos, a pouca disponibilidade dos decisores políticos e chefes de divisão em ouvir os jovens, o distanciamento em relação aos jovens e os seus grupos formais e associações, a relação pouco representativa e expressiva, a não compreensão dos decisores políticos acerca das necessidades dos jovens dos jovens e as relações mínimas, pontuais e insuficientes:*

Há pouca identificação dos jovens com os decisores políticos e com a maioria dos técnicos.
(AJ- ACP2)

Há um grande distanciamento entre decisores políticos e jovens – Há jovens que por vezes não sabem quem é o presidente do governo regional ou da Câmara Municipal. (AJ – AIS3)

Existe um “fosso” enorme entre os jovens e os decisores políticos – as decisões que dizem respeito aos jovens continuam a ser tomadas sem ter em conta as opiniões e ideias dos jovens.
(AGJ – EJ3)

A categoria **valorização** engloba a importância da *proximidade da triangulação entre estes agentes, a insuficiência dos apoios exclusivamente económicos, um maior conhecimento e identificação com várias instituições e entidades, a importância destas relações para a criação de políticas públicas de juventude ativas, os sinais de proximidade e de preocupação do poder político com os jovens e a otimização das dinâmicas dos técnicos e decisores:*

Há uma preocupação dos decisores políticos de ouvir e se aproximar dos jovens, mas é impossível chegar a todos daí a importância dos técnicos e associações como intermediários.
(AJ – AIS5)

Há uma aposta cada vez maior em agentes políticos juvenis para cargos de decisão política.
(AJ- ACP3)

É importante este relacionamento, pois os jovens ajudam a refrescar aquelas que são as dinâmicas dos técnicos e os jovens compreendem o funcionamento de grandes instituições de utilidade pública como é a CMF. (AGJ – DP1)

Já a **proximidade** refere-se à *relação próxima, regular e dinâmica entre este trio, a proximidade entre técnicos e decisores que fazem a ponte com os jovens, a maior relação atualmente entre jovens e decisores políticos, a presença de um vereador da juventude jovem e com uma equipa jovem, a facilidade de contacto com os técnicos da CMF e com a vereação e o contacto frequente das associações juvenis com os decisores políticos:*

Os técnicos são muito próximos dos jovens e tem existido uma maior intenção de proximidade dos decisores políticos com os jovens. (AJ – AE2)

Há atualmente maior relação entre jovens e decisores políticos, os decisores acabam por estar mais sensibilizados para a importância de envolver os jovens, que por sua vez ainda têm alguma dificuldade em se identificar com os seus decisores políticos e ir ao encontro dos mesmos. (AJ – AE3)

As associações juvenis e entidades conseguem ter uma relação saudável e frequente com os decisores políticos, fazendo a ligação dos mesmos com aquilo que são as necessidades e anseios dos jovens. (AJ – AIS5)

*A perda de informação entre os jovens, técnicos e os decisores políticos, a dificuldade e falta de formação dos técnicos para chegarem da melhor forma aos jovens, a falta de recursos humanos, e a dificuldade no primeiro contacto dos jovens com a CMF constituem a categoria da **comunicação deficitária**:*

Nem sempre os técnicos têm a formação e o conhecimento necessário para encaminharem e acompanharem os jovens. (AJ – AIS3)

A comunicação nem sempre é a melhor – há perda de informação neste processo entre os jovens, técnicos e os decisores políticos. (AJ – AE6)

O executivo da CMF é um exemplo no sentido de ir ao encontro dos jovens, mas continua a existir dificuldade na comunicação. (AGJ – CMF5)

As referências à **politização** dizem respeito ao *aproveitamento político dos decisores políticos em relação às associações e aos jovens, à maior facilidade de contacto dos jovens com ligações partidárias com os técnicos e decisores políticos e à relação que existe apenas entre pessoas e não entre instituições:*

São os jovens com ligações partidárias aqueles que têm maior e melhor contacto com os técnicos e decisores políticos, com maior facilidade de acessibilidade aos mesmos. (AJ – AE1)

Há relação entre pessoas e não instituições o que leva a que quando terminam os mandatos há quebra dos diversos programas/projetos. (AJ- AESCUT1)

Relação entre jovens e decisores políticos – é só na altura das assinaturas e das eleições muitas das vezes – bonito para a fotografia – é praticamente nula. (AJ – ACA5)

Tendo em conta a opinião das associações juvenis e dos agentes de juventude sobre a relação jovem - técnico - decisor político (tabela 15), verifica-se que há uma tendência idêntica para identificação das questões do **distanciamento**, da **valorização** e da **proximidade**, como sendo as três principais características desta relação. Em ambos, a questão do **distanciamento** sobrepõe-se à questão da **proximidade**, sendo referenciada em primeiro lugar pelos agentes de juventude (38,6%) e em segundo lugar pelas associações juvenis (25,3%). A proximidade é referida em terceiro lugar pelas associações juvenis (18%) e em segundo lugar pelos agentes de juventude (22,9%).

Tendo em conta a opinião dos entrevistados acerca da relação entre jovens, técnicos e decisores políticos, foram também feitas diversas sugestões a esta relação (tabela 16), nomeadamente em termos de **proximidade** (71 referências – 51,8%), da **comunicação** (37 referências – 27%) e das **oportunidades** (29 referências – 21,2%).

Tabela 16

Sugestões sobre a relação jovens, técnicos e decisores: representações das associações e agentes de juventude

categorias	associações juvenis		agentes de juventude		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Proximidade	40	54,8	31	48,4	71	51,8
Comunicação	25	34,2	21	32,8	37	27,0
Oportunidades	8	11,0	12	18,8	29	21,2
Total	73	100,0	64	100,0	137	100,0

Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal (tabela L13).

A **proximidade** assume um lugar de destaque, concentrando mais de metade das referências (51,8% do total de referências). As sugestões incluem a *promoção de maior proximidade entre os jovens, decisores políticos e técnicos, um contacto direto e mais concertado na área da juventude, o estabelecimento de pontes entre os técnicos e os jovens, a auscultação e proximidade com os docentes, escola e o poder político e um maior envolvimento dos decisores políticos:*

Os decisores políticos têm de largar as cadeiras e secretárias e sair à rua e auscultar e ouvir os jovens – estar próximos! Um verdadeiro decisor político está e é próximo. (AJ – JP4)

Tem de se continuar a batalhar na proximidade e no contacto direto dos jovens com os decisores políticos – leva a uma identificação dos jovens com a sua política e uma maior participação e envolvimento. (AJ – ACA4)

É importante este relacionamento, pois os jovens ajudam a refrescar aquelas que são as dinâmicas dos técnicos e os jovens compreendem o funcionamento de grandes instituições de utilidade pública como é a CMF. (AGJ – DP1)

A comunicação, diz respeito à *necessidade da diminuição da burocracia/formalismo, de promoção de uma boa comunicação e à necessidade de termos quadros de decisores políticos e técnicos de juventude renovados que facilitem a comunicação:*

A divulgação e comunicação destes projetos deve ser mais dirigida e direta e ser realizada em linguagem jovem, indo aos locais e redes onde a maioria dos nossos jovens se encontram e uma plataforma seria uma mais-valia. (AJ – AE3)

Nesta triangulação, é preciso uniformizar a informação entre estes 3 e apostar em quadros renovados de decisores políticos e técnicos que facilitem a comunicação. (AJ – AE4)

A comunicação tem de ser um eixo central de atuação pois uma boa comunicação é fundamental e temos que ter técnicos cada vez mais formados nas questões de juventude para os poder ajudar. (AJ – JP2)

A criação de oportunidades mais regulares e dinâmicas de contacto, a construção de um diálogo positivo e de confiança e a utilização do PMJ como via para melhorar e otimizar esta relação dinâmica constituem a categoria das **oportunidades:**

É importante trabalhar a relação dentro deste trio promovendo oportunidades de contacto que irão permitir aos jovens uma maior credibilidade e identificação com as várias instituições e entidades. (AJ- AESCUT1)

É necessário promover oportunidades de contacto adequadas a uma nova geração, não se podem manter práticas de há 20 anos pois os jovens estão em constante mudança e temos que acompanhar a mesma. (AJ – AIS3)

É importante construir um diálogo positivo e que proporcione aos jovens mais oportunidades de poderem influenciar os destinos da cidade – os jovens sentem-se envolvidos com esta proximidade e motivados a participar. (AGJ – EJ8)

Tendo em conta as sugestões apresentadas, analisando as propostas das associações juvenis e dos agentes de juventude (tabela 16), verifica-se que há uma tendência idêntica na identificação de sugestões relacionadas com a **proximidade, comunicação e oportunidades**. Assim, e de uma forma genérica, relativamente à relação jovens-técnicos-decisores os entrevistados sugerem maior proximidade, mais oportunidades de contacto e uma maior aposta na comunicação como meio de fomentar esta relação.

Em síntese

Quanto aos recursos e projetos do Município do Funchal para a juventude, na perspetiva dos diferentes participantes no estudo, constata-se um desconhecimento geral dos jovens sobre os mesmos, justificado genericamente pelas dificuldades de comunicação. As entidades e agentes revelam um maior conhecimento sobre os recursos e projetos municipais, identificando essencialmente os projetos e programas de âmbito social, educativo e participativo. A par de uma satisfação generalizada com os projetos e programas atualmente em vigor e a consciência de que, apesar desta satisfação é necessário fazer-se mais, os entrevistados encontram nas oportunidades desportivas, de lazer e culturais, nos espaços disponibilizados e no dinamismo da cidade as principais potencialidades deste território na área da juventude. Encarada como recurso do município, a relação entre jovens, técnicos de juventude e decisores políticos é olhada como uma mais-valia pelos participantes, reforçando a necessidade de potenciar ainda mais oportunidades de relação, promovendo a proximidade entre este trio e esbatendo o distanciamento que ainda persiste. Estas perceções dão ênfase, tal como refere Hart (1992) na escada de participação e o Conselho da Europa (2003), à importância de criar oportunidades, quer físicas, quer económicas e sociais, disponibilizar meios e espaços, mas também o direito e os apoios à participação, à influência e ao envolvimento dos jovens na vida da sua comunidade e na construção de uma sociedade melhor.

5.2. Os jovens do Funchal - quem são e como participam na vida da cidade

5.2.1. Representações dos jovens

Relativamente às representações que os jovens da cidade têm sobre o que é ser jovem e sobre a forma como participam na vida da cidade, os inquiridos elencam um conjunto de necessidades e de problemas. As necessidades organizam-se em sete categorias (tabela L14), destacando-se com cerca de 64% das referências as categorias **Educação e Formação** (32,8%), **Acesso ao Emprego** (17,6%) e **Mobilidade e Acessibilidade** (13,8%). Relativamente à primeira, as referências recaem sobre a necessidade de *Mais incentivos e apoios à educação e formação* (80/95 referências); em relação à segunda, a necessidade identificada relaciona-se com a *Oportunidade de emprego estável e bem remunerado* (51 referências); para a terceira identifica-se a necessidade de *Maior frequência/variedade e acessibilidade de transportes* (21/40 referências).

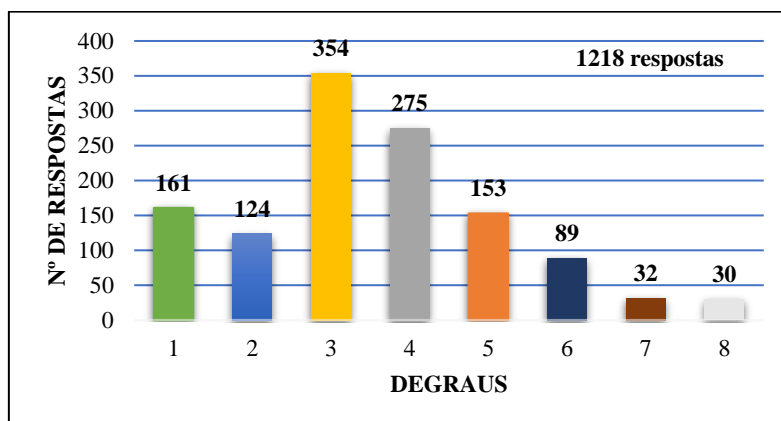
Relativamente aos problemas vividos pelos jovens do Funchal, identificam-se sete categorias a partir da análise das referências (tabela L15). A **Cidadania e Participação** destaca-se como uma área de maior fragilidade dos jovens (40,9% das referências), seguindo-se os problemas no **Acesso ao Emprego** (19,2%) e aqueles que se relacionam com os **Consumos e Dependências** (19%). Relativamente à primeira categoria as referências recaem sobre o *Desinteresse* dos jovens (74/164 referências); na segunda categoria as referências recaem sobre o *Desemprego jovem* (77 referências) e na terceira, são as *Dependências/Vício/Drogas/Consumos* (50/76 referências) que são mais frequentemente referidas.

Em termos da *participação ativa dos jovens na cidade*, utilizou-se numa primeira fase o modelo da Escada da Participação de Roger Hart adaptada (figura 1) para analisar as representações dos jovens sobre o seu posicionamento na mesma. Assim, em relação à participação na vida do município, 354 jovens inquiridos que responderam à questão (29%), consideram que apenas são informados sobre os planos/projetos/políticas e 275 (22,6%) considera que os jovens são aparentemente ouvidos nas questões que lhes dizem respeito (degrau 3 e 4 respetivamente). Apenas 30 inquiridos (2,5%) afirmam que os

jovens co-gerenciam a execução dos Planos/Projetos/Políticas da cidade (degrau 8). Assim, cerca 52% dos jovens revê-se nos degraus da não-participação da escada de Hart relativamente à participação jovem na vida do município (figura 13).

Figura 13

Escada da Participação – representações dos jovens



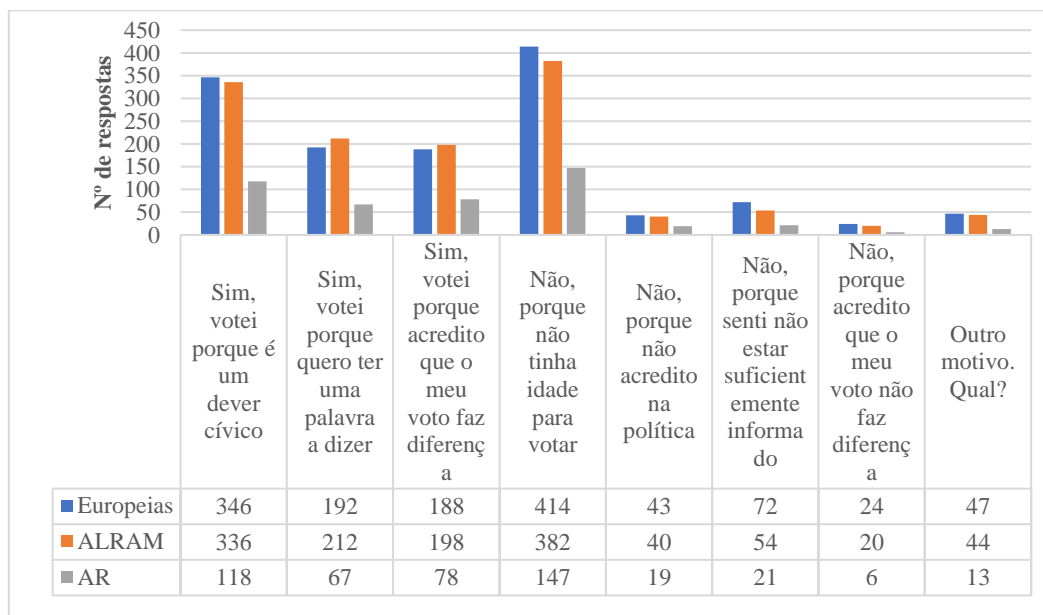
Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos jovens do Funchal (questão 2.1- Anexo B).

No contexto da participação jovem, e tendo em conta que no ano de 2019 se realizaram 3 eleições – as eleições Europeias, eleições para a Assembleia Legislativa da RAM (ALRAM) e para a Assembleia da República (AR), foi feita auscultação aos jovens quanto à sua participação nestes atos eleitorais. A maioria dos inquiridos refere não ter votado em nenhum dos três atos eleitorais porque não tinha idade para votar, de acordo com o espectro de idades da amostra (que apresenta maior representação da faixa etária mais jovem onde se incluem os jovens menores de idade). Verifica-se uma diminuição significativa da participação dos jovens nas eleições para a AR comparativamente às eleições europeias e às eleições para a ALRAM (figura 14).

Dos jovens que votaram nos atos eleitorais, a razão mais invocada para votar nas três eleições foi o facto de considerarem o voto como um dever cívico. Também um número significativo de jovens refere ter votado porque quer ter uma palavra a dizer e porque acredita que o seu voto faz a diferença. Dos jovens que referem não ter votado, a segunda razão mais escolhida para não votar (depois da idade) foi o facto de não se sentirem suficientemente informados para tal – falta de informação.

Figura 14

Participação dos jovens nos três atos eleitorais do ano de 2019



Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos jovens do Funchal (questão 2.2 – Anexo B).

Destacam-se, ainda, como outros motivos para não votar, a ausência da região na data das eleições e as datas impraticáveis e barreiras burocráticas em relação aos estudantes universitários que se encontram fora da região. Os inquiridos votantes realizaram o seu voto nos três atos eleitorais maioritariamente na sua área de residência. Apenas um número residual realizou voto antecipado (figura L5).

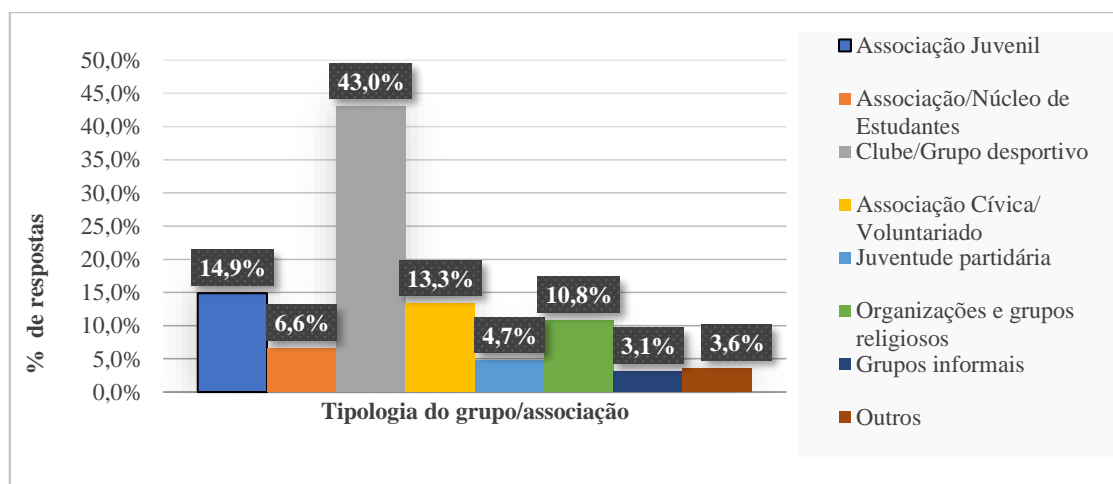
Analisando o interesse dos inquiridos jovens pela política, 36,3% (435 respostas) revelaram pouco interesse e 35,7% (428 respostas) revelaram algum interesse. Apenas 8,4% revelaram muito interesse (101 respostas) e 19,6% (235 respostas) referem não ter interesse nenhum. Assim, 56% dos inquiridos consideram ter pouco ou nenhum interesse pela política (figura L6).

Em termos de participação em associações, organizações e clubes desportivos, mais de metade dos inquiridos refere que não pertence a nenhuma associação/organização ou clube desportivo (733 respostas - 59%). Das 1242 respostas, apenas em 509 (41%) se confirma esta participação. Quanto à tipologia das associações/organizações e clubes desportivos em que os jovens participam, 43% refere pertencer a um Clube/Grupo Desportivo, 14,9% pertencem a uma associação juvenil, 13,3% a uma Associação

Cívica/Voluntariado e 10,8% a organizações e grupos religiosos. Por outro lado, são os grupos informais e as juventudes partidárias os que menos se destacam, com 3,1% e 4,7% respetivamente (figura 15).

Figura 15

Tipologia de associação em que os jovens referem participar



Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos jovens do Funchal (questão 2.5.1- Anexo B).

Ainda sobre a tipologia de associação em que os jovens participam, é possível aferir que maioritariamente, os inquiridos fazem parte de apenas um tipo organização (427 jovens), sendo muito menor o número que pertence a mais do que um tipo (tabela L16). Quando questionados sobre a forma como participam nestas organizações/associações, 30,9% dos jovens referem que são atletas federados e 20,1% participam como associados. Há um equilíbrio entre aqueles que organizam atividades e aqueles que só participam (18,3% e 18,5% respetivamente). Apenas 11% assume a liderança das mesmas pertencendo aos corpos sociais das associações/clubes desportivos (figura L7). Também na sua maioria, os jovens apenas acumulam uma função/ forma de participação dentro destas organizações (360 inquiridos) sendo que 101 assumem duas funções (tabela L17).

Relativamente aos jovens que referem não pertencer a nenhuma associação/organização ou Clube desportivo, quando questionados sobre as razões da sua não participação, 358 (51,5%) referem que o principal motivo se deve à falta de tempo para participar, 142 (20,4%) indicam desinteresse em pertencer e 123 (17,7%) referem

que até gostavam de se envolver, mas nenhuma associação/organização lhe interessa (figura L8).

5.2.2. Representações dos responsáveis/dirigentes das Escolas Secundárias, Profissionais e Instituições de Ensino Superior do Funchal

Na perspetiva da maioria dos inquiridos, os jovens do Funchal, são pouco interventivos/empreendedores (em seis das respostas) e, também são indiferentes (em duas das respostas). É de referir que apenas uma resposta considera os jovens como envolvidos, criativos e empreendedores (tabela L18).

Relativamente às principais necessidades dos jovens do município, os inquiridos situam, num primeiro grupo, a ausência de espaços para lazer e convívio: o acesso a espaços gratuitos para a prática desportiva e cultural foi referido em 3 das respostas; os espaços de convívio diurno que integram também os espaços verdes foram reportados em cinco respostas. Num segundo grande grupo, surge a importância de assegurar a satisfação das necessidades básicas, a saúde e a segurança (referidos em duas das afirmações cada). A ideia de uma cidade mais digital é também associada, em duas respostas, às necessidades dos jovens (tabela L19).

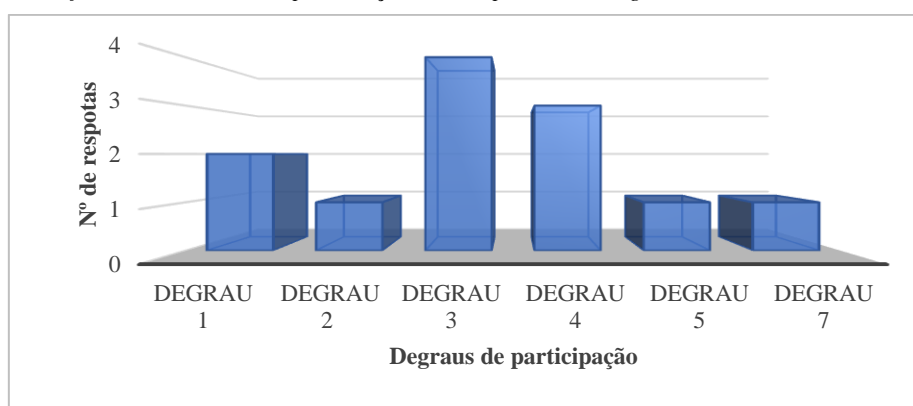
Como principais problemas dos jovens do Funchal, 5 das respostas identificam a falta de atividades e oportunidades (culturais, digitais, profissionais). As dificuldades de mobilidade, a escassez de informação e a falta de infraestruturas surgem, cada uma, em 3 das respostas. O desinteresse e a desmotivação são referidos em duas das respostas, tal como as dependências e a exclusão (tabela L20).

Em relação à forma como os jovens se envolvem na vida da cidade, foi pedido aos inquiridos que fizessem uma caracterização. Assim, 50% das referências sobre os jovens da cidade caracterizam-nos como sendo passivos e pouco participativos, face às oportunidades de participação que lhes são dadas. Em 5 referências é considerada a participação, mas apenas em eventos desportivos, musicais e de lazer e em 3 situações surge a indicação de que os jovens só participam se forem devidamente estimulados e compreenderem o impacto prático desses projetos nas suas vidas (tabela L21).

Em termos da participação jovem no Funchal, e utilizando também o modelo da Escada da Participação de Roger Hart adaptada (figura 1), quando desafiados a indicar em que degrau consideram que os jovens da cidade do Funchal se encontram, em relação à participação na vida do município (figura 16), 4 dos inquiridos (33%) consideram que os jovens são informados apenas sobre os Planos, Projetos e Políticas (degrau 3) e 3 (25%) consideram que os jovens do Funchal são aparentemente ouvidos nas questões que lhes dizem respeito (degrau 4).

Figura 16

Participação dos jovens do Funchal – representações dos responsáveis/dirigentes



Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos dirigentes das Escolas Secundárias, Profissionais e Instituições de Ensino Superior do Funchal (questão 3.2- Anexo E).

Ainda, 2 dos inquiridos (17%) consideram que os jovens são passivos, desorganizados e explorados. Considerando que os degraus da participação correspondem aos degraus 5 a 8, podemos concluir que 83% dos inquiridos colocam os jovens do Funchal nos degraus da não-participação da escada de Hart (degrau 1 a 4).

Foram ainda identificados diversos obstáculos à participação ativa dos jovens do Funchal (tabela 17), sendo que a desmotivação para o exercício da cidadania e a ausência de cultura de participação são os dois principais obstáculos identificados, concentrando quase 50% das referências. Foram também identificadas as características pessoais e a falta de informação/comunicação (com 6 e 4 referências respetivamente).

Tabela 17*Obstáculos à participação jovem – representações dos responsáveis/dirigentes*

Obstáculos à participação	Nº de referências	%
Desmotivação para o exercício da cidadania	7	23,3
Ausência de cultura de participação	7	23,3
Características pessoais	6	20,0
Falta de informação/comunicação	4	13,3
Questões sociais e de organização	3	10,0
Ausência de políticas e projetos para a juventude	2	6,7
Dificuldade de Mobilidade	1	3,3
Total	30	100,0

Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos dirigentes das Escolas Secundárias, Profissionais e Instituições de Ensino Superior do Funchal (questão 3.3 -Anexo E).

Em resposta a estes obstáculos (tabela L22), é sugerido, com uma frequência muito semelhante, uma maior divulgação das potencialidades da participação entre os jovens, a promoção do envolvimento jovem em eventos, a valorização das potencialidades e iniciativas da juventude e a dinamização de estratégias de participação.

5.2.3. Representações dos presidentes das Juntas de Freguesia do município

A opinião dos inquiridos acerca da importância da relação entre Jovens, Técnicos de juventude (e outros técnicos) e Decisores políticos (Câmara Municipal do Funchal e Juntas de Freguesia) no município é unânime (tabela L23). Assim, quatro referências consideram que existe necessidade de mais apoios e incentivos e outras 4 referências também consideram que existe pouca colaboração e proximidade entre os elementos deste trio (28,6% das referências cada uma delas). São referidas, também, a importância desta relação em políticas de juventude e a colaboração que existe apenas quando é estritamente necessário (3 referências cada uma delas – 21,4%).

Atendendo àquelas que são as **percepções sobre os jovens da cidade e a sua participação ativa na cidade**, os inquiridos identificam como principais necessidades dos jovens do município do Funchal (tabela L24) os apoios à emancipação, nomeadamente ao emprego e habitação (12 referências). Referem, ainda, as necessidades relativas às oportunidades de participação dos jovens, nas empresas, associações e

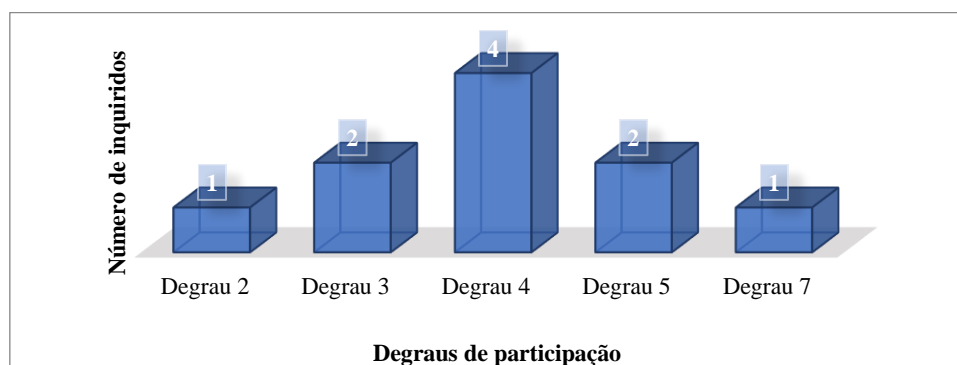
instituições públicas e à existência de mais espaços juvenis e acesso a informação (cada uma delas com 2 referências).

Como principais problemas dos jovens do Funchal (tabela L25), 8 das referências (32%) identificam a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e à habitação e 5 das referências (20%) identificam a carência de espaços jovens e espaços desportivos. A pouca participação e envolvimento, os consumos excessivos e vida noturna e a dependência dos pais e das tecnologias, têm 2 referências cada uma, no que toca à identificação das mesmas como um problema dos jovens da cidade (12% cada uma).

Em termos da participação jovem no Funchal, e utilizando também o modelo da Escada da Participação de Roger Hart adaptada (figura 1), os inquiridos indicaram em que degrau consideram que os jovens da cidade do Funchal se encontram, em relação à participação na vida do município e da freguesia (figura 17).

Figura 17

Participação dos jovens do Funchal - representações dos presidentes das Juntas de Freguesia



Notas. Dados recolhidos em questionário aplicado aos presidentes das Juntas de Freguesia do Funchal (questão 2.1 - Anexo D).

Assim, 4 dos inquiridos (40%) consideram que os jovens do Funchal são aparentemente ouvidos nas questões que lhes dizem respeito (degrau 4), 2 (20%) consideram que os jovens reivindicam as suas ideias e opiniões concretas (degrau 5) e outros 2 inquiridos (20%) que os jovens apenas são informados sobre os Planos/Projetos/Políticas. Considerando que os degraus da participação correspondem aos degraus 5 a 8, podemos concluir que 70% dos inquiridos consideram que os jovens

do Funchal se encontram nos degraus da não-participação da escada de Hart (degrau 1 a 4).

Tendo em conta a participação dos jovens na vida da cidade, 26,7% dos inquiridos identificaram como principais obstáculos à participação o desinteresse pela participação cívica (4 referências), a passividade, o facilitismo e o distanciamento entre jovens e decisores políticos (cada um com 3 referências - 20%). São ainda referenciados a falta de oportunidades adequadas aos jovens e o excesso de oferta e informação não devidamente selecionada (tabela L26).

Após identificados os principais obstáculos à participação dos jovens, os inquiridos formularam uma série de sugestões com vista a ultrapassar os obstáculos identificados e promover a participação dos jovens (tabela L27). Destas sugestões, destacam-se com 9 referências (39,1%), a definição de um plano de políticas de juventude com o contributo de todos os jovens, associações, escolas e instituições e com 6 referências (26,1%) a criação de projetos de democracia participativa adaptados aos jovens. A criação de mecanismos adequados e dinâmicos para integrar a juventude nos diversos projetos e da tomada de decisão, com 5 referências (21,7%), e a divulgação e valorização da participação social, económica ou política (2 referências) foram também sugestões deixadas pelos inquiridos.

5.2.4 – Representações das Associações juvenis e Agentes de juventude do Funchal

Quanto às representações sobre os jovens da cidade e a sua participação na cidade, na construção da fotografia (tabela 18) destacam-se em cerca de 63% das referências feitas pelas associações juvenis e agentes de juventude: o **espírito de iniciativa** (111 ref.), a **participação ativa** (91 referências), o ser **tecnológico** (61 ref.), a **responsabilidade social** (60 referências). Como característica negativa, surgem as referências à **não participação** (55 referências).

Tabela 18*Os jovens do Funchal: representações das associações juvenis e agentes de juventude*

categorias	associações juvenis		agentes de juventude		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Espírito de iniciativa	65	21,5	46	21,7	111	21,6
Participação	63	20,9	28	13,2	91	17,7
Desenv. tecnológico	30	9,9	31	14,6	61	11,9
Responsabilidade social	40	13,2	20	9,4	60	11,7
Sentido crítico	28	9,3	28	13,2	56	10,9
Espontaneidade	25	8,3	19	9,0	44	8,6
Qualif. Acad./Profissional	21	7,0	15	7,1	36	7,0
Não participação	30	9,9	25	11,8	55	10,7
Total	302	100,0	212	100,0	514	100,0

Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal (tabela L28).

Relativamente à qualificação dos jovens como detentores de **espírito de iniciativa**, esta compreende referências como: *empreendedores, resilientes, curiosos, criativos, sonhadores, potencialidades de dons e talentos, energéticos, desenrascados, trabalhadores, inovadores, empenhados e dedicados*. Entre as afirmações de algumas associações e agentes, destacamos:

São empreendedores e pró-ativos – querem sempre fazer algo e estão sempre dispostos a tal. (AJ- AESC1)

Jovens com capacidade de inovação e iniciativa inatas. (AJ- ACP2)

São capazes de encontrar respostas criativas para resolver problemas reais da nossa sociedade. (AGJ – CMF6)

Sobre a atitude de **participação**, os entrevistados reportam-se a um conjunto de características dos jovens como *proatividade, dinamismo, participação, atenção, interesse*, e a *capacidade de trabalho em grupo e motivação*:

São agentes participativos e dinâmicos – quando lhes damos o palco. (AGJ – EJ1)

Querem sempre fazer coisas e participar em novas iniciativas. (AJ – AE1)

A ideia do jovem como sendo **tecnológico**, reporta-se a uma visão *tecnológica, cosmopolita e moderna* dos jovens do Funchal, ilustrada por afirmações como:

Geração do conhecimento tecnológico. (AJ- AESC2)

Jovens com altos níveis de formação tecnológica. (AJ – ACA3)

A atitude de **responsabilidade social** diz respeito a características dos jovens como: *a solidariedade, a responsabilidade, preocupação ambiental, ecológica e social, a consciencialização, tolerância, inclusão e integração* como se ilustra pelas afirmações:

Tolerantes com a diferença e inclusivos. (AJ – AIS2)

Jovens com muito potencial e valor ao nível do capital humano. (AGJ – EJ5)

Procuram o bem-comum da comunidade. (AJ – AE3)

As referências à **não participação** dos jovens englobam características como a *pouca participação e proatividade, o desinteresse, a falta de responsabilidade e compromisso, o individualismo, o conformismo, comodismo e o sedentarismo*, ilustradas em algumas das afirmações:

São poucos participativos e apenas participam mais na altura das eleições. (AJ – ACA1)

Têm pouco interesse para a vida pública. (AGJ – EJ9)

Dificuldades em estabelecer compromissos a médio prazo. (AGJ – CM7)

Ao fazermos uma análise comparativa da caracterização dos jovens do Funchal feita pelas associações juvenis e pelos agentes de juventude (tabela 18), verifica-se existir uma representação idêntica dos jovens: o **espírito de iniciativa** reúne o maior número de referências para os dois grupos entrevistados (21,5% e 21,7% respetivamente). As associações juvenis privilegiam características dos jovens como a **participação** (20,9%) e a **responsabilidade social** (13,2%). Por seu turno os agentes de juventude valorizam características como o **desenvolvimento tecnológico** (14,6%), o **sentido crítico** e a **participação** (13,2% das referências para cada). A característica negativa da **não participação** é referida de forma idêntica por ambos, ainda que os agentes de juventude enalteçam mais esta característica (11,8% das referências).

Assim, considerando o conjunto de referências comuns aos dois grupos e que se destacam nos dois primeiros lugares, com um peso de 39% no total, os jovens do Funchal são caracterizados por revelarem **espírito de iniciativa** (21,6% das referências) e pela sua **participação** (17,7%). Para as associações juvenis, a **responsabilidade social** é também uma qualidade importante e, para os agentes de juventude a apetência **tecnológica** e o **sentido crítico** destacam-se também como características destes jovens.

Quando questionados sobre os principais problemas dos jovens da cidade (tabela 19), os entrevistados destacam as dificuldades de **emancipação** deste grupo (102 referências – 16,2%), e, numa segunda posição, as dificuldades de **capacitação** (69 referências – 11%).

Tabela 19

Problemas dos jovens: representações das associações juvenis e agentes de juventude

categorias	associações juvenis		agentes de juventude		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Emancipação	63	15,3	39	18,0	102	16,2
Capacitação	47	11,4	22	10,1	69	11,0
Passividade	42	10,2	18	8,3	60	9,6
Responsabilização	33	8,0	24	11,1	57	9,1
Dependência familiar	41	10,0	15	6,9	56	8,9
Relações interpessoais	29	7,1	26	12,0	55	8,8
Insularidade	32	7,8	21	9,7	53	8,4
Saúde e bem-estar	25	6,1	26	12,0	51	8,1
Organização pessoal	39	9,5	8	3,7	47	7,5
Falta de apoios	34	8,3	6	2,8	40	6,4
Desinteresse	26	6,3	12	5,5	38	6,1
Total	411	100,0	217	100,0	628	100,0

Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal (tabela L29).

As referências à **emancipação** compreendem a *falta de apoios no acesso à habitação, as dificuldades económicas e sociais, o desemprego, os trabalhos precários com baixa remuneração, a precariedade laboral na área cultural, as incertezas quanto ao futuro profissional, a exigência de experiência profissional e ainda a desigualdade de oportunidades*. Entre as afirmações, destacam-se:

Os jovens veem os seus projetos de construção familiar adiados por precariedade nos trabalhos, dificuldade no acesso à habitação e acabam por constituir família já fora da idade jovem. (AGJ – CMF1)

Os jovens são mal pagos apesar de serem mais qualificados. (AJ – AIS2)

Os jovens têm dificuldade em ter autonomia financeira e planear o seu futuro. (AJ – AIS3)

Em relação à **capacitação**, as referências recaem sobre a *desadequação do ensino e dos estágios profissionais e curriculares em relação ao mundo do trabalho, o facilitismo da escola, as poucas respostas formativas para os jovens, a banalização dos*

graus acadêmicos no mercado de trabalho, o abandono escolar, e o desfasamento entre o contexto escolar público e privado, ilustradas em algumas das afirmações seguintes:

Existe uma grande discrepância entre o ensino e os estágios, onde se sobrevalorizam as notas, e entre o mundo trabalho que exige experiência profissional que o jovem não tem. (AJ – AE7)

A formação limita-se à escola, existindo pouca aposta na educação não-formal que complementa o currículo escolar e capacite os jovens. (AGJ – CMF5)

O sistema educativo não incentiva à participação jovem e é pouco dinâmico, não envolve os jovens. (AJ – JP1)

A **passividade** (60 referências – 9,6%), a **responsabilização** (57 referências – 9,1%), a **dependência familiar** (56 referências – 8,9%) e o estabelecimento de **relações interpessoais** (55 referências – 8,8%) são indicadas pelas associações/entidades com uma frequência semelhante entre as fragilidades enunciadas.

A **passividade** diz respeito ao *conformismo, comodismo, pouca proatividade, sedentarismo, falta de sentido crítico e a dificuldade de desenrasque dos jovens:*

Nota-se uma falta de sentido crítico em questões importantes para as suas vidas como a educação. (AJ – AE2)

Contentam-se muitas vezes com o básico. (AGJ – EJ1)

Existem muitas associações juvenis, mas pouca participação. (AGJ – DP3)

Já a **responsabilização** engloba a *falta de compromisso, a dificuldade em seguir regras, a imaturidade e a irresponsabilidade* como principais problemas dos jovens, destacadas em afirmações como:

Os jovens têm dificuldade em assumir compromissos como os cargos nas próprias associações. (AJ – ACA1)

Verifica-se descomprometimento em relação à vida política e social por parte dos jovens. (AJ- ACP2)

A **dependência familiar** refere-se à *dependência dos pais e vice-versa, ao facilitismo por parte dos pais e ao desfasamento dos mesmos em relação à realidade concreta dos jovens, enfatizadas em afirmações como:*

Há ainda um grande gap entre o conhecimento e acompanhamento dos pais em relação à realidade concreta dos jovens. (AJ – AIS1)

Os jovens encontram-se ainda muito dependentes dos pais e das rotinas familiares. (AJ – ACA3)

As **relações interpessoais** englobam a *dificuldade de comunicação e relacionamento com os outros* e a *dependência das tecnologias e redes sociais*, presentes em expressões como:

Isolamento e dificuldade em gerir emoções pela dependência das tecnologias. (AJ – AIS1)

Há um *déficit* em termos relacionais e de comunicação com os outros. (AJ – ACA5)

Ao analisarmos comparativamente os problemas identificados pelas associações juvenis e pelos agentes de juventude (tabela 19), verificamos que em comum mantêm com maior frequência as referências às dificuldades de **emancipação** (15,3% e 18% respetivamente). As associações juvenis reportam-se em seguida à **capacitação**, **passividade** e **dependência familiar** (11,4%, 10,25 e 10% respetivamente). Por seu turno, os agentes de juventude priorizam problemas como as dificuldades em construir **relações interpessoais** e o acesso à **saúde e bem-estar** (ambos com 12%) assim como as dificuldades em assumir **responsabilidades** (11,1%).

Para os agentes e associações, a **emancipação** é o principal problema dos jovens do Funchal, reunindo 16,2% do total de referências. As associações juvenis assumem ainda a **capacitação**, a **passividade** e a **dependência familiar** como principais problemas, enquanto os agentes de juventude consideram as questões relacionadas com a **saúde e bem-estar**, as **relações interpessoais** e a **responsabilização** como principais problemas.

Sobre as necessidades dos jovens do Funchal (tabela 20) destaca-se a **emancipação** (92 referências – 24,3%) seguindo-se, na segunda e terceira posições, a importância de beneficiar de **apoios e incentivos** (54 referências – 14,2%) e de uma mudança de **atitude** (50 referências – 13,2%), necessidades que vão ao encontro dos problemas anteriormente identificados.

As referências à **emancipação**, dizem respeito às necessidades de *incentivos ao emprego jovem e acesso ao primeiro emprego*, à *autonomia e independência económica*, *emprego estável e não precário* e à existência de *um programa de arrendamento jovem e habitação acessível*. Das afirmações destacam-se:

Necessária aposta nas competências transversais de desenvolvimento pessoal, na qualificação e formação, e na disponibilização de apoios financeiros e aquisição de habitação contribuindo para a sua independência e emancipação. (AGJ – EJ4)

Rendas acessíveis, através de um programa de arrendamento jovem com acessibilidade a todos os jovens da cidade. (AJ – JP4)

Emprego que possibilite estabilidade, autonomia e aquisição de habitação. (AGJ – EJ9)

Tabela 20

Necessidades dos jovens: representações das associações e agentes de juventude

categorias	associações juvenis		agentes de juventude		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Emancipação	54	23,1	38	26,2	92	24,3
Apoios/Incentivos	36	15,4	18	12,4	54	14,2
Atitude	29	12,4	21	14,5	50	13,2
Participação	34	14,5	9	6,2	43	11,3
Formação/Inserção profissional	26	11,1	16	11,0	42	11,1
Espaços para jovens	23	9,8	17	11,7	40	10,6
Novas oportunidades	28	12,0	10	6,9	38	10,0
Apoio do adulto	4	1,7	16	11,0	20	5,3
Total	234	100,0	145	100,0	379	100,0

Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal (tabela L30).

Já as referências específicas aos **apoios e incentivos** dizem respeito à necessidade de *valorização dos jovens artistas*, à existência de uma *entidade/plataforma que compile todos os tipos de programas, projetos e apoios*, a uma *maior aposta e oferta na educação musical*, à *maior valorização e divulgação do associativismo*, à existência de *mais apoios na área social, na área da educação e transportes* e, também, à necessidade de *mais apoios monetários aos jovens que terminam a sua formação*. Como ilustram as afirmações:

Mais apoios na área social e na área da educação. (AJ – ACA3)

Maior apoio, acompanhamento e orientação vocacional. (AJ – AE3)

Plano integrado de atividades de ocupação de tempos livres e associativismo. (AGJ – EJ2)

Mais respostas para os jovens ao nível das juntas de freguesia – as atividades e espaços para jovens concentram-se no centro da cidade. (AGJ – EJ3)

A categoria relativa à mudança de **atitude** refere-se à necessidade de *resiliência, respeito pela hierarquia, formação humana, criatividade, inovação, empreendedorismo*, e

a necessidade de *maior responsabilidade, motivação, gestão de tempo e sentido crítico*.

Expressões presentes em afirmações como:

Maior investimento nos jovens de modo que se promova nos jovens um espírito crítico e reflexivo, desde cedo. (AGJ – CMF6)

Consciencialização dos próprios dons, talentos e capacidades. (AGJ – EJ1)

Maior aposta na formação humana dos nossos jovens. (AGJ – EJ3)

Mais causas em que acreditem verdadeiramente e pelas quais se envolvam. (AGJ – DP3)

A **participação** engloba necessidades como a *proatividade, espírito de iniciativa, incentivos e oportunidades para a participação jovem, atividades com diferentes jovens, a seleção de informação*, a necessidade de *mais jovens nos locais e espaços de participação e decisão*. Destacam-se afirmações:

Dar mais voz aos jovens que não estão em nenhuma associação. (AJ- ACP2)

Mais espaços de ação e intervenção para os jovens. (AGJ – CMF2)

É necessário um maior impulso à participação dos jovens na vida da cidade. (AGJ – CMF5)

Em termos comparativos, entre as associações juvenis e os agentes de juventude entrevistados (tabela 20), regista-se uma coincidência na maior frequência de referências relativas à identificação de necessidades como a **emancipação** e a existência de **apoios e incentivos** (assumindo as duas juntas 38,5% das referências das associações juvenis e 38,6% das referências dos agentes de juventude). As associações juvenis acrescentam a **participação** (14,5% das referências) como uma das 3 principais necessidades dos jovens enquanto os agentes de juventude privilegiam uma mudança de **atitude** (igualmente com 14,5% das referências).

Considerando as 2 referências comuns mais frequentes, podemos então concluir que a **emancipação** e os **apoios e incentivos** são as principais necessidades dos jovens na perspetiva dos entrevistados (constituindo 38,5% das referências), às quais as associações juvenis acrescentam a **participação**, e os agentes de juventude as necessidades referentes à **atitude**.

Em termos da participação jovem no Funchal, e utilizando também o modelo da Escada da Participação de Roger Hart adaptada (figura 1), 22 dos entrevistados (33,8%) consideram que os jovens são aparentemente ouvidos nas questões que lhes dizem respeito (degrau 4), 20% considera que os jovens reivindicam as suas ideias e opiniões

concretas (degrau 5), 18,5% refere que os jovens participam das discussões (degrau 6) e 17% considera que os jovens se encontram no degrau 3 – são informados apenas sobre os Planos/Projetos/Políticas (tabela 21).

Tabela 21

Participação dos jovens do Funchal: representações das associações e agentes juvenis

Degraus da participação	associações juvenis		agentes de juventude		Total			
	nº	%	nº	%	nº	%		
4	16	38,1	6	26,1	22	33,8	55,4	não participação
3	8	19,0	3	13,0	11	16,9		
1	1	2,4	2	8,7	3	4,6		
2	0	0,0	0	0,0	0	0,0		
5	8	19,0	5	21,7	13	20,0	40,0	participação
6	7	16,7	5	21,7	12	18,5		
8	0	0,0	1	4,3	1	1,5		
7	0	0,0	0	0,0	0	0,0		
Variável	2	4,8	1	4,3	3	4,6		
Total	42	100,0	23	100,0	65	100,0		

Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal (tabela L31).

Considerando que os degraus da participação correspondem aos degraus 5 a 8, podemos concluir que 55,4% dos entrevistados consideram que os jovens do Funchal se encontram nos degraus da não-participação da escada de Hart, não participando na vida do município (degrau 1 a 4).

Comparando as classificações das associações juvenis e dos agentes de juventude entrevistados (tabela 21), verifica-se que existe uma tendência dos segundos em atribuir à participação dos jovens degraus mais altos (graus de participação), comparativamente às associações juvenis, que privilegiam o degrau 4 na caracterização da participação dos jovens no Funchal (degrau da não-participação). Contudo, são os agentes de juventude que fazem o maior número de referências ao degrau 1 (degrau mais baixo da não-participação). Esta diferença poderá ser justificada pelo facto de os agentes de juventude terem uma visão mais abrangente do conceito de participação, confirmando que os jovens do Funchal participam ativamente de diversas formas.

Das entrevistas onde se classificou a participação dos jovens nos degraus da não participação (1 a 4), apresentam-se como principais justificações a **atitude passiva** dos

jovens (24 referências), a **falta de apoios/incentivos** (24 referências) e a **não visibilidade dos resultados da participação** dos jovens (22 referências). Das afirmações destacamos:

Os jovens são muito reivindicativos, mas na hora de agir não são pró-ativos, e acabam por se acomodar. (AGJ – EJ4)

Não são dadas as ferramentas para que os jovens possam efetivamente participar nas questões que lhes dizem respeito, podendo influenciar toda e qualquer decisão. (AJ – AIS2)

Os jovens reivindicam as suas ideias e projetos, mas isso raramente se reflete nas políticas e na vida de cidade. (AJ- ACP19)

Nas entrevistas onde se classifica a participação dos jovens nos degraus da participação (5 a 8), apresentam-se como principais causas os **incentivos** já disponibilizados para a participação dos jovens (36 referências) e o facto da participação jovem ser um **processo em constante melhoria** (8 referências), como ilustram as afirmações:

Os jovens participam reivindicando as suas ideias e ações concretas, partem de uma referência, um adulto/técnico/decisor político normalmente de onde parte a ideia, que incentiva e que refina as ideias dos jovens, sendo ainda necessário dar mais espaço aos jovens para participarem. (AGJ – CMF1)

A participação jovem é um caminho – os jovens já participam, já se fazem ouvir, mas podemos e devemos fazer muito mais – efetivar esta participação. (AJ- ACP3)

Três entrevistados classificaram ainda a participação dos jovens como variável, não conseguindo definir um grau que classifique de forma genérica a participação dos jovens do Funchal:

Há jovens em todos os degraus. Há os mais informados, os mais ativos, e há outros mais “caseiros” e desmotivados. (AJ – ACA2)

Ainda estamos longe da verdadeira participação – estamos é a fazer um caminho para lá. (AGJ – DP1)

Os entrevistados identificaram uma série de obstáculos que se colocam atualmente à participação dos jovens (tabela 22), destacando os que decorrem da **passividade** (127 referências – 26,2%), da ausência de **informação e comunicação** (103 referências – 21,3%), seguindo-se a estes a falta de **apoios e incentivos** (78 referências – 16,1%) e o **desinteresse** (76 referências – 15,7%).

Tabela 22*Obstáculos à participação jovem: perspectivas das associações e agentes juvenis*

categorias	associações juvenis		agentes de juventude		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Passividade	82	26,2	45	26,3	127	26,2
Informação/ comunicação	71	22,7	32	18,7	103	21,3
Apoios/incentivos	36	11,5	42	24,6	78	16,1
Desinteresse	55	17,6	21	12,3	76	15,7
Adultos	45	14,4	13	7,6	58	12,0
Descrédibilização	24	7,7	18	10,5	42	8,7
Total	313	100,0	171	100,0	484	100,0

Nota. Entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude (tabela L32).

Os obstáculos relativos à **passividade** correspondem à *pouca autonomia e necessidade de mentores mais velhos para se organizarem, desmotivação, comodismo, conformismo, falta de proatividade e o medo de errar*, ilustrados em algumas das afirmações:

Os jovens querem participar e dar ideias, mas na hora de concretizar a vontade nem sempre é visível. (AJ- AESCUT1)

Os jovens vêm à discussão sempre que são chamados, mas era importante que viessem à discussão por iniciativa própria e por sentirem que são parte integrante do processo. (AGJ – CMF2)

Medo de sair da zona de conforto e facilitismo. (AGJ – EJ1)

Já os obstáculos referentes à **informação e comunicação** compreendem a *falta de informação, a comunicação e divulgação demasiado institucional e desadequada aos jovens e às associações juvenis, a burocracia e formalismo dos processos e das oportunidades, a informação dispersa, excessiva e sem qualidade, a dificuldade em selecionar informação, o desconhecimento dos mecanismos, ferramentas e oportunidades de participação e ainda a falta de comunicadores dedicados aos jovens e às questões da juventude*:

Existe desconhecimento dos mecanismos, ferramentas e oportunidades de participação por parte dos jovens. (AJ- ACP1)

Dificuldade de seleção da informação que chega aos jovens. (AJ- ACP2-9)

A forma das instituições comunicarem com os jovens é muito institucional ainda e muito pouco próxima dos jovens. (AGJ – CMF1)

Relativamente à falta de **apoios e incentivos**, estes são visíveis em expressões como a *falta de oportunidades, incentivos e meios, falta de atenção aos planos e orçamentos apresentados pelas associações, falta de incentivos por parte dos familiares, desigualdade de oportunidades, a falta de tempo e recursos financeiros dedicados à participação, a mobilidade, falta de incentivo à participação por parte das escolas e das entidades públicas e instituições civis*. Destacamos as afirmações:

Não são dados os meios adequados para a sua participação política. (AJ – AE7)

Existem poucos recursos financeiros dedicados à participação. (AGJ – CMF3)

Sobre o **desinteresse** dos jovens, valorizado no discurso das associações juvenis, são identificados o *desinteresse na participação cívica e democracia participativa, a desresponsabilização dos jovens, a falta de conexão e identificação com as oportunidade e ferramentas de participação e a falta de ligação e identificação com a cidade*.

Referências que surgem nas afirmações:

Os jovens não se identificam com as ideias e projetos que lhes são apresentados. (AJ – AIS3)

A participação cívica e a democracia participativa não são de interesse para muitos jovens. (AJ – ACA3)

Os jovens não se reconhecem como responsáveis pelo desenvolvimento da cidade. (AJ – ACA5)

Analisando comparativamente os obstáculos à participação dos jovens do Funchal, identificados pelas associações juvenis e pelos agentes de juventude entrevistados (tabela 22), regista-se uma opinião comum relativamente a obstáculos como a **passividade** e a **falta de informação e comunicação**, constituindo estes cerca de 47,5% do total de referências. Verifica-se que as associações juvenis destacam também o **desinteresse dos jovens** (17,6%) como obstáculos à participação. Por sua vez os agentes de juventude privilegiam a falta de **apoios e incentivos** à participação como entraves a esta mesma participação (24,6%).

Assim, em termos gerais, são a **passividade** e a **falta de informação e comunicação** os principais obstáculos à participação jovem, identificados pela generalidade dos entrevistados, aos quais se juntam o **desinteresse** dos jovens destacado

pelas associações juvenis e a **falta de apoios e incentivos**, na perspetiva dos agentes de juventude.

Tendo em conta os obstáculos identificados, foi solicitado aos entrevistados que formulassem sugestões com vista a ultrapassar os mesmos e promover a participação jovem (tabela 23). Foram unânimes nas sugestões em termos de **comunicação** (97 referências – 0,9%), de **apoios e incentivos** (77 referências – 24,5%) e de **capacitação** (68 referências – 21,7%).

Tabela 23

Sugestões à participação jovem: representações das associações e agentes de juventude

categorias	associações juvenis		agentes de juventude		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Comunicação	70	36,3	27	22,3	97	30,9
Apoios/incentivos	50	25,9	27	22,3	77	24,5
Capacitação	39	20,2	29	24,0	68	21,7
Oportunidades	12	6,2	27	22,3	39	12,4
Acompanhamento	22	11,4	11	9,1	33	10,5
Total	193	100,0	121	100,0	314	100,0

Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal (tabela L33).

Em termos de **comunicação** estas sugestões reportam-se à melhoria da comunicação com os jovens, através de *dinâmicas e processos inovadores com que os jovens se identifiquem, criação e dinamização de redes de parceiros na área da juventude, desburocratização do acesso a oportunidades e ferramentas, auscultação regular dos jovens, o trabalhar processos de seleção de informação, a disponibilização de informação de qualidade, criação de uma plataforma digital que capacite a participar e a constituição de uma equipa dedicada à comunicação com os jovens*. Sugestões ilustradas nas afirmações:

É necessária uma comunicação mais dinâmica e próxima dos jovens que vá de encontro às suas necessidades e que promova a sua participação ativa. (AJ – AE4)

Desburocratizar o acesso aos apoios- não exclusivamente financeiros- para o desenvolvimento de projetos dos jovens. (AJ – ACA1)

Trabalhar na divulgação dos programas e projetos da juventude e a identificação dos jovens com os mesmos. (AJ – AE2)

Os **apoios e incentivos** reportados dizem respeito à *consciencialização da importância da participação jovem na comunidade, à aposta na democracia participativa, cidadania e participação nas escolas e nas associações, investimento na literacia democrática, política e de cidadania, ao incentivo aos jovens a desenvolverem os seus projetos, a participarem e serem proativos, uma maior valorização dos planos e orçamentos apresentados pelas associações, maior envolvimento das escolas e à existência de locais dedicados aos jovens com os quais estes se identifiquem e onde possam efetivamente participar:*

Motivação dos jovens e consciencialização do “poder” da sua voz. (AJ – AE5)

Apostar na democracia e na participação nas escolas e nas associações. (AJ- AESCUT3)

Mais espaço de ação e intervenção para os jovens – para que eles se possam integrar e identificar com a política ou ação na qual estão a intervir. (AGJ – CMF2)

A categoria da **capacitação** engloba o investimento nas *competências transversais/soft skills por parte dos jovens, formação de dirigentes associativos/ adultos que trabalham com jovens na área da participação, desafiar e dar mais autonomia aos jovens, enriquecimento entre pares através do apadrinhamento entre associações, trabalhar as questões da responsabilidade social, envolver os jovens em todo o processo. Das afirmações recolhidas destacamos:*

Apostar em formações de cidadania e participação ativa de forma a capacitar os jovens para participarem. (AJ – AE1)

Maior preparação dos adultos que trabalham com os jovens. (AJ – AIS1)

Incentivar os jovens a trabalharem as suas *soft-skills*, além das ferramentas que aprendem e desenvolvem nas escolas. (AJ – AE3)

Não é só “dar-lhes asas” – é preciso consciencializar os jovens que “têm asas”. (AGJ – EJ1)

Os agentes de juventude valorizam ainda nas propostas para incrementar a participação jovem, a necessidade de proporcionar **oportunidades** a este grupo, através da criação *de mais oportunidades de participação digital e de mecanismos/ferramentas e dinâmicas de participação e otimização das existentes, organização de eventos de Educação Não Formal subordinados a vários temas, e a criação de oportunidades de participação dos jovens e a sua responsabilização, ilustradas em algumas das afirmações:*

É preciso auscultar os jovens na criação dos espaços e oportunidades de participação e nas temáticas que os mesmos querem discutir e ver debatidas. (AJ – AIS3)

Criação de ferramentas de participação dinâmicas com as quais os jovens se identifiquem e otimização das existentes. (AJ- ACP3)

Criação de uma política de participação jovem que envolva vários setores. (AJ – AIS7)

Fazendo uma análise comparativa das sugestões realizadas para promover a participação dos jovens do Funchal, associações e agentes de juventude (tabela 23), apresentam propostas idênticas em termos de **apoios e incentivos, capacitação e acompanhamento**, constituindo estas 77,1% das referências totais. Contudo, os agentes de juventude avançam com sugestões relativas às **oportunidades** (22,3%).

De uma forma geral, há um consenso na identificação das principais sugestões à participação dos jovens por parte dos entrevistados, nomeadamente em termos de melhoria e otimização da **comunicação**, aumento dos **apoios e incentivos** à participação e **capacitação** dos jovens e agentes de juventude, implicando também a criação de **oportunidades** para a participação reforçada pelos agentes de juventude.

Em síntese

Os *jovens do Funchal* caracterizam-se, na perspetiva dos diferentes participantes no estudo, pelo seu **sentido crítico, apetência tecnológica e responsabilidade social**. A formação, a disponibilização de condições para emancipação, os apoios e incentivos e os espaços são as principais necessidades percecionadas, indo ao encontro dos problemas identificados pelos participantes, como o acesso ao emprego, à habitação, à formação e à mobilidade. Em termos de *participação ativa na vida do município*, há uma representação geral que os jovens **participam pouco** e são **passivos**, contribuindo para isso a desmotivação, o desinteresse, a falta de cultura de participação e de informação. Sugere-se uma maior divulgação das oportunidades e um maior envolvimento dos jovens nas mesmas. Na sua maioria, os jovens inquiridos, não participam nem pertencem a nenhuma associação/organização ou clube desportivo, e têm pouco ou nenhum interesse na política.

Esta caracterização é representativa da heterogeneidade, da transitoriedade e do dinamismo que caracteriza a juventude enquanto categoria social, tal como referem Pais (1996) e Campos (2010), constituindo não uma, mas várias juventudes, cujos problemas

e necessidades assumem-se como as descontinuidades e ruturas que marcam esta categoria social. Também, em linha com autores como Crowley e Moxon (2017) e Siurala (2006), é comum a representação de um desinteresse dos jovens na participação cívica e pública, face às oportunidades tradicionais de participação, confirmando a urgência em apostar em diversas e desafiantes formas e espaços de participação política e cívica.

5.3. Plano Municipal de Juventude e políticas municipais de juventude

5.3.1. Representações dos jovens do Funchal

Para 59% dos inquiridos (745) há um desconhecimento sobre o conceito de PMJ, apenas 10% afirmam conhecer (124). Os inquiridos têm representações muito diferentes sobre a conceção de PMJ (tabela 24), que na generalidade assentam em processos comuns de **Estratégia e Resposta, Participação e Compromisso**.

Tabela 24

Conceito de PMJ – representações dos jovens

Conceções de PMJ		Nº referências	Total
estratégia e resposta	Estratégia/Plano estratégico para a Juventude do Funchal.	12	18 (64,3%)
	Indicações sobre as principais medidas/objetivos relacionadas com a juventude que se pretendem que sejam implementados pela Câmara Municipal na respetiva cidade.	3	
	Diagnóstico de necessidades da população jovem: prioridades, objetivos, metas e ações a responder com a implementação de soluções planeadas e transversais a toda a atividade da autarquia.	3	
participação e compromisso	Plano feito de jovens para jovens para melhorar a cidade.	6	10 (35,7%)
	Compromisso entre o município e os jovens que visa promover e adotar medidas que potenciem as capacidades dos jovens, o seu bem-estar e integração social.	3	
	Apresentação de propostas de trabalho pelo município, jovens e organizações juvenis	1	
Total		28 (100%)	

Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos jovens do Funchal (questão 3.4-Anexo B).

Apresentam-nos, pois, uma ideia de plano alicerçado num diagnóstico da população jovem e que estrategicamente deve ser pensado e implementado em articulação com a restante intervenção da autarquia (64,3% das referências). Esta visão estratégica

coloca o foco na juventude, no compromisso entre município e jovens para um plano que se pretende de jovens para jovens e para a cidade (35,7% das referências).

Quando questionados sobre os objetivos que devem integrar um PMJ, os inquiridos avançam com propostas que revelam duas preocupações principais: uma centrada nos procedimentos metodológicos para a construção do plano, priorizando a adequação dos objetivos e medidas aos jovens, às suas necessidades económicas e sociais (69,9% das referências); outra, focada nas intencionalidades do plano, em particular na definição de objetivos que promovam o envolvimento dos jovens na tomada de decisões, dando-lhes maior protagonismo e responsabilidades de cidadania e participação nas orientações de política do município (tabela L34).

Foi também solicitado aos inquiridos que perante nove áreas apresentadas – *Saúde e Bem-estar; Educação e Formação; Mobilidade; Cultura, Lazer, Desporto e Turismo; Empregabilidade, Empreendedorismo e Inovação; Acesso à Habitação; Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Associativismo, Voluntariado, Participação e Cidadania e Inclusão/Coesão Social*, as classificassem tendo em conta a sua importância para a vida dos jovens do Funchal, no momento presente. Os inquiridos classificaram as nove áreas maioritariamente com o nível 5 (grau máximo de importância). As áreas *da Saúde e Bem-estar e Educação e Formação* são entre as nove áreas apresentadas, as consideradas mais importantes para a vida dos jovens do Funchal- 934 e 841 inquiridos classificaram estas áreas com a nota máxima 5 (74% e 67% da amostra). As áreas da *Empregabilidade, empreendedorismo e inovação e de Acesso à habitação* foram também destacadas, com a nota máxima por 51% dos inquiridos, e a área do *Ambiente e desenvolvimento sustentável* com nota máxima por 48% dos inquiridos (figura L9).

Relativamente ao desafio lançado aos jovens para que fizessem propostas para o PMJ, os inquiridos fizeram um conjunto alargado de propostas (num universo de 456 respondentes e 527 propostas). As respostas foram muito diversas, sendo organizadas em 12 categorias (tabela L35), destacando-se com cerca de 56% das referências as categorias: **Infraestruturas** (17,5%), **Cultura e Artes** (13,5%), **Educação e Formação** (13,1%) e **Cidadania e Participação** (11,8%).

Na categoria **Infraestruturas** destacam-se as propostas de *Mais espaços juvenis na cidade* (37/92) e a existência de um *Balcão/Gabinete de Juventude* (25/92). Na

Cultura e Artes, evidencia-se a referência a *Uma agenda cultural mais diversificada todo o ano* (25/71) e, na **Educação e Formação**, surgem as referências a *Formações/palestras/ações formativas/masterclasses/workshops gratuitos* (48/69). Já para a **Cidadania e Participação**, as propostas recaem sobre *Participação mais pró-ativa dos jovens nos assuntos municipais/desenvolvimento da cidade* (15/62) e uma *Maior e melhor divulgação dos projetos e atividades para os jovens* (15/62).

Os jovens foram questionados sobre o seu interesse em participar de forma mais ativa no desenvolvimento da cidade do Funchal. Mais de metade dos respondentes (56,2%) afirmou não ter interesse em participar de forma mais ativa. Os restantes 44% revelaram vontade em participar mais ativamente no desenvolvimento da cidade. Para estes últimos, o **voluntariado** é a forma de contribuição mais referenciada (51 respostas), no universo de 263 jovens que responderam à questão “Qual o papel que gostarias de desempenhar e que contribuição gostarias de dar à cidade?” (tabela L36). É de referir a disponibilidade manifestada para **Ajudar no que for necessário** (17,5%), assim como colaborar em **Ações de Limpeza da cidade** (14,9%).

Considerando a importância da comunicação e da divulgação no contexto das Políticas Municipais de Juventude, foi solicitado aos inquiridos que identificassem os meios de comunicação preferenciais para receberem informação sobre as atividades realizadas na cidade: 57,4% (723 inquiridos) consideram o Instagram como meio preferencial de receção de informação e 49,7% indica o Facebook (626 respostas). O email pessoal é referido por 37,1% dos inquiridos. Destaca-se ainda as propostas sobre o website da CMF, dos jornais (papel e digital) e da comunicação direta através da família/amigos, entre os 24 e os 30% (figura L10).

5.3.2. Representações dos responsáveis/dirigentes das Escolas Secundárias, Profissionais e Instituições de Ensino Superior do Funchal

Quanto às **concepções sobre o Plano Municipal de Juventude e as políticas municipais de juventude**, nomeadamente no que diz respeito ao envolvimento do município na definição de políticas de juventude e de políticas públicas em geral e dos contributos que têm sido dados no sentido de promover um maior envolvimento dos

jovens nas políticas que mais diretamente lhes dizem respeito, são poucas as referências no sentido de uma valorização das competências dos jovens. Em número igual, surgem as referências a um total desconhecimento das atuais políticas de juventude. De uma forma geral os inquiridos consideram que já têm sido desenvolvidos diversos Projetos, Programas e Políticas de juventude, existindo uma maior preocupação com estas questões, mas que ainda têm poucos efeitos e que carecem de uma ação continuada (tabela L37).

Perante as 9 áreas apresentadas aos inquiridos e a solicitação de classificação das mesmas, de 1 a 5, tendo em conta a importância atual que os jovens do Funchal atribuem às mesmas nas suas vidas, os inquiridos classificaram todas as áreas maioritariamente com o nível 5 – o grau mais elevado em termos de importância, podendo concluir-se que os inquiridos consideram que os jovens do Funchal se preocupam com as 9 áreas e que as mesmas assumem importância nas suas vidas (figura L11). Entre os inquiridos, 83% considera que os jovens atribuem máxima importância às Áreas da Saúde e Bem-estar e da Educação e Formação, 75% à Empregabilidade, Empreendedorismo e Inovação e 67% à área da Cultura, Lazer, Desporto e Turismo. O Acesso à Habitação e o Associativismo, Voluntariado e Participação são as áreas que menos preocupam os jovens, na perspetiva dos inquiridos.

Quando questionados acerca das 3 áreas que pessoalmente consideram prioritárias em termos de intervenção na área da juventude na cidade (figura L12), são enunciadas as áreas da Educação e Formação, com 10 referências, e a área da Empregabilidade, Empreendedorismo e Inovação com 8 referências, seguindo-se a área da Saúde e bem-estar com 7 referências. Como justificação para a priorização destas 3 áreas, baseando-se na sua importância estrutural e basilar, os inquiridos valorizam o facto de serem áreas fundamentais e complementares e, também, áreas estruturais em que se sustentam as condições fundamentais para a formação e participação do indivíduo na sociedade de forma plena.

Foram solicitados, aos inquiridos, contributos no sentido de ser possível analisar a sua perceção em termos de objetivos a propor num PMJ, aspetos a ter em conta e principais áreas a contemplar. A análise de conteúdo das respostas dos inquiridos à pergunta: “Quais devem ser os objetivos de um Plano Municipal de Juventude?”, permite identificar duas grandes categorias de resposta: as que se centram na *Cidadania e*

Participação juvenil, e que concentram a maioria das referências (79%) e as que se focam nas *Estratégias de Apoio* aos jovens (21%). Nesta perspetiva, um PMJ deve permitir capacitar os jovens do Funchal no sentido do exercício de uma cidadania ativa, sendo uma oportunidade para tornar os jovens competentes, conscientes e comprometidos com a vida do município do Funchal. Neste sentido, as políticas de juventude devem proporcionar processos de discussão que envolvam os jovens e lhes deem voz (tabela 25).

Tabela 25

Objetivos de um PMJ – representações dos responsáveis/dirigentes

Objetivos		Nº
Cidadania e Participação	Criar condições e oportunidades para tornar os jovens do Funchal cidadãos conscientes, ativos e comprometidos com a vida na cidade do Funchal	11
	Definir as políticas de juventude através de um amplo processo de discussão, que resulte em medidas operacionais.	3
	Incrementar o associativismo juvenil	1
	subtotal	15 (79%)
Estratégias de ação	Proporcionar acesso a ferramentas (<i>soft ou hard skills</i>) que permitam ingressar no mercado de trabalho e/ou empreender no seu próprio negócio	2
	Apoiar os estudantes através da atribuição de bolsas de estudo	1
	Apoiar financeiramente ou de outra forma os jovens que queiram viver no perímetro da cidade	1
	subtotal	4 (21%)
Total		19 (100%)

Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos dirigentes das Escolas Secundárias, Profissionais e Instituições de Ensino Superior do Funchal (questão 4.6 -Anexo E).

Relativamente às áreas a contemplar no PMJ, as respostas destacam três: Educação e Formação; Empregabilidade e Empreendedorismo; e, Lazer, Cultura e Desporto (tabela L38). Sobre os aspetos a contemplar na construção de um PMJ, a análise de conteúdo das várias respostas permitiu a identificação de um conjunto de cinco dimensões (tabela 26). Assim, um PMJ deve: ser representativo dos jovens e das suas necessidades (10 referências); promover o envolvimento dos jovens (5 referências); articular com a política municipal (4 referências); prever o estabelecimento de parcerias (2 referências); e adotar a metodologia de projeto (2 referências).

Tabela 26*Aspetos fundamentais na construção de um PMJ – representações dos responsáveis/dirigentes*

Aspetos		Nº	Total
Representatividade dos jovens e das suas necessidades	Representatividade dos sonhos, objetivos, necessidades e potencialidades	8	10 (43%)
	O PMJ deve ser pensado para o futuro	1	
	Deve ser realizado um levantamento de necessidades	1	
Envolvimento jovens	Envolvimento dos jovens em todo o processo para que se identifiquem com o projeto	3	5 (21,7%)
	Trabalho conjunto de jovens e os responsáveis do município	1	
	Utilizar o voluntariado como competência transversal/ <i>softskills</i>	1	
Articulação da política municipal	Envolvimento da cidade numa perspetiva cultural e académica	2	4 (17,4%)
	Deve ser desenhado tendo por base o método interativo de gestão	1	
	Contemplar os meios necessários e a articulação da política municipal com os organismos que detêm competências em cada uma das áreas	1	
Estabelecimento de parcerias	Fazer parcerias	1	2 (8,7%)
	O município deve manter uma relação estreita com as instituições de ensino de modo a definir os termos de participação das mesmas	1	
Adoção da metodologia de projeto	4 pilares essenciais: Planear, Fazer, Monitorizar e Agir	1	2 (8,7%)
	Continuidade dos projetos	1	
Total		23	100%

Nota. Dados recolhidos em questionário aos dirigentes das Escolas Secundárias, Profissionais e Instituições de Ensino Superior do Funchal (questão 4.8 – Anexo E).

Por fim, quando questionados acerca do papel e contributo das Escolas e das Instituições de Ensino Superior na construção do PMJ, tendo em conta a sua função e área de intervenção (tabela L39), todos os inquiridos valorizaram a importância de um envolvimento na construção e implementação do PMJ. A importância atribuída ao desenvolvimento de projetos com interesses comuns e a disponibilidade para a participação ativa no desenho e implementação do plano, em articulação com a CMF, reúnem 34,4% e 31,3% das referências respetivamente.

Em termos de papel a assumir por parte dos inquiridos na construção e implementação do PMJ, foi unânime a disponibilidade de todos para colaborar, sendo que 66,7% das respostas referem disponibilidade para a colaboração ativa e estabelecimento de parceria no que for necessário e 33,3% manifestam disponibilidade em colaborar tendo em conta a sua área de formação.

Os inquiridos deixaram também algumas sugestões e propostas a serem consideradas no âmbito da construção e da implementação do PMJ, destacando sugestões que valorizam uma melhoria da imagem da cidade, colocando no município a responsabilidade de uma melhor organização com vista a melhorar as acessibilidades, tornar a cidade mais atrativa, mais procurada, mais segura e mais limpa. As sugestões são diversas (tabela L40), estando em consonância com os objetivos já anteriormente definidos para um PMJ e as áreas a privilegiar.

5.3.3. Representações dos presidentes das Juntas de Freguesia do município

Relativamente às *conceções sobre o Plano Municipal de Juventude e das políticas municipais de juventude*, no que diz respeito ao envolvimento do município na definição de políticas de juventude e de políticas públicas em geral e dos contributos que têm sido dados no sentido de promover um maior envolvimento dos jovens nas políticas que mais diretamente lhes dizem respeito (tabela L41), 8 das referências (47,1%) são no sentido da valorização e responsabilização dos jovens e 4 (23,5%) são referentes à ineficácia das atuais políticas. São ainda feitas referências à desvalorização dos jovens e à demasiada oferta e pouca divulgação (cada um com 2 referências cada).

Face às 9 áreas apresentadas, os inquiridos classificaram-nas maioritariamente entre os níveis 4 a 5 (os graus mais altos em termos de importância), podendo daqui concluir-se que na sua maioria, os inquiridos consideram que os jovens do Funchal se preocupam com todas elas e que as mesmas assumem importância na sua vida (figura L13).

Relativamente às áreas da *Empregabilidade, empreendedorismo e inovação* e do *Acesso à habitação*, 80% dos inquiridos (8 inquiridos) consideram que os jovens atribuem máxima importância a estas áreas (5). Dos inquiridos, 6 atribuem nota máxima à Área da *Educação e formação*, e 5 atribuem valor 5 às áreas da *Saúde e bem-estar* e da *Inclusão e coesão social*.

Quando solicitado que seleccionassem as 3 áreas que consideram prioritárias em termos de intervenção (figura L14), verifica-se que a área da *Empregabilidade, empreendedorismo e inovação* assume a prioridade para cerca de 80% dos inquiridos, a

Educação e Formação para 60% e as áreas da *Saúde e bem-estar* e do *Acesso à habitação* para 50% dos inquiridos. Como justificação para a priorização destas 3 áreas, baseando-se também na sua importância estrutural, os inquiridos valorizam o facto de serem fundamentais e complementares para o desenvolvimento integral dos jovens, no sentido da sua capacitação e emancipação.

Em termos de objetivos a que se deve propor um PMJ (tabela L42), 5 das referências dos inquiridos referem que deve garantir respostas às necessidades dos jovens (41,7%) e 4 referências identificam como objetivo a participação ativa dos jovens na construção da cidade (33,3%). Garantir a igualdade de oportunidades para todos os jovens foi também identificado em 2 referências.

Relativamente às áreas a contemplar no Plano, as respostas destacam 2, cada uma com 6 referências (17,6% cada uma): o *Emprego e empreendedorismo* e a *Educação e Formação* (tabela L43).

Sobre os aspetos a integrar na construção de um PMJ, a análise de conteúdo das várias respostas permite a identificação de 3 dimensões (tabela 27).

Tabela 27

Aspetos fundamentais na construção de um PMJ – representações dos presidentes das Juntas de Freguesia

	Aspetos	Nº	Total
Envolvimento dos jovens	Maior aproximação e identificação aos jovens	5	13 (57%)
	Os jovens devem ser ouvidos	4	
	É preciso chegar aos jovens todos com as diferentes especificidades	2	
	Falar a linguagem dos jovens	1	
	Não defraudar as expetativas dos jovens	1	
Estabelecimento de parcerias	Trabalhar em cooperação e construir novas sinergias	2	7 (30,4%)
	A envolvimento de todas as associações, clubes e escolas	2	
	Envolvimento das Juntas de Freguesia para colaborarem	2	
	Parceria com outras instituições públicas e privadas	1	
Adoção da metodologia de projeto	Fazer diagnóstico dos recursos que temos	1	3 (12,6%)
	Propor medidas realistas – começar com pouco e ir progredindo	1	
	Monitorizar os aspetos definidos, adaptar e corrigir	1	
	Total	23	100%

Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos presidentes das Juntas de Freguesia do Funchal (questão 3.7 – Anexo D).

Assim, um PMJ deve: envolver os jovens (13 referências – 57%); promover a criação de parcerias (7 referências – 30,4%) e utilizar as técnicas de metodologia de projeto (3 referências – 12,6%).

Quando questionados acerca do papel e contributo das juntas de freguesia para o PMJ, tendo em conta a sua função e área de intervenção no setor da juventude (tabela L44), os inquiridos demonstraram o interesse e a disponibilidade da Junta de Freguesia que presidem, reforçando a importância do envolvimento destes órgãos do poder local em todo o processo. O desenvolvimento de projetos conjuntos e parcerias com interesse comum (13 referências- 39,4%), assim como a participação ativa no desenho e implementação do PMJ (9 referências) são os principais contributos enunciados. De referir, ainda, a mobilização de jovens (6 referências) e a procura de soluções para as necessidades dos jovens (3 referências).

Reúne unanimidade a disponibilidade pessoal dos inquiridos para a construção e implementação do PMJ. Sendo 10 as referências (83,3%) que se reportam à disponibilidade para a participação ativa e colaboração. É ainda manifesta a abertura para o estabelecimento de parcerias estratégicas e respostas às solicitações; atendendo às especificidades da freguesia.

Os inquiridos avançaram com sugestões a considerar no âmbito da construção e da implementação do PMJ (tabela L45) onde se destacam a valorização, reestruturação e reabilitação de espaços para utilização pelos jovens (4 referências – 40%) e a disponibilização de mais oportunidades para jovens (3 referências – 30%).

5.3.4. Representações das Associações juvenis e Agentes de juventude do Funchal

Atendendo às *conceções sobre o Plano Municipal de Juventude e das políticas municipais de juventude*, concretamente no que diz respeito ao envolvimento do município na definição de políticas de juventude e de políticas públicas em geral e no que se reporta aos contributos que têm sido dados no sentido de promover um maior envolvimento dos jovens nas políticas que mais diretamente lhes dizem respeito (tabela 28), destacam-se as referências relativas às políticas de juventude como um **processo em melhoria** (77/242 referências – 31,8%), em que é constante a **valorização dos jovens**

(62/242 referências – 25,6%). Nestas duas categorias reúnem-se 139 das 242 referências (57,4% do total). Ao mesmo tempo surgem referências à **dificuldade na comunicação** (38/242 referências – 15,7%) e à **necessidade de apoios** (35/242 referências – 14,5%). Ainda que com valores residuais, são referidas a **participação jovem** e a **invisibilidade de resultados** (15 referências cada – representando 12,4%).

Tabela 28

Políticas de juventude: representações das associações e agentes de juventude

categorias	associações juvenis		agentes de juventude		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Processo em melhoria	57	35,6	20	24,4	77	31,8
Valorização dos jovens	37	23,1	25	30,5	62	25,6
Dificuldade na comunicação	29	18,1	9	11,0	38	15,7
Necessidade de apoios	26	16,3	9	11,0	35	14,5
Participação jovem	4	2,5	11	13,4	15	6,2
Invisibilidade de resultados	7	4,4	8	9,8	15	6,2
Total	160	100,0	82	100,0	242	100,0

Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal (tabela L46).

Relativamente ao entendimento das Políticas Municipais de Juventude como um **processo em melhoria**, este reporta-se a uma perspetiva destas políticas enquanto *processos com melhorias visíveis ao longo dos anos* mas ainda com a *necessidades nas áreas do emprego, educação e associativismo e de continuar a ir ao encontro dos jovens com oportunidades para a sua participação efetiva, de proporcionar igualdade de oportunidade para todos, de otimização do trabalho já desenvolvido na área da juventude, a necessidade de continuar a apostar nos jovens, de maior planeamento do trabalho com a juventude, de criação de mecanismos de participação direta dos jovens e a presença da juventude em todas as políticas.* Das afirmações destacamos:

Há maior preocupação de envolver os jovens e as várias associações com diversas formas de auscultação – mas ainda com poucos resultados práticos. (AJ – ACA1)

Tem sido feito caminho na valorização do papel dos jovens no desenvolvimento da sociedade, mas ainda falta fazer muita coisa – é necessário continuar a ir ao encontro dos jovens e dar espaço para a sua participação ativa (AJ – JP1)

Já a **valorização dos jovens**, a que se reportam agentes e associações, diz respeito à *preocupação existente com a juventude por parte das entidades governamentais, à*

aposta nas atividades, projetos e programas para a juventude, à dinamização de diversos programas, formações, técnicos especializados e no apoio dado às associações, também aos apoios dados pelas câmaras municipais na região, ao trabalho europeu na área da juventude e no trabalho com os jovens e aos diversos apoios à criação de associações juvenis na região, como se ilustra nos excertos:

Há uma aposta forte nas atividades, projetos e programas para a juventude e os jovens vão sentindo a sua opinião e ideias serem cada vez mais valorizadas. (AJ – AE3)

Há uma crescente valorização da juventude que tem que continuar de forma a proporcionar cada vez mais oportunidades aos jovens para influenciarem os destinos do país, da região e da cidade. (AJ- ACP2)

Apesar da valorização, as referências às **dificuldades na comunicação** e à **necessidade de apoios** são preocupação das associações juvenis. Sobre a primeira, as preocupações manifestadas reportam-se à *burocracia excessiva para a implementação de projetos e apoios, falta de trabalho em rede entre associações, jovens e entidades, falta de adequação das ferramentas e oportunidades aos jovens, a dificuldade na comunicação e divulgação junto dos jovens dos programas e projetos e na maior facilidade em falar diretamente com as juntas de freguesia, o que não acontece com as demais entidades.*

Preocupações que se ilustram nas afirmações seguintes:

Existe ainda demasiada burocracia no que diz respeito à área da juventude para a implementação de projetos e apoios. (AJ – AIS1)

Nem sempre há uma identificação dos jovens com as ferramentas e espaços para a participação- é preciso repensar, ser criativos e cima de tudo ir ao terreno, auscultar os jovens e manter um contacto frequente, dinâmico – é necessário aqui equipas e técnicos com formação. (AJ – AIS3)

Sobre a **necessidade de apoios**, destaca-se a *necessidade em alocar mais recursos financeiros e humanos à área da juventude, de mais apoios e acompanhamento aos jovens, de criação de gabinete/departamento de juventude dentro das câmaras municipais, a necessidade de apoios regulares que promovam a emancipação dos jovens, e a necessidade de criação de mais espaços dedicados aos jovens, ilustradas pelas seguintes expressões:*

Todas as Câmara Municipais deveriam ter um gabinete/departamento de juventude – condensar numa unidade orgânica as várias questões de juventude. (AJ- ACP1)

É preciso mais recursos financeiros e humanos para trabalhar estas áreas. (AJ- AESCUT3)

Analisando comparativamente as representações sobre as políticas de juventude das associações juvenis e dos agentes de juventude (tabela 28), constata-se que as primeiras se reportam às mesmas como um **processo em melhoria** em que se aposta numa **valorização dos jovens** (94/160 referências – 58,8%) mas em que há **dificuldades na comunicação** e **necessidade de apoios** (55/160 referências – 34,4%). Por seu turno, os agentes de juventude colocam em primeiro lugar a importância das políticas apostarem na **valorização dos jovens**, num **processo em melhoria** (45/82 referências – 54,9%) e em que a **participação jovem** é uma realidade (11/82 referências 13,4%).

Esta **participação**, reporta-se à existência de *plataformas e ferramentas para a participação jovem*, uma maior e gradual *participação dos jovens nos vários espaços de auscultação* e a maior frequência de representação jovem dentro e fora do país:

Hoje existem mais jovens com menos de 30 anos a nos representar dentro e fora do país, ocupando lugares de importância e diferentes órgãos de decisão e de soberania. (AJ- ACP2)

É preciso continuar a aposta constante nos jovens – quando são chamados a participar eles envolvem-se e fazem a diferença. (AJ – JP2)

As plataformas e ferramentas para a participação jovem multiplicaram-se largamente nos últimos anos – se este for um indicador, é muito positivo. (AJ – AIS5)

Numa perspetiva mais genérica, constatamos que em termos de políticas de juventude, os entrevistados consideram que já existe uma aposta forte neste âmbito sendo este um **processo em melhoria**, em que há uma **valorização dos jovens**, mas ainda é necessário trabalhar a **comunicação, mobilizar mais apoios**, assim como apelar a uma maior **participação jovem** e dar **visibilidade aos resultados**.

Considerando as 9 áreas prioritárias apresentadas aos entrevistados e a classificação que estes fazem da importância das mesmas nas vidas dos jovens, resulta que situam as nove áreas maioritariamente entre o **nível 4** (220 respostas - 37,6%) e o **nível 5**, o grau máximo de importância (180 respostas – 30,8%), podendo concluir-se que na sua maioria (64%), os entrevistados consideram que os jovens do Funchal se

preocupam com todas as áreas consideradas e que as mesmas assumem importância nas suas vidas (figura L15).

No **nível 5**, incluem-se as áreas da *Saúde e Bem-estar, Educação e Formação, Empregabilidade, empreendedorismo e inovação e Mobilidade* com maior frequência (28 ref. as duas primeiras, 26 e 24 ref. as duas últimas, respetivamente). No **nível 4**, as áreas do *Ambiente e desenvolvimento sustentável* (37 referências), da *Educação e formação e da Cultura, lazer, desporto e turismo* (cada uma com 32 referências) são as que apresentam uma maior frequência.

Já relativamente ao **nível 3**, são as áreas da *Inclusão/ coesão social* (30 referências), do *Acesso à habitação* (29 referências) e do *Associativismo, voluntariado, participação e cidadania* (25 referências) as que apresentam uma maior frequência.

Analisando as respostas das associações juvenis, verifica-se que os entrevistados destas associações classificaram as 9 áreas maioritariamente entre o **nível 3** (33,1% das respostas) e o **nível 4** (41% das respostas), concentrando os dois níveis 74,1% das respostas (figura L16).

As áreas da *Educação e Formação* (59,5% das referências), da *Cultura, lazer, desporto e turismo* (59,5% das referências), do *Ambiente e desenvolvimento sustentável* (57,1% das referências) e da *Empregabilidade, empreendedorismo e inovação* (50% das referências) são as que apresentam uma maior frequência relativamente ao **nível 4**. No **nível 3**, são as áreas do *Acesso à habitação* (61,9% referências) e da *Inclusão/ coesão social* (54,8% das referências) as que apresentam uma maior frequência.

Já os agentes de juventude classificaram as 9 áreas maioritariamente entre o **nível 4** (35,3% das respostas) e o **nível 5** (48,8% das respostas), agrupando no seu total os dois níveis 84,1% das respostas (figura L17).

No **nível 5**, as áreas da *Saúde e Bem-estar* (65,2% referências), a *Educação e Formação* (60,9% referências) e a *Empregabilidade, empreendedorismo e inovação* (60,9% referências) são as que apresentam uma maior frequência. No **nível 4**, são as áreas do *Ambiente e desenvolvimento sustentável* (56,5% das referências), da *Inclusão/ coesão social* (43,5% das referências) e do *Associativismo, voluntariado, participação e cidadania* (34,8% das referências) as que apresentam uma maior frequência.

As associações juvenis, sendo o grupo de entrevistados que envolve mais jovens, são as que menos atribuem o **nível 5** de forma transversal às diversas áreas (23,5%), verificando-se que os agentes de juventude, com 48,8% das respostas no **nível 5**, apresentam a perceção de uma maior valorização por parte dos jovens, das áreas apresentadas, comparativamente às associações juvenis. Estas últimas constituídas maioritariamente por jovens, não atribuem o nível de importância máximo às diversas áreas com tanta frequência, do ponto de vista da valorização por parte dos jovens.

No **nível 5**, são as áreas da *Saúde e bem-estar* e da *Educação e formação* as mais referenciadas pelas associações juvenis e agentes de juventude, sendo que as associações juvenis colocam ainda as questões da *Mobilidade* (31% das referências) e os agentes de juventude a *Empregabilidade, empreendedorismo e inovação* (60,9% das referências).

Ainda em relação às áreas anteriores, foi solicitado aos entrevistados que seleccionassem as três áreas que pessoalmente consideram prioritárias na vida dos jovens da cidade (tabela 29).

Tabela 29

Áreas prioritárias: representações das associações juvenis e agentes de juventude

categorias	associações juvenis		agentes de juventude		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Educação e Formação	32	25,8	19	30,2	51	27,3
Saúde e bem-estar	20	16,1	13	20,6	33	17,6
Empregabilidade, empreendedorismo e inovação	13	10,5	11	17,5	24	12,8
Cultura, Lazer, Desporto e Turismo	16	12,9	6	9,5	22	11,8
Inclusão/ coesão Social	14	11,3	2	3,2	16	8,6
Associativismo, Voluntariado, Participação e Cidadania	12	9,7	3	4,8	15	8,0
Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	6	4,8	3	4,8	9	4,8
Acesso à habitação	6	4,8	2	3,2	8	4,3
Mobilidade	4	3,2	1	1,6	5	2,7
Todas	1	0,8	3	4,8	4	2,1
Total	124	100,0	63	100,0	187	100,0

Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal (tabela L47).

Assim, em termos de priorização destacam-se as áreas da **Educação e Formação** (51 referências – 27,3%), da **Saúde e bem-estar** (33 referências – 17,6%), da **Empregabilidade, empreendedorismo e inovação** (24 referências – 12,8%) e da **Cultura, Lazer, Desporto e Turismo** (22 referências – 11,8%) com 130 das 187 referências, ou seja 69,5% das referências. São ainda identificadas as áreas **Inclusão/ coesão Social** (16 referências – 8,6%) e a área do **Associativismo, Voluntariado, Participação e Cidadania** (15 referências – 8%), com 31 das 187 referências. Com um peso muito residual, no conjunto das referências, as áreas do **Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Acesso à habitação e Mobilidade** (9, 8 e 5 referências respetivamente).

Analisando comparativamente a priorização das áreas pelas associações juvenis e agentes de juventude (tabela 29), verificamos que em comum priorizam a área da **Educação e formação** (25,8% e 30,2% respetivamente), colocando a área da **Saúde e bem-estar** em segundo lugar (16,1% e 20,6% respetivamente). Em terceiro lugar, as associações juvenis priorizam a área da **Cultura, lazer, desporto e turismo** (12,9%) ao invés dos agentes de juventude, que, tal como na priorização geral, colocam em terceiro lugar a área da **Empregabilidade, empreendedorismo e inovação** (17,5%).

Em suma, podemos então aferir que são as áreas da **Educação e formação**, da **Saúde e bem-estar** e da **Empregabilidade, empreendedorismo e inovação** as três áreas que a maioria dos entrevistados considera como prioritárias para os jovens do Funchal. Muito próxima da terceira área, em termos de referências, é identificada a **Cultura, lazer, desporto e turismo**.

Quando desafiados a justificar a sua escolha, os entrevistados que selecionaram como prioritária a área da **Educação e formação**, justificam a priorização desta área pela sua importância em termos de aquisição de **competências** (21 referências – 75%) e na **capacitação** (7 referências – 25%) dos jovens, como ilustram as afirmações:

É uma área fundamental para capacitar os jovens para fazerem a mudança. (AJ – AE1)

Um maior e diversificado nível de instrução potencia a participação consciente e consequente melhor integração socioeconómica na sociedade. (AGJ – CMF7)

Relativamente à área da **Saúde e bem-estar**, a sua priorização é justificada pelo seu contributo para a vida dos jovens através da promoção da sua **qualidade de vida** (15 referências – 78,9%) e da sua **capacitação** (4 referências – 21,1%):

Um jovem saudável e feliz, possibilita uma melhor gestão individual das decisões e uma melhor capacidade para ultrapassar as adversidades. (AGJ – CMF7)

São a base para o crescimento e desenvolvimento dos nossos jovens, (AGJ – EJ2)

A **Empregabilidade, empreendedorismo e inovação** é priorizada pela sua importância em termos da **emancipação** (16 referências – 69,6%) dos jovens e por ser uma área onde as **necessidades** (7 referências – 30,4%) são grandes, como ilustram as afirmações:

São áreas são fundamentais para a construção de um projeto de vida e do futuro dos jovens. (AJ – ACA3)

Esta é uma área problemática pois é necessário arranjar respostas para o desemprego jovem e proporcionar mais oportunidades. (AJ – AE5)

Também a área da **Cultura, Lazer, Desporto e Turismo**, é priorizada pela sua importância em termos de **dinamização** (6 referências – 42,9%), da aquisição de **competências** (5 referências – 35,7%) por parte dos jovens e por ser uma área onde se identificam diversas **necessidades** (3 referências – 21,4%):

São áreas através das quais é possível o desenvolvimento de diversas competências transversais e importantes para o desenvolvimento da cidadania e para a expansão de horizontes. (AJ – AIS1)

Estas áreas são muito importantes na vida dos jovens na medida em que contribuem para o seu desenvolvimento integral. (AGJ – EJ7)

Em termos das conceções dos entrevistados sobre o que deve ser um PMJ (tabela 30), dão ênfase maioritariamente (62,1% das referências), às seguintes dimensões: **estratégia** (93 referências – 27,4%), **valorização** (71 referências – 20,9%), e **parcerias** (47 referências – 13,8%). Foram ainda apresentadas definições referentes às questões de **otimização, emancipação, diagnóstico, capacitação** e de **apoios e incentivos**.

A **estratégia** engloba as visões de um PMJ como um *documento estratégico com diretrizes para o planeamento de ações e projetos para os jovens*, uma *estratégia transversal para a cidade e para o desenvolvimento da área da juventude*, um conjunto

de objetivos que envolvam os jovens na construção das políticas de juventude e nas políticas gerais e a implementação de políticas de juventude eficazes e transversais:

Criação de uma estratégia para a cidade que ajude no desenvolvimento dos jovens e da área da juventude, com a definição de objetivos que incentivem os jovens à participação na construção e desenvolvimento da cidade. (AJ – AE3)

Terá de ser uma estratégia dinâmica e adaptável/maleável. (AJ – AIS3)

O PMJ é um documento estratégico que dá diretrizes para o planeamento de ações e projetos de interesse para os jovens, tentando dar resposta às suas necessidades. (AGJ – CMF6)

Tabela 30

Definição de Plano Municipal de Juventude: representações das associações e agentes de juventude

categorias	associações juvenis		agentes de juventude		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Estratégia	55	25,7	38	30,2	93	27,4
Valorização	39	18,2	32	25,4	71	20,9
Parcerias	28	13,1	19	15,1	47	13,8
Otimização	20	9,3	11	8,7	31	9,1
Emancipação	21	9,8	9	7,1	30	8,8
Diagnóstico	14	6,5	12	9,5	26	7,6
Capacitação	20	9,3	5	4,0	25	7,4
Apoios/incentivos	17	7,9	0	0,0	17	5,0

Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal (tabela L48).

As referências à **valorização** associam o PMJ a um *investimento no futuro da cidade*, à *colocação dos jovens no centro da discussão e das decisões camarárias*, à *valorização e reconhecimento do papel dos jovens e das associações juvenis na cidade*, a um conjunto *intenções e desejos dos jovens para a sua cidade*, e à *presença das preocupações e necessidades dos jovens em todas as políticas*:

Investimento a longo prazo – um investimento no futuro da cidade. (AJ – AE4)

Objetivo central a valorização do papel dos jovens na vida da cidade. (AJ- AESCUT2)

Impulso à participação dos jovens nas decisões importantes da cidade em áreas transversais à sociedade. (AGJ – CMF5)

O estabelecimento de **parcerias** relaciona-se *com as parcerias entre as diversas associações e entidades*, a criação de um *objetivo comum em torno do qual se motive os jovens e as suas associações* e a *construção de um plano municipal elaborado pela*

autarquia e os agentes locais de juventude contemplando todas as áreas importantes para os jovens:

O PMJ é um promotor de relações entre as diversas associações e da criação de parcerias entre elas e demais entidades. (AJ – AIS1)

O PMJ deve envolver todos os parceiros e associações e dar feedback a todos durante o processo. (AJ- AESCUT3)

Tem de conjugar aquela que é a visão, pretensão e objetivos do decisor político e da sua equipa para a área da juventude e as expectativas e necessidades identificadas pelos jovens do município (AGJ – CMF2)

Já a **otimização**, diz respeito à visão do PMJ como um processo de *otimização e uniformização da oferta e dos recursos da cidade na área da juventude, de distribuição e otimização dos recursos da CMF e da cidade e de conjugação das necessidades das diferentes associações e otimização das respostas municipais:*

O plano visa a otimização do que já existe em termos de respostas para os nossos jovens, organizando os recursos humanos na área de juventude na cidade. (AJ- AESCUT1)

Visa rentabilizar os recursos e apoios às associações e aos diversos projetos. (AGJ – CMF1)

Harmonizar as respostas na área da juventude que se encontram muitas vezes avulsas no município. (AGJ – CMF5)

A **emancipação** inclui a *criação de diversas oportunidades e ferramentas de participação para os jovens e a sua promoção, a promoção da qualidade de vida dos jovens através de medidas concretas, a defesa dos direitos e deveres dos jovens e a promoção de políticas de responsabilidade social, e a elaboração de um plano de jovens e para jovens:*

Dar ferramentas e oportunidades aos jovens para o seu desenvolvimento. (AJ – JP1)

Um “espaço” onde os jovens possam participar ativamente no desenvolvimento da cidade. (AJ- ACP1)

O PMJ deve trabalhar para a promoção da cidadania e capacitação dos jovens para o seu exercício pleno. (AGJ – EJ1)

Analisando comparativamente as conceções de PMJ apresentadas pelas associações juvenis e pelos agentes de juventude (tabela 30), verifica-se que há uma tendência idêntica no entendimento deste plano em primeiro lugar como uma opção de

estratégia (25,7% e 30,2% respetivamente) e um meio de **valorização** dos jovens e de construção de **parcerias** entre os diversos agentes da cidade.

Ainda na sequência da conceção do PMJ, auscultou-se os entrevistados no sentido de identificar os aspetos fundamentais a contemplar no desenho de um plano municipal sustentável para a juventude (tabela 31). Foram valorizados aspetos relacionados com a **auscultação** (60 referências – 18,5%), o **envolvimento** (48 referências – 14,8%) e as **parcerias** e a **objetividade** (40 referências cada – 12,3%), constituindo estes quatro aspetos 58% das referências. Foram ainda identificados o **dinamismo**, a **inclusão**, a **comunicação**, a **monitorização**, a **capacitação** e os **apoios/incentivos**, como sendo relevantes na construção de um PMJ.

Tabela 31

Aspetos essenciais de um PMJ: representações das associações e agentes de juventude

categorias	associações juvenis		agentes de juventude		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Auscultação	38	19,7	22	16,8	60	18,5
Envolvimento	26	13,5	22	16,8	48	14,8
Parcerias	28	14,5	12	9,2	40	12,3
Objetividade	21	10,9	19	14,5	40	12,3
Dinamismo	18	9,3	18	13,7	36	11,1
Inclusão	20	10,4	4	3,1	24	7,4
Comunicação	19	9,8	4	3,1	23	7,1
Monitorização	7	3,6	14	10,7	21	6,5
Capacitação	7	3,6	12	9,2	19	5,9
Apoios/incentivos	9	4,7	4	3,1	13	4,0
Total	193	100,0	131	100,0	324	100,0

Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações e agentes de juventude do Funchal (tabela L49).

A **auscultação** engloba aspetos essenciais como *ouvir e auscultar os jovens e as associações e o que eles pensam*, discutir ideias e gerar consensos dentro da comunidade municipal, conhecer as necessidades dos jovens e desenvolver as intervenções que sejam sustentadas em investigação e nas características do desenvolvimento dos jovens:

É necessário auscultar os jovens e discutir ideias com todos – jovens, decisores políticos e comunidade municipal. (AJ- ACP2)

É fundamental conhecer as necessidades dos jovens e desenvolver as intervenções que sejam sustentadas em investigação e nas características do desenvolvimento desta faixa etária. (AGJ – CMF6)

O **envolvimento** diz respeito ao *envolvimento e responsabilização dos jovens em todo o processo de construção e implementação do PMJ, ao envolvimento das associações e parceiros na gestão e concretização do Plano, à consciencialização do papel de cada jovem na construção e desenvolvimento do PMJ e da própria cidade, à programação por, com os jovens e para os jovens, o envolvimento das escolas em todo o processo e à maior proximidade aos grupos formais, associações de jovens e aos jovens:*

É fundamental trabalhar e envolver as várias associações e entidades. (AJ – JP1)

Os jovens têm de ser os protagonistas – a construção e implementação do PMJ tem de estar nas mãos dos jovens. (AJ – JP2)

Incluir todos os jovens mesmo os que não se encontram numa associação – mecanismos de participação direta dos jovens. (AJ – AIS5)

Envolvimento de jovens de diferentes contextos socioeconómicos oriundos de todas as freguesias do concelho. (AGJ – CMF7)

O estabelecimento de **parcerias** *entre jovens e associações e outros parceiros, o trabalho em rede com as associações juvenis, grupos informais de jovens, entidades públicas e privadas que trabalhem no sector da juventude e reciprocidade entre as associações e jovens:*

Um trabalho conjunto entre decisores, associações e jovens. (AGJ – CMF2)

Boa articulação com todos os agentes envolvidos neste processo: jovens, profissionais que exercem funções com jovens, pais e decisores públicos locais e internacionais. (AGJ – EJ5)

Criar rede de parceiros que co-gerenciem o Plano. (AGJ – DP3)

Já a **objetividade** reporta-se a aspetos como o *estabelecimento de objetivos, simples, tangíveis, exequíveis e concretizáveis, a criação de objetivos anuais com metas a alcançar a curto, médio e longo prazo, a construção de um plano a curto, médio e a longo prazo, ao realismo e ao estabelecimento de um conjunto de princípios que devem regular e orientar todas as atividades e ações do plano. Destacam-se as afirmações:*

É fundamental definir objetivos concretos e exequíveis. (AJ- ACP1)

Ter uma equipa de trabalho motivada – envolver todos os jovens e todos os parceiros num objetivo comum. (AGJ – EJ2)

As tarefas a que se propuserem devem ser mensuráveis e, avaliadas quantitativamente, sendo que, o seu índice de concretização e sucesso devem ser elevados. (AGJ – EJ10)

O **dinamismo** diz respeito à *abertura e flexibilidade, ao ajuste ao longo da implementação, à transversalidade em todas as áreas da vida da cidade, à criação de uma estratégia dinâmica, acessível e adaptável/maleável e à valorização das questões da cultura e arte*. Das afirmações destacamos:

Tem de ser um plano aberto – nunca fechado/terminado – sendo ajustado e melhorado ao longo da sua implementação. (AJ – ACA1)

Plano que deve promover o dinamismo, a criatividade, empreendedorismo e voluntariado e deve ter como alicerces os valores humanos – justiça, igualdade, liberdade. (AGJ – EJ1)

Trabalho colaborativo, investigativo e de reflexão que perdure no tempo independentemente dos políticos e diversos executivos. (AGJ – DP3)

Analisando comparativamente, associações juvenis e agentes de juventude, estes privilegiam em primeiro lugar a **auscultação** como aspeto fundamental, com 19,7% e 16,8% das referências respetivamente. As associações juvenis referem em segundo lugar as **parcerias** (14,5% das referências) e o **envolvimento** em terceiro, com 13,5% das referências. Já os agentes de juventude, colocam também na linha da frente o **envolvimento** (16,8% das referências), a **objetividade** (14,5% das referências) e o **dinamismo** (13,7% das referências).

Em termos gerais, **a auscultação**, o **envolvimento**, as **parcerias** e a **objetividade** são os aspetos considerados fundamentais para o desenho de um bom e sustentável PMJ na perspetiva dos entrevistados.

Questionou-se os entrevistados sobre o papel/contributo que a associação, entidade, departamento ou pelouro de pertença poderá ter no processo de construção e implementação do PMJ (tabela 32), sendo que 59,5% das referências colocam a **experiência** (3 referências – 23,4%), a **mobilização** (56 referências – 20,8%), e a **dinamização** (41 referências – 15,2%). A estas categorias juntam-se os **recursos** (31 referências – 11,5%), o **acompanhamento** (30 referências – 11,2%), a **colaboração** e a **parceria** (24 referências cada uma).

A **experiência** diz respeito aos contributos decorrentes da *experiência e valências adquiridas no trabalho com a juventude, na área da participação e democracia, no trabalho em rede e equipa, a experiência do trabalho desenvolvido em contextos de bairros sociais e com a aprendizagem de pares e educação não-formal*:

A associação poderá dar um forte contributo através da sua experiência e formação nas áreas da saúde e bem-estar e na área social, promovendo hábitos de vida saudável e contribuindo para uma cidade mais saudável. (AJ – AE3)

Experiência na área da participação e democracia poderá ser uma mais-valia. (AJ – JP2)

Partilha de experiência tendo em conta aquele que é o papel e formação da associação em termos sociais. (AJ – AIS5)

Tabela 32

Contributos e papéis das associações: representações das associações e agentes de juventude

categorias	associações juvenis		agentes de juventude		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Experiência	39	24,1	24	22,4	63	23,4
Mobilização	37	22,8	19	17,8	56	20,8
Dinamização	32	19,8	9	8,4	41	15,2
Recursos	14	8,6	17	15,9	31	11,5
Acompanhamento	17	10,5	13	12,1	30	11,2
Colaboração	9	5,6	15	14,0	24	8,9
Parceria	14	8,6	10	9,3	24	8,9
Total	162	100,0	107	100,0	269	100,0

Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações e agentes de juventude do Funchal (tabela L50).

A **mobilização**, engloba contributos como o *envolvimento dos jovens na dinamização cultural da cidade, a mobilização e envolvimento de jovens para participar, organizar e trabalhar na construção do PMJ, mobilização de massa crítica, a participação nas diversas atividades e na sua organização dentro das áreas de atuação da associação, e a ação como agente de mudança, de criação e multiplicador do PMJ:*

Fomentar a mobilização dos elementos da associação para participar e para trabalhar nas atividades ativamente. (AJ – ACA1)

Mobilizar os jovens da academia para a construção e implementação do plano e a sua mobilização para as atividades e projetos que surjam no âmbito do PMJ. (AJ – AE4)

Mobilização de massa crítica e de estudantes para a construção e implementação do PMJ. (AJ – ACA3)

Já a categoria da **dinamização** reporta-se ao *desenvolvimento da área musical, artística e cultural, a dinamização da área da saúde e bem-estar, a dinamização de cursos, formações e ações de sensibilização em parceria, a integração da comunidade educativa/escolar na construção e implementação do PMJ, e a facilitação e dinamização da área da educação. Destacamos as afirmações:*

Colaboração no desenvolvimento e dinamização da área musical e cultural. (AJ – ACA1)

Contributo na dinamização da parte cultural e política do Plano. (AJ – JP1)

Dinamização de atividades de educação e de saúde em parceria e contribuição para o desenvolvimento destas áreas no plano. (AJ- ACP1)

Os **recursos** englobam os contributos através da disponibilização dos *recursos humanos e materiais*, a contribuição com o *conhecimento, voluntariado, criatividade, ideias novas*, disponibilização de *suporte, recursos e condições necessários para a construção e implementação do PMJ*:

Conseguimos contribuir com “mão-de-obra” – os jovens da associação têm de dar o seu contributo como recurso e contribuir com ideias novas e irreverência (AJ- AESCUT1)

Dar todo o suporte, recursos e condições necessários para a construção e implementação do PMJ. (AGJ – DP3)

Poderemos contribuir através do voluntariado com vista ao apoio à implementação do plano. (AJ- AESCUT2)

Dirigentes disponíveis a partilhar o seu conhecimento no trabalho com os jovens. (AJ- AESCUT3)

O **acompanhamento e colaboração em todo o processo de construção e implementação do PMJ**, o *acompanhamento dos jovens, o apoio na credibilidade, auscultação, acompanhamento e a contribuição como ponte de relação com o município e demais entidades*:

Poderemos acompanhar todo o processo de construção, implementação e a gestão do modelo do PMJ. (AJ – JP3)

Poderemos acompanhar todo o processo e os trabalhos, colaborando no que for necessário dentro das áreas de intervenção e das competências do Departamento. (AGJ – CMF4)

As escolas podem ajudar com a sua proximidade junto dos jovens- auscultando-os, acompanhando-os, fazendo uma ponte de relação com o município e entidades. (AGJ – EJ11)

Ao compararmos os contributos identificados pelas associações juvenis e pelos agentes de juventude (tabela 32), evidencia-se uma tendência idêntica, identificando a **experiência** (24,1% e 22,4% das referências respetivamente) e a **mobilização** (22,8% e 17,8% respetivamente) em primeiro lugar. As associações juvenis dão ênfase, em

terceiro, aos contributos em termos da **dinamização** (19,8% das referências), e os agentes de juventude importância relativamente aos **recursos** (15,9% das referências).

Assim, de uma forma transversal aos entrevistados, há uma tendência geral de abertura à colaboração na construção e implementação do PMJ por parte das associações e entidades que representam, principalmente contribuindo com a **experiência** em diversas áreas e no trabalho com jovens, na **mobilização** para a participação e na **dinamização** do próprio PMJ.

Na sequência dos contributos que as associações poderão dar ao PMJ, procurámos identificar os contributos do PMJ na ação das diversas associações, entidades, divisões, departamentos e pelouros (tabela 33). Assim, em termos de contributos que o PMJ poderá dar, cerca de 82% das referências dos entrevistados recaem sobre a **valorização** (29 referências – 34,1%), a **emancipação** (22 referências- 25,9%) e a **responsabilização** (19 referências – 22,4%).

Tabela 33

Contributos do PMJ: representações das associações e agentes de juventude

categorias	associações juvenis		agentes de juventude		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Valorização	22	38,6	7	25,0	29	34,1
Emancipação	15	26,3	7	25,0	22	25,9
Responsabilização	10	17,5	9	32,1	19	22,4
Apoio	10	17,5	5	17,9	15	17,6
Total	57	100,0	28	100,0	85	100,0

Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações e agentes de juventude do Funchal (tabela L51).

A **valorização** diz respeito ao *reconhecimento do papel das associações e entidades na vida da cidade, e à disponibilização de melhores condições para as mesmas:*

Promover a valorização dos jovens artistas da cidade e das associações de âmbito cultural e artístico (AJ – AE6).

Promover a criação das associações de estudantes nas escolas secundárias. (AJ – AE7).

O PMJ é uma ajuda para um maior e melhor futuro de toda a cidade. (AGJ – DP3)

Já a **emancipação** diz respeito aos contributos do PMJ em termos da *facilitação da transição da escola para o mercado de trabalho por parte dos jovens, à proteção dos jovens mais desprotegidos em termos laborais e à disponibilização de experiências profissionais:*

O PMJ deverá representar as dificuldades específicas dos jovens, dando voz aos jovens mais desprotegidos no mercado de trabalho e dar ferramentas de apoio aos jovens. (AJ- ACP2)

Este plano deve ser um potenciador das competências e ferramentas de capacitação dos jovens envolvendo-os desde logo. (AGJ – CMF2)

*A consciencialização para a importância dos recursos físicos da cidade, a otimização da utilização dos recursos e meios, uma maior identificação dos jovens com a sua cidade e a construção de uma cidade mais inclusiva explicam a **responsabilização**:*

Um plano de juventude deve contribuir para uma maior identificação dos jovens com a cidade e a sua responsabilização pela mesma. (AGJ – CMF1)

Consciencializar os jovens para a importância da limpeza da cidade e sua responsabilização no processo. (AGJ – CMF4)

Contribuir para otimização dos recursos na área da juventude e do trabalho realizado transversalmente às diversas áreas envolventes. (AGJ – CMF5)

As referências, menos frequentes, ao **apoio** reportam-se aos *apoios à implementação dos projetos dos jovens, à participação e colaboração nos principais eventos das associações, as oportunidades de formação para jovens e a criação de programas de proximidade com as associações e entidades:*

Deve proporcionar melhores condições e apoios para os jovens das artes e para atividades culturais promovidas por jovens. (AJ – AE6)

O PMJ deve apoiar o trabalho conjunto entre decisores, associações e jovens fomentando as parcerias. (AGJ – CMF2)

Pode contribuir no sentido de promover o apoio aos jovens na implementação dos seus projetos facilitando e privilegiando a proximidade com os jovens. (AGJ – EJ3)

Comparando as expectativas das associações juvenis e dos agentes de juventude (tabela 33), verifica-se que os primeiros identificam em primeiro as questões da **valorização** (38,6% das referências) e em segundo lugar as questões relacionadas com a **emancipação** (26,3% das referências). Por seu lado, em primeiro lugar os agentes de juventude enfatizam a **responsabilização** (32,1% das referências) e a **valorização** e a **emancipação** em segundo lugar (25% das referências cada uma). De forma transversal, a **valorização**, a **emancipação** e a **responsabilização** são os principais contributos do PMJ expetáveis pelos entrevistados.

Os entrevistados foram também questionados acerca do seu papel e contributo pessoal para a construção do PMJ, onde se destaca o facto de 48 dos entrevistados (73,8%) referirem **disponibilidade e compromisso para colaborar no que for necessário**. Atendendo às especificidades da sua ação, 9 dos entrevistados (13,8%) referem **disponibilidade para colaborar na área de formação pessoal e de intervenção da associação/entidade** e 8 entrevistados (12%) revelam **disponibilidade para o envolvimento e facilitação no processo de construção e implementação do PMJ**.

Sobre as ideias e propostas de projetos e programas a implementar no âmbito do PMJ, as propostas centraram-se (cerca de 55%) nos **espaços** (42 referências – 24,1%), **apoios e incentivos** (28 referências – 16,1%) e **parcerias** (23 referências- 13,2%). A estas, acrescentam-se os **projetos e programas**, a **comunicação** os **recursos humanos**, da **participação**, da **emancipação**, dos **eventos** e da **formação** (tabela 34).

Tabela 34

Ideias e propostas para o PMJ: representações das associações e agentes de juventude

categorias	associações juvenis		agentes de juventude		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Espaços	31	27,9	11	17,5	42	24,1
Apoios/incentivos	10	9,0	18	28,6	28	16,1
Parcerias	14	12,6	9	14,3	23	13,2
Projetos/Programas	9	8,1	10	15,9	19	10,9
Comunicação	17	15,3	2	3,2	19	10,9
Recursos humanos	10	9,0	2	3,2	12	6,9
Participação	7	6,3	3	4,8	10	5,7
Emancipação	5	4,5	4	6,3	9	5,2
Eventos	6	5,4	0	0,0	6	3,4
Formação	2	1,8	4	6,3	6	3,4
Total	111	100,0	63	100,0	174	100,0

Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações e agentes de juventude do Funchal (tabela L52).

As referências aos **espaços** correspondem às ideias de criação de *um espaço central multiusos juvenil*, de *um Pólo de juventude na cidade*, de *mais espaços multiusos para utilização dos jovens artistas*, *um pavilhão multiusos no Funchal para os vários eventos das associações*, *a criação de um espaço municipal de gestão das associações*, a criação de *um bar académico*, *um local de estudo central na cidade 24h*, *criação de residências artísticas*, *um balcão de acompanhamento dos jovens* e a criação de *um espaço de cowork municipal acessível a todos os jovens*:

Pavilhão multiusos no Funchal para os vários eventos das associações e outros eventos, acessível aos jovens e utilizado em diversos âmbitos (AJ – ACA1)

Pólo de juventude multiusos com salas dedicadas a várias áreas onde os jovens possam desenvolver os seus projetos e competências. (AJ- AESCUT1)

Apostar na criação de um balcão de acompanhamento dos jovens – um “Help desk” para acompanhamento dos jovens, com uma equipa com formação dedicada para o efeito, e um espaço de cowork acessível e gratuito. (AJ- ACP2)

Criação da casa das associações, um espaço municipal de gestão das associações que dê apoio aos trabalhos das associações. (AJ – ACA5)

Os **apoios e incentivos** englobam um *maior acesso a desportos radicais e de adrenalina na cidade, um maior investimento em eventos culturais e musicais jovens, mais apoios logísticos à implementação de projetos dos jovens, a criação de um cartão municipal jovem, de bolsas artísticas para os jovens artistas, prémios para o melhor projeto jovem social, de empreendedorismo e prémio literário jovem e criação de bolsas para projetos na área da saúde:*

Criar rede acessível de apoios logísticos e outros à implementação de projetos dos jovens da cidade. (AJ – JP1)

Criação de prémios de incentivo ao empreendedorismo, à escrita e literatura jovem e a projetos sociais de forma a valorizar os projetos jovens e promover desenvolvimento de competências transversais. (AGJ – EJ1)

Devem ser criadas bolsas e residências artísticas para os jovens artistas e dados mais apoios logísticos à implementação de projetos artísticos jovens. (AJ – JP2)

Relativamente às ideias e sugestões no âmbito das **parcerias**, incluem a *promoção de parcerias e intercâmbios entre associações e parceiros e a criação de uma rede de parceiros/contactos que facilite a implementação de projetos juvenis:*

Promover encontros regulares entre as associações juvenis na cidade através dos quais se possa criar um plano de formação para as associações. (AJ – AIS1)

É importante criar uma rede de contactos entre as associações e os jovens que facilite na implementação de projetos e que promova parcerias (AJ – AE3)

O PMJ deve promover a criação de parcerias e projetos entre as várias associações e a realização de intercâmbios frequentes. (AJ – AE5)

A criação de um *orçamento participativo jovem para eventos culturais, um orçamento participativo nas escolas, a criação de um programa municipal de*

voluntariado jovem e de uma bolsa de voluntariado para eventos municipais, a criação de projetos e programas inovadores específicos para a juventude, a promoção de atividades intergeracionais, ambientais e de literacia científica e de projetos de âmbito social jovem constituem a categoria dos **projetos e programas**:

Criação de uma bolsa de voluntários de apoio aos eventos municipais onde os jovens possam colaborar nos eventos da cidade. (AGJ – CMF2)

Otimização dos programas de educação ambiental e literacia científica. (AGJ – CMF3)

Devem ser promovidas tertúlias com os jovens com temas que interessem aos jovens e que sejam preparadas por eles indo ao seu encontro. (AGJ – EJ1)

As ideias e sugestões acerca da **comunicação** englobam a *criação de uma plataforma juvenil com todas as informações sobre a área da juventude na cidade, a desburocratização dos processos dentro da CMF no que se refere aos apoios às associações, a criação de uma newsletter municipal da juventude e flyers promotores dos programas/projetos de juventude do Funchal*:

Desburocratização dos processos dentro da CMF no que se refere aos apoios às associações e ao acompanhamento dos jovens e iniciativas. (AJ- ACP1)

Plataforma juvenil com as informações sobre a área da juventude para facilitar o acesso à informação dos jovens e a promover a sua identificação. (AJ – AE4)

Apostar forte na imagem do Plano Municipal de Juventude com a criação de uma mascote para o Plano que leve à identificação com os jovens. (AJ- AESCUT1)

Em termos dos **recursos humanos**, as ideias dizem respeito à *individualização técnica da área da Juventude na CMF, a criação de uma equipa de técnicos com formação própria para trabalhar políticas de juventude e a criação de uma unidade orgânica na CMF dedicada à juventude*. Já a **participação** engloba a criação de *mais mecanismos de participação direta dos jovens, colocação dos jovens no planeamento da agenda cultural da cidade, a promoção das associações de estudantes nas escolas do Secundário e a construção e dinamização de serviços educativos dos diversos departamentos/divisões construídos por e com os jovens*.

Sobre a **emancipação** as referências recaem na *promoção do arrendamento jovem e à reabilitação de zonas devolutas do município para alojamento jovem com rendas sociais de valor reduzido*. Os **eventos** englobam a *criação de um fim-de-semana*

acadêmico na cidade e mais eventos acadêmicos e culturais no centro da cidade e, a formação, consiste na criação de um plano de formação municipal para as associações e dirigentes associativos, para a capacitação dos membros do Conselho Municipal de Juventude e um plano de formação certificado para jovens.

Ao compararmos as propostas de cada grupo, (tabela 34) verifica-se que para as associações juvenis são prioridade os **espaços (27,9 das referências)**, a **comunicação (15,3%)** e as **parcerias (12,6%)** enquanto os agentes de juventude privilegiam os **apoios/incentivos (28,6%)**, os espaços (17,5%) e os **projetos e programas (15,9%)**.

De forma geral, a maioria das propostas dos entrevistados visam as ideias em torno da criação e otimização dos **espaços** para a juventude, dos apoios e **incentivos** destinados aos jovens e das **parcerias** com os diversos agentes na área da juventude.

Em síntese

As percepções acerca das *políticas municipais* de juventude dão conta de uma **envolvência gradual** dos jovens na sua concetualização e implementação, ainda **sem grandes resultados práticos** e daí a necessidade de potenciar e valorizar cada vez mais este envolvimento, apostando prioritariamente em áreas como a saúde e bem-estar, educação e formação, empregabilidade, empreendedorismo e inovação, acesso à habitação e ambiente e desenvolvimento sustentável. O *PMJ* especificamente é percebido de forma transversal como uma **resposta às necessidades e desafios** dos jovens, potenciando o compromisso, a capacitação e responsabilização de todos os intervenientes num objetivo comum, onde é fundamental considerar a **representatividade**, a **participação** e **envolvimento** dos jovens, a sua **valorização** e a articulação com as áreas de intervenção do município. Estas percepções estão em linha com as orientações do Conselho da Europa (2018) e os diversos autores mobilizados, reforçando a necessidade de olhar as políticas municipais de juventude e o *PMJ*, como uma via privilegiada para a **criação de condições e oportunidades** de aprendizagem e experimentação por parte dos jovens, contribuindo para o seu **desenvolvimento pessoal**, para a sua **emancipação** e **participação** ativa na sociedade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

| ' ' | | ' ' |

“Nada para os jovens, sem os jovens” (ONU 2019), é um dos princípios básicos da participação dos jovens e do seu envolvimento em políticas públicas, que serviu de mote para a realização deste estudo sobre a juventude do Funchal cuja grande finalidade reside, por um lado, na compreensão das motivações para a participação ativa, efetiva e concreta dos jovens na vida do município e, por outro, no entendimento da proximidade das políticas da cidade para os jovens e, assim, responder à problemática: ***De que modo um Plano Municipal de juventude, desenhado de forma participada com os jovens, pode constituir-se como um instrumento para a promoção sustentada de uma política de juventude no município?***

As ferramentas de auscultação, construídas para responder aos objetivos deste estudo – inquéritos por questionário dirigidos aos jovens, às Escolas Secundárias, Profissionais, Instituições de Ensino Superior e às Juntas de Freguesia do Funchal e entrevistas realizadas às associações juvenis do município do Funchal de âmbito partidário, estudantil, escutista, cultural, artístico, profissional e social e aos agentes de juventude do Funchal, sejam eles entidades para jovens, departamentos e divisões da CMF e decisores políticos – e as respetivas análises estatística e de conteúdo tornaram possível a realização de uma caracterização destes públicos e uma reflexão sobre as suas representações acerca dos jovens da cidade, a sua participação e as políticas de juventude do município. Envolveram-se, assim, diferentes participantes na definição das linhas orientadoras para a construção de uma estratégia para a juventude do Funchal, identificando elementos comuns que deverão integrar o processo de construção do PMJ do Funchal.

Na análise da informação recolhida, procurou-se o cruzamento de dados das diversas auscultações realizadas, colocando à discussão desde logo os aspetos metodológicos, da conceção à aplicação dos instrumentos e os aspetos éticos, através do exercício de posicionamento face aos participantes e aos responsáveis municipais. Esta dissertação constitui, assim, um diagnóstico à e sobre a juventude do Funchal.

Os dados analisados de forma transversal dão ênfase à importância de pensar um PMJ não apenas participado por jovens – elemento central de todo o processo – mas também por todos aqueles que trabalham voluntariamente ou profissionalmente com os jovens – os dirigentes associativos e respetivas associações, os agentes de juventude e as

diversas entidades de âmbito municipal e regional. Torna-se, pois, fundamental compreender as necessidades e aspirações dos jovens, ponto de partida para desenhar uma estratégia que reflita uma visão partilhada entre jovens, técnicos, decisores e parceiros locais. Promovendo, assim, a cocriação de uma estratégia que seja no fundo uma ferramenta de trabalho para apoiar e inovar no que às políticas locais de juventude e mecanismos de participação jovem diz respeito (IPDJ, 2020).

Sendo o Funchal uma cidade que acolhe, além dos seus jovens residentes, jovens que, não residindo no município, estudam e/ou trabalham no mesmo e também aqueles que o visitam, os dados recolhidos dão ênfase à importância de disponibilizar um PMJ para todos os que passam o seu dia na cidade e contribuem ativamente para o seu desenvolvimento.

Relativamente ao primeiro objetivo do estudo – *identificar e analisar os recursos e projetos do Município do Funchal para a juventude*, o trabalho de pesquisa permitiu mapear as respostas à Juventude do Funchal, com uma descrição detalhada do lugar do setor no município, onde se identificam cerca de 27 programas/projetos, cujos destinatários são os jovens (ou que não o sendo especificamente, encontram-se abrangidos), desenvolvidos e promovidos pela CMF e seus parceiros. Estes programas/projetos foram classificados transversalmente tendo em conta 7 áreas de intervenção (participação, social, educação, emprego, desporto, associativismo e ambiente), evidenciando-se a transversalidade que caracteriza as políticas municipais de juventude no município. Também no mapeamento dos espaços e infraestruturas acessíveis aos jovens, sendo ou não de gestão municipal, contam-se cerca de 99 infraestruturas e espaços no município nas áreas do desporto, cultura, arte, lazer, educação, ciência e natureza, reforçando mais uma vez a transversalidade das políticas e a importância de mapear os recursos da cidade para a juventude, dando-os a conhecer, rentabilizando a sua utilização e contribuindo para uma maior identificação dos jovens com a sua cidade e com os recursos que esta disponibiliza..

A pesquisa e análise efetuadas permitiram ainda definir a Rede de Juventude do Funchal, mapeando exaustivamente entidades parceiras do setor, nomeadamente as 34 associações juvenis ativas à data e sediadas no município, distribuídas por 7 áreas de intervenção: juventudes partidárias, associações de estudantes, culturais e artísticas,

corporativas/profissionais, escutistas, associações de intervenção social e educativa e grupos informais de jovens. A diversidade de associações juvenis do Funchal é reveladora da importância que assume o associativismo enquanto forma de organização da população jovem (Capucha, 1990), permitindo-lhe a rentabilização dos seus recursos e capacidades e a possibilidade de se tornarem cidadãos mais ativos, exercendo o seu direito de cidadania e contribuindo para o desenvolvimento local através de respostas adequadas aos problemas vividos, papel este enfatizado nas entrevistas realizadas às associações juvenis do Funchal. Foram também identificadas 38 entidades cuja atividade influencia direta e indiretamente a vida quotidiana dos jovens do município, divididas por seis categorias nomeadamente, poder local e regional, policial e judicial, educação, saúde, emprego e social, dando ênfase à importância do envolvimento de toda a comunidade municipal e das diversas áreas de intervenção, ao seu papel estrutural nos mecanismos de participação jovem e na construção das políticas de juventude públicas.

Olhando as representações dos diversos participantes no estudo, sobre os programas e projetos da CMF direcionados aos jovens, regista-se ainda uma percentagem significativa de jovens que desconhece os mesmos, maioritariamente pela pouca divulgação e pelo desinteresse. São os programas de âmbito social e participativo os mais conhecidos, nomeadamente as Bolsas de Estudo dos Estudantes Universitários, o Programa de atribuição de manuais escolares, a Assembleia Municipal Jovem e o Orçamento Participativo. Contudo, de uma forma geral, os jovens apreciam a oferta de atividades organizadas pela CMF revelando satisfação com as mesmas. Já os responsáveis das escolas e instituições de ensino superior e os presidentes de junta de freguesia, pela transversalidade dos cargos que desempenham, apresentam maior conhecimento sobre os mesmos, valorizando também os programas de âmbito social, cultural e desportivo e reforçando a necessidade de continuar a apostar nos mesmos para promover a participação ativa dos jovens nos destinos do município.

Já as associações juvenis e agentes de juventude entrevistados revelam, maioritariamente, conhecimento dos projetos e programas na área da Educação, dos Apoios Socioeconómicos e da Participação, considerando de forma genérica que a comunicação e informação sobre os mesmos são deficitárias, e que apesar de serem

valorizados ainda existe muito desconhecimento, sugerindo para a otimização dos mesmos uma aposta na proximidade, na comunicação e na simplificação de processos.

Em termos de potencialidades da cidade do Funchal na área da juventude, os jovens referem principalmente as oportunidades desportivas, de entretenimento, de lazer e turísticas. Os responsáveis dos estabelecimentos de ensino e das juntas de freguesia são unânimes na identificação dos programas, eventos, infraestruturas e espaços de âmbito cultural, desportivo e de lazer como potencialidades da cidade, aos quais se juntam as acessibilidades, o dinamismo, as oportunidades e serviços disponibilizados pela cidade, na perspetiva das associações e agentes de juventude.

Considerando a comunicação e a relação entre jovens, técnicos de juventude (e outros técnicos) e decisores políticos (CMF e Juntas de Freguesia) no município como um recurso da cidade, os responsáveis das instituições de ensino e das juntas de freguesia são consensuais na importância que atribuem a esta relação, reforçando que já existe trabalho desenvolvido no sentido de promover a relação entre este trio, mas que esta é ainda frágil, devendo ser continuamente promovida, alocando mais apoios e incentivos. As associações e agentes entrevistados identificam o distanciamento existente entre estes elementos, sugerindo a valorização da proximidade existente no sentido de construir uma maior proximidade, mais oportunidades de contacto e uma maior aposta na comunicação como meio de fomentar esta relação.

A resposta ao segundo objetivo – *analisar e compreender as representações dos jovens, agentes municipais e responsáveis políticos sobre os jovens da cidade e a sua participação ativa na cidade*, organizou-se numa primeira fase com a construção de uma fotografia dos jovens do Funchal, tendo em conta as suas principais necessidades e problemas e, desta forma, a sua caracterização.

Os jovens inquiridos percecionam, de forma geral, como necessidades dos jovens do Funchal as que se relacionam com a educação, com a formação e com o acesso ao emprego, ao invés dos responsáveis das escolas que priorizam a ausência de espaços para lazer e convívio e as questões relacionadas com a satisfação das necessidades básicas, da saúde e da segurança. Já os presidentes de junta de freguesia destacam os apoios à emancipação jovem – emprego e habitação – e as oportunidades de participação dos

jovens. Também a emancipação e os apoios e incentivos são as necessidades dos jovens, identificadas pelos entrevistados.

Relativamente aos problemas dos jovens do Funchal, os jovens valorizam as questões da cidadania e participação, o acesso ao emprego e os consumos e dependências. Os responsáveis das escolas identificam a insuficiência de atividades e oportunidades, as dificuldades de mobilidade, a escassez de informação e a falta de infraestruturas. Os responsáveis das juntas de freguesia reportam-se à dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e à habitação e à carência de espaços jovens e desportivos. Entre os entrevistados, destaca-se na generalidade a identificação da dificuldade na emancipação, priorizando as associações juvenis as questões da capacitação, da passividade e da dependência familiar e os agentes de juventude as questões da saúde e bem-estar, as relações interpessoais e a responsabilização.

Em termos de caracterização, os responsáveis das instituições de ensino definem os jovens, maioritariamente, como sendo pouco interventivos/empreendedores e indiferentes, enquanto os entrevistados definem os mesmos pelo seu espírito de iniciativa e participação. Entre estes últimos, as associações juvenis dão ênfase a características como a responsabilidade social, enquanto os agentes de juventude destacam a apetência tecnológica e o sentido crítico.

A análise da participação dos jovens do Funchal na vida do município, através do modelo da Escada da Participação de Roger Hart adaptada, permite-nos perceber que, de uma forma transversal, a maioria dos inquiridos e entrevistados coloca os jovens do Funchal nos degraus da não-participação na vida ativa do município, evidenciando algum défice de participação juvenil na cidade. São os jovens e os entrevistados das associações e agentes de juventude os que revelam ter uma opinião mais equilibrada na distribuição dos jovens entre os degraus da participação e da não participação. Neste sentido, os responsáveis das instituições de ensino descrevem os jovens como passivos e pouco participativos, na forma como se envolvem na vida da cidade, face às oportunidades que lhes são dadas.

Foram ainda identificados diversos obstáculos à participação ativa dos jovens do Funchal, sendo que os inquiridos das escolas e instituições de ensino superior identificam a desmotivação para o exercício da cidadania e a ausência de cultura de participação. As

juntas de freguesia referem o desinteresse para a participação cívica, a passividade e facilitismo e, as associações juvenis e agentes de juventude reportam em termos gerais também a passividade e a falta de informação e comunicação.

Em resposta a estes obstáculos, os inquiridos e entrevistados sugerem uma maior divulgação das potencialidades da participação, a promoção do envolvimento jovem em eventos, a valorização das potencialidades e iniciativas da juventude, a dinamização de estratégias de participação, a definição de um plano de políticas de juventude construído com os jovens, associações, escolas e instituições e a criação de projetos de democracia participativa com e para os jovens, dando ênfase às questões da comunicação, apoios e incentivos à participação, potenciando oportunidades e promovendo a capacitação.

Esta análise permite-nos reforçar a importância que instituições, como a CMF e demais entidades assumem na participação juvenil. Perspetiva corroborada pelo IPDJ (2020), defendendo a proatividade e capacidade de inovação das instituições para envolver a juventude, reconhecendo as necessidades e potenciando a participação, não colocando esta responsabilidade apenas sobre os jovens e suas associações.

A auscultação direta aos jovens permitiu uma análise mais objetiva da sua participação, sendo possível identificar tendências. Em termos de participação ativa, mais de metade dos jovens inquiridos indica não pertencer a nenhuma associação/organização ou clube desportivo, justificando esta não participação pela falta de tempo e falta de interesse. Entre aqueles que participam, fazem-no maioritariamente em clubes/grupos desportivos, em associações juvenis e cívicas/voluntariado, como atletas federados e como associados, sendo poucos o que integram os corpos sociais das associações e clubes desportivos.

A análise em torno da participação política dos jovens nos atos eleitorais mais recentes, revelou que na sua maioria os jovens consideram ter pouco ou nenhum interesse pela política.

Com vista a *analisar as conceções sobre o conceito de Plano Municipal de Juventude e o papel dos jovens e dos vários agentes na construção do plano e das políticas municipais de juventude*, terceiro objetivo do nosso estudo – exploraram-se primeiramente estas mesmas representações de uma forma mais ampla em termos de políticas de juventude e, posteriormente, em relação à realidade dos jovens do Funchal.

Considerando de forma geral as políticas públicas de juventude e o envolvimento dos jovens na conceção das mesmas, os inquiridos e entrevistados afirmam que têm sido dados passos no sentido de promover um maior envolvimento dos jovens nas políticas que mais diretamente lhes dizem respeito, existindo atualmente uma maior preocupação e atenção a esta temática. Confirmam, ainda, que este é um processo em construção, que já existe alguma valorização e responsabilização dos jovens, mas o seu envolvimento e a visibilidade desse envolvimento têm ainda de ser reforçados, sendo necessário trabalhar a comunicação pois ainda existe grande desconhecimento, assim como mobilizar mais apoios.

Já em termos de áreas de intervenção, os jovens inquiridos consideram ser as áreas da Saúde e Bem-estar, Educação e Formação, seguidas das áreas da Empregabilidade, empreendedorismo e inovação, Acesso à habitação e Ambiente e Desenvolvimento sustentável genericamente as mais importantes para os jovens. Os inquiridos e entrevistados consideram que os jovens do Funchal se preocupam com todas as áreas e que as mesmas assumem importância nas suas vidas, sendo que são as áreas da Saúde e Bem-estar, Educação e Formação, Empregabilidade, empreendedorismo e inovação e a Cultura, Lazer, Desporto e Turismo as mais referenciadas. Por sua vez, consideram também que devem ser estas as áreas prioritárias em termos de intervenção.

Sobre o conceito de PMJ, a maioria dos jovens inquiridos desconhece em que consiste. Os que conhecem ou já ouviram falar descrevem o mesmo como sendo uma estratégia e uma resposta às preocupações dos jovens e, como um processo de participação e de compromisso. Como principais objetivos indicam a adequação dos objetivos e medidas aos jovens, às suas necessidades económicas e sociais e, também, a definição de objetivos que promovam o envolvimento dos jovens na tomada de decisões atribuindo-lhes responsabilidade.

Para os inquiridos nas Escolas e Instituições de Ensino Superior e Juntas de Freguesia, os objetivos de um PMJ devem privilegiar a capacitação dos jovens para a cidadania e participação ativa na construção da cidade, a criação de estratégias de apoio aos jovens e a garantia de respostas às suas necessidades. Para tal, referem como aspetos fundamentais a considerar na construção de um PMJ, a representatividade dos jovens e o seu envolvimento, a articulação com a política municipal, a criação de parcerias e a

aplicação da metodologia de projeto. Também, na mesma linha, as associações juvenis e agentes de juventude consideram que um PMJ deve ser uma estratégia de valorização e de criação de parcerias, considerando ser essencial para tal a auscultação, o envolvimento e a objetividade.

Em termos de contribuição para a construção do PMJ, a maioria dos jovens afirma que não tem interesse em participar de forma mais ativa no desenvolvimento da cidade do Funchal e os que demonstram interesse manifestam disponibilidade para colaborar de forma voluntária em função das necessidades. Verificou-se também a valorização do envolvimento das Escolas Secundárias, Profissionais, Instituições de ensino superior, Juntas de Freguesia, Associações Juvenis e demais entidades na construção e implementação do PMJ. Os entrevistados e inquiridos revelaram disponibilidade em colaborar, em áreas de intervenção específicas, objetivando o desenvolvimento de projetos e parcerias de interesse comum e uma participação ativa em todo o processo, mobilizando os jovens. Assim, apresentam disponibilidade em contribuir para a construção do PMJ através da experiência, da mobilização, da dinamização, do acompanhamento e da parceria.

A análise das representações acerca dos processos inerentes à construção de um PMJ e dos objetivos a que se deve propor uma estratégia para a juventude confirmam assim a importância da auscultação dos interessados, da planificação do processo e da operacionalização de políticas municipais assentes na premissa da participação e responsabilização de diferentes intervenientes. Os resultados da análise vão ao encontro do referido pelo IPDJ (2020) quando se reporta à importância de transformarmos a tradicional forma de fazer “great politics” em novas formas – “grounded politics” – sintonizando as mesmas com a diversidade de realidades dos jovens e das suas necessidades, e com as especificidades dos diferentes territórios em que estes se encontram, criando oportunidades para que possam propor e negociar ações e recursos na esfera pública que correspondam às suas reais e concretas necessidades.

Durante as diversas auscultações, foi possível recolher várias ideias e propostas no âmbito da juventude e das políticas municipais de juventude, a serem incluídas no PMJ. Assim, os jovens apresentaram diversas ideias dentro das áreas das infraestruturas,

da cultura e das artes, da educação e formação e da cidadania e participação, neste caso coincidente com as necessidades previamente identificadas.

Os responsáveis dos estabelecimentos de ensino e das Juntas de Freguesia avançaram propostas tendo em vista a valorização da imagem da cidade em termos de limpeza e segurança, melhoria das acessibilidades, reestruturação e reabilitação de espaços com o objetivo da sua utilização pelos jovens, disponibilizando mais ofertas e oportunidades. Já as associações juvenis entrevistadas priorizam como ideias a considerar no PMJ a criação de espaços juvenis, a otimização da comunicação e a criação de parcerias. Os agentes de juventude privilegiam a disponibilização de mais apoios e incentivos para os jovens, mais espaços e mais projetos e programas juvenis.

Com este estudo verifica-se a preponderância que assumem as questões da participação, da informação e da forma como a mesma é divulgada e comunicada, assim como a disponibilidade de espaços e oportunidades, no âmbito das políticas municipais de juventude nas quais se insere a construção do PMJ. Prioridades que refletem a transversalidade do pensamento e das preocupações dos jovens e da comunidade municipal em relação àqueles que são os elementos essenciais para a participação dos jovens segundo o Conselho da Europa: os meios, espaço, direito, apoio e oportunidades (Dínamo 2015), cujo PMJ deverá potenciar e promover. As políticas devem assim alicerçar-se, tal como refere a FNAJ (2017), em processos inclusivos que permitam aos jovens experienciar a democracia, por meio de mecanismos concretos de codécisão e cogestão.

Realizado o diagnóstico à juventude do Funchal e apresentado o retrato desta área no município, com a identificação das prioridades para as políticas locais de juventude em diferentes áreas, importa agora o município desencadear processos de liderança com os jovens e com as instituições e associações com atuação na área da juventude, convocando os restantes agentes da sociedade civil a colaborar na construção coletiva de um PMJ, que seja participado, transversal e inclusivo, indo ao encontro das expectativas, desejos e necessidades de todos os jovens, sem discriminação (FNAJ, 2012).

As grandes linhas orientadoras para a construção de um Plano Municipal de Juventude que promova de forma sustentada uma política de juventude no município devem assim mobilizar os jovens, os agentes municipais e os responsáveis políticos.

Os jovens devem assumir o papel central em todo o processo, participando ativamente na construção, implementação e avaliação do PMJ, ouvindo e fazendo ouvir-se, sendo também responsáveis por apoiar e motivar outros jovens, e assumindo uma responsabilidade criativa de dinamização do PMJ.

Os agentes municipais, nos quais se incluem as associações juvenis, as escolas secundárias, profissionais e instituições do ensino superior, as divisões e departamentos da CMF e demais entidades com ação na área da juventude devem assumir um papel ativo e dinâmico na revisão do plano e dos seus objetivos e monitorização da sua implementação, apresentando propostas, criando oportunidades de cooperação entre as associações, construindo pontes entre jovens, associações/entidades e CMF e mobilizando jovens para a sua participação ativa.

Os responsáveis políticos, nomeadamente a Câmara Municipal, as Juntas de freguesia e o Governo da RAM devem promover, acompanhar, monitorizar e avaliar a construção e implementação do PMJ, investir e apoiar os jovens, as suas associações e a concretização dos seus projetos e disponibilizar os recursos e apoios necessários para uma efetiva concretização das políticas locais de juventude.

Terminamos este estudo com algumas considerações deixadas pelos entrevistados, no âmbito da participação jovem no desenvolvimento da cidade e nas políticas locais de juventude, considerações estas que refletem as principais conclusões do nosso estudo:

PMJ tem de ser uma porta aberta para os jovens! (AJ- ACP1)

Um Plano municipal de juventude contribuirá para uma sociedade ativa e toda a região ficará a ganhar – motivação de outros conselhos a apostar na juventude. (AJ – AE4)

Temos que além de ouvir, valorizar a voz dos jovens- a participação dos jovens tem que fazer real diferença no desenvolvimento da cidade. (AJ – JP2)

É preciso cooperação e trabalho conjunto entre CMF e Governo Regional e outras entidades – as cores não podem fazer desviar do objetivo comum – a juventude! (AJ – JP4)

As ideias dos jovens têm de fazer diferença na vida da cidade- há que abrir portas aos jovens passarem. (AJ – AE7)

Os jovens têm vontade de mudar o mundo – e a cidade deve aproveitar essa vontade! (AGJ – CMF4)

O envolvimento jovem deve começar pelo desenvolvimento e formação humana- começar por dentro – é preciso formar para a “humanidade”. (AGJ – EJ1)

Os jovens não são chamados a participar na governação! É preciso dar voz aos jovens, deixar que participem e que assumam a liderança- ajudá-los a se desinstalem! (AGJ – EJ1)

Podemos não mudar o mundo, mas podemos mudar a nossa cidade! (AGJ – DP2)

Não podemos ser distribuidores de dinheiro – mas sim de oportunidades e ferramentas para os jovens. (AGJ – DP4)

REFERÊNCIAS

| | " | | "

- Amado, J. (2000). A técnica de análise de conteúdo. *Referência*, nº 5, novembro, pp. 53-63.
- Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social. (2011). Código deontológico do técnico superior de educação social. Consultado em: <https://tinyurl.com/y6ccggp2>
- Azevedo, S., Correia, F. (2013). A educação social em Portugal: evolução da identidade profissional. *Revista de Educación Social*, 17. Consultado em <https://tinyurl.com/y4utukjl>
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70 (Ed.)
- Benedicto, J. (2011). Transições juvenis para a cidadania: uma análise empírica das identidades cidadãs. *Jovens e Rumos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais (Ed.), 353- 373.
- Biesta, G. (2016). Democracia, ciudadanía y educación: de la socialización a la subjetivización. *Foro de Educación*, 14 (20), 21-34.
- Bronfenbrenner, U. (1992). Ecological theory system. En R. Vasta (Ed.). *Six theories of child development: revised formulations and current issues* (pp.187-249). Londres: Jessica Kingsley.
- Campos, C. (2004). Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. Consultado a 20 de abril de 2019, em <http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5.pdf>
- Campos, R. (2010). Juventude e visualidade no mundo contemporâneo. *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 63, 2010, pp. 113-137.
- Capucha, L. (1990). Associativismo e modos de vida num bairro de habitação social. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 8, pp. 29-41.
- Gómez, J.C., Freitas, O., & Callejas, G. (2007). Educação e desenvolvimento comunitário: Perspectivas pedagógicas e sociais da sustentabilidade. Porto: Profedições.
- Carmo, H., & Ferreira, M. (2008). *Metodologia da Investigação: Guia para Auto-Aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.

- Comissão Europeia. (2018). Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das regiões: Envolver, ligar e capacitar os jovens: uma nova Estratégia da UE para a Juventude. Consultada em <https://tinyurl.com/y2re5342>
- Conselho da Europa. (2003). Carta Europeia Revista da Participação dos e das Jovens na Vida Local e Regional. *Congresso de Autoridades Locais e Regionais do Conselho da Europa, Estrasburgo*. Consultado em <https://tinyurl.com/y2pfdp7z>
- Conselho da Europa. (2018). Trabalho com jovens. Recomendação CM/REC (2017)4 e memorando explicativo. Centro de juventude de Lisboa do Instituto Português do Desporto e Juventude.
- Correia, F., Martins, T., Azevedo, S., & Delgado, P. (2014). A Educação Social em Portugal: Novos Desafios para a identidade Profissional. *Interfaces Científicas*, 3(1), 113-124.
- Coutinho, M. C. (2011). Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática. Coimbra: Almedina Editora.
- Comunidade de Países de Língua Portuguesa. (2017). Plano de Ação para a Juventude CPLP 2018-2022. Aprovado na X Reunião da Conferência de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP. Consultado em <https://www.cplp.org/Default.aspx?ID=4213>
- Craveiro, M. (2007). *Formação em contexto: um estudo de caso no âmbito da pedagogia da infância*. Dissertação de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga. Consultado em <http://hdl.handle.net/1822/7085>
- Crowley, A., & Moxon, D. (2017). New and innovative forms of youth participation in decision making processes. Conselho da Europa. Consultado em: <https://tinyurl.com/y8t56l9z>
- Decreto de Aprovação da Constituição nº 86/1976, CRP, de 10 de abril. Diário da República, 1ª série – N°70.

- Dínamo – Associação de Dinamização Sociocultural. (2015). Faz-Te ouvir: Manual sobre a Carta Europeia Revista da Participação dos e das Jovens na Vida Local e Regional. Sintra: Autor.
- Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. (2018). Estatísticas: Inscritos em estabelecimentos de Ensino Superior 2018/2019. Informação por município de residência do aluno/estabelecimento de ensino. Consultado a 31 de março de 2020 em <https://www.dgeec.mec.pt/np4/EstatVagasInsc/>
- Direção Geral do Território. (2019). Carta Administrativa Oficial de Portugal - Versão 2019. Consultado a 31 de março de 2020 em <http://www.dgterritorio.pt/>
- Direção Regional de Estatística da Madeira. (2018a). Estatísticas Demográficas da Região Autónoma da Madeira. Consultado a 31 de março de 2020 em <http://estatistica.madeira.gov.pt>
- Direção Regional de Estatística da Madeira. (2018b). Madeira em Números. Consultado a 31 de março de 2020 em <http://estatistica.madeira.gov.pt>
- Direção Regional de Estatística da Madeira. (2020). Série Retrospectiva das Estatísticas de Educação da RAM 1999/2000 - 2018/2019. Consultado a 01 de julho de 2020 em <http://estatistica.madeira.gov.pt>
- Direção Regional de Estatística da Madeira. (2020). Estatísticas do Emprego da Região Autónoma da Madeira - série retrospectiva. Consultado a 01 de julho de 2020 em <http://estatistica.madeira.gov.pt>
- Direção Regional de Juventude. (2020). Registo Regional do Associativismo Jovem. Consultado a 01 de julho de 2020 em <https://tinyurl.com/y4zw7huc>
- Direção Regional de Juventude e Desporto. (2013). Tempos livres e educação não formal 2013: Juventude na Região Autónoma da Madeira. Funchal: Autor
- Direção Regional de Juventude e Desporto. (2018). Plano de Ação para a juventude da Região Autónoma da Madeira. Madeira Jovem - Linhas de Ação para a Juventude. Funchal: Autor
- Direção Regional de Juventude e Desporto. (2019). Demografia Federada de 2017-2019. Consultado a 01 de julho de 2020 em <https://www.madeira.gov.pt/drjd>

- Dupouey, V. (2018). What will be the next ladder of youth participation?. Coyote Magazine 27. Parceria UE-Conselho da Europa no domínio da Juventude. Consultado em <https://tinyurl.com/y5d68yym>
- Eurostat. (2019). Being young in Europe today - demographic trends. Consultado em <https://tinyurl.com/y4fr82q6>
- Eurostat. (2020). Demographic change in Europe country factsheets. Consultado em <https://tinyurl.com/y4x75t92>
- Ferreira, V. S. (2002). Modernised Transitions and Disadvantage Policies: Netherlands, Portugal, Ireland and Migrant Youth in Germany. In Andreas Walther, Barbara Stauber et al. (orgs.), *Misleading Trajectories. Integration Policies for Young Adults in Europe?*, Opladen, Leske + Budrich, pp. 94-115.
- Ferreira, V. S. (2017). Um olhar sobre os jovens como sujeitos de políticas e sociologias públicas. In Laranjeira, Denise Helena P.; Barone, Rosa Elisa M. (Eds.), *Juventude e Trabalho: Desafios no Mundo Contemporâneo*, Salvador: Edufba, pp. 385-388.
- Ferreira, V. S., Lobo, M.C., Rowland, J. e Sanches, E.,(2017). *Geração Milénio? Retrato social e político*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Fundação Francisco Manuel dos Santos. (2017). Retrato dos jovens. Lisboa: PORDATA. Consultado a 31 de março de 2020 em <https://www.pordata.pt/Retratos/2016/Retrato+dos+Jovens-47>
- Fundação Francisco Manuel dos Santos. (2019). Retrato da Madeira. Lisboa: PORDATA. Consultado a 31 de março de 2020 em <https://www.pordata.pt/Retratos/>
- Fundação Francisco Manuel dos Santos. (2020). Retrato da Madeira. Lisboa: PORDATA. Consultado a 31 de março de 2020 em <https://www.pordata.pt/Retratos/>
- Federação Nacional das Associações Juvenis. (2012). Declaração de Braga sobre Políticas autárquicas de Juventude. Aprovada no Encontro Nacional: Juventude, Europa e Poder Local, Braga. Consultado em <https://tinyurl.com/y3jrzdqv>

- Federação Nacional das Associações Juvenis. (2017). Manifesto Autárquico: uma proposta do Movimento Associativo Juvenil. Consultado em <https://tinyurl.com/y58gps4j>
- Federação Nacional das Associações Juvenis. (2019a). Plano Nacional de Políticas Locais de Juventude. Consultado em <https://tinyurl.com/y2sww4oj>
- Federação Nacional das Associações Juvenis. (2019b). Manual do associativismo juvenil para aprendizes de jovens dirigentes associativos. Lisboa: Centro Português de informação juvenil.
- Fortin, M. (2006). Fundamentos e etapas do processo de investigação. Loures: Lusodidacta.
- Fórum Europeu da Juventude. (2019). Manual sobre Padrões de Qualidade para Políticas de Juventude. Consultado em <https://tinyurl.com/yyugf4ca>
- Fundação Aga Khan Portugal. (2017). Diagnósticos participativos: Auscultar, descobrir e ativar as comunidades. Lisboa: Autor
- Fundo das Nações Unidas para a Infância. (2017). The State of the World's Children 2017: Children in a Digital World. Consultado em <https://tinyurl.com/y7fjf7lj>
- Guerra, I. (2002). Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção. *O Planeamento em Ciências Sociais*, Cascais: Principia.
- Gozdzik-Ormel, Z. (2008). Have your say! Manual on the revised European Charter on the participation of young people in local and regional life. Estrasburgo: Conselho da Europa.
- Hart, R. (1992). Children's participation from tokenism to citizenship. Florença: Centro de Investigação Innocenti da UNICEF.
- Hill, M. M., & Hill, A. (2008). Investigação por Questionário. Lisboa: Edições Sílabo, pp. 41-45; 83-102; 161- 166; 167-240
- Hortas, J. M., Campos, J., Martins, C., & Vohlgemuth, L. (2017). Síntese de Conteúdos. Introdução às metodologias de investigação e intervenção: recolha, tratamento e análise de informação. Licenciatura em animação sociocultural. Lisboa: Escola Superior de Educação de Lisboa

- Hoskins, B., & Mascherini, M. (2009). Measuring active citizenship through the development of a composite indicator. *Soc Indic Res*, 90, 459-488.
- Hujo, K., & Carter, M. (2019). Transformative Change for Children and Youth in the Context of the 2030 Agenda for Sustainable Development. Innocenti Working Paper. UNICEF Office of Research. Consultado em <https://tinyurl.com/y659yxzh>
- Instituto de Emprego da Madeira. (2020). Boletim mensal por concelhos: Indicadores do mercado de emprego por Concelhos. Consultado a 1 de julho de 2020 em <https://www.iem.madeira.gov.pt/>
- Instituto Nacional de Estatística. (2018). Censos 2011. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. Consultado a 31 de março de 2020 em <http://censos.ine.pt>
- Instituto Português do Desporto e Juventude. (2020). Lisboa+21 – Políticas e Programas de Juventude numa Perspetiva Global. Lisboa: Centro de Juventude de Lisboa do IPDJ.
- Jodelet, D. (1989). *Folies et représentations sociales*. Paris: PUF, p. 398.
- Jornal Oficial da União Europeia. (2018). Resolução do Conselho da União Europeia e dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros reunidos no Conselho relativa ao quadro para a cooperação europeia no domínio da juventude: Estratégia da União Europeia para a Juventude 2019-2027. Consultado em <https://bit.ly/2KUHqte>
- Lawy, R., & Biesta, G. (2006). Citizenship-as-practice: the educational implications of an inclusive and relational understanding of citizenship. *British Journal of Education studies*.
- Lavchyan, Z., & Williamson, H. (2019). Youth Policy Essentials. Parceria UE-Conselho da Europa no domínio da Juventude. Consultado em <https://tinyurl.com/yy724s95>
- Lister, R. (2003). Young people talk about citizenship: empirical perspectives on theoretical and political debates. *Citizenship Studies*, 7 (2): 235-253.
- Marchioni, M. (2001). *Comunidad, participación y desarrollo* (2ª edição). Madrid:

Editorial Popular.

- Menezes, I. (2011). Da (inter)acção como alma da política: para uma crítica da retórica «participatória» nos discursos sobre os jovens. *Jovens e Rumos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 333- 353.
- Moscovici, S. (1981). The phenomenon of social representations. In R. M. Farr & S. Moscovici (Eds.), *Social representations* (pp. 15-31). Cambridge: Cambridge University Press.
- Nico, M. (2018). Plano Nacional da Juventude. Relatório parcial: áreas e propostas. Instituto Português do Desporto e Juventude. Consultado em <https://tinyurl.com/yxe3z3lu>
- Novella, A.M., Llena, A., Noguera, E., Gómez, M., Morata, T., Trilla, J., Agudo, I., & Cifre-Mas, J.(2014). Participación Infantil y construcción de la ciudadanía. Barcelona: Graó.
- Nóvoa, A. (1996). L'Europe et l'éducation: Éléments d'analyse socio-historique des politiques éducatives européennes. *Challenges to European Education: Cultural*.
- Observatório de Educação da Região Autónoma da Madeira. (2020). Estatísticas Gerais da Educação 2018/2019. Consultado a 01 de julho de 2020 em <https://www.madeira.gov.pt/draescolar/Estrutura/Observat%C3%B3rio-de-Educa%C3%A7%C3%A3o/Estat%C3%ADsticas>
- Organismo Internacional de Juventude para a Ibero- América. (2016). Pacto Ibero-Americano de Juventude. Conferência de Ministros de Juventude da Ibero-América. Consultado em <https://tinyurl.com/yyjgtx7h>
- Organização Mundial da Saúde. (2019). Physical Activity. Consultado a 1 de novembro de 2020 em <https://www.who.int/>
- Organização Internacional do Trabalho. (2017). Global Employment Trends for Youth 2017: Paths to a better working future. Consultado em <https://tinyurl.com/y6zax8vf>
- Organização das Nações Unidas. (1998). Declaração de Lisboa sobre Políticas e

- Programas para a Juventude. *Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pela Juventude 1998*. Consultado em <https://tinyurl.com/y4x5odlm>
- Organização das Nações Unidas. (2018). Juventude 2030 - trabalhando com e para os jovens. Estratégia das Nações Unidas para a Juventude. Consultada em <https://tinyurl.com/y56876bu>
- Organização das Nações Unidas. (2019). Declaração de Lisboa +21. Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pela Juventude e Fórum da Juventude Lisboa + 21, Lisboa, 2019. Consultada em <https://tinyurl.com/y323haly>
- Ortega, J. (1999). Educación social especializada. Barcelona: Ariel.
- Pais, J.M.(1990). A construção sociológica da juventude—alguns contributos. *Análise Social*, vol. XXV (105-106), 1990 (1.º, 2.º), 139-165.
- Pais, J.M. (1996). Levantamento bibliográfico de pesquisas sobre a juventude portuguesa – tradições e mudanças (1985-1995). *Sociologia: Problemas e Práticas*. Nº21, 1996, pp.197-221.
- Pais, J. M. (2001). Ganchos, tachos e biscates. *Jovens, trabalho e futuro*. Porto: Âmbar.
- Pais, J.M.(2005). Jovens e cidadania. *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 49, 2005, pp. 53-70.
- Pappámikail, L. (2010). Juventude(s), autonomia e Sociologia. *Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, Vol. XX, 2010, 395-410.
- Pardal, L., & Soares Lopes, E. (2011). Métodos e Técnicas de Investigação Social. Porto: Areal Editores, pp. 69-106.
- Plano Nacional de Juventude. (2018). Diário da República, 1ª série – Nº 170. Conselho de Ministros, Lisboa. Consultado em <https://tinyurl.com/y36qcj43>
- Serban, A. M., & Barber, T. (2018). Insights into Youth Policy Governance. Parceria UE-Conselho da Europa no domínio da Juventude. Consultado em <https://tinyurl.com/y2psb2um>
- Silvestre, H. C., & Araújo, J. F. (2012). Metodologia para a investigação social. Lisboa: Escolar Editora.

- Siurala, L. (2006). A European framework for youth policy. Estrasburgo: Council of Europe.
- Sousa, M. J., & Batista, C.S. (2011). Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios segundo Bolonha. Lisboa: Pactor
- Tomás, C. (2011). Há muitos mundos no mundo: Cosmopolitismo, participação e direitos da criança. Porto: Edições Afrontamento
- Weller, S. (2007). Teenagers' citizenship. Experiences and education. Canada: Routledge.
- Vieira, M. M., & Ferreira, V. S. (2018), Juventude(s) do Local ao Nacional – Que Intervenção?. Lisboa: Observatório Permanente da Juventude, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Instituto Português do Desporto e Juventude.

ANEXOS

| ' ' | | ' |

ANEXO A
PLANOS E ESTRATÉGIAS DE
JUVENTUDE
| ' ' | ' ' |

Tabela A1

Áreas-chave prioritárias para a Juventude

Prioridades	
1ª Prioridade	Implicação, participação e promoção: dar voz aos jovens na promoção de um mundo pacífico, justo e sustentável;
2ª Prioridade	Princípios informados e saudáveis: apoiar um maior acesso dos jovens a serviços de educação e saúde de qualidade;
3ª Prioridade	Empoderamento económico através do trabalho digno: apoiar um maior acesso dos jovens ao trabalho decente e emprego produtivo;
4ª Prioridade	Os jovens e os direitos humanos: proteger e promover os direitos dos jovens e apoiar a sua participação cívica e política
5ª Prioridade	Consolidação da paz e resiliência: apoiar o papel dos jovens como catalisadores da paz, segurança e ação humanitária

Nota. Adaptado de ONU (2018).

Tabela A2

Youth Goals – Objetivos para a juventude da Europa

Objetivos
1. Conectar a União Europeia com a Juventude
2. Igualdade para todos os géneros
3. Sociedades inclusivas
4. Informação e diálogo construtivo
5. Saúde mental e bem-estar
6. Impulsionar a juventude rural
7. Trabalho de qualidade para todos
8. Educação de qualidade
9. Espaço e participação para todos
10. Europa verde e sustentável
11. Organizações de juventude e programas europeus

Nota. Adaptado de Comissão Europeia (2018).

Tabela A3

Áreas prioritárias para a juventude pela CPLP

ODS	Prioridades da CPLP
ODS 3 - Saúde de qualidade	Saúde sexual e reprodutiva e Saúde Mental;
ODS 4 - Educação de qualidade	Promoção da língua e cultura lusófonas e o desenvolvimento económico e social através da Educação não- formal e da Educação para o Desenvolvimento;
ODS 5 - Igualdade de género	Desenvolvimento económico e social através da igualdade de género;
ODS 8 - Trabalho digno e crescimento económico	Desenvolvimento económico e social através do Emprego;
ODS 10 - Reduzir desigualdades	Desenvolvimento económico e social através das migrações, diásporas e codesenvolvimento;
ODS 13 - Ação climática	Desenvolvimento económico e social através do desenvolvimento sustentável;
ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	Paz e estabilidade através da reconstrução pós-conflito e o fortalecimento político e institucional no que respeita os espaços de participação juvenil e edificação de um sistema de cogestão;
ODS 17 - Parcerias para a implementação dos objetivos	Criação de espaços de conhecimento

Nota. Adaptado de CPLP (2017).

Tabela A4

Metas do Pacto Ibero-Americano de Juventude 2030

Metas
Implicar os jovens na aplicação dos ODS;
Reconhecer os direitos das pessoas jovens;
Promover sociedades plurais e inclusivas, com igualdade de oportunidades;
Fomentar a sistematização e o intercâmbio de dados, práticas e trabalhos de investigação sobre juventude;
Fortalecer modelos institucionais de juventude;
Potenciar o papel da juventude nas políticas de desenvolvimento social;
Fomentar a participação dos jovens na formação da opinião pública;
Promover o protagonismo dos jovens na integração regional;
Fomentar uma oferta educativa coerente com a realidade juvenil que inclua a promoção de emprego;
Promover entre os jovens o uso das tecnologias para a promoção de valores sociais;
Promover através do diálogo social, iniciativas de emprego dignas dirigidas aos jovens

Nota. Adaptado de OIJ (2016).

Tabela A5*Prioridades do Plano Nacional de Juventude*

Área	Prioridade
Educação formal e não formal	Garantir a efetivação do direito ao ensino e à educação numa perspetiva holística e inclusiva;
Emprego	Promover a efetivação do direito ao emprego digno e inclusivo;
Habitação	Promover a efetivação do direito à habitação, garantido o acesso das pessoas jovens a uma habitação adequada;
Saúde	Garantir a efetivação do direito à saúde;
Ambiente e desenvolvimento sustentável	Garantir o envolvimento e a participação dos jovens no cumprimento dos ODS e da Agenda 2030;
Governança e participação	Promover práticas de governança multinível, inclusivas, participadas e participativas;
Igualdade e inclusão social	Promover a efetivação do direito à igualdade e inclusão social de todas as pessoas jovens;
Administração interna / Agricultura, Florestas e Desenvolvimento rural / Cultura / Defesa / Desporto / Justiça / Mar	Promover a transversalidade das políticas de juventude em todas as áreas governativas.

Nota. Adaptado de PNJ (2018).

Tabela A6

Áreas de trabalho do Plano de Ação para a Juventude da Região Autónoma da Madeira

Áreas de trabalho
1. Promoção da saúde, prevenção de comportamentos de risco, prevenção rodoviária;
2. Educação e Formação;
3. Mobilidade regional, nacional e internacional;
4. Cultura, lazer, desporto e turismo;
5. Empregabilidade, empreendedorismo e inovação;
6. Acesso à habitação;
7. Ambiente e desenvolvimento sustentável;
8. Desenvolvimento rural, agricultura e pescas;
9. Associativismo, voluntariado, participação e cidadania;
10. Inclusão social.

Nota. Adaptado de DRDJ (2018).

ANEXO B
GUIÃO DO QUESTIONÁRIO
APLICADO AOS JOVENS DO
FUNCHAL
| ' ' | | ' ' |

“Jovens Construtores da Cidade” Plano Municipal de Juventude do Funchal

Quem são os jovens da cidade do Funchal? Diz-nos o que pensas!

Para melhorarmos as políticas municipais de Juventude da nossa cidade, queremos desenvolver o Plano Municipal de Juventude do Funchal, para todos os jovens que residem, estudam e trabalham no Funchal. Queremos contar desde o início com a tua opinião e com a participação de todos os jovens, para que possamos juntos dar respostas àquelas que são as principais necessidades e desafios dos jovens da nossa cidade.

Este Plano Municipal de Juventude para a cidade, promovido pela Câmara Municipal, tem como grande objetivo planear o desenvolvimento e implementação de políticas de juventude inovadoras, globais e transversais, procurando responder às necessidades identificadas pelos jovens do Funchal.

Se tens entre 14 e 30 anos (inclusive), se resides, estudas ou trabalhas na cidade do Funchal diz-nos o que pensas da nossa cidade, em particular as oportunidades que a mesma oferece aos jovens. Queremos conhecer a tua visão e as tuas ideias, para podermos adequar a estratégia municipal para a juventude.

A tua participação neste processo é importantíssima e pedimos-te que preenchas este breve questionário, anónimo e confidencial.

Os dados recolhidos destinam-se exclusivamente a serem tratados para os fins apresentados e no respeito pelos princípios éticos e deontológicos que enquadram este tipo de diagnóstico. Muito obrigado, desde já, pela tua colaboração!

1. Juventude

1.1.- És residente no Funchal?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

1.1.1 - Se respondeste sim, em que freguesia resides?

Imaculado Coração de Maria		Monte		Santa Luzia		Santa Maria Maior	
Santo António		São Gonçalo		São Martinho		São Pedro	
São Roque		Sé					

1.1.2 - Se respondeste não, em que Município resides?

Calheta		Porto Santo	
Câmara de Lobos		Ribeira Brava	
Machico		Santa Cruz	
Ponta do Sol		Santana	
Porto Moniz		São Vicente	
Outro. Qual?			

1.2 - Sexo:

Masculino		Feminino		Não quero dizer	
-----------	--	----------	--	-----------------	--

1.3 - Idade: (dos 14 aos 30 anos):

1.4. Estado Civil:

Solteiro		União de facto		Divorciado/separado	
Casado		Viúvo			

1.5 - Grau de escolaridade completa

1ºCiclo		2ºCiclo		3ºCiclo		Secundário	
Licenciatura		Pós-graduação		Mestrado		Outro. Qual?	

1.6 - Situação perante o trabalho:

Estudante		Ativo com profissão		Ativo com profissão/estudante		Outra. Qual?
Estagiário remunerado		Estagiário não remunerado		Desempregado		

1.6.1 - Se és estudante, qual o ano de escolaridade/ciclo de estudos que frequentas?

6ºano		7ºano	
8ºano		9ºano	
10ºano		11ºano	
12ºano		Licenciatura	
Mestrado		Pós-graduação	
Doutoramento		Outro. Qual?	

1.6.2 – Se és estudante do Ensino Secundário, Licenciatura, Mestrado, Pós-Graduação ou Doutoramento, qual a tua área de estudos? (escolhe a área do grau escolar/académico em que te encontras atualmente).

Educação	
Artes e humanidades (artes, humanidades, línguas)	
Ciências sociais, jornalismo e informação	
Ciências empresariais, administração e direito	
Ciências naturais, matemática e estatística	
Tecnologias da informação e comunicação (TIC)	
Engenharia, indústrias transformadoras e construção (engenharia, tecnologias e afins, arquitetura e construção)	
Agricultura, silvicultura, pescas e ciências veterinárias	
Saúde e proteção social	
Serviços (pessoais, higiene, saúde ocupacional, segurança)	
Outro. Qual?	

1.6.3 - És estudante do Ensino Superior?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

1.6.3.1 – Se sim, encontras-te deslocado?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

1.6.4 – Em que cidade estudas?

1.6.5. – Se exerces uma atividade laboral, que profissão desempenhas? (Se exerces mais do que uma responde tendo em conta aquela a que dedicas mais tempo ou que te dá maior rendimento).

1.6.5.1 - Qual é a tua situação na profissão?

Trabalhador por conta de outrem (Assalariado)		Trabalhador por conta própria	
Trabalho familiar não remunerado		Outra. Qual?	

1.6.5.2 – Qual o teu vínculo contratual?

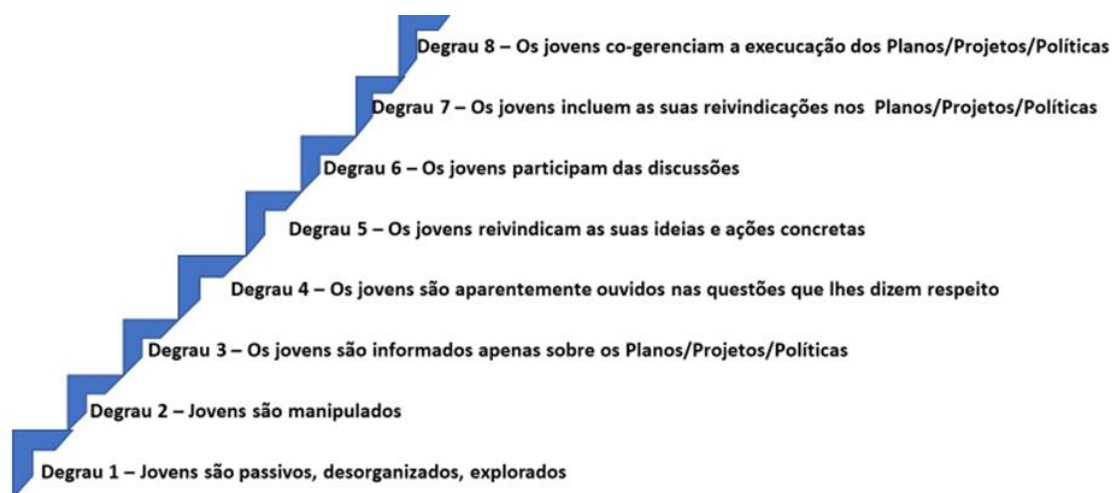
Contrato a termo	
Contrato por tempo indeterminado	
Prestação de Serviços (recibos)	
Outro. Qual?	

2. Participação

2.1 - Tendo em conta a escada da participação que te apresentamos, indica em que degrau consideras que os jovens da cidade do Funchal se encontram, em relação à participação na vida do município.

Degrau 1		Degrau 2		Degrau 3		Degrau 4	
Degrau 5		Degrau 6		Degrau 7		Degrau 8	

Escada da participação de Rogerhart (adaptada)



2.2 - Votaste nos últimos 3 atos eleitorais deste ano - Eleições Europeias, Assembleia Legislativa da RAM (ALRAM) e Assembleia da República (AR)?

	Europeias	ALRAM	AR
Sim, votei porque é um dever cívico			
Sim, votei porque quero ter uma palavra a dizer			
Sim, votei porque acredito que o meu voto faz diferença			
Não, porque não tinha idade para votar			
Não, porque não acredito na política			
Não, porque senti não estar suficientemente informado			
Não, porque acredito que o meu voto não faz diferença			
Outro motivo. Qual?			

2.3 - Onde realizaste o teu voto?

	Europeias	ALRAM	AR
Área de residência			
Voto antecipado			

2.4 - Como avalias o teu interesse pela política?

Muito interesse	
Algum interesse	
Pouco interesse	
Nenhum interesse	

2.5 - Pertences a alguma associação/organização/clube desportivo?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

2.5.1 - Se sim, qual/quais?

Associação Juvenil	
Associação/Núcleo de Estudantes	
Clube/Grupo desportivo	
Associação Cívica/ Voluntariado	
Juventude partidária	
Organizações e grupos religiosos	
Grupos informais	
Outro. Qual?	

2.5.2 - De que forma participas? (poderás escolher mais do que uma possibilidade).

Membro dos corpos sociais	
Associado	
Organização de atividades	
Participação só nas atividades	
Atleta federado	
Outra. Qual?	

2.5.3 - Se não pertences a nenhuma associação/organização/Clube Desportivo, identifica a principal razão.

Não tenho tempo	
Não conheço nenhuma associação	
Acho que é uma perda de tempo	
Não me interessa pertencer	
Até gostava, mas nenhuma me interessa	
Outro. Qual?	

3. Políticas Municipais de Juventude

3.1 - Conheces os projetos que existem atualmente na cidade promovidos pela CMF, na área da juventude?

Desconheço	
Já ouvi falar	
Conheço razoavelmente	
Conheço bem	
Conheço muito bem	

3.1.1 - Se conheces ou já ouviste falar, identifica quais.

Programa Municipal de Formação e Ocupação em Contexto de Trabalho	
Bolsas a estudantes do ensino superior	
Programa de atribuição de manuais escolares	
Assembleia Municipal Jovem	
Orçamento participativo	
Apoio ao arrendamento habitacional	
Apoio ao Associativismo	
Outros. Quais?	

3.1.2 - Se não conheces, identifica porquê.

Não tenho interesse	
Dificuldade em encontrar informação	
Pouca divulgação	
Outro. Qual?	

3.2- Classifica o teu grau de satisfação quanto à oferta de atividades organizadas pela Câmara Municipal.

Atividades oferecidas	Insatisfeito	Pouco satisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
Cultural				
Desportiva				
Animação/lúdica				
Formação				

3.3 Identifica os meios de comunicação que preferes para receberes informação sobre as atividades realizadas na nossa cidade.

Site da Câmara	
Facebook	
Instagram	
Twitter	
e-mail	
Jornais/Imprensa em papel	
Jornais/imprensa digital	
Comunicação direta através de Amigos/ Família	
Outros. Quais?	

3.4 - Sabes o que é um Plano Municipal de Juventude? Para que serve?

3.5 – Para cada uma das áreas que aqui te apresentamos, utiliza a escala de 1 a 5, em que 1 significa "menos importante" e 5 "mais importante", para as classificares tendo em conta a sua importância para a vida dos jovens do Funchal, no momento presente.

1. Saúde e bem-estar	
2. Educação e Formação	
3. Mobilidade (municipal, regional, nacional e internacional)	
4. Cultura, Lazer, Desporto e Turismo	
5. Empregabilidade, empreendedorismo e inovação	
6. Acesso à habitação	
7. Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	
8. Associativismo, Voluntariado, Participação e Cidadania	
9. Inclusão/ coesão Social	

3.5.1 - Acrescentarias alguma área àquelas aqui apresentadas?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

3.5.1.1- Se sim, qual?

3.6 - Quais consideras serem as principais necessidades/problemas dos jovens da nossa cidade?

3.7 - Quais consideras serem as principais potencialidades da cidade do Funchal na área da juventude?

3.8 - Tendo em conta as respostas anteriores, que propostas fazes para integrar o Plano Municipal de Juventude da nossa cidade? Diz-nos 3 propostas.

3.9 - Estarias interessado em participar de forma mais ativa no desenvolvimento da cidade do Funchal?

Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>
-----	--------------------------	-----	--------------------------

3.9.1 - Se sim, que papel gostarias de desempenhar? Que contribuição gostarias de dar à cidade?

Autorizo o tratamento dos meus dados pessoais nos termos da lei em vigor, no âmbito deste inquérito, tendo em vista as finalidades anteriormente explicitadas

O questionário chegou ao fim. Muito obrigado pela tua colaboração!

Obrigado pela tua ajuda!

Contamos contigo na construção do nosso Plano Municipal de Juventude – FunJovem 20-30 “Jovens construtores da cidade”, para assim melhorarmos as políticas municipais de Juventude da nossa cidade, e juntos darmos respostas àquelas que são as principais necessidades e desafios dos jovens da nossa cidade.

Se tens entre 14 e 30 anos (inclusive), se resides, estudas ou trabalhas na cidade do Funchal, a tua visão e as tuas ideias são fundamentais para podermos adequar a estratégia municipal para a juventude!

Neste momento está também aberto o concurso para o desenho do logotipo do nosso Plano Municipal de Juventude! Se gostas de desenhar, se és criativo e queres contribuir para a construção de uma cidade cada vez mais amiga dos jovens, atreve-te!

Qualquer dúvida, ideia, ou proposta contacta-nos através pmjfunchal@cm-funchal.pt e segue-nos na nossa página do Facebook <https://www.facebook.com/funchaljovem/>

ANEXO C
GUIÃO DO QUESTIONÁRIO
APLICADO AOS JOVENS DO
FUNCHAL - VERSÃO INGLÊS
| ' ' | | ' ' |

“Jovens Construtores da Cidade” Plano Municipal de Juventude do Funchal

Who are the young people from Funchal? Tell us what you think!

In order to improve the municipal Youth policies of our city, we want to develop the Funchal Municipal Youth Plan, for all young people who live, study and work in Funchal. We want to count with your opinion and the participation of all young people from the beginning, so that together we can provide answers to those that are the main needs and challenges of the young people of our city.

This Municipal Youth Plan for the city, promoted by the City Council, aims to plan the development and implementation of innovative, global and transversal youth policies, seeking to respond to the needs identified by young people in Funchal.

If you are between 14 and 30 years old (inclusive), if you live, study or work in the city of Funchal, tell us what you think of our city, in particular the opportunities it offers to young people. We want to know your vision and your ideas, so that we can adapt the municipal strategy for youth.

Your participation in this process is very important and we ask you to fill out this brief, anonymous and confidential questionnaire.

The data collected are intended exclusively to be treated for the purposes presented and in compliance with the ethical and deontological principles that frame this type of diagnosis. Thank you very much in advance for your cooperation!

1. Youth

1.1.- 1.1 - Are you a resident of

Yes		No	
-----	--	----	--

 Funchal?

1.1.1 - 1.1.1 - If you answered yes, in which parish do you live?

Imaculado Coração de Maria	Monte	Santa Luzia	Santa Maria Maior
Santo António	São Gonçalo	São Martinho	São Pedro
São Roque	Sé		

1.1.2 - If you answered no, in which municipality/city do you live?

--

1.2 – Gender

Male		Female	Prefer not to say	
------	--	--------	-------------------	--

1.3- Age (from 14 to 30 years old)

1.4. Marital Status:

Not married		Divorced/separated		Married	
Widower		Other			

1.5 - Complete education level

1st Cycle		2nd Cycle		3rd Cycle		Secondary	
Graduation		Postgraduate studies		Master's		Other	

1.6 - Work situation

Student		Active with profession		Active with profession / student		Other
Paid intern		Unpaid intern		Unemployed		

1.6.1 - If you are a student, what year of schooling / study cycle do you attend?

6th year		7th year	
8th year		9th year	
10th year		11th year	
12th year		Graduation	
Master's		Postgraduate studies	
Doctorate		Other	

1.6.2 - If you are a student in Secondary Education, Degree, Master, Post-Graduate or PhD, what is your area of study? (Choose the area of the school / academic degree in which you are currently).

Education	
Arts and humanities (arts, humanities, languages)	
Social sciences, journalism and informatio	
Business sciences, administration and law	
Natural sciences, mathematics and statistics	
Information and communication technologies (ICT)	
Engineering, manufacturing and construction (engineering, technologies and the like, architecture and construction)	
Agriculture, forestry, fisheries and veterinary science	
Health and social protection	
Services (personal, hygiene, occupational health, safety)	
Other	

1.6.3 - Are you a student of Higher Education?

Yes		No	
-----	--	----	--

1.6.3.1 - Are you out of place?

Yes		No	
-----	--	----	--

1.6.4 - In which city are you studying?

1.6.5 - If you work, what profession do you have? (If you exercise more than one answer, taking into account the one you dedicate the most time to or the one that gives you the most income).

--

1.6.5.1 - What is your situation in the profession?

Employee (Employee)		Self-employed	
Unpaid family work		Other	

1.6.5.2 - What is your contractual relationship?

Forward contract	
Contract for an indefinite period	
Provision of Services (receipts)	
Other	

2. Participation

2.1 - Taking into account the ladder of participation that we present to you, it indicates the step you consider the young people of Funchal to be in, in relation to participation in the life of the city.

Step 1 - young people are passive, disorganized, exploited	
Step 2 - Young people are manipulated	
Step 3 - Young people are only informed about Plans / Projects / Policies	
Step 4 - Young people are apparently heard on issues that concern them	
Step 5- Young people claim their ideas and concrete actions	
Step 6 - Young people participate in discussions	
Step 7 - Young people include their claims in the Plans / projects / Policies	
Step 8 - Young people co-manage the execution of Plans / Projects / Policies	

2.2 - How do you assess your interest in politics?

Much interest	
Any interest	
Little interest	
No interest	

2.3 - Do you belong to any association / organization / sports club?

Yes		No	
-----	--	----	--

2.3.2- If yes, which one / which ones?

Youth Association	
-------------------	--

Students Association / Nucleus	
Sports Club / Group	
Civic Association / Volunteering	
Party youth	
Religious organizations and groups	
Informal groups	
Other	

2.3.3 - How do you participate? (you will be able to choose more than one possibility).

Member of the corporate bodies	
Associate	
Organization of activities	
Participation only in activities	
Federated athlete	
Other	

2.3.4 - If you do not belong to any association / organization / Sports Club, identify the main reason.

I have no time	
I don't know any association	
I think it's a waste of time	
I don't care to belong	
I even liked it, but none interest me	
Other	

3. MUNICIPAL YOUTH POLICIES

3.1 - Do you know the projects that currently exist in the city promoted by the Municipality of Funchal, for young people?

I don't know	
I've heard	
I know reasonably	
Know well	
I know very well	

3.1.1 - If you know or have heard of it, identify which ones.

Municipal Training and Occupation Program in the Work Context	
Scholarships for higher education students	
School textbook assignment program	
Youth Municipal Assembly	
Participatory budgeting	
Support for housing leasing	
Support for Associations	

Others

3.1.2 - If you don't know, identify why.

I'm not interested	
Difficulty finding information	
Little disclosure	
Other	

3.2- Rate your level of satisfaction with the offer of activities organized by the Funchal City Council.

Ativities	Dissatisfied	Not very satisfied	Pleased	Very satisfied
Cultural				
Sporty				
Entertainment				
Formation				

3.3 Identify the media you prefer to receive information about the activities carried out in our city.

Chamber website	
Facebook	
Instagram	
Twitter	
e-mail	
Newspapers / Press on paper	
Newspapers / digital press	
Direct communication through friends / family	
Others	

3.4 - Do you know what a Municipal Youth Plan is? What is it for?

--

3.5 - For each of the areas presented here, use the scale from 1 to 5, where 1 means "less important" and 5 "more important", to classify them taking into account their importance for the lives of young people in the Funchal, at the present time.

1. Health and well-being	
2. Education and Training	
3. Mobility (municipal, regional, national and international)	
4. Culture, Leisure, Sports and Tourism	
5. Employability, entrepreneurship and innovation	
6. Access to housing	
7. Environment and Sustainable Development	
8. Associations, Volunteering, Participation and Citizenship	
9. Social inclusion / cohesion	

3.5.1 - Would you add any areas to those presented here?

Yes		No	
-----	--	----	--

3.5.1.1- If so, which one?

3.6 - What do you consider to be the main needs / problems of young people in our city?

3.7 - What do you consider to be the main potentialities of Funchal for young people?

3.8 - Taking into account the previous answers, what proposals do you make to integrate the Municipal Youth Plan of our city? Tell us 3 proposals.

3.9 - Would you be interested in participating more actively in the development of the city of Funchal?

Yes		No	
-----	--	----	--

3.9.1 - If so, what role would you like to play? What contribution would you like to make to the city?

I authorize the processing of my personal data under the terms of the law in force, within the scope of this survey, in view of the purposes previously explained:

The questionnaire has come to an end. Thank you very much for your cooperation!

Any questions, ideas, or proposals contact us through from pmjfunchal@cm-funchal.pt and follow us on our Facebook page <https://www.facebook.com/funchaljovem/>

ANEXO D
GUIÃO DOS QUESTIONÁRIOS
APLICADOS ÀS JUNTAS DE
FREGUESIA DO FUNCHAL

| " ' | | ' "

Inquérito aos Presidentes de Junta de Freguesia da cidade do Funchal ou representante(s)

Caro Presidente de Junta de Freguesia,

Para melhorarmos as políticas municipais de Juventude da nossa cidade, a Câmara Municipal do Funchal está neste momento a desenvolver o Plano Municipal de Juventude do Funchal – o FunJOVEM 20-30 – “Jovens construtores da cidade”, para todos os jovens, entre os 14-30 anos que residem, estudam e/ou trabalham no Funchal, com o objetivo de planear o desenvolvimento e implementação de políticas de juventude inovadoras, globais e transversais, procurando responder às necessidades identificadas pelos jovens do Funchal.

Queremos contar desde o início com a colaboração e participação de todos os jovens, e com os agentes e entidades que trabalham com e para a juventude, para que juntos possamos desenvolver uma estratégia que dê respostas àquelas que são as principais necessidades e desafios dos jovens da nossa cidade.

No nosso entender, as Juntas de Freguesia são um aliado fundamental na Rede de Parceiros da Juventude da nossa cidade e na construção deste plano, e só através de uma ação concertada entre todos poderemos adequar a estratégia municipal para a juventude. A vossa participação neste processo é importantíssima por isso vos pedimos que preencham este breve questionário, com os objetivos de:

- Conhecer as representações sobre os jovens do Funchal, sobre o que consideram ser os seus principais problemas/necessidades e sobre as potencialidades e recursos da cidade na área da juventude;
- Conhecer as conceções sobre a participação da juventude na cidade do Funchal, identificando possíveis obstáculos e sugestões para promover a participação jovem na cidade;
- Identificar as áreas que consideram prioritárias na definição do plano municipal de juventude e a sua priorização;
- Percecionar o conhecimento sobre o trabalho da Câmara Municipal do Funchal e das suas políticas de juventude;
- Identificar as percepções acerca da colaboração entre jovens, técnicos e decisores políticos na nossa cidade,
- Identificar as percepções acerca das linhas orientadoras de um Plano Municipal de Juventude;

- Recolher contributos para o desenho do Plano Municipal de Juventude e conhecer a disponibilidade e vontade em colaborar diretamente no desenho do Plano;

Os dados recolhidos destinam-se exclusivamente a serem tratados para os fins apresentados e no respeito pelos princípios éticos e deontológicos que enquadram este tipo de diagnóstico. Muito obrigado, desde já, pela vossa colaboração!

1. Juventude

1.1 Nome:

1.2 Área de Formação:

1.3 Instituição:

1.4 Função que desempenha na Instituição:

1.5 Qual a função que exerce no sector de juventude (escolha múltipla):

Técnico de juventude	
Jovem	
Ativista pela juventude	
Investigador	
Jovem ou dirigente de federação ou Associação Juvenil	
Decisor político	
Técnicos da Administração pública	
Jovem ou dirigente de Associações Estudantis	
Outra, qual?	

1.6 Há quantos anos trabalha ou está envolvido com o sector da juventude?

Menos de 5 anos	
Entre 5 e 10 anos	
Há mais de 10 anos	

Tendo em conta a função que desempenha:

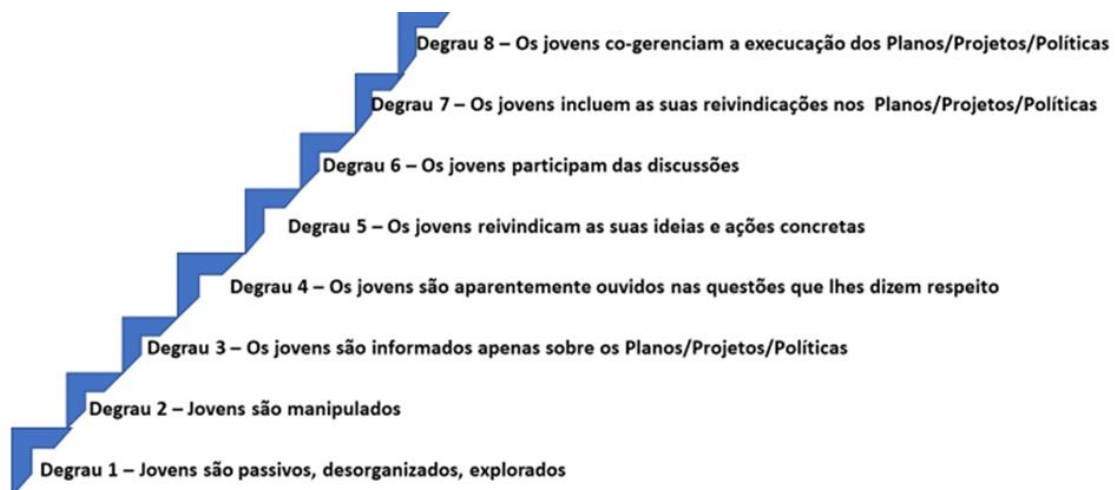
1.7 Quais considera serem as principais necessidades/problemas dos jovens da vossa freguesia? E da nossa cidade?

1.8 -Quais considera serem as principais potencialidades e recursos da vossa freguesia e da cidade na área da juventude? (em termos de oportunidades, de acolhimento, garantia de bem-estar, hábitos de vida saudável ou outros)

2.Participação Jovem

2.1 – Tendo em conta a escada da participação apresentada, indique em que degrau considera que os jovens da cidade do Funchal se encontram, em relação à participação na vida do município.

Degrau 1		Degrau 2		Degrau 3		Degrau 4	
Degrau 5		Degrau 6		Degrau 7		Degrau 8	



Escada da participação de Rogerhart (adaptada)

2.2 – *Como justifica o grau escolhido?*

--

2.3 – *Quais considera serem atualmente os obstáculos à participação jovem na cidade?*

--

2.4 – *Que sugestões faria no sentido de ultrapassar estes obstáculos e promover a participação dos jovens na vida da cidade?*

--

3. Políticas Locais/Municipais de Juventude

3.1 – *Considerando o envolvimento e contributo em políticas de juventude e políticas públicas que abrangem os jovens de forma mais geral, que contributos considera que têm sido dados no sentido de promover um maior envolvimento dos jovens nas políticas que lhes dizem respeito?*

--

3.2 – *Perante as 9 áreas apresentadas utilize a escala de 1 a 5, em que 1 significa "menos importante" e 5 "mais importante", para as classificar, tendo em conta aquela que considera ser a importância das mesmas na vida dos jovens do Funchal, no momento presente.*

1. Saúde e bem-estar	
2. Educação e Formação	
3. Mobilidade (municipal, regional, nacional e internacional)	
4. Cultura, Lazer, Desporto e Turismo	

5. Empregabilidade, empreendedorismo e inovação	
6. Acesso à habitação	
7. Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	
8. Associativismo, Voluntariado, Participação e Cidadania	
9. Inclusão/ coesão Social	

3.2.1 – Ainda em relação às áreas anteriores, selecione as 3 áreas que considera prioritárias na vida dos jovens da nossa cidade e justifique a sua opção.

3.3 – Qual a sua opinião acerca dos projetos que existem atualmente na cidade promovidos pela CMF, na área da juventude?

3.4 – Qual a sua opinião em relação à colaboração entre Jovens, Técnicos de juventude (e outros técnicos) e Decisores políticos (Junta de Freguesia, Câmara Municipal do Funchal e outros) na nossa cidade?

3.5 –Quais os grandes objetivos a que o Plano Municipal de Juventude do Funchal se deve propor?

3.6 – Que áreas considera que deveriam ser contempladas no plano municipal de juventude?

3.7 – No sentido da garantia de sustentabilidade de um Plano Municipal para a Juventude, que aspetos considera fundamentais no desenho do mesmo?

3.8 – Tendo em conta a sua função e área de intervenção no sector da juventude qual considera que deve ser o papel e contributo (junta, departamento, associação,) para o Plano Municipal de Juventude? O que poderemos fazer juntos?

3.9 – Que tipo de envolvimento gostaria de ter a nível do desenho e implementação do Plano Municipal de Juventude?

O questionário chegou ao fim. Muito obrigado pela sua colaboração!

Contamos consigo na construção do nosso Plano Municipal de Juventude – FunJovem 20-30 “Jovens construtores da cidade”, para assim melhorarmos as políticas municipais de Juventude da nossa cidade, e juntos darmos respostas àquelas que são as principais necessidades e desafios dos jovens da nossa cidade.

Qualquer dúvida, ideia, ou proposta contacte-nos através pmjfunchal@cm-funchal.pt e siga-nos na nossa página do Facebook <https://www.facebook.com/funchaljovem>

ANEXO E
GUIÃO DOS QUESTIONÁRIOS
APLICADOS ÀS ESCOLAS
SECUNDÁRIAS,
PROFISSIONAIS E
INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR DO FUNCHAL

|' '' | | ''

Questionário aos Presidentes dos Conselhos Executivos das Escolas do Ensino Secundário e do Ensino Profissional e aos órgãos de Direção das Instituições do Ensino Superior da cidade do Funchal ou representante(s)

Para melhorarmos as políticas municipais de Juventude da nossa cidade, a Câmara Municipal do Funchal encontra-se, neste momento, a desenvolver o Plano Municipal de Juventude – o FunJOVEM 20-30 – “Jovens construtores da cidade”, para todos os jovens, entre os 14-30 anos que residem, estudam e/ou trabalham no Funchal, com o objetivo de planear o desenvolvimento e implementação de políticas de juventude inovadoras, globais e transversais, procurando responder às necessidades identificadas pelos jovens do Funchal.

Queremos contar, desde o início, com a colaboração e participação de todos os jovens, assim como com a participação dos agentes e entidades que trabalham com e para a juventude, para que juntos possamos desenvolver uma estratégia que dê resposta àquelas que são as principais necessidades e desafios dos jovens da nossa cidade.

No nosso entender, as Escolas Secundárias e Profissionais do Funchal e as Instituições de Ensino Superior da cidade são um aliado fundamental na Rede de Parceiros da Juventude da nossa cidade e na construção deste plano, e só através de uma ação concertada entre todos poderemos adequar a estratégia municipal para a juventude. A vossa resposta ao desafio que lançamos de participação neste processo é fundamental, para tal solicitamos que preencham este breve questionário, que nos permitirá:

- Conhecer as representações sobre os jovens do Funchal, sobre o que consideram ser os seus principais problemas/necessidades e sobre as potencialidades e recursos da cidade na área da juventude (questões 2.1, 2.2 e 2.3);
- Conhecer as representações sobre as dinâmicas de participação da juventude na cidade do Funchal, identificando possíveis obstáculos e sugestões para promover a participação jovem na cidade (questões 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4);
- Identificar as áreas que consideram ser prioritárias na definição do plano municipal de juventude e a sua priorização (questões 4.2 e 4.3);
- Percepcionar o conhecimento sobre o trabalho da Câmara Municipal do Funchal, em particular no âmbito da intervenção e políticas para a juventude (questão 4.4);
- Identificar as representações acerca da colaboração entre jovens, técnicos e decisores políticos na nossa cidade (questão 4.5);
- Identificar as conceções acerca das linhas orientadoras de um Plano Municipal de Juventude (questões 4.6, 4.7 e 4.8);

- Recolher contributos para o desenho do Plano Municipal de Juventude e conhecer a disponibilidade e vontade em colaborar diretamente no desenho do Plano (questões 4.9 e 4.10);

Os dados recolhidos destinam-se exclusivamente a serem tratados para os fins apresentados e no respeito pelos princípios éticos e deontológicos que enquadram este tipo de diagnóstico. Muito obrigado, desde já, pela vossa colaboração!

1. Caraterização do inquirido

1.1 Instituição onde exerce a sua atividade profissional

1.2 Funções/Cargos que desempenha na Instituição

1.3. Idade

1.4. Sexo

1.5 Há quantos anos trabalha ou está envolvido com o sector da educação/juventude?

Menos de 5 anos	<input type="checkbox"/>
Entre 5 e 10 anos	<input type="checkbox"/>
Há mais de 10 anos	<input type="checkbox"/>

2. Juventude

2.1 - Como define os jovens da cidade do Funchal relativamente ao seu envolvimento na vida da cidade?

2.2. Quais considera serem as fragilidades/dificuldades sentidas pelos jovens que usam/habitam a cidade na garantia do seu bem-estar e qualidade de vida?

Selecione as 3 que considera mais importantes.

2.3. Quais considera serem as potencialidades e recursos da cidade na área da juventude, que garantem o bem-estar e qualidade de vida dos jovens?

Selecione as 3 que considera mais importantes.

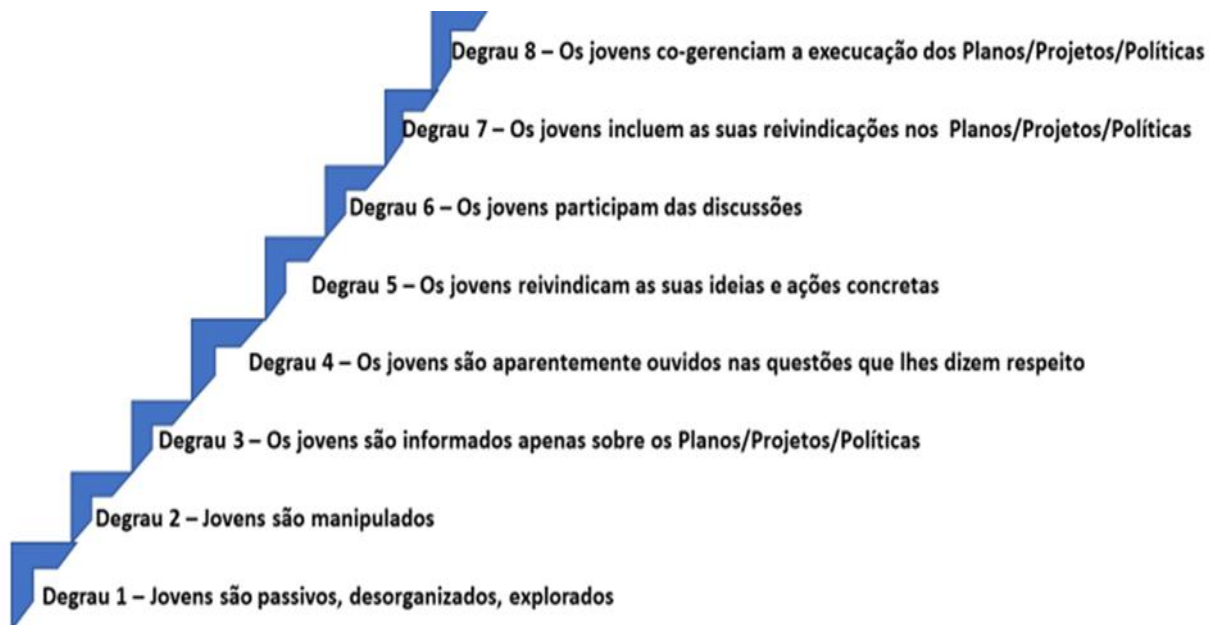
.

3.Participação Jovem

3.1. Em relação à forma como se envolvem na vida da cidade, os jovens do Funchal são...

3.2 – Tendo em conta a escada da participação apresentada, indique em que degrau considera que os jovens da cidade do Funchal se encontram, em relação à participação na vida do município.

Degrau 1		Degrau 2		Degrau 3		Degrau 4	
Degrau 5		Degrau 6		Degrau 7		Degrau 8	



Escada da participação de Rogerhart (adaptada)

3.3 – *Quais considera serem atualmente os obstáculos à participação jovem na cidade?*
Selecione os 3 que considera mais importantes.

--

3.4 – *Que sugestões propõe no sentido de ultrapassar os obstáculos identificados e promover a participação dos jovens na vida da cidade? Indique 3 sugestões.*

--

4. Políticas Locais/Municipais de Juventude

4.1 – *Considerando o envolvimento do município na definição de políticas de juventude e de políticas públicas em geral.*

Que contributos considera que têm sido dados no sentido de promover um maior envolvimento dos jovens nas políticas que mais diretamente lhes dizem respeito?

--

4.2 – *Classifique as 9 áreas apresentadas, considerando a sua importância na vida dos jovens do Funchal, no momento presente.*

Utilize a escala de 1 a 5, em que 1 significa "menos importante" e 5 "mais importante".

1. Saúde e bem-estar	
2. Educação e Formação	
3. Mobilidade (municipal, regional, nacional e internacional)	
4. Cultura, Lazer, Desporto e Turismo	
5. Empregabilidade, empreendedorismo e inovação	
6. Acesso à habitação	
7. Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	

8. Associativismo, Voluntariado, Participação e Cidadania	
9. Inclusão/ coesão Social	

4.3. – Em relação às áreas anteriores:

1. selecione as 3 áreas que considera prioritárias na vida dos jovens da nossa cidade;
2. justifique a sua opção.

4.4 – Conhece algum projeto/Programa em curso na cidade, na área da juventude, promovidos pela CMF?

Sim _____ Não _____

4.4.1. Se Sim, qual a sua opinião sobre os objetivos e as medidas definidas nesse ou nesses projetos?

4.5 – Qual a sua opinião em relação à colaboração entre Jovens, Técnicos de juventude (e outros técnicos) e Decisores políticos (Junta de Freguesia, Câmara Municipal do Funchal e outros) na nossa cidade?

4.6 –Quais os grandes objetivos a que o Plano Municipal de Juventude do Funchal se deve propor?

4.7 – Que áreas considera que deveriam ser contempladas no plano municipal de juventude do Funchal?

4.8 – No sentido da garantia de sustentabilidade de um Plano Municipal para a Juventude para a cidade do Funchal, que aspetos considera fundamentais no desenho do mesmo?

4.9 – Tendo em conta a sua função e área de intervenção no sector da juventude qual considera que deve ser o papel e contributo das Escolas/Instituições de Ensino Superior para o Plano Municipal de Juventude? E da vossa Escola/Instituição em concreto? O que poderemos fazer juntos?

4.10 – Que tipo de envolvimento gostaria de ter a nível do desenho e implementação do Plano Municipal de Juventude?

O questionário chegou ao fim. Muito obrigado pela sua colaboração!

Contamos consigo na construção do nosso Plano Municipal de Juventude – FunJOVEM 20-30 “Jovens construtores da cidade”, para assim melhorarmos as políticas municipais de Juventude da nossa cidade, e juntos darmos respostas àquelas que são as principais necessidades e desafios dos jovens da nossa cidade.

Qualquer dúvida, ideia, ou proposta contacte-nos através pmjfunchal@cm-funchal.pt e siga-nos na nossa página do Facebook <https://www.facebook.com/funchaljovem/>

ANEXO F
GUIÃO DAS ENTREVISTAS
REALIZADAS ÀS ASSOCIAÇÕES
JUVENIS E AGENTES DE
JUVENTUDE DO FUNCHAL

| ' ' | | ' ' |

Guião da Entrevista aos agentes de Juventude do Funchal

Quais os objetivos da entrevista? O que pretendemos saber?

- Conhecer a visão, segundo a experiência de trabalho na área da juventude, sobre os jovens do Funchal, sobre o que consideram serem:
 - Os principais problemas/necessidades dos jovens do Funchal e as
 - potencialidades e recursos da cidade na área da juventude;

- Conhecer a visão da participação da juventude na cidade do Funchal, identificando possíveis
 - Obstáculos e
 - Sugestões para promover a participação jovem na cidade;

- Identificar as áreas consideradas como prioritárias para a definição do plano municipal de juventude e a sua priorização;

- Ter uma perceção do conhecimento dos agentes de juventude acerca do
 - Trabalho da Câmara Municipal do Funchal e
 - As suas políticas municipais de juventude;

- Conhecer a visão acerca da
 - Colaboração entre jovens, técnicos e decisores políticos na nossa cidade, e a
 - Perceção que têm do que é que caracteriza um Plano Municipal de Juventude;

- Recolher contributos para o desenho do Plano Municipal de Juventude e conhecer a disponibilidade e vontade em colaborar diretamente no desenho do Plano;

1. Introdução

1.1 - Apresentação;

1.2- Explicação do processo de entrevista, duração, gravação e garantia de anonimato;

1.3 - Incentivo à participação e reforço da importância da mesma para o processo de construção do Plano Municipal de Juventude;

1.4 - Apresentação do entrevistado: nome, formação, função, instituição, anos de experiência ou envolvimento no sector e na instituição;

2. Juventude

2.1. Qual a função que exerce no sector de juventude (escolha múltipla):

Técnico de juventude	
Jovem	
Ativista pela juventude	

Investigador	
Jovem ou dirigente de federação ou Associação Juvenil	
Decisor político	
Técnicos da Administração pública	
Jovem ou dirigente de Associações Estudantis	

2.2. *Há quantos anos trabalha ou está envolvido com o sector da juventude?*

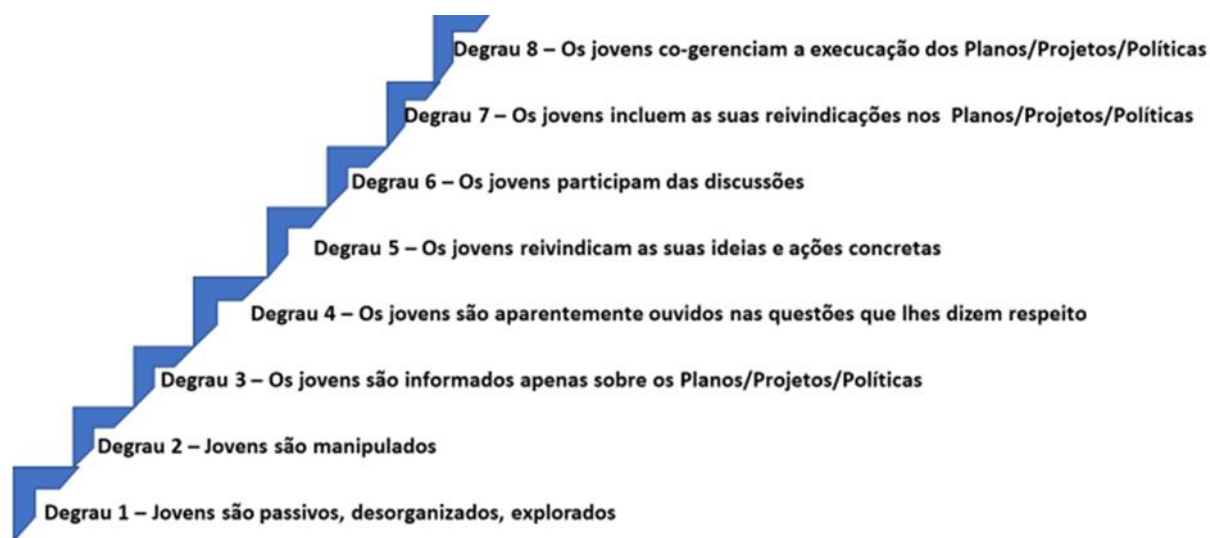
Menos de 5 anos	
Entre 5 e 10 anos	
Há mais de 10 anos	

2.3 – *Tendo em conta a sua função e área de intervenção no sector da juventude:*

- Como caracteriza os jovens da cidade do Funchal?
- Quais considera serem as principais necessidades/problemas dos jovens da nossa cidade?
- Tendo em conta a visão global que tem da cidade, quais considera serem as principais potencialidades e recursos da mesma na área da juventude? (em termos de oportunidades, de acolhimento, garantia de bem-estar, hábitos de vida saudável ou outros)

3.Participação Jovem

3.1 - *Tendo em conta a escada da participação apresentada, indique em que degrau considera que os jovens da cidade do Funchal se encontram, em relação à participação na vida do município.*



Escada da participação de Rogerhart (adaptada)

3.2 – *Como justifica o grau escolhido?*

3.3. – *Quais considera serem atualmente os obstáculos à participação jovem na cidade?*

3.4 – *Que sugestões faria no sentido de ultrapassar estes obstáculos e promover a participação dos jovens na vida da cidade?*

4. Políticas Municipais de Juventude

4.1 – *Considerando o envolvimento e contributo em políticas de juventude e políticas públicas que abrangem os jovens de forma mais geral, qual tem sido a sua experiência? Que contributos considera que têm sido dados no sentido de promover um maior envolvimento dos jovens nas políticas que lhes dizem respeito?*

4.2. *Perante as 9 áreas apresentadas utilize a escala de 1 a 5, em que 1 significa "menos importante" e 5 "mais importante", para as classificar tendo em conta aquela que considera ser a importância das mesmas na vida dos jovens do Funchal, no momento presente.*

1.Saúde e bem-estar	
2. Educação e Formação	
3. Mobilidade (municipal, regional, nacional e internacional)	
4. Cultura, Lazer, Desporto e Turismo	
5. Empregabilidade, empreendedorismo e inovação	
6. Acesso à habitação	
7. Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	
8. Associativismo, Voluntariado, Participação e Cidadania	
9. Inclusão/ coesão Social	

4.2.1 – *Ainda em relação às áreas anteriores, selecione as 3 áreas que considera prioritárias na vida dos jovens da nossa cidade e justifique.*

4.3- Qual o seu conhecimento e opinião acerca dos projetos que existem atualmente na cidade promovidos pela CMF, na área da juventude?

4.4- Qual a sua opinião em relação à colaboração entre Jovens, Técnicos de juventude (e outros técnicos) e Decisores políticos (Câmara Municipal do Funchal e outros) na nossa cidade?

4.5 – O que entende por Plano Municipal de Juventude? Quais os grandes objetivos a que um plano municipal se deveria propor? Quais as suas mais valias para a juventude do Funchal? Que áreas considera que deveriam ser contempladas no plano municipal de juventude?

4.6 - Que aspetos considera fundamentais para o desenho de um bom e sustentável Plano Municipal para a juventude?

4.7 – Tendo em conta a sua função e área de intervenção no sector da juventude (municipal, educação, saúde, desporto, outro) qual considera que deve ser o papel e contributo (departamento, associação,) para o Plano Municipal de Juventude? O que poderemos fazer juntos?

4.8 - Que tipo de envolvimento gostaria de ter a nível do desenho e implementação do Plano Municipal de Juventude?

5. Conclusão

5.1 – Considerações finais

5.2 - *Exposição do cronograma do Plano Municipal de Juventude e explicação do papel dos agentes de juventude na construção do mesmo;*

5.3 – Troca de contactos e finalização da entrevista

ANEXO G
DADOS METODOLÓGICOS
| ' ' | | ' ' |

Tabela G1

Estratégias/ Planos de juventude analisados

Ano	Estratégias/ Planos de juventude analisados
2018	Estratégia das Nações Unidas para a Juventude: “Juventude 2030, trabalhando com e para os jovens”
2019	A Declaração Lisboa + 21
2019-2027	Estratégia europeia para a Juventude 2019-2027
2018-2022	Plano de ação para a Juventude CPLP 2018-2022
2016	Pacto Ibero-Americano de Juventude 2030
2018-2021	Plano Nacional de Juventude para o período de 2018-2021
2018	Plano de Ação para a Juventude da Região Autónoma da Madeira

Tabela G2*Origem dos participantes nos questionários aplicados presencialmente*

Participantes	Nº questionários
Estudantes do 3ºCiclo do Ensino Básico (9ºano)	32
Estudantes do Ensino Secundário	249
Estudantes do Ensino Profissional Artístico	103
Estudantes dos Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA)	38
Estudantes do Ensino Superior	106
Jovens do contexto associativo escutista	29
Jovens trabalhadores (diversos)	52
Total	609

Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos jovens do Funchal.

Tabela G3*Escolas e Instituições inquiridas*

Instituições do Ensino Superior	Instituto Superior de Administração e Línguas (ISAL)
	Escola Superior de Enfermagem São José de Cluny (ESESJC)
	Universidade da Madeira (UMa)
Escolas Secundárias	Escola Básica e Secundária Dr. Ângelo Augusto da Silva
	Escola Secundária Jaime Moniz
	Escola Secundária de Francisco Franco
	Escola Básica e Secundária Gonçalves Zarco.
	Escola da APEL
Escolas Profissionais	Escola Profissional Cristóvão Colombo
	Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira
	Escola Profissional Atlântico
	Escola Profissional Dr. Francisco Fernandes (IQ, IP-RAM)

Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos dirigentes das Escolas Secundárias, Profissionais e Instituições de Ensino Superior do Funchal.

Tabela G4

Juntas de freguesia inquiridas

Instituições inquiridas
Junta de Freguesia de São Martinho
Junta de Freguesia de Santa Maria Maior
Junta de Freguesia do Imaculado Coração de Maria
Junta de Freguesia de São Gonçalo
Junta de Freguesia de Santa Luzia
Junta de freguesia de São Pedro
Junta de Freguesia de Santo António
Junta de Freguesia da Sé
Junta de Freguesia de São Roque
Junta de Freguesia do Monte

Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos presidentes das Juntas de Freguesia do Funchal.

Tabela G5

Associações juvenis e agentes de juventude entrevistados

Tipologia	Sub-tipologia	Entidade/associação	Total
Associações Juvenis	Juventudes Partidárias (JP)	Juventude Popular (JP)	4
		Juventude Social Democrata (JSD)	
		Juventude Socialista (JS)	
		Juventude Comunista Portuguesa (JCP)	
	Associações de Estudantes (AE)	Associação de Estudantes da Escola Básica e Secundária Dr. Ângelo Augusto da Silva	7
		Associação de Estudantes do Conservatório - Escola Profissional das Artes da Madeira, Engº Luiz Peter Clode (AECEPAM)	
		Associação de Estudantes da Escola Básica e Secundária Gonçalves Zarco	
		Associação Académica da Universidade da Madeira (AAUMa)	
		Associação de Estudantes do Instituto Superior de Administração e Línguas (AEISAL)	
		Associação de Estudantes da Escola Superior de Enfermagem de São José de Cluny	
		Associação ESNM - Erasmus Student Network	
	Associação de Teatro Amador do Livramento	5	

	Associações Culturais e artísticas (ACA)	TUMA - Tuna da Universidade da Madeira	
		Tuna d'Elas – Tuna Feminina da Universidade da Madeira	
		Enfertuna - Tuna de Enfermagem da Madeira	
		Estudantina Académica da Madeira	
	Associações Corporativas/Profissionais (ACP)	Associação juvenil de Medicina da RAM (AJEMED)	3
		Associação de Jovens Advogados da Madeira	
		Associação de Jovens Gestores e Economistas	
	Associações escutistas (AEsc)	Corpo Nacional de Escutas (CNE)	3
		Associação de Guias de Portugal (AGP)	
		Associação de Escoteiros de Portugal (AEP)	
	Associações de intervenção social (AIS)	Associação de Apoio a Crianças e Jovens (AACJ)	7
		Rede ex aequo	
		Projeto Wo(Men)	
		Associação Sócio Cultural Alternativas Jovens	
		Associação Reinventa	
		Grupo informal de Jovens - Music@rte	
		Associação Operação Vida	
Agentes de Juventude	Departamentos/ Divisões CMF (DCMF)	Divisão de Juventude, Desporto e Envelhecimento Ativo	7
		Divisão de Cultura e Turismo	

Entidades para jovens (EJ)	Departamento de Ciência e Recursos Naturais	11
	Divisão de Educação	
	Unidade de Democracia Participativa e Cidadania	
	Divisão de Desenvolvimento Social	
	Departamento de Ambiente	
	Docente do Ensino Superior	
	Docente do Ensino Secundário	
	Polícia de Segurança Pública (PSP) – Modelo integrado de Policiamento de proximidade da esquadra do Funchal	
	1 dirigente desportivo	
	Instituto de Emprego da Madeira	
	SocioHabitaFunchal	
	Conservatório - Escola Profissional das Artes da Madeira	
	Unidade operacional de intervenção em comportamento aditivos e dependências - UCAD	
	Comando Militar da Madeira - Regimento de Guarnição 3 (RG3)	
	Comando Militar da Madeira - Unidade de apoio	
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Funchal (CPCJ)		
Decisores Políticos (DP)	Vereador com pelouros da Habitação, Desenvolvimento social, Educação, Igualdade de género, Cultura e Turismo,	4

	Associativismo, Envelhecimento ativo, Empresa Municipal – SocioHabitaFunchal	
	Presidente da Câmara Municipal do Funchal	
	Vereador com Pelouros da Juventude, Assuntos Jurídicos, Fiscalização, Património Imóvel, Licenciamentos, Mercados municipais, Juventude e Desporto, Democracia Participativa, Promoção da Saúde, Auditoria Interna	
	Diretor Regional de Juventude - Direção Regional de Juventude	
Total de entrevistas		51

Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude.

Tabela G6*Profissões dos jovens inquiridos*

Grupo	Subgrupo	Profissão	Nº
Especialistas das atividades Intelectuais e Científicas	Profissionais de saúde	Enfermeiro	24
		Médico	14
		Nutricionista	5
		Farmacêutico	3
	Psicólogo	Psicólogo	8
	Professores	Professor	7
		Educador de Infância	4
	Especialistas em assuntos jurídicos, sociais, artísticos e culturais	Advogado	5
	Especialistas em tecnologias de informação e comunicação (TIC)	Engenheiro Informático	3
	Especialistas das ciências físicas, matemáticas, engenharias e técnicas afins	Investigador	3
		Designer	5
	Especialistas em finanças, contabilidade, organização administrativa, relações públicas e comerciais	Gestor	3

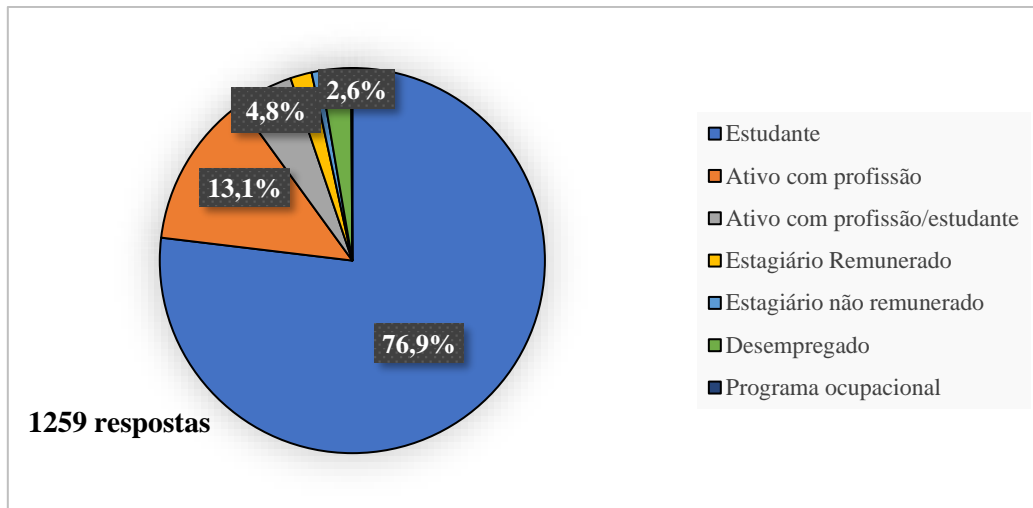
Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	Vendedor	Vendedor de Loja	17
		Empregado de mesa/balcão	12
	Trabalhadores dos serviços pessoais	Cozinheiro	4
Profissões das Forças Armadas	Outro Pessoal das Forças Armadas	Militar	11
Pessoal Administrativo	Empregados de escritório, secretários em geral e operadores de processamento de dados	Técnico Superior	4
		Administrativo/ secretário	4
	Pessoal de apoio direto a clientes	Operador de call center	3
Outros			64
Total			203

Nota 1. Dados recolhidos em questionário aplicado aos jovens do Funchal.

Nota 2. As profissões estão organizadas de acordo com a Classificação Portuguesa das Profissões, INE, 2011.

Figura G1

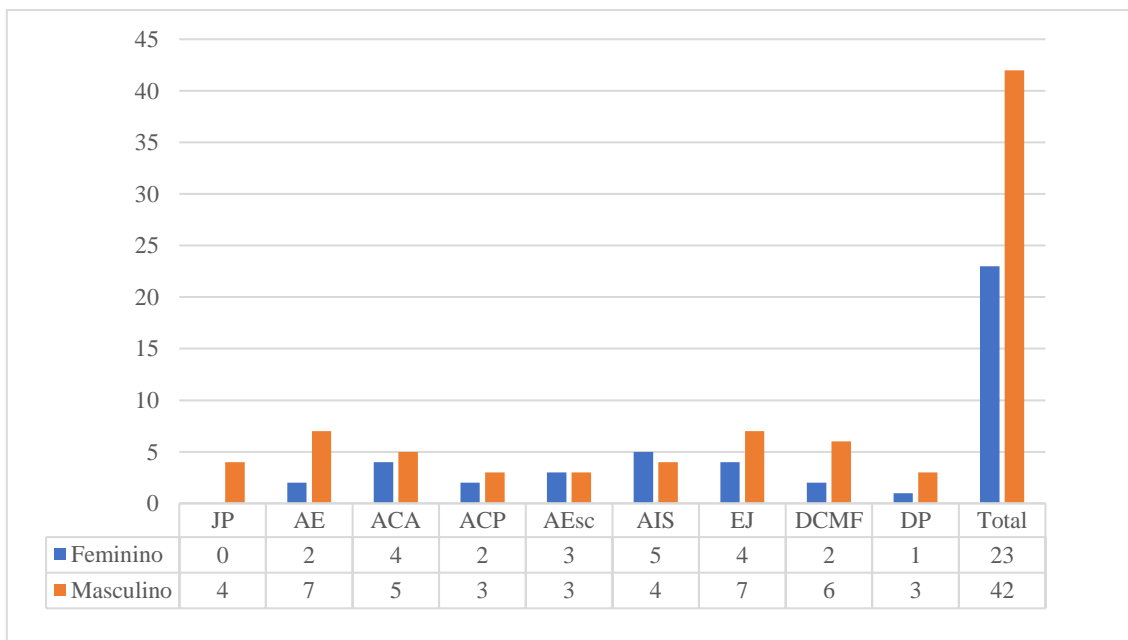
Situação perante o trabalho



Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos jovens do Funchal (questão 1.6).

Figura G2

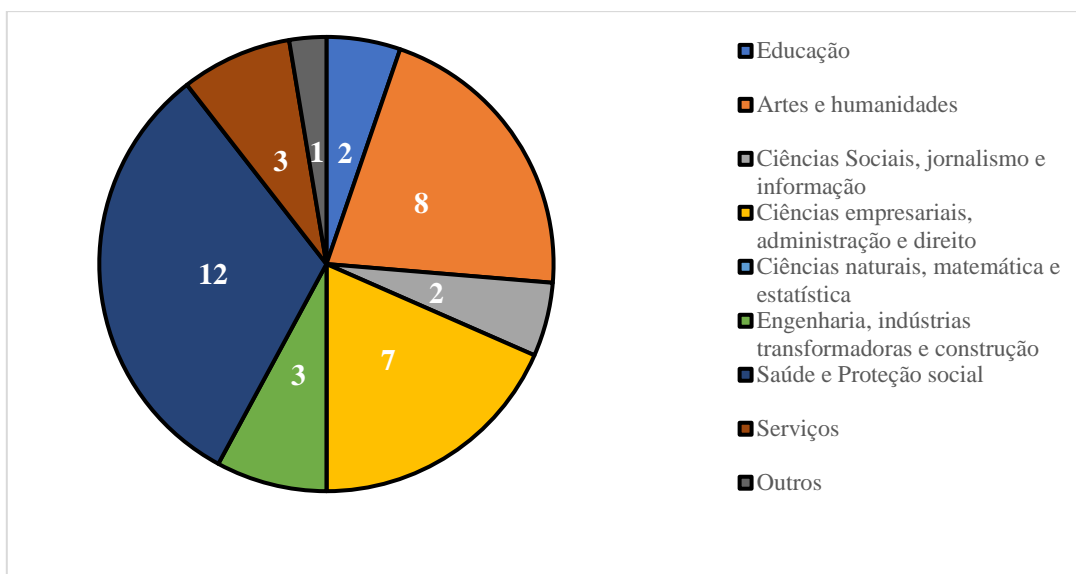
Número de entrevistados por sexo



Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal.

Figura G3

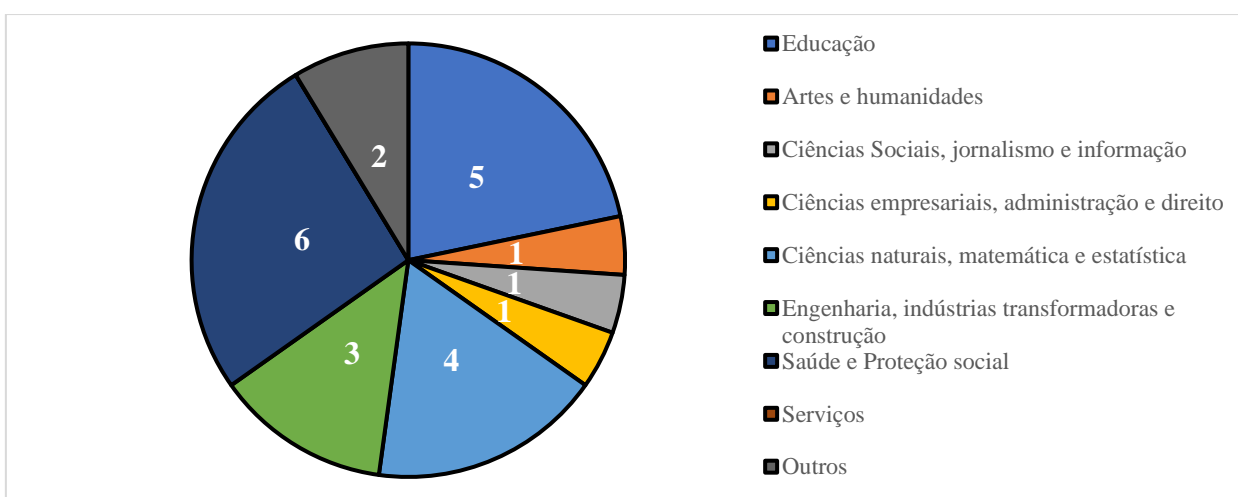
Área de formação/estudos dos entrevistados das associações juvenis



Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal.

Figura G4

Área de formação/estudos dos agentes juvenis entrevistados



Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal.

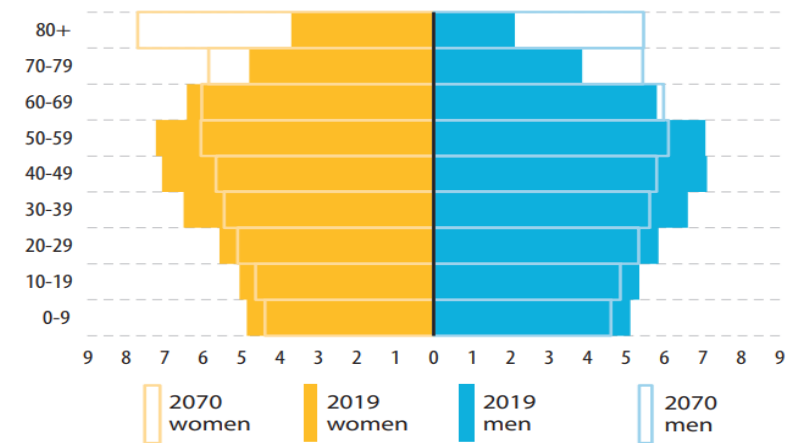
ANEXO H
DADOS DO DIAGNÓSTICO
ORGANIZACIONAL

| ' ' | | ' ' |

Figura H1

Pirâmide etária da União Europeia

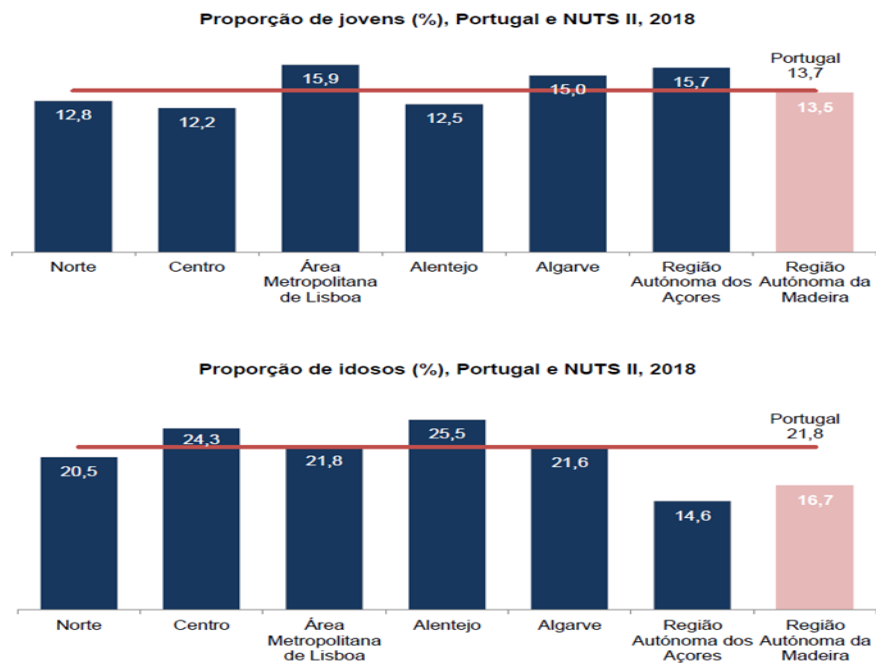
Population pyramids, age group share of total population (%)



Nota. Retirado de Eurostat (2020).

Figura H2

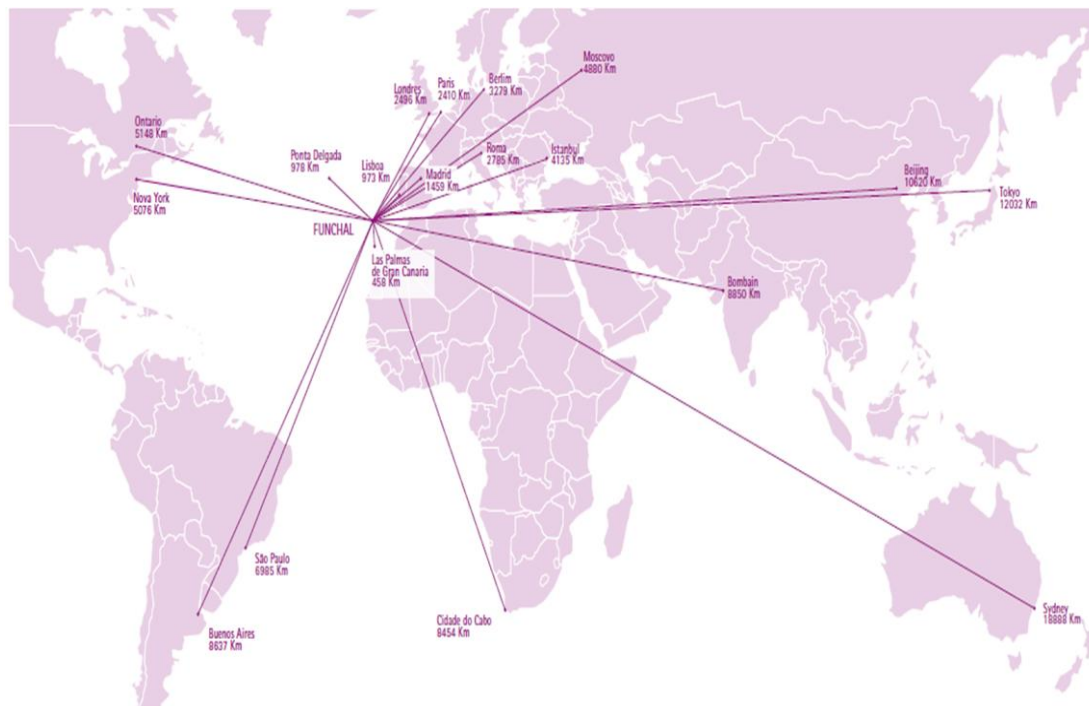
Proporção de jovens e de idosos em Portugal



Nota. Retirado de Estatísticas Demográficas (DREM, 2018).

Figura H3

Enquadramento geográfico da cidade do Funchal



Nota. Dados da Divisão de Informação Geográfica da CMF (2020).

Figura H4

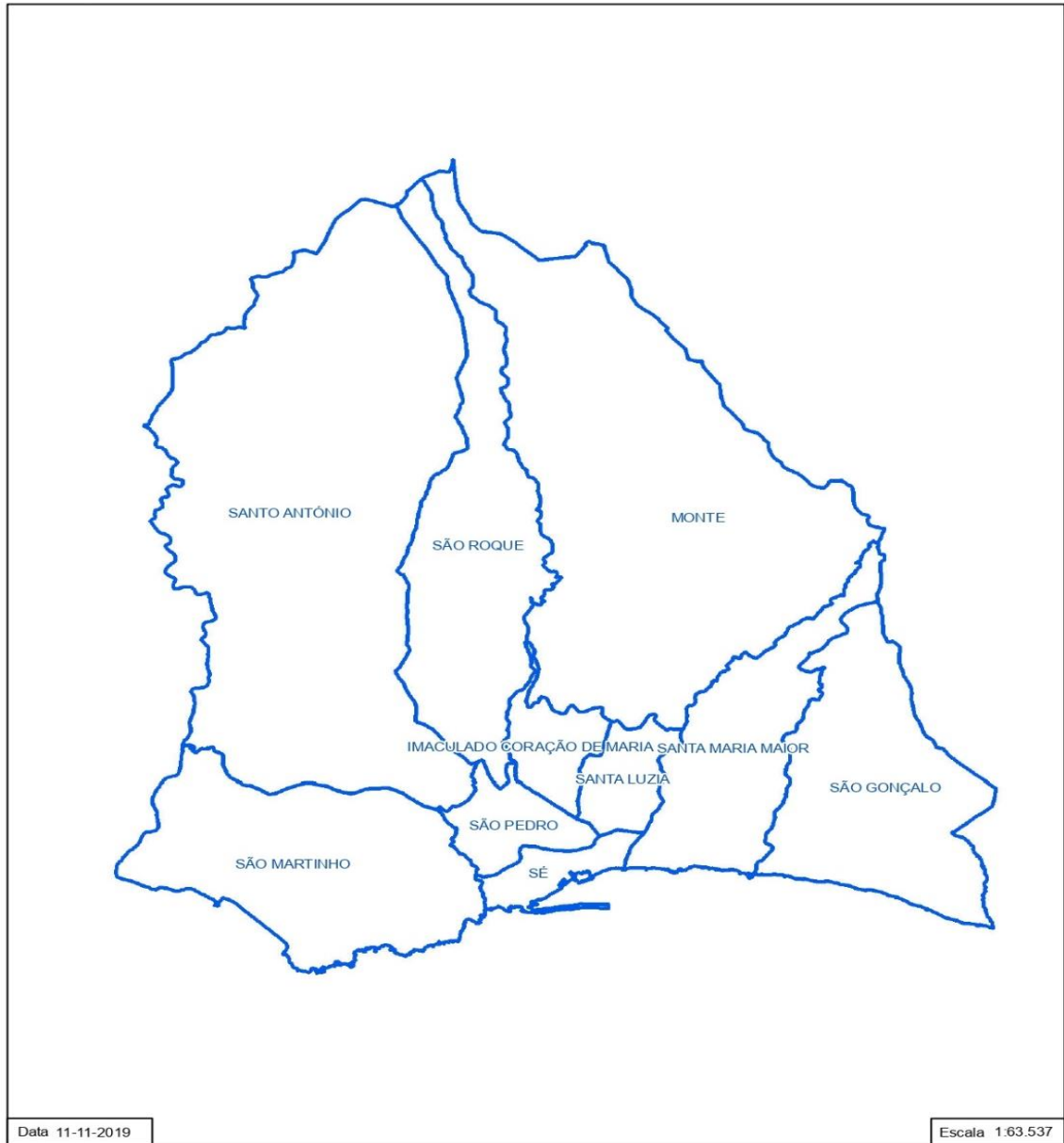
Mapa da área do Município do Funchal



Nota. Dados da Divisão de Informação Geográfica da CMF (2020).

Figura H5

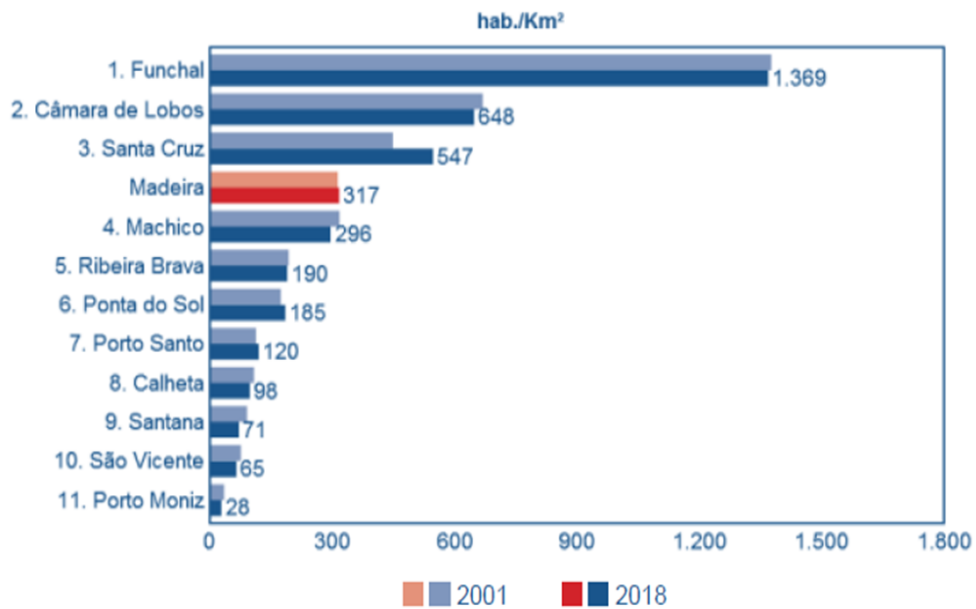
Mapa da divisão territorial/administrativa da cidade do Funchal



Nota. Dados da Divisão de Informação Geográfica da CMF (2020).

Figura H6

Densidade populacional por municípios

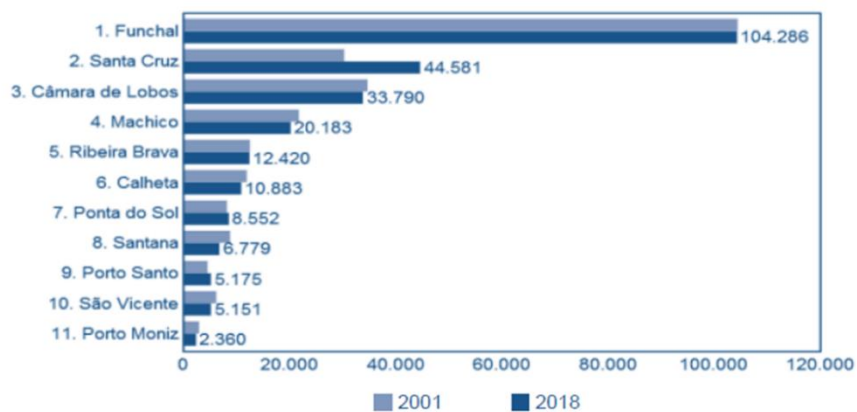


Nota. Retirado de FFMS (2019).

Figura H7

População residente por municípios

254.157 Madeira **10.283.822** Portugal



Nota. Retirado de FFMS (2019).

Tabela H1*Evolução da população residente no Funchal entre 2008 e 2018*

Distribuição geográfica e sexo		2008	2018
RAM	HM	265 138	253 945
	H	125 279	118 585
	M	139 859	135 360
Funchal	HM	111 140	104 129
	H	51 881	47 886
	M	59 259	56 243

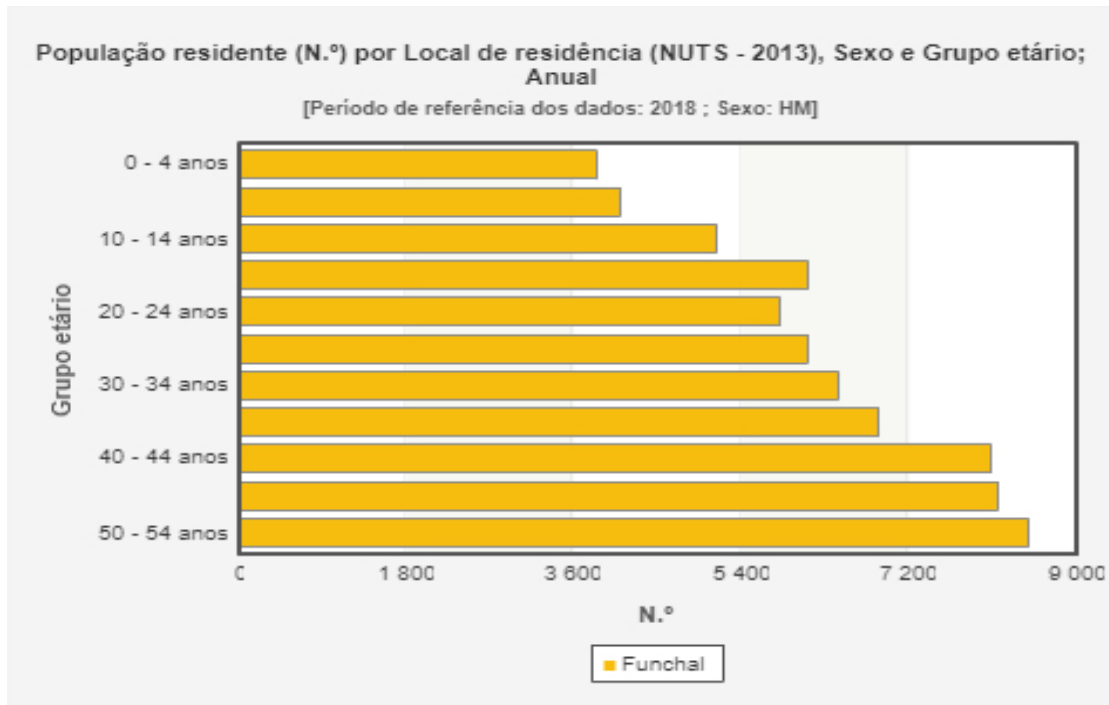
Nota. Retirado de Estatísticas Demográficas (DREM, 2018).**Tabela H2***População residente por freguesia do Funchal*

Freguesias	População residente		
	HM	H	M
Funchal	111 892	52 073	59 819
Imaculado Coração de Maria	6 207	2 919	3 288
Monte	6 701	3 078	3 623
Santa Luzia	5 866	2 669	3 197
Santa Maria Maior	13 352	6 209	7 143
Santo António	27 383	13 046	14 337
São Gonçalo	6 587	2 942	3 645
São Martinho	26 482	12 335	14 147
São Pedro	7 273	3 311	3 962
São Roque	9 385	4 454	4 931
Sé	2 656	1 110	1 546

Nota. Retirado de Estatísticas Demográficas (DREM, 2018).

Figura H8

População residente no Funchal por grupo etário



Nota. Retirado de Estatísticas Demográficas (DREM, 2018).

Tabela H3

Evolução da população residente no Funchal por faixas etárias juvenis (2008-2018)

Distribuição geográfica e sexo		Faixa etária	2008	2018
RAM	HM	15-19 anos	17 305	16 260
		20-24 anos	18 301	15 443
		25- 29 anos	19 816	15 722
		+ de 65 anos	36 697	42 298
Funchal	HM	15-19 anos	6 879	6 117
		20-24 anos	7 532	5 804
		25- 29 anos	8 042	6 110
		+ de 65 anos	16 044	19 507

Nota. Retirado de Estatísticas Demográficas (DREM, 2018).

Tabela H4*População residente nas freguesias do Funchal por grupos etários juvenis*

Localização geográfica	Total	Grupos etários			
	HM	0-14	15-24	25-64	≥65
Região Autónoma da Madeira	267 785	44 012	33 091	150 784	39 898
Funchal	111 892	16 405	13 316	64 265	17 906
Imaculado Coração de Maria	6 207	706	713	3 510	1 278
Monte	6 701	862	818	3 655	1 366
Santa Luzia	5 866	732	584	3 133	1 417
Santa Maria Maior	13 352	1 694	1 473	7 416	2 769
Santo António	27 383	4 620	3 601	16 059	3 103
São Gonçalo	6 587	942	725	3 600	1 320
São Martinho	26 482	4 209	3 209	15 991	3 073
São Pedro	7 273	949	700	4 070	1 554
São Roque	9 385	1 358	1 251	5 384	1 392
Sé	2 656	333	242	1 447	634

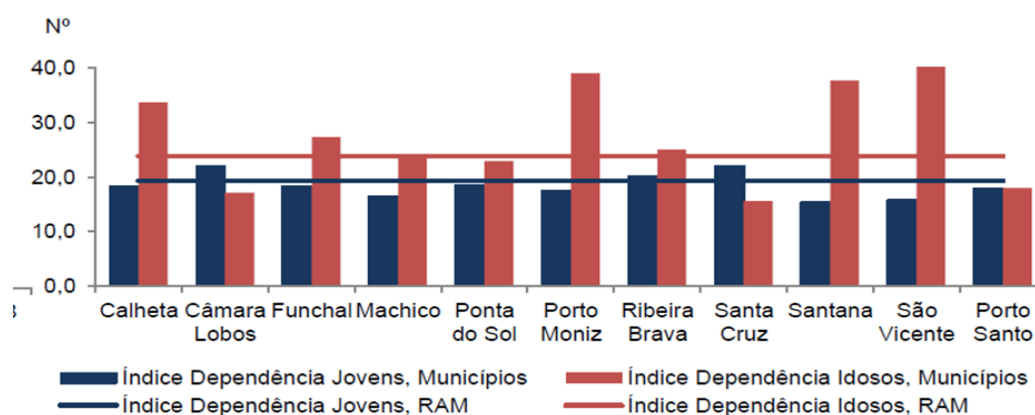
Nota. Retirado de DREM (2018).**Figura H9***Índices de dependência de jovens e idosos nos municípios da RAM**Nota.* Retirado de Estatísticas Demográficas (DREM, 2018).

Tabela H5*Alunos matriculados no 3ºCiclo do Ensino Básico no ano letivo 2018/2019 no Funchal*

Tipo de Ensino	Funchal	RAM
Regular (7º, 8º e 9 anos)	4 086	8 356
Cursos CEF	178	409
Percursos curriculares alternativos	141	341
Cursos EFA	205	383
Formação Modular	188	247
Processos RVCC	74	74
Total de alunos matriculados no 3º Ciclo do Ensino Básico	4 872	9 810

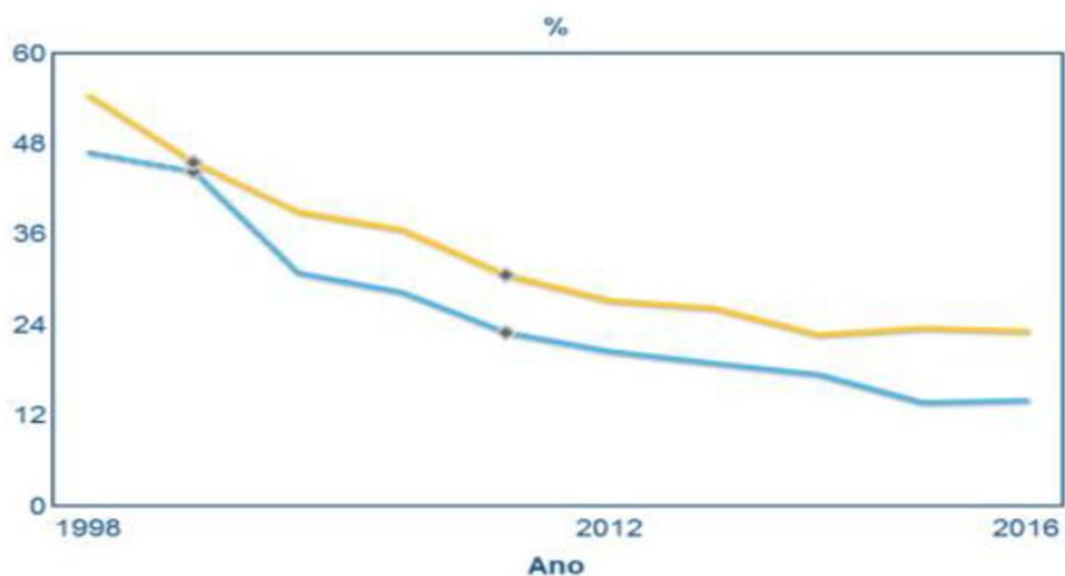
Nota. Adaptado de OERAM (2020).**Tabela H6***Alunos matriculados no Ensino Secundário no ano letivo 2018/2019 no Funchal*

Tipo de Ensino	Funchal	RAM
Regular (10º ao 12ºano)	4 394	5 979
Cursos Profissionais	2 400	3 078
Cursos de aprendizagem	122	122
Cursos CEF	309	421
Cursos EFA	572	965
Formação Modular	172	487
Processos RVCC	74	74
Total de alunos matriculados no Ensino Secundário	8 043	11 126

Nota. Adaptado de OERAM (2020).

Figura H10

Evolução da taxa de abandono precoce de educação e formação da RAM



Nota. Retirado de Retrato da Madeira (FFMS, 2019).

Tabela H7

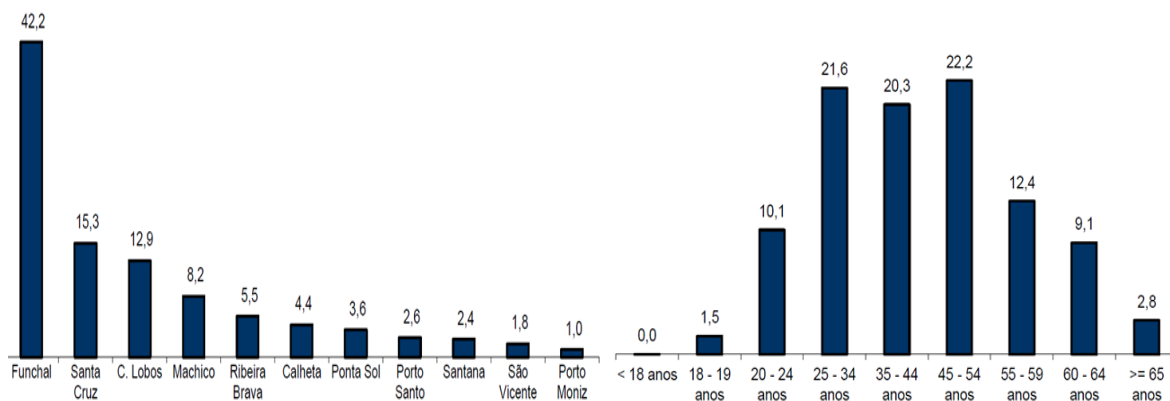
Nível de escolaridade dos jovens dos 14 aos 30 anos residentes do Funchal

População residente, segundo o grupo etário, por nível de escolaridade (2011)	
Nível de escolaridade	Funchal (14- 29 anos)
Sem nenhum nível de escolaridade	199
Ensino Básico	7438
Ensino Secundário	7861
Ensino Superior	5643

Nota. Adaptado de OERAM (2020).

Figura H11

Distribuição percentual do desemprego registado por concelhos e faixas etárias em maio 2020



Nota. Retirado de IEM (2020).

Tabela H8

Número de jovens edesempregados inscritos no IEM em maio 2020 por freguesia

Distribuição geográfica	Idade e nº de desempregados inscritos	
	< 25 anos	25-34 anos
RAM	2 022	3 779
Funchal	814	1 586
Imaculado Coração de Maria	29	87
Monte	42	100
Santa Luzia	31	78
Santa Maria Maior	55	177
Santo António	271	437
São Gonçalo	42	79
São Martinho	220	384
São Pedro	42	101
São Roque	71	102
Sé	11	42

Nota. Adaptado de IEM (2020).

Tabela H9*Programa Municipal de Formação e Ocupação em contexto de trabalho da CMF*

Ano	Total de participantes	Participantes < 30 anos
2017	231	75
2018	221	76
2019	131	50

Nota. Dados da Divisão de Recursos Humanos da CMF.**Tabela H10***Apoio para aquisição de manuais do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico*

		Ano Letivo 2018/19	Ano Letivo 2019/2020
Nº de candidaturas	1º Ciclo	5331	3 903
	2º Ciclo		786
	3º Ciclo		1 270
Nº de alunos/as apoiados/as	1º Ciclo	3980	3 862
	2ºCiclo	1018	556
	3ºCiclo		1 227

Nota. Dados da Divisão de Desenvolvimento Social da CMF.

Tabela H11*Programas e Projetos juvenis da CMF*

ÁREA	Programas/ Projetos	Total
Participação	Conselho Municipal de Juventude do Funchal (CMJF)	7
	Assembleia Municipal Jovem	
	Jovens em Participação	
	Orçamento Participativo	
	Rede de Autarquias Participativas	
	Fórum da Juventude	
	Rede de Municípios amigos da Juventude (FNAJ)	
Social	Bolsas de estudo aos estudantes do ensino superior	2
	Programa de atribuição de manuais escolares ao ensino básico	
Educação	Funchal Cidade Educadora	6
	Projeto Educativo Municipal	
	Programa Cidade Amiga das Crianças	
	Educação para a Cidadania	
	Prémio Infante Dom Henrique	
	Universidade Júnior	
Emprego	Programa Municipal de Formação e Ocupação em Contexto de Trabalho (PMFOCT)	3
	Estágios Profissionais e Curriculares	
	Programa Mexe-te	
Desporto	Infraestruturas dedicadas à promoção do desporto	3
	Promoção de iniciativas de carácter desportivo	
	Funchal “Município amigo do desporto”	
Associativismo	Apoios Financeiros ao Associativismo e a Atividades de Interesse Municipal	3
	Celebração do Dia Internacional da Juventude em 2015 e 2016	
	“Associa-Te Week” – Semana das Associações Juvenis do Funchal	
Ambiente	Programas de Educação ambiental	3
	Reflorestação do Parque Ecológico do Funchal	
	Programa Eco-Escolas	
Total		27

Nota. Dados recolhidos no website da Câmara Municipal do Funchal e entrevistas realizadas aos agentes de juventude.


ANEXO I
PROGRAMAS/PROJETOS
JUVENIS DA CMF

| " " | | " "

Participação

- **Conselho Municipal de Juventude do Funchal (CMJF)** - em atividade desde 2014, é o órgão consultivo do município sobre matérias relacionadas com as políticas de juventude e reúne os representantes de todas as associações juvenis, estudantis e juventudes partidárias sediadas e com ação no município, sendo este órgão presidido pelo Vereador com o Pelouro da Juventude em representação do Presidente do Executivo camarário e com um orçamento de 10 000 € anuais.



 - **Assembleia Municipal Jovem** - projeto de simulação de uma sessão da Assembleia Municipal na qual os alunos do 3ºCiclo do Ensino Básico (13-15 anos) ocupam a posição de deputados de uma “bancada escolar”, desenvolvendo e defendendo a sua proposta enquadrada nas competências do Município com objetivo de resolver um problema efetivo do território, em parceria com as escolas públicas e privadas do 3ºCiclo da cidade. Para a proposta vencedora é disponibilizado um orçamento real de 10 000€ para a respetiva concretização, em articulação do Executivo Camarário com a bancada vencedora. Este projeto foi selecionado como finalista a nível nacional da 5.ª edição do Prémio de Boas Práticas de Participação, promovido pela Rede de Autarquias Participativas em 2020. Atualmente, este projeto deu lugar ao projeto “Jovens em participação”.

- **Jovens em participação** - este projeto é direcionado aos alunos/as do 2º e 3º ciclos do ensino básico das escolas do concelho do Funchal (10 aos 14 anos), de forma a garantir a possibilidade de estes participarem ativamente na gestão da sua cidade. As escolas, nomeadamente os alunos e seus professores com acompanhamento dos técnicos da Câmara Municipal do Funchal preparam proposta exequíveis, dentro do orçamento de 10 000€ e enquadradas nas competências das Autarquias Locais, ao longo do ano letivo, a apresentar e discutir com o executivo camarário, tendo os representantes de cada escola a possibilidade de votar na melhor proposta, sendo que a proposta mais



votada é a vencedora e a Câmara Municipal do Funchal fica responsável pela sua execução com o acompanhamento dos alunos vencedores.

- Orçamento Participativo - desenvolvido no município do Funchal desde 2014, é o



mecanismo que permite aos cidadãos, a partir dos 15 anos, definir o destino de uma parte do orçamento municipal, no qual estão incluídos os jovens, considerando que a participação cívica dos jovens é um fator fundamental para a construção de uma sociedade mais informada, participativa e

ativa. O regulamento permite que os munícipes participem nos Encontros Participativos e na Votação Final demonstrando que o seu envolvimento faz a diferença na construção do município. As duas primeiras edições contaram com diversas propostas vencedoras propostas por jovens do Funchal e desenvolvidas na área da juventude.

- Rede de Autarquias Participativas – desde 2014 o



Funchal integra a Rede de Autarquias Participativas, um compromisso que visa contribuir para a sinalização, disseminação, qualificação e divulgação dos processos de democracia participativa no País, com vista à promoção da democracia participativa a nível local, envolvendo os decisores políticos, técnicos e cidadãos, facilitando a troca de experiências, fortalecendo as práticas em curso e ampliando a novos mecanismos de envolvimento dos cidadão.

- Fórum da Juventude 2017 - uma parceria da CMF com o Conselho Municipal de Juventude e a Associação Sociocultural Alternativas Jovens, que teve lugar em março de 2017, consistindo na construção participativa de um fórum



dirigido a jovens, que integrou espaços de discussão e workshops em diferentes áreas, atividades desportivas e culturais, peddypaper e um festival de bandas/grupos juvenis.

- Rede de Municípios amigos da Juventude (FNAJ)- A Câmara Municipal do Funchal



integra, como membro fundador, a Rede Nacional de Amigos da Juventude, uma plataforma criada no final de 2020 pela Federação Nacional das Associações Juvenis (FNAJ), e que tem como missão consolidar a ligação e cooperação entre o movimento associativo juvenil e as autarquias locais, potenciando a criação de mais e melhores políticas amigas da Juventude, por meio da partilha de boas práticas, da criação de estratégias e da promoção de sinergias associativas e municipais, que esta plataforma encerra.

Social

- Bolsas de estudo a estudantes do ensino superior - programa de atribuição de bolsas de estudo a todos os estudantes do ensino superior residentes no município que acedam e/ou frequentem a licenciatura ou mestrado integrado, em coordenação com os rendimentos dos agregados familiares e a obtenção de bolsas atribuídas por outras entidades regionais.



- Programa de atribuição de manuais escolares ao ensino básico – programa de atribuição de apoio para os alunos do 1º, 2º e 3º ciclos, em forma de voucher, trocado nos estabelecimentos aderentes ao programa, pelos manuais escolares definidos para o ano de escolaridade e escola do aluno.

–Educação



- Funchal Cidade Educadora: o Funchal é desde 2014 uma Cidade Educadora, fazendo parte da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE) e da Rede Territorial Portuguesa de Cidades Educadoras, com vista à formação, promoção e o desenvolvimento dos seus habitantes ao longo do ciclo da vida – crianças, jovens, adultos e idosos, atendendo às necessidades particulares dos diferentes grupos de cidadãos.

- Projeto Educativo Municipal: anualmente a CMF, através do seu Departamento de Educação e Qualidade de vida, elabora o seu Projeto Educativo Municipal – o mapeamento e planeamento dos seus



projetos e programas educativos com o intuito de capacitar e empoderar a população, promovendo através deste projeto a coesão social e inclusão, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, a igualdade de oportunidades, a educação e ciência, a participação, democracia, cidadania, defesa do ambiente.

- Programa Cidade Amiga das crianças (plano de ação

local): programa da UNICEF do qual o Funchal faz parte que visa incorporar a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) ao nível local, refletindo os direitos dos cidadãos mais jovens nas políticas, programas e orçamentos do concelho, tendo como publico alvo as crianças do município (dos 0 aos 18 anos de idade).



- Educação para a Cidadania – programas de educação não-formal direcionados a crianças, jovens e adultos com o objetivo de promover uma educação integral e inclusiva ao longo da vida nas mais diversas áreas através de vários Programas educativos: Plano municipal leitura, ambiental, segurança rodoviária, literacia financeira, proteção civil, caminhando para a igualdade de género, saúde entre outros.

- Prémio Infante Dom Henrique – a CMF associa-se todos os anos a este programa internacional de desenvolvimento pessoal e social, a versão portuguesa do prémio “The Duke of Edinburgh’s International Award”, dirigido aos jovens entre os 14 e os 25 anos com o objetivo de incentivar a prática de voluntariado, formação moral e cívica dos jovens, a valorização de talentos artísticos e desportivos e a defesa dos valores éticos como complemento à formação curricular;

- Universidade Júnior – Programa anual de apoio da CMF para a participação de estudantes funchalenses, entre o 5º e o 11ºano de escolaridade, no “Programa Universidade Júnior” promovido pela Universidade do Porto, com vista a promover o gosto pela aprendizagem, pesquisa e conhecimento e o contacto com a vida académica;

Emprego



- Programa Municipal de Formação e Ocupação em Contexto de Trabalho (PMFOCT) –

programa destinado a desempregados residentes no Concelho do Funchal aos quais é atribuída uma bolsa mensal pelo desenvolver do seu trabalho em diferentes áreas de intervenção municipal, procurando proporcionar uma experiência e contacto dos jovens com o mundo do trabalho na sua área de formação.

- Estágios Profissionais e Curriculares – estágios em várias áreas de atuação da autarquia através do programa Instituto de Emprego da Madeira “Estágios Profissionais em Entidades Públicas” e de programas de coordenação com as escolas e respetivos programas curriculares com o objetivo de proporcionar aos estagiários formação prática a decorrer em contexto laboral.

- Programa Mexe-te – programa de formação em contexto de trabalho para jovens entre os 16 e os 30 anos, provenientes de contextos socioeconómicos mais desfavorecidos que pretendam trabalhar no setor hoteleiro e turístico, com o objetivo de desenvolver de competências pessoais, sociais e de empreendedorismo, com prática em serviço de quartos, no atendimento ao público, trabalho na copa e no apoio geral ao funcionamento da respetiva unidade hoteleira, promovendo sinergias entre entidades públicas e privadas do setor hoteleiro regional;



Desporto

- Infraestruturas dedicadas à promoção do desporto - criação, manutenção e requalificação das infraestruturas com impacto direto sobre a população juvenil com o objetivo de promover a atividade física e desportiva - ginásios ao ar livre, o *skatepark*,

campos de relva sintética, polidesportivos, parques infantis, complexos balneares da cidade.

- Promoção de iniciativas de carácter desportivo – diversas iniciativas da CMF com objetivo de contribuir para o crescimento pessoal e coletivo dos munícipes - *Funchal Cidade Ativa, Move Week, Semana Europeia do Movimento, Torneio de Futebol de Rua*, em parceria com as escolas, associações e restante sociedade civil.

- Funchal “Município amigo do desporto” - galardão atribuído pela Associação Portuguesa de Gestão do Desporto (APOGESD) em reconhecimento das políticas e investimentos que o município tem feito em prol do Desporto nos últimos 4 anos (2016, 2017, 2018, 2019 e 2020).



Associativismo

- Apoios Financeiros ao Associativismo e a Atividades de Interesse Municipal: programa de apoios financeiros do Município do Funchal ao associativismo e a atividades de interesse municipal que não tenham por objetivo fins lucrativos dos destinatários, promovendo as atividades das associações juvenis do conselho e demais associações e Atividades de interesse municipal propostas e promovidas pelos jovens da cidade.

- Celebração do Dia Internacional da Juventude– celebração da data anualmente com diversas atividades culturais, desportivas e lúdicas propostas pelos jovens do Funchal em coordenação com o Conselho Municipal de Juventude do Funchal.

- “Associa-Te Week” 2021- semana dedicada às associações juvenis do Município, envolvendo-as diretamente na construção do PMJ, com a divulgação do trabalho desenvolvido por estas entidades, promovendo o diálogo construtivo e uma relação de proximidade entre o Executivo Municipal e as associações juvenis.



Ambiente

- **Programas de Educação ambiental** – o Departamento de Educação em parceria com o Departamento de Ambiente da CMF desenvolve anualmente, em coordenação e enquadrado no Projeto Educativo Municipal uma série de ações, projetos e programas de índole ambiental com vista à sensibilização das crianças e jovens na idade escolar para as causas ambientais e para a limpeza da cidade, envolvendo as escolas e as associações juvenis do município.

- **Reflorestação do Parque Ecológico do Funchal** – o Departamento de Ciência e Recursos Naturais da CMF, nomeadamente a Unidade do Parque Ecológico do Funchal desenvolve todos os anos ações de reflorestação do Parque Ecológico e de sensibilização para a importância deste parque para o município, acolhendo ao longo do ano diversas atividades escolares e de âmbito associativo.



- **Programa Eco-escolas** - programa de âmbito Europeu que a nível Nacional é coordenado pela Associação Bandeira Azul da Europa, sendo os Municípios parceiros no apoio à implementação da metodologia do Programa nas Escolas. É um programa vocacionado para a Educação Ambiental e para a Cidadania e tem como grande objetivo encorajar ações e reconhecer o trabalho desenvolvido pelas Escolas em benefício do



Ambiente.

ANEXO J
REDE DE JUVENTUDE DO
FUNCHAL
| ' ' | | ' ' |

Tabela J1*Entidades parceiras de jovens*

Associações Juvenis - Entidades parceiras <u>de</u> jovens				
Categoria	Subcategoria	Entidade	Total	
Juventudes partidárias (JP)	Juventudes partidárias	Juventude Popular (JP)	4	
		Juventude Social Democrata (JSD)		
		Juventude Socialista (JS)		
		Juventude Comunista Portuguesa (JCP)		
Associações de estudantes (AE)	Associações de estudantes do ensino secundário	Associação de Estudantes da Escola Básica e Secundária Dr. Ângelo Augusto da Silva	3	
		Associação de Estudantes do Conservatório - Escola Profissional das Artes da Madeira, Engº Luiz Peter Clode (AECEPAM)		
		Associação de Estudantes da Escola Básica e Secundária Gonçalves Zarco		
			Associação Académica da Universidade da Madeira (AAUMa)	
			Associação de Estudantes do Instituto Superior de Administração e Línguas (AEISAL)	

	Associações de estudantes do Ensino Superior	Associação de Estudantes da Escola Superior de Enfermagem de São José de Cluny Associação ESNM - Erasmus Student Network	4
Associações Culturais e artísticas (ACA)	Tunas	TUMA - Tuna da Universidade da Madeira	5
		Tuna d'Elas - Tuna Feminina da UMA	
		Enfertuna - Tuna de Enfermagem da Madeira	
	Estudantina Académica da Madeira		
	Teatro	Associação de Teatro Amador do Livramento	
Associações Corporativas/Profissionais (ACP)	Associações Corporativas/Profissionais (ACP)	Associação juvenil de Medicina da Madeira (AJEMED)	2
		Associação de Jovens Advogados da Madeira	
Associações escutistas (AEscut)	Associações escutistas (AEscut)	Corpo Nacional de Escutas (CNE)	3
		Associação de Escoteiros de Portugal (AEP)	
		Associação de Guias de Portugal (AGP)	
		Associação de Apoio a Crianças e Jovens Rede ex aequo	

Associações de intervenção social e educativa (AISE)	Associações de intervenção social e educativa (AISE)	Juventude adventista	9
		Associação Womaniza-te	
		Associação Operação Vida	
		Associação Sócio-Cultural Alternativas Jovens	
		Associação Reinventa	
		Associação Cultural Dragoeiro	
		Synergia Madeira	
Grupos informais de jovens (GIJ)	Grupos informais de jovens (GIJ)	Grupo informal de Jovens - Music@rte	4
		Grupo informal de jovens - Ballerina's Academy	
		Grupo Informal de jovens - Limpar com arte	
		Grupo informal de jovens - FormArte	
Total de entidades parceiras de jovens			34

Nota. Retirado de DRJ (2020).

Figura J1

Entidades parceiras de jovens



Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis do Funchal.

Tabela J2*Entidades parceiras para jovens*

Entidades parceiras <u>para</u> jovens			
Categoria	Subcategoria	Entidade	Total
Poder local/Regional	Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia	Direção Regional de Juventude	1
	Câmara Municipal do Funchal	Departamento de Educação e Qualidade de Vida	8
		Divisão de Juventude, Desporto e Envelhecimento Ativo	
		Divisão de Educação	
		Divisão de Desenvolvimento Social	
		Divisão de Cultura e Turismo	
		Departamento de Ciência e de Recursos Naturais	
		Unidade de Democracia Participativa e Cidadania	
		Departamento de Ambiente	
	Juntas de Freguesia do Funchal	Imaculado Coração de Maria	10
		Monte	
		Santa Luzia	
		Santa Maria Maior	
		Santo António	
São Gonçalo			
São Martinho			
São Pedro			
São Roque			
Sé			

Policiais/ judiciais	Policiais/judiciais	Comissão de Proteção de crianças e jovens do Funchal (CPCJF)	3
		Comando Militar da Madeira	
		Escola Segura – Programa do Comando Regional da PSP	
Educação	Escolas Secundárias/Profissionais	Escola da APEL	10
		Escola Secundária Dr. Ângelo Augusto da Silva	
		Escola Secundária Francisco Franco	
		Escola Secundária Jaime Moniz	
		Escola Básica e Secundária Gonçalves Zarco	
		Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira	
		Escola Profissional Dr. Francisco Fernandes	
		Conservatório e Escola Profissional das Artes Eng. Luiz Peter Clode	
		Escola Profissional Atlântico	
	Escola Profissional Cristóvão Colombo		
Ensino Superior	Universidade da Madeira (Uma)	3	
	Escola Superior de Enfermagem de São José de Cluny		
	Instituto Superior de Administração e Línguas (ISAL)		
Emprego	Emprego		1

		Instituto de Emprego da Madeira (IEM)	
Saúde	Saúde	UCAD – Unidade Operacional de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências	1
Social	Social	SocioHabitafunchal	1
Total de entidades parceiras de jovens			38

Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas aos agentes de juventude do Funchal.

Figura J2

Entidades parceiras para jovens



Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas aos agentes de juventude do Funchal.

ANEXO K
PARQUE JOVEM DO FUNCHAL
| ' ' | | ' ' |

Tabela K1

Infraestruturas e espaços municipais

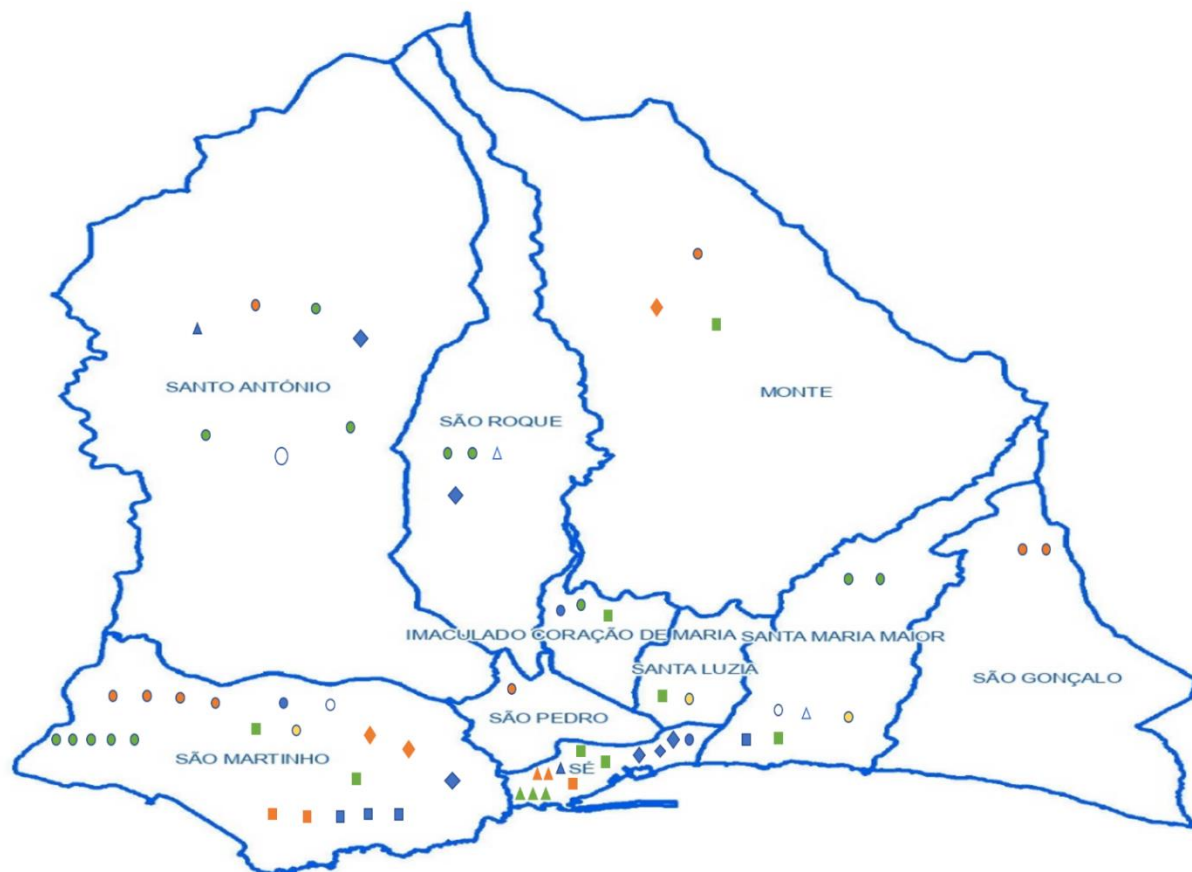
Infraestruturas e espaços municipais			Total
Desporto	Vários ●	Skate Park do Funchal	3
		Campo de Ténis da Nazaré	
		Rinque da Quinta Deão	
	Polidesportivos ●	Polidesportivo Fut.7 - Praia Formosa	9
		Polidesportivo do Complexo Desportivo de São Martinho	
		Polidesportivo do Hospital	
		Polidesportivo dos Barreiros	
		Polidesportivo do Lazareto	
		Polidesportivo do Laranjal	
		Polidesportivo do Monte	
		Polidesportivo de São Gonçalo	
	Polidesportivo do Complexo Clube Naval		
	Campos ●	Campos da Urbanização da Nazaré	13
		Campo da Quinta Deão	
		Campo da Ajuda	
		Campos do Complexo Balnear do Lido	
		Campo do Clube Naval	
		Campo da Praia Formosa	
		Campo de Jogos do Centro Comunitário da Casa Azul	
		Campo de Jogos das Romeiras	
Campo de Jogos do Canto do Muro II			
Campo de Jogos do Trapiche			
Campo de Jogos da Penteada			
Campo de Jogos de São Roque			
Campo de Jogos do Bairro de Santa Maria			
Ginásios ○	Ginásio da Barreirinha	3	
	Ginásio do Complexo Desportivo de São Martinho		
	Ginásio Santo António		
Ginásios ao ar livre ●	Ginásio do Almirante Reis	3	
	Ginásio da Quinta Deão		
	Ginásio das Virtudes/ Barreiros		
Cultura/Arte	Teatro ▲	Teatro Municipal Baltazar Dias	2
		Cineteatro Municipal de Santo António	

	Bibliotecas ▲	Biblioteca Municipal do Funchal	2
		Biblioteca do Museu de História Natural do Funchal	
	Museus ▲	Museu Henrique e Francisco Franco	3
		Museu de História Natural do Funchal	
		Museu A Cidade do Açúcar	
	Outros △	Mercado dos Lavradores	2
Mercado da Penteadada			
Lazer	Complexos Balneares ■	Complexo Balnear do Lido	4
		Complexo Balnear da Ponta Gorda	
		Complexo Balnear da Barreirinha	
		Complexo Balnear Doca do Cavacas	
	Praias ■	Praia Formosa	3
		Praia de São Tiago	
		Praia do Gorgulho	
	Jardins/Parques ■	Parque de Santa Catarina	8
		Jardim Municipal do Funchal	
		Jardim Público do Lido	
		Jardim do Almirante Reis	
		Parque Municipal do Monte	
		Jardim de Santa Luzia	
Jardins Quinta do Poço			
Jardins de S. Martinho			
Educação/ comunitário	Vários ◆	Ludoteca de Santa Catarina	6
		Pólo de leitura da Penteadada	
		Pólo de leitura da Nazaré	
		Pólo de leitura de Santo António	
		Sala de Formação – DSI - CMF	
		Centro comunitário do Funchal	
Ciência/ Natureza	Vários ◆	Estação de Biologia Marinha	3
		Biblioteca Professor Luiz Saldanha	
		Parque Ecológico do Funchal	
Total			64

Nota. Retirado do website da Câmara Municipal do Funchal.

Figura K1








Distribuição das Infraestruturas e espaços municipais



Nota. Construção própria.

Tabela K2

Infraestruturas e espaços não municipais

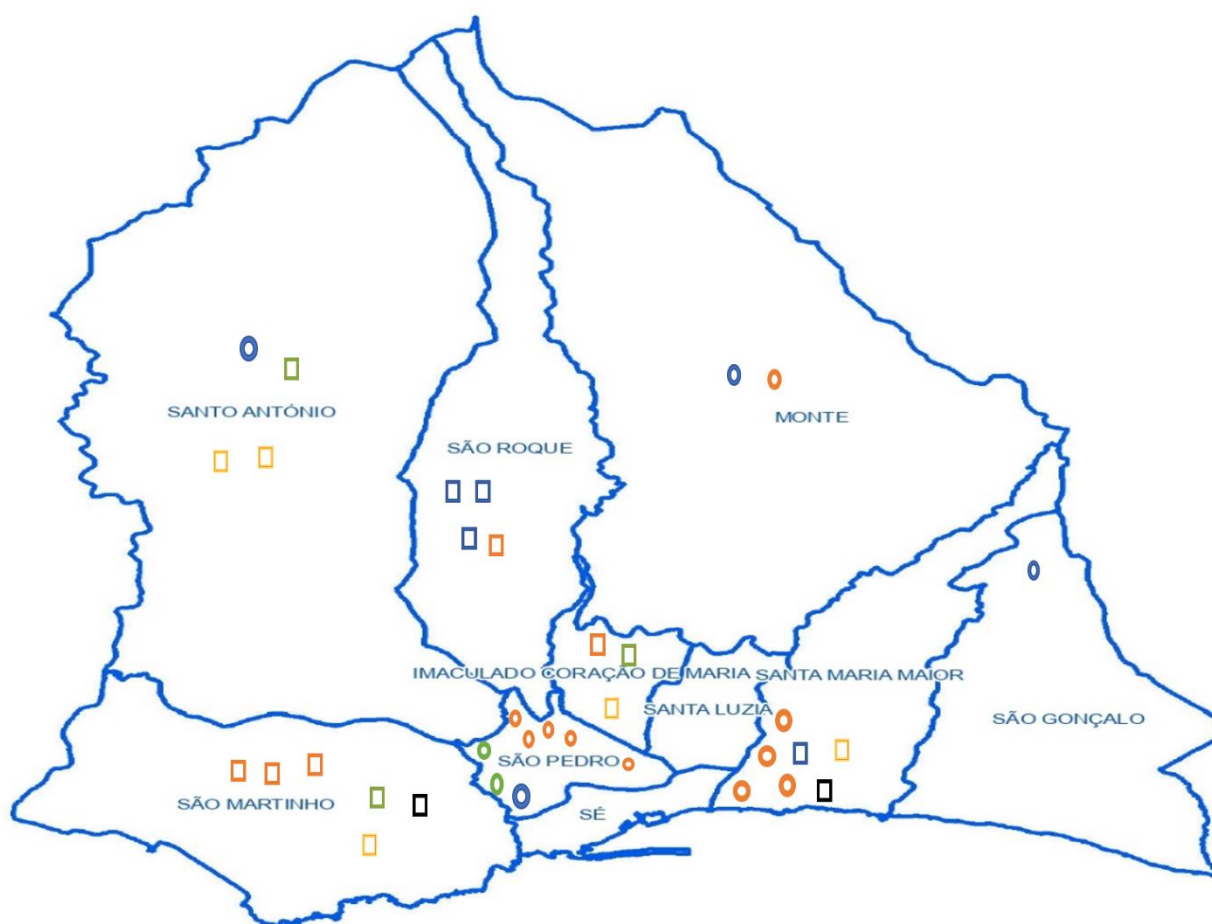
Infraestruturas e espaços não municipais			Total
Lazer	Jardins	Jardins da Quinta Magnólia	4
		Jardim Tropical Monte Palace	
		Jardins da Quinta do Palheiro	
		Jardim da Quinta das Cruzes	
Cultura/art e	 Museus 	Casa-Museu Frederico de Freitas	10
		Museu de Electricidade - Casa da Luz	
		Museu do Brinquedo	
		Museu de Arte- Sacra	
		Museu de História Natural do Jardim Botânico	
		Museu Monte Palace	
		Museu Quinta das Cruzes	
		Madeira Story Centre	
		Museu CR7	
		Museu Militar da Madeira	
Desporto (DRD)	Piscinas 	Piscina da Escola Secundária Jaime Moniz	4
		Piscina Olímpica do Complexo de Piscinas Olímpicas do Funchal	
		Piscina 25M do Complexo de Piscinas Olímpicas do Funchal	
		Cuba de Saltos do Complexo de Piscinas Olímpicas do Funchal	
	Ginásios 	Ginásio Carlos Gonçalves - Sala Judo	5
		Ginásio Carlos Gonçalves - Sala Musculação	
		Ginásio de Musculação dos Barreiros	
		Ginásio do Pavilhão Gimnodesportivo Bartolomeu Perestrelo	
		Ginásio do Complexo de Piscinas Olímpicas do Funchal	
	Pavilhões 	Pavilhão Gimnodesportivo Bartolomeu Perestrelo	3
		Pavilhão Gimnodesportivo Dr. Ângelo Augusto da Silva	
		Pavilhão Gimnodesportivo dos Trabalhadores	
	Campos 	Campo de Ténis da Quinta Magnólia	2
		Campo de Futebol Adelino Rodrigues	
	Vários 	Sala de Squash Quinta Magnólia	5
		Sala de Squash do Pavilhão dos Trabalhadores	

		Salas de Esgrima do campo de futebol Adelino Rodrigues (1 e 2)	
		Sala ténis de mesa do Pavilhão Gimnodesportivo Bartolomeu Perestrelo	
		Sala de musculação da Piscina da Escola Secundária Jaime Moniz	
	Juventude (DRJ) ○	Loja de Juventude do Funchal	2
		Centro de Juventude do Funchal	
Total			35

Nota. Construção própria.

Figura K2

Distribuição das infraestruturas e espaços não municipais



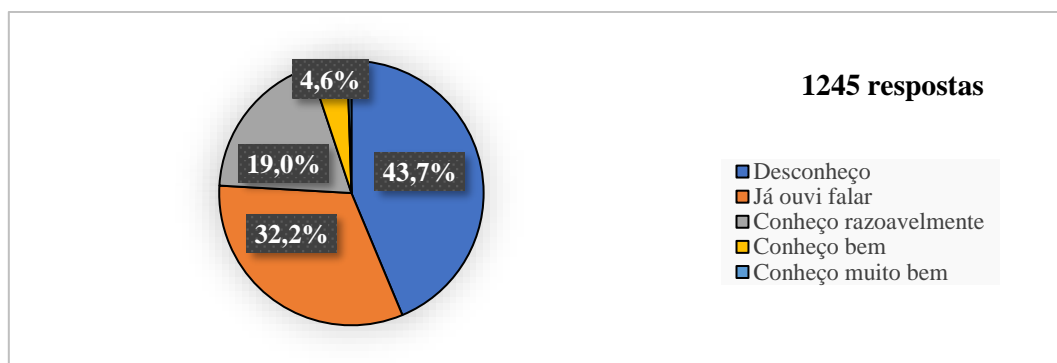
Nota. Construção própria.

ANEXO L
DADOS DO DIAGNÓSTICO
PARTICIPATIVO

| ' ' | | ' ' |

Figura L1

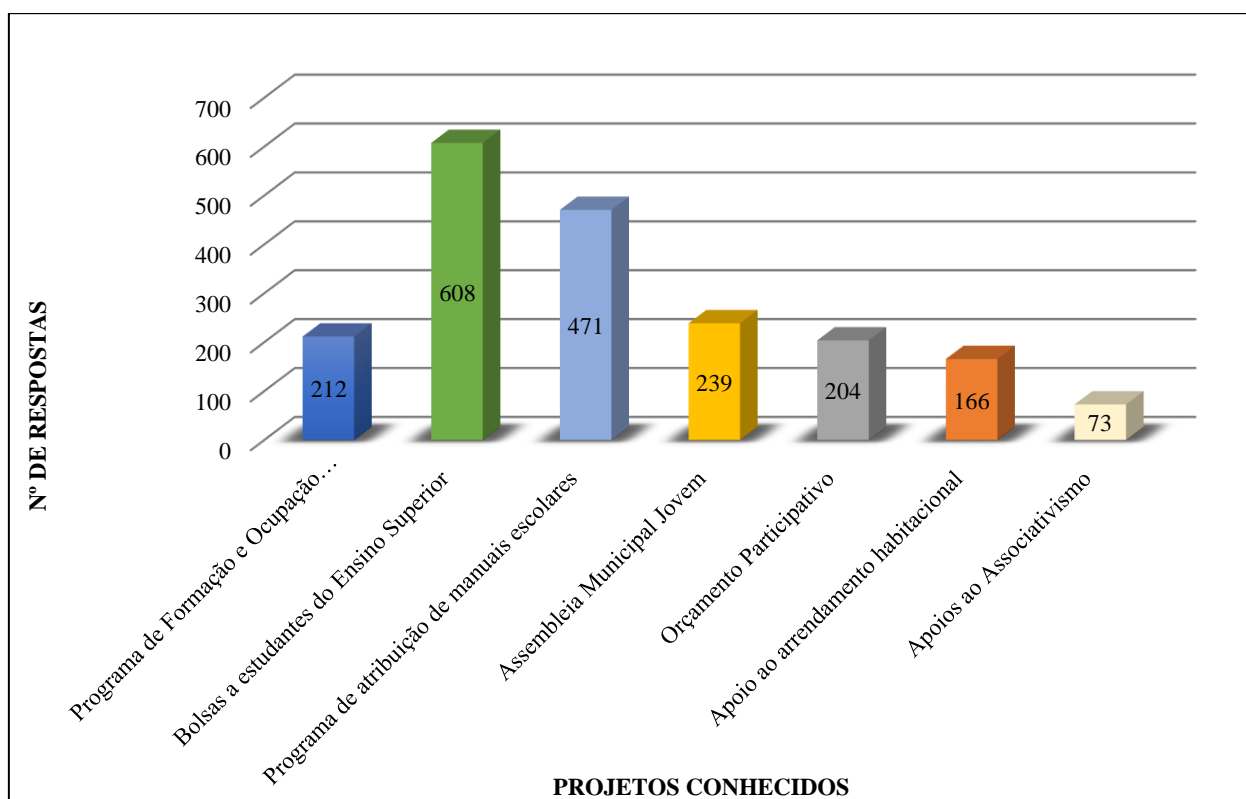
Conhecimento dos projetos da CMF na área da juventude



Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos jovens do Funchal (questão 3.1 – Anexo B).

Figura L2

Programas/projetos juvenis da CMF conhecidos pelos jovens



Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos jovens do Funchal (questão 3.1.1 – Anexo B).

Tabela L1

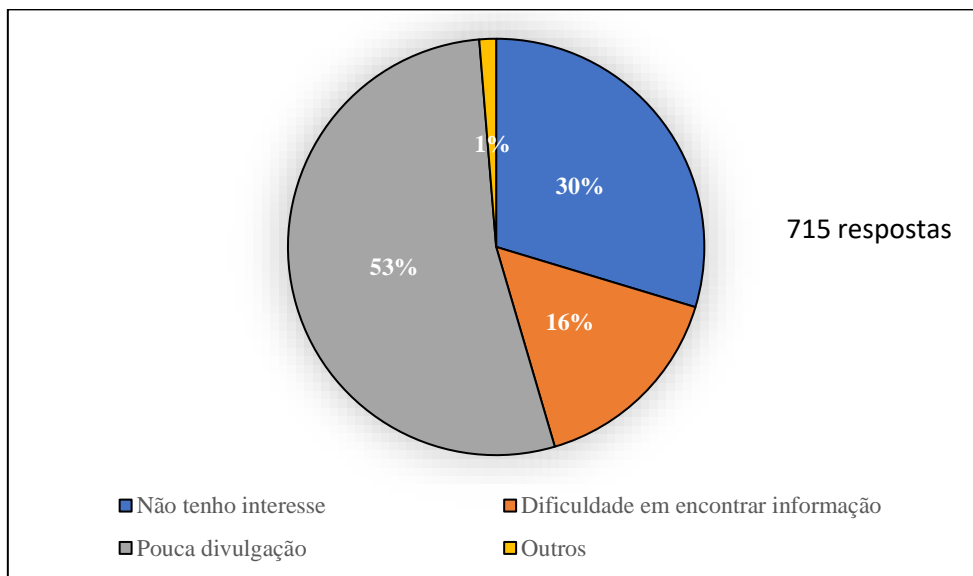
Número de programas/projetos juvenis da CMF conhecidos pelos jovens

Nº de programas/projetos da CMF	Nº participantes	%
5 a 7	86	12,1
4	103	14,5
3	183	25,8
2	178	25,1
1	160	22,5
Total	710	100,0

Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos jovens do Funchal.

Figura L3

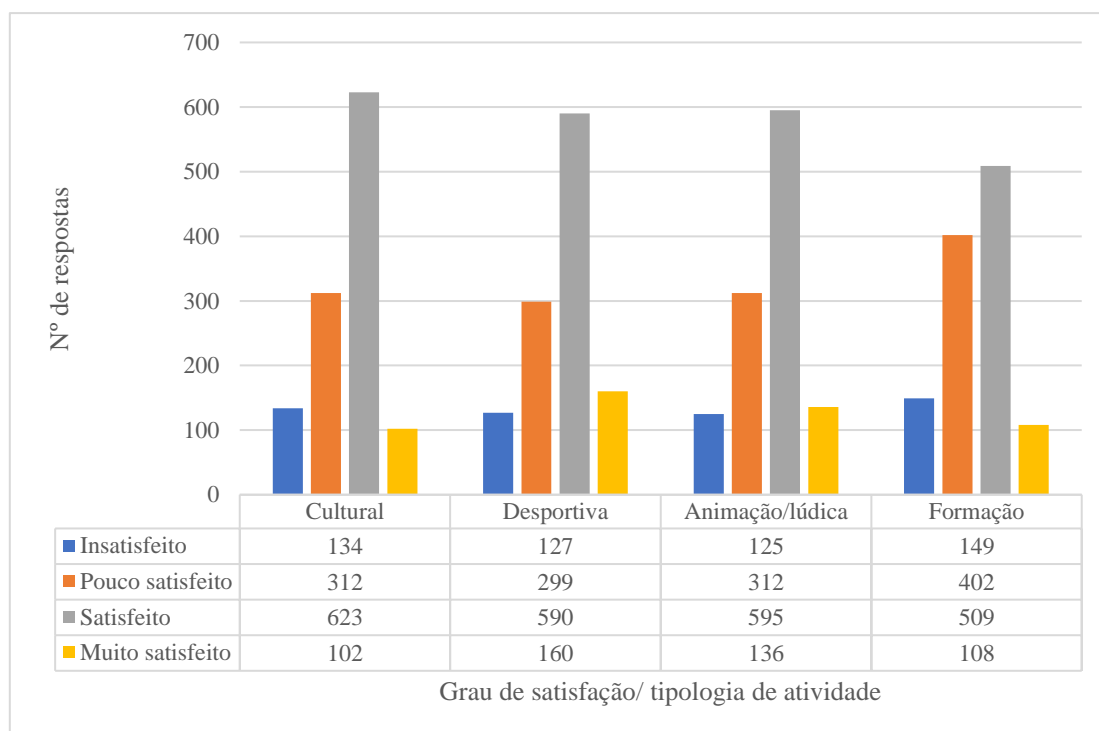
Razões para o desconhecimento dos programas/projetos juvenis



Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos jovens do Funchal (questão 3.1.2 - Anexo B).

Figura L4

Grau de satisfação quanto à oferta de atividades organizadas pela CMF



Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos jovens do Funchal (questão 3.2-Anexo B).

Tabela L2*Principais potencialidades da cidade do Funchal na área da juventude*

Categorias	Subcategorias	Nº de referências	Total (%)
Desporto	Atividades desportivas	85	91
	Área/espços Desportivos	6	(22,5%)
Entretenimento/lazer	Diversidade de atividades e espaços de lazer/lúdicos	46	66 (16,3%)
	Espços públicos amplos	10	
	Animação/entretenimento	10	
Oferta Turística	Turismo	58	58 (14,4%)
	Qualidade de Ensino/Educação/Formação	35	53 (13,1%)
Acessibilidade das escolas	18		
Cultura e arte	Diversidade de cultura/ atividades culturais/ oferta cultural	51	51 (12,6%)
	Ambiente agradável/pacífico	10	40 (9,9%)
Proximidade com o mar	12		
Tempo/Clima	9		
Muitos espaços ao ar-livre	9		
Mobilidade	Boas acessibilidades	7	13
	Proximidade dos locais	6	(3,2%)
Social	Diversas oportunidades de voluntariado	16	16 (4%)
Emprego	Oportunidade de emprego jovem	8	16
	Inovação	8	(4%)
Total		404	100,0%

Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos jovens do Funchal (questão 3.7- Anexo B).

Tabela L3*Potencialidades e características da cidade do Funchal*

Potencialidades e Recursos	Nº de referências	%
Programas e eventos culturais e desportivos	9	36,0
Qualidade de vida	4	16,0
Espaços de lazer e de desporto	4	16,0
Acessibilidade	4	16,0
Caraterísticas físicas do território	3	12,0
Turismo	1	4,0
Total	25	100,0

Nota. Dados recolhidos em questionário aos dirigentes das Escolas Secundárias, Profissionais e Instituições de Ensino Superior (Questão 2.3 – Anexo E).

Tabela L4*Programas e Projetos conhecidos*

Programas/Projetos conhecidos	Nº de referências	%
Organização de eventos desportivos, musicais e culturais	4	44,4
Bolsas de estudo para estudantes universitários	2	22,2
Programas para habitar na Cidade	2	22,2
Construção do PMJ- FUNJOVEM 20-30	1	11,1
Total	9	100,0

Nota. Dados recolhidos em questionário aos dirigentes das Escolas Secundárias, Profissionais e Instituições de Ensino Superior (questão 4.4.1- Anexo E).

Tabela L5*Opinião sobre o relacionamento jovens, técnicos e decisores políticos*

Opinião/conhecimento	Nº de referências	%
Investimento e melhoria	7	46,7
Incentivo à colaboração	3	20,0
Pouca colaboração/proximidade	3	20,0
Sem opinião	2	13,3
Total	15	100,0

Nota. Dados recolhidos em questionário aos dirigentes das Escolas Secundárias, Profissionais e Instituições de Ensino Superior (questão 4.5 – Anexo E).

Tabela L6*Potencialidades e características de cidade do Funchal*

Potencialidades	nº de referências	%
Programas e eventos culturais, desportivos e de lazer	10	25,0
Infraestruturas e espaços desportivos e culturais	8	20,0
Caraterísticas físicas do território	6	15,0
Proximidade e acessibilidades	5	12,5
Qualidade de vida	3	7,5
Apoios sociais	3	7,5
Cidade limpa e saudável	2	5,0
Oferta de diversos serviços	2	5,0
Empreendedorismo	1	2,5
Total	40	100,0

Nota. Dados recolhidos em questionário aos presidentes das Juntas de Freguesia do Funchal (questão 1.8- Anexo D).

Tabela L7*Opinião sobre os Programas e Projetos juvenis da CMF*

Conhecimento/Opinião	Nº de referências	%
Positivos, interessantes e com a capacidade de envolver muitos dos nossos jovens	5	35,7
Necessidade de mais projetos e programas juvenis	4	28,6
Desconhecimento e pouca divulgação	3	21,4
Pouco interessantes e atrativos para os jovens	2	14,3
Total	14	100,0

Nota. Dados recolhidos em questionário aos presidentes das Juntas de Freguesia do Funchal (questão 3.3- Anexo D).

Tabela L8

Potencialidades da cidade: representações das associações juvenis e agentes de juventude

Categorias	Tipologia das associações/entidades									Total	%
	JP	AE	ACA	ACP	AEsc	AIS	DCMF	EJ	DP		
Acessibilidade	0	25	25	14	11	9	24	18	8	134	22,5
Dinamismo	6	25	8	4	11	27	5	5	6	97	16,3
Oportunidades e Serviços	4	14	24	9	6	7	9	16	2	91	15,3
Espaços	4	17	16	4	6	14	7	11	0	79	13,3
Condições de vida	0	9	9	0	6	17	8	22	7	78	13,1
Condições naturais	4	0	9	0	10	18	12	11	4	68	11,4
Natureza	8	0	18	4	4	0	0	11	4	49	8,2
Total	26	90	109	35	54	92	65	94	31	596	100,0

Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal (questão 2.3- Anexo F).

Tabela L9

Programa e Projetos conhecidos: representações das associações juvenis e agentes de juventude

Categorias	Tipologia das associações/entidades									Total	%
	JP	AE	ACA	ACP	AEsc	AIS	DCMF	EJ	DP		
Educação	3	6	6	4	4	5	9	4	4	45	23,8
Apoios	3	8	7	2	3	1	5	11	4	44	23,3
Participação	6	6	2	7	7	4	5	1	3	41	21,7
Cultura	1	4	0	0	0	2	1	8	3	19	10,1
Empregabilidade	0	0	0	0	0	0	3	7	3	13	6,9
Desporto	1	0	2	0	0	3	2	0	3	11	5,8
Social	0	0	0	0	0	3	0	2	3	8	4,2
Ambiente	0	0	0	0	3	0	0	2	3	8	4,2
Total	14	24	17	13	17	18	25	35	26	189	100,0

Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal (questão 4.3. – Anexo F).

Tabela L10

Programa e Projetos juvenis: representações das associações juvenis e agentes de juventude

Categorias	Tipologia das associações/entidades									Total	%
	JP	AE	ACA	ACP	AEsc	AIS	DCMF	EJ	DP		
Comunicação deficitária	0	6	6	4	4	8	4	9	1	42	30,9
Desinteresse	4	0	6	0	0	0	0	0	1	11	8,1
Valorização	0	2	3	0	4	4	8	0	5	26	19,1
Desconhecimento	1	4	0	3	4	0	4	9	1	26	19,1
Especificidade	4	0	9	0	0	2	4	0	0	19	14,0
Capacitação	0	0	3	0	2	0	0	2	5	12	8,8
Total	9	12	27	7	14	14	20	20	13	136	100,0

Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal (questão 4.3.-Anexo F).

Tabela L11

Sugestões sobre os programa e projetos juvenis: representações das associações juvenis e agentes de juventude

Categorias	Tipologia das associações/entidades									Total	%
	JP	AE	ACA	ACP	Aescut	AIS	DCMF	EJ	DP		
Proximidade	0	9	6	8	6	6	5	8	1	49	31,8
Comunicação	4	7	6	4	9	0	1	12	2	45	29,2
Simplificação	0	7	0	4	6	12	0	6	0	35	22,7
Incentivos	3	0	3	0	3	0	6	0	1	16	10,4
Parcerias	0	0	3	0	0	2	2	2	0	9	5,8
Total	7	23	18	16	24	20	14	28	4	154	100,0

Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal (questão 4.3. -Anexo F).

Tabela L12

Relação jovens, técnicos e decisores: representações das associações e agentes de juventude

Categorias	Tipologia das associações/entidades									Total	%
	JP	AE	ACA	ACP	AEsc	AIS	DCMF	EJ	DP		
Distanciamento	4	7	9	9	6	10	7	21	4	77	29,5
Valorização	2	10	12	4	3	15	0	8	4	58	22,2
Proximidade	1	10	12	0	3	6	12	3	4	51	19,5
Comunicação deficitária	2	10	0	3	3	0	6	5	0	29	11,1
Politização	4	3	9	0	1	0	0	0	0	17	6,5
Variabilidade	0	7	0	9	0	0	0	0	0	16	6,1
Invisibilidade de resultados	0	0	0	4	0	0	0	9	0	13	5,0
Total	13	47	42	29	16	31	25	46	12	261	100,0

Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal (questão 4.4. - Anexo F).

Tabela L13

Sugestões sobre a relação jovens, técnicos e decisores: representações das associações e agentes de juventude

Categorias	Tipologia das associações/entidades									Total	%
	JP	AE	ACA	ACP	AEsc	AIS	DCMF	EJ	DP		
Proximidade	6	0	17	3	5	9	10	17	4	71	51,8
Comunicação	4	4	4	3	3	7	2	9	1	37	27,0
Oportunidades	0	0	2	3	0	3	6	12	3	29	21,2
Total	10	4	23	9	8	19	18	38	8	137	100,0

Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal (questão 4.4. -Anexo F).

Tabela L14

Necessidades identificadas pelos jovens do Funchal

Categorias	Subcategorias		Total
Educação e Formação	Mais incentivos e apoios à educação e formação	80	95 (32,8%)
	Orientação/apoio vocacional	6	
	Mais experiências de estágio para preparação para o mercado de trabalho	9	
Acesso ao Emprego	Oportunidade de emprego estável e bem remunerado	51	51 (17,6%)
Mobilidade e Acessibilidade	Maior frequência/variedade e acessibilidade de transportes	21	40 (13,8%)
	Mais acessos e incentivos à mobilidade	19	
Acesso à Habitação	Habitação acessível	29	34 (11,7%)
	Mais incentivos à fixação na cidade	5	
Acesso à Saúde	Melhores cuidados de saúde e bem-estar	19	32 (11%)
	Literacia para a saúde	8	
	Apoio psicológico	5	
Apoio Socioeconómico	Maior apoio financeiro jovem	12	20 (6,9%)
	Inclusão social	8	
Cultura e Lazer	Mais eventos de cultura e lazer	18	18 (6,2%)
Total		290	100%

Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos jovens do Funchal (questão 3.6 - Anexo B).

Tabela L15

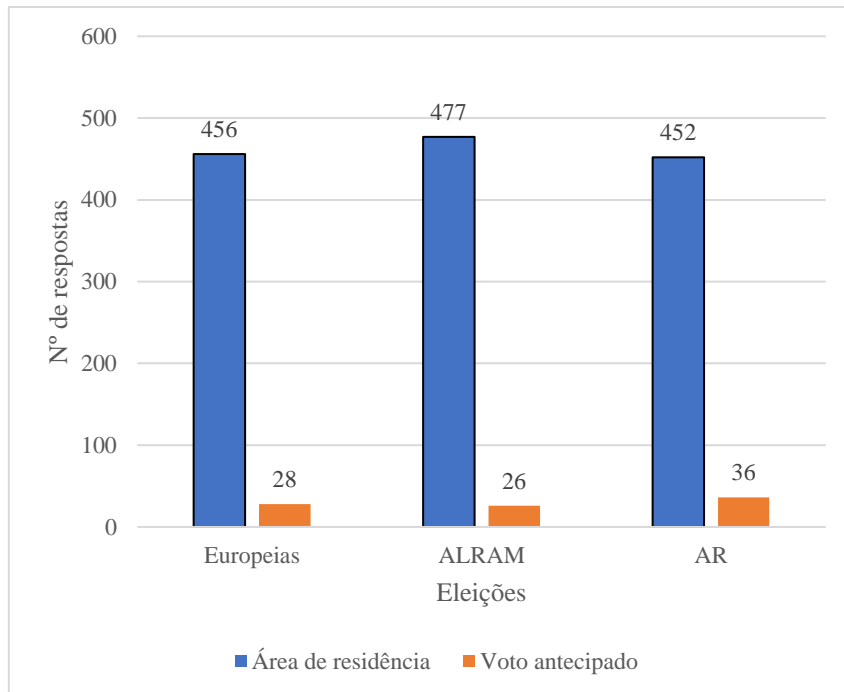
Problemas identificados pelos jovens do Funchal

Categorias	Subcategorias	Total	
Cidadania e Participação	Desinteresse	74	164 (40,9%)
	Jovens pouco informados	24	
	Desmotivação	23	
	Falta de oportunidades para os jovens participarem	22	
	Falta de civismo/respeito/cidadania por parte dos jovens para com a sociedade	11	
	Falta de interesse pelo património sócio-cultural	10	
Acesso ao Emprego	Desemprego jovem	77	77 (19,2%)
Consumos e Dependências	Dependências/vício/drogas/consumos	50	76 (19%)
	Álcool	15	
	Os jovens são facilmente influenciáveis	11	
Lazer	Falta de espaços e atividades de lazer	25	47 (11,7%)
	Falta de tempo por excessiva carga horária escolar	22	
Tecnologia	Dependência tecnológica/redes sociais/telemóvel	16	16 (4,0%)
Bem-estar	Aumento da Depressão/ansiedade nos jovens	11	11 (2,7%)
Acesso à Habitação	Elevados preços e dificuldade para habitação jovem	10	10 (2,5%)
Total		401	100,0%

Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos jovens do Funchal (questão 3.6 - Anexo B).

Figura L5

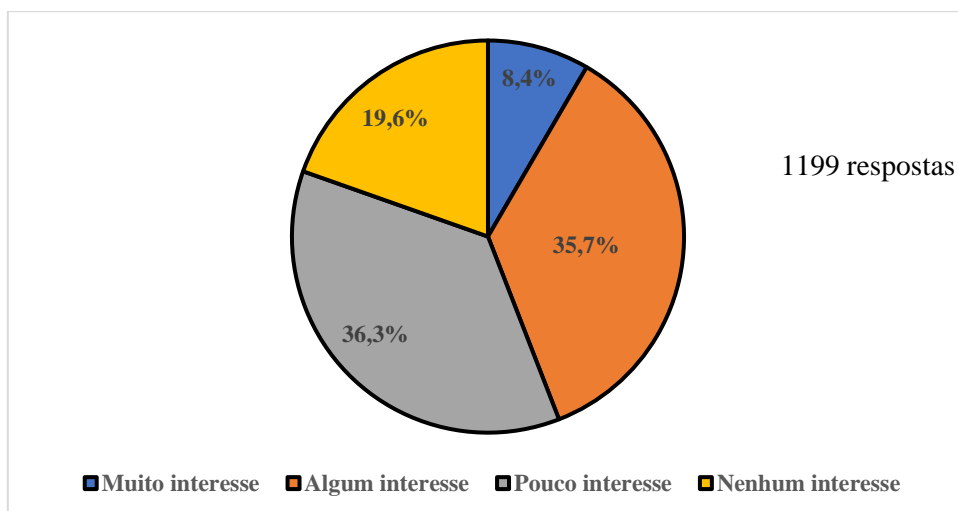
Local de voto dos jovens inquiridos



Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos jovens do Funchal (questão 2.3 - Anexo B).

Figura L6

Interesse pela política dos jovens inquiridos



Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos jovens do Funchal (questão 2.4 - Anexo B).

Tabela L16

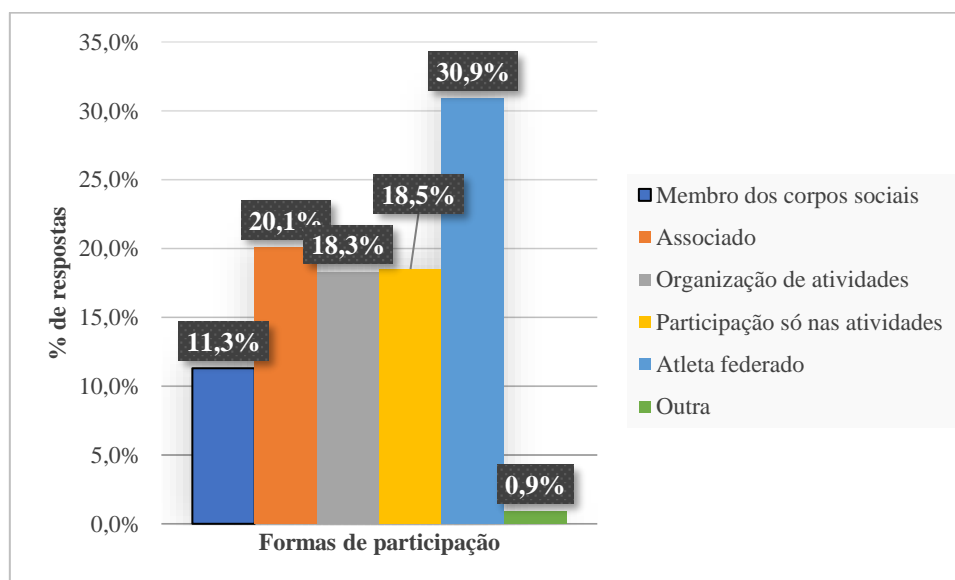
Número de associações/ organizações/clubes desportivos a que pertencem os jovens

Nº de associações/ organizações/clubes desportivos	Nº participantes	%
5	1	0,2
4 a 5	7	1,4
2 a 3	70	13,9
1	427	84,7
Total	504	100,0

Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos jovens do Funchal.

Figura L7

Formas de participação



Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos jovens do Funchal (questão 2.5.2- Anexo B).

Tabela L17

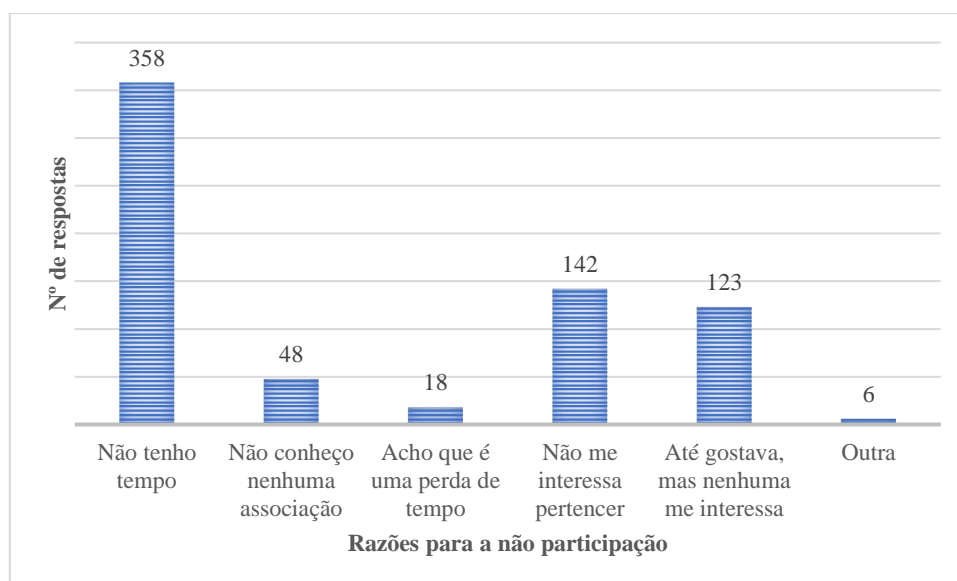
Número de funções assumidas pelos jovens nas organizações/associações

Nº de funções assumidas	Nº participantes	%
4 a 5	5	1,0
3	33	6,6
2	101	20,2
1	360	72,1
Total	499	100,0

Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos jovens do Funchal.

Figura L8

Razões para a não participação em associações, organizações e clubes desportivos



Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos jovens do Funchal (questão 2.5.3 – Anexo B).

Tabela L18

Caracterização dos jovens do Funchal

Caraterísticas	Nº de referências	%
Pouco interventivos/empreendedores	6	54,5
Indiferentes	2	18,2
Pouco reivindicativos	1	9,1
Envolvidos, criativos, empreendedores	1	9,1
De extremos (muito ativos ou nada ativos)	1	9,1
Total	11	100,0

Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos dirigentes das Escolas Secundárias, Profissionais e Instituições de Ensino Superior do Funchal (Questão 2.1.-Anexo E).

Tabela L19

Necessidades dos jovens da cidade

Necessidades dos jovens	Nº de referências	%
Espaços de convívio diurno e espaços verdes	5	38,5
Espaços desportivos e culturais gratuitos	3	23,1
Cidade mais digital	2	15,4
Satisfação necessidades básicas (habitação, apoios sociais e monetários)	2	15,4
Hábitos de vida saudável e segurança	2	15,4
Atividades de voluntariado	1	7,7
Total	13	100,0

Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos dirigentes das Escolas Secundárias, Profissionais e Instituições de Ensino Superior do Funchal (Questão 2.2 -Anexo E).

Tabela L20*Problemas dos jovens da cidade*

Problemas dos jovens	Nº de referências	%
Falta de atividades e oportunidades (culturais, digitais, profissionais)	5	26,3
Dificuldades de mobilidade	3	15,8
Falta de informação	3	15,8
Falta de infraestruturas	3	15,8
Desinteresse e desmotivação	2	10,5
Dependências e Exclusão	2	10,5
Dependência económica	1	5,3
Total	19	100,0

Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos dirigentes das Escolas Secundárias, Profissionais e Instituições de Ensino Superior do Funchal (questão 2.2 – Anexo E).

Tabela L21*Caraterização dos jovens face ao seu envolvimento*

Caraterísticas	Nº de referências	%
Passivos e pouco participativos	10	50,0
Participativos em eventos desportivos, musicais e de lazer	5	25,0
Participativos quando incentivados	3	15,0
Pouco informados e desorganizados	2	10,0
Total	20	100,0

Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos dirigentes das Escolas Secundárias, Profissionais e Instituições de Ensino Superior (questão 3.1 – Anexo E).

Tabela L22*Sugestões para promover a participação dos jovens*

Sugestões	Nº de referências	%
Divulgação das potencialidades da participação	7	26,9
Promoção do envolvimento em eventos da cidade	6	23,1
Valorização das potencialidades e iniciativas da juventude	6	23,1
Dinamização de estratégias de participação	5	19,2
Atenção às condições de vida	2	7,7
Total	26	100,0

Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos dirigentes das Escolas Secundárias, Profissionais e Instituições de Ensino Superior do Funchal (questão 3.4-Anexo E).

Tabela L23*Opinião sobre o relacionamento jovens, técnicos e decisores políticos*

Opinião/conhecimento	Nº de referências	%
Necessidade de mais apoios e incentivos	4	28,6
Pouca colaboração/proximidade	4	28,6
Relação importante e essencial em políticas de juventude	3	21,4
Colaboração estritamente necessária	3	21,4
Variabilidade tendo em conta o decisor político	1	7,1
Total	14	100,0

Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos presidentes das Juntas de Freguesia do Funchal (questão 3.4 – Anexo D).

Tabela L24*Necessidades dos jovens da cidade*

Necessidades	Nº de referências	%
Apoios à emancipação jovem (emprego e habitação)	12	63,2
Mais oportunidades de participação dos jovens	2	10,5
Maior participação da juventude nas empresas, associações e instituições públicas	2	10,5
Mais espaços juvenis e acesso a informação	2	10,5
Políticas de juventude concretas de solução dos problemas e necessidades dos jovens	1	5,3
Total	19	100,0

Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos presidentes das Juntas de Freguesia do Funchal (questão 1.7- Anexo D).

Tabela L25*Problemas dos jovens da cidade*

Problemas	Nº de referências	%
Dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e à habitação	8	32,0
Carência de espaços (espaços jovens e espaços desportivos)	5	20,0
Pouca participação e envolvimento	3	12,0
Consumos excessivos e vida noturna	3	12,0
Dependência (dos pais e das tecnologias)	3	12,0
Imaturidade e dificuldade de relacionamento	2	8,0
Falta de capacidade de resposta das Juntas de Freguesia	1	4,0
Total	25	100,0

Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos presidentes das Juntas de Freguesia do Funchal (questão 1.7- Anexo D).

Tabela L26*Obstáculos à participação*

Obstáculos à participação	Nº de referências	%
Desinteresse para a participação cívica	4	26,7
A passividade e facilitismo	3	20,0
Distanciamento entre jovens e decisores políticos	3	20,0
Falta de oportunidades adequadas aos jovens	2	13,3
Demasiada oferta e informação que não é devidamente selecionada	2	13,3
Soluções pontuais e não globais	1	6,7
Total	15	100,0

Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos presidentes das Juntas de Freguesia do Funchal (questão 2.3 – Anexo D).

Tabela L27*Sugestões para promover a participação dos jovens*

Sugestões	Nº de referências	%
Definir um plano de políticas de juventude com o contributo de todos os jovens, associações, escolas e instituições	9	39,1
Criar projetos de democracia participativa adaptados aos jovens	6	26,1
Criar mecanismos adequados e dinâmicos para integrar a juventude nos diversos projetos e da tomada de decisão	5	21,7
Divulgar e valorizar a participação social, económica ou política	2	8,7
Reunir mais informação e estudos para compreender o fenómeno da não participação dos jovens	1	4,3
Total	23	100,0

Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos presidentes das Juntas de Freguesia do Funchal (questão 2.4- Anexo D).

Tabela L28*Os jovens do Funchal: representações das associações juvenis e agentes de juventude*

Categorias	Tipologia das associações/entidades									Total	%
	JP	AE	ACA	ACP	AEsc	AIS	DCMF	EJ	DP		
Espírito de iniciativa	3	10	12	16	11	13	13	20	13	111	21,6
Participação	6	18	8	5	8	18	8	18	2	91	17,7
Desenv. tecnológico	6	7	6	0	6	5	8	18	5	61	11,9
Responsabilidade social	0	5	3	6	12	14	6	14	0	60	11,7
Sentido crítico	3	9	0	10	2	4	14	14	0	56	10,9
Espontaneidade	4	7	4	0	10	0	1	16	2	44	8,6
Qualif. Acad./Profissional	0	7	6	3	0	5	8	7	0	36	7,0
Não participação	4	1	16	0	5	4	3	21	1	55	10,7
Total	26	64	55	40	54	63	61	12 8	23	514	100,0

Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal (questão 2.3 -Anexo F).

Tabela L29*Problemas dos jovens: representações das associações juvenis e agentes de juventude*

Categorias	Tipologia das associações/entidades									Total	%
	JP	AE	ACA	ACP	AEsc	AIS	DCMF	EJ	DP		
Emancipação	6	7	16	6	0	28	24	3	12	102	16,2
Capacitação	2	7	17	8	0	13	4	15	3	69	11,0
Passividade	0	12	9	5	16	0	6	9	3	60	9,6
Responsabilização	0	6	18	5	4	0	6	18	0	57	9,1
Dependência familiar	0	2	9	0	12	18	6	9	0	56	8,9
Relações interpessoais	0	0	18	0	5	6	6	17	3	55	8,8
Insularidade	2	7	12	5	6	0	14	3	4	53	8,4
Saúde e bem-estar	0	0	7	0	0	18	0	26	0	51	8,1
Organização pessoal	2	14	0	0	5	18	0	8	0	47	7,5
Falta de apoios	3	3	18	0	6	4	0	6	0	40	6,4
Desinteresse	3	8	12	0	3	0	0	9	3	38	6,1
Total	18	66	136	29	57	105	66	123	28	628	100,0

Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal(questão 2.3-Anexo F).

Tabela L30*Necessidades dos jovens: representações das associações juvenis e agentes de juventude*

Categorias	Tipologia das associações/entidades									Total	%
	JP	AE	ACA	ACP	AEsc	AIS	DCMF	EJ	DP		
Emancipação	6	4	13	10	0	21	8	24	6	92	24,3
Apoios/Incentivos	3	20	9	0	0	4	13	3	2	54	14,2
Atitude	0	5	16	0	6	2	3	15	3	50	13,2
Participação	2	11	7	3	11	0	7	0	2	43	11,3
Formação/Inserção profissional	4	12	0	5	5	0	4	10	2	42	11,1
Espaços para jovens	7	4	6	0	0	6	9	8	0	40	10,6
Novas oportunidades	3	5	12	5	3	0	3	7	0	38	10,0
Apoio do adulto	0	0	4	0	0	0	3	11	2	20	5,3
Total	25	61	67	23	25	33	50	78	17	379	100,0

Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal (questão 2.3 -Anexo F).

Tabela L31

Grau de participação dos jovens do Funchal: representações das associações e agentes juvenis

Degraus da participação	Tipologia das associações/entidades										
	JP	AE	ACA	ACP	AESC	AIS	DCMF	EJ	DP	Total	%
4	1	3	4	3	1	4	2	3	1	22	33,8
5	1	3	3	1	0	0	3	1	1	13	20,0
6	0	2	0	1	2	2	2	3	0	12	18,5
3	1	1	0	0	3	3	1	2	0	11	16,9
1	0	0	1	0	0	0	0	1	1	3	4,6
Variável	1	0	1	0	0	0	0	1	0	3	4,6
8	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1,5
2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
Total	4	9	9	5	6	9	8	11	4	65	100,0

Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal (questão 3.1 -Anexo F).

Tabela L32

Obstáculos à participação jovem: representações das associações juvenis e agentes de juventude

Categorias	Tipologia das associações/entidades									Total	%
	JP	AE	ACA	ACP	AEsc	AIS	DCMF	EJ	DP		
Passividade	12	20	12	9	20	9	23	22	0	127	26,2
Informação/comunicação	5	15	10	18	4	19	20	12	0	103	21,3
Apoios/incentivos	0	15	3	0	5	13	6	31	5	78	16,1
Desinteresse	3	18	17	4	4	9	8	11	2	76	15,7
Adultos	0	3	21	2	5	14	0	13	0	58	12,0
Descredibilização	5	3	7	3	6	0	3	12	3	42	8,7
Total	25	74	70	36	44	64	60	101	10	484	100,0

Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal (questão 3.3 -Anexo F).

Tabela L33

Sugestões à participação jovem: representações das associações juvenis e agentes de juventude

Categorias	Tipologia das associações/entidades									Total	%
	JP	AE	ACA	ACP	AEsc	AIS	DCMF	EJ	DP		
Comunicação	12	17	18	3	8	12	11	9	7	97	30,9
Apoios/incentivos	4	12	12	9	3	10	6	14	7	77	24,5
Capacitação	4	12	6	0	8	9	10	14	5	68	21,7
Oportunidades	2	5	0	3	0	2	11	8	8	39	12,4
Acompanhamento	4	9	6	0	0	3	4	5	2	33	10,5
Total	26	55	42	15	19	36	42	50	29	314	100,0

Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal (questão 3.4 – Anexo F).

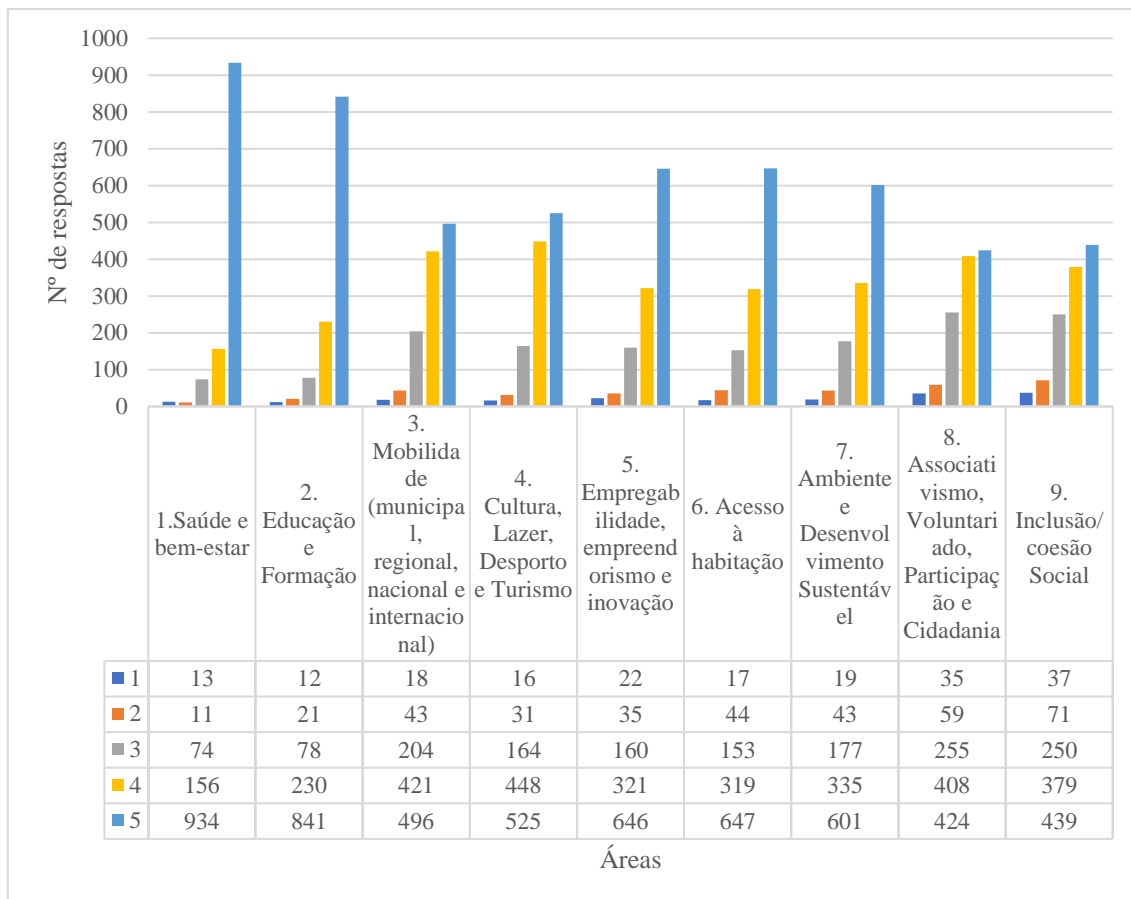
Tabela L34*Objetivos para um Plano Municipal de Juventude*

	Objetivos	nº de respostas	Total
Propor respostas adequadas aos jovens	Informar/ divulgar/compilar as atividades/projetos na área da juventude e apoios para os jovens da cidade em diversas áreas/necessidades	37	58 (69,9%)
	Ajudar os estudantes	3	
	Responder às necessidades dos jovens no Município do Funchal	3	
	Preparar os jovens para o mercado de trabalho, dinamizar/desenvolver o empreendedorismo, formação, emprego jovem	3	
	Tornar a cidade mais atrativa para os jovens/ fixar os jovens na cidade	3	
	Otimizar/ uniformizar e implementar as políticas de juventude adaptadas às necessidades dos jovens	9	
Promover a cidadania e participação jovem	Dar voz aos jovens da cidade	14	25 (30,1%)
	Integrar os jovens nas atividades municipais e torná-los ativos nos destinos do município	4	
	Estimular os jovens a ter um papel cívico e social mais ativo	4	
	Reconhecimento do trabalho dos jovens	3	
Total		83	100%

Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos jovens do Funchal (questão 3.4-Anexo B).

Figura L9

Áreas importantes para a vida dos jovens do Funchal



Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos jovens do Funchal (questão 3.5-Anexo B).

Tabela L35*Principais propostas para o Plano Municipal de Juventude*

Categorias	Referências	Nº referências	Total
Infraestruturas	Mais espaços juvenis na cidade	37	92 (17,5%)
	Balcão / Gabinete de Juventude de apoio aos jovens da cidade	25	
	Centro / Casa de juventude no centro da cidade	18	
	Um espaço multiusos/sala multimédia para as associações / jovens	12	
Cultura e Artes	Uma agenda cultural mais diversificada todo o ano	25	71 (13,5%)
	Mais atividades lúdicas / didáticas / entretenimento para os jovens	19	
	Diversidade de festivais e concertos para os jovens	14	
	Mais apoios, incentivos e oportunidades aos jovens das artes	13	
Educação e Formação	Formações/palestras/ações formativas/masterclasses/workshops gratuitos	48	69 (13,1%)
	Mais investimento na educação	11	
	Aumentar o alcance das bolsas de estudo do ensino superior	10	
Cidadania e Participação	Participação mais pro-ativa dos jovens nos assuntos municipais / desenvolvimento da cidade	15	62 (11,8%)
	Maior e melhor divulgação dos projetos e atividades para os jovens	15	
	Maior diversidade de atividades para jovens	11	
	Dar mais voz aos jovens	11	
	Incentivos à participação jovem	10	
Desporto	Mais atividades desportivas para jovens	30	49 (9,3%)
	Plano Municipal de formação para os jovens	19	

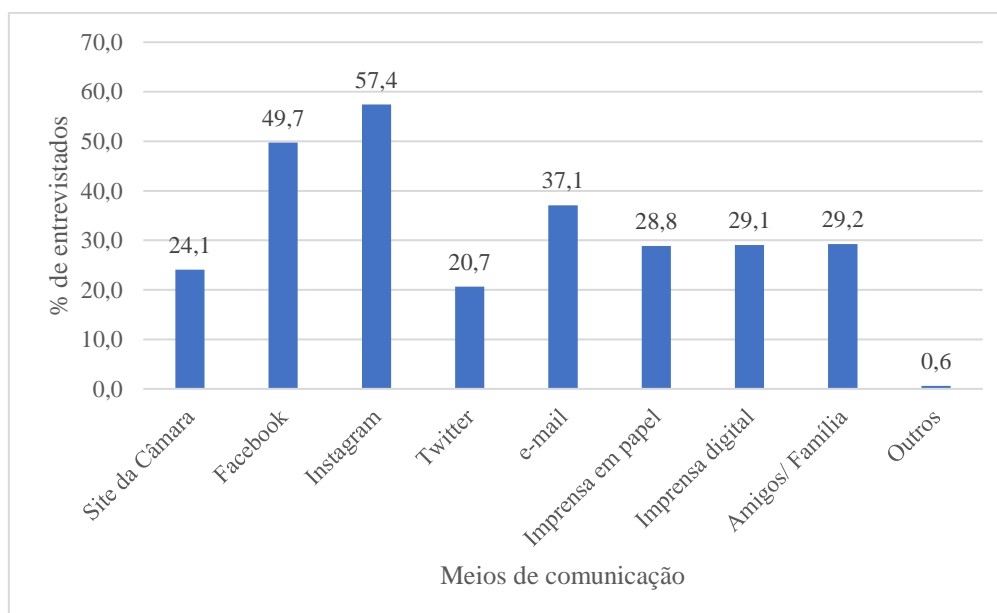
Emprego	Oferta de emprego mais abrangente e facilitada para os jovens	19	47 (8,9%)
	Formação / ajudar os jovens a integrar o mundo do trabalho	15	
	Apoio ao empreendedorismo jovem/bolsas de empreendedorismo	13	
Logística	1 equipa multidisciplinar da CMF dedicada ao apoio aos jovens	25	40 (7,6%)
	Maior facilidade/oportunidades para os jovens apresentarem os seus projetos	8	
	Criação de uma Organização / Divisão de Juventude Municipal	7	
Social	Mais ações de voluntariado e sensibilização	19	30 (5,7%)
	Programas de apoio à proteção dos jovens	7	
	Programas de apoio aos sem-abrigo e pobres	4	
Ambiente	Mais atividades ambientais / educação ambiental	21	29 (5,5%)
	Atividades de limpeza da cidade / ribeiras	8	
Transportes/ mobilidade	Melhoria de transportes interurbanos	10	16 (3,0%)
	Mais apoio ao transporte dos jovens / passes mais acessíveis	6	
Habitação	Ajuda ao acesso à habitação jovem	9	14 (2,7%)
	Criar um programa de arrendamento jovem acessível	5	
Saúde	Plano Municipal de Saúde	8	8 (1,5%)
Total		527	100%

Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos jovens do Funchal (questão 3.8 – Anexo B).

Tabela L36*Papéis a desempenhar e contribuição para a cidade*

Papel a desempenhar	nº de referências	%
Voluntariado	51	33,1
Ajudar / colaborar no que for necessário	27	17,5
Ações de limpeza da cidade	23	14,9
Divulgação / comunicação dos diversos eventos/programas	12	7,8
Organização de atividades/desenvolvimento de projetos municipais	11	7,1
Dinamização de eventos/atividades culturais e artísticos	10	6,5
Participar nos projetos e atividades propostos	10	6,5
Dinamização de projetos de auscultação/participação jovem	10	6,5
Total	154	100,0%

Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos jovens do Funchal (questão 3.9.1- Anexo B).

Figura L10*Meios de comunicação preferenciais para a receção de informação*

Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos jovens do Funchal (questão 3.3- Anexo B).

Tabela L37

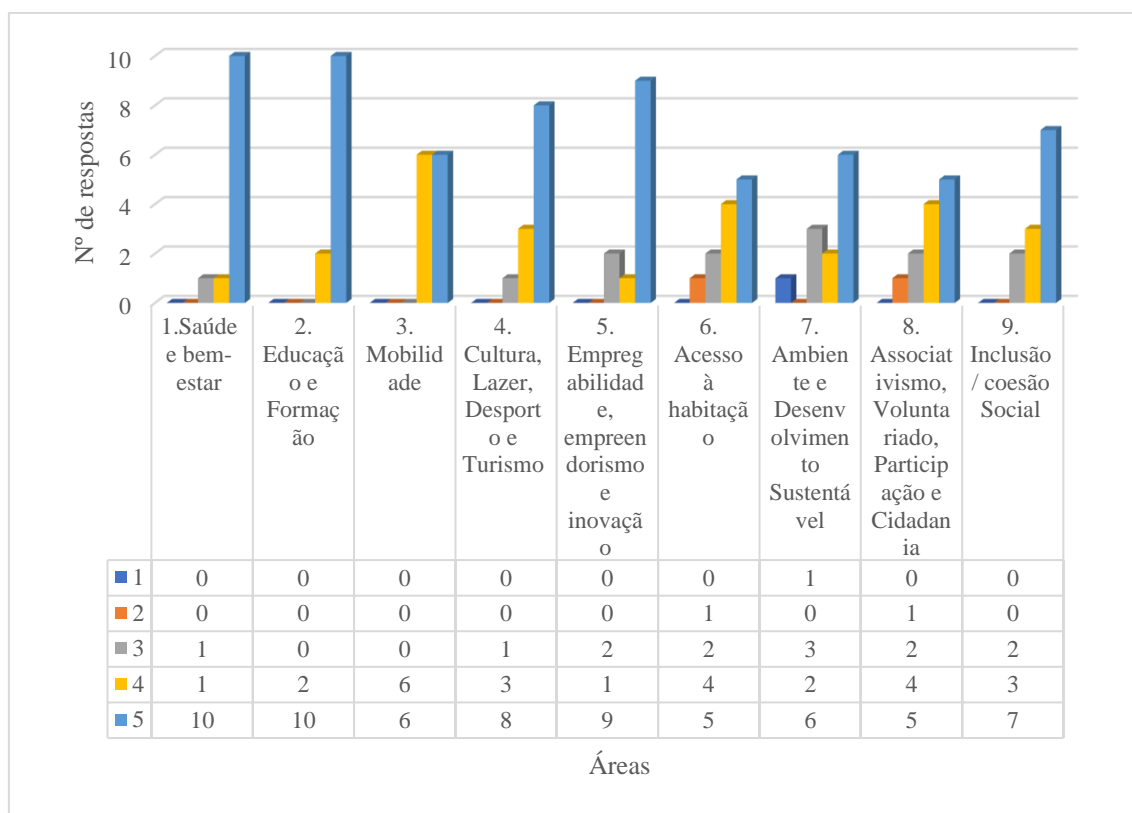
Visão/perceção sobre as Políticas de juventude

Visão	Nº de referências	%
Valorização das competências dos jovens	2	33,3
Desconhecimento	2	33,3
Promoção de atividades junto das escolas	1	16,7
Ineficácia das políticas	1	16,7
Total	6	100,0

Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos dirigentes das Escolas Secundárias, Profissionais e Instituições de Ensino Superior do Funchal (questão 4.1 – Anexo E).

Figura L11

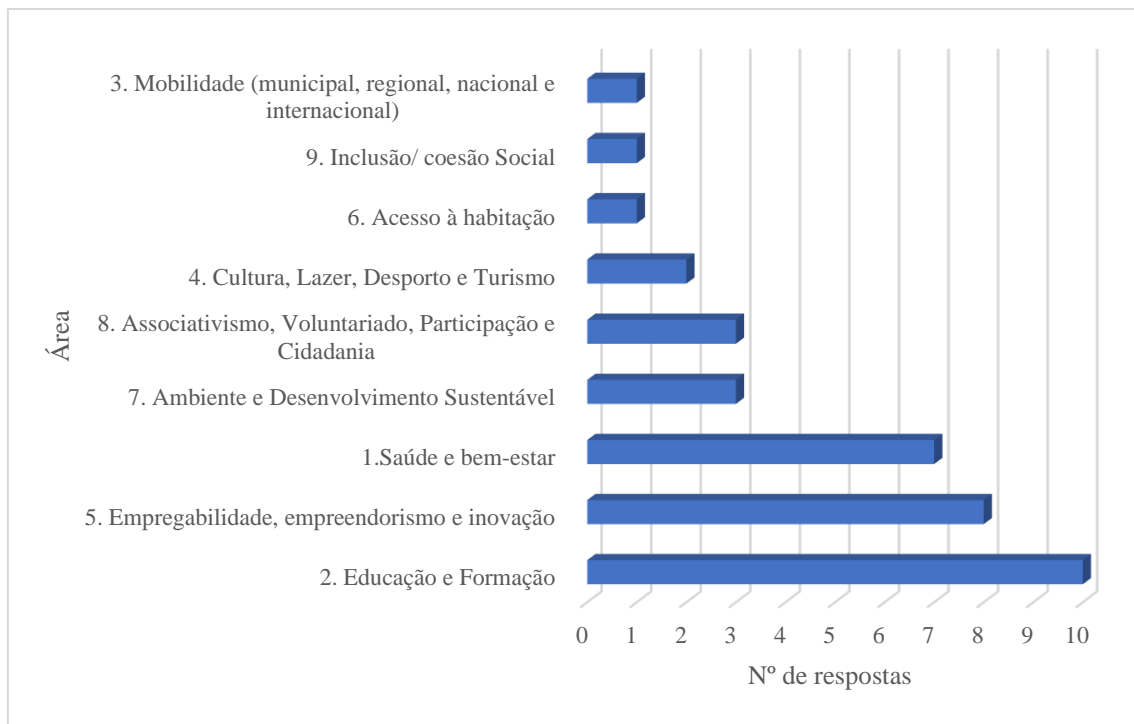
Áreas valorizadas pelos jovens: representações das Escolas e Instituições de Ensino Superior



Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos dirigentes das Escolas Secundárias, Profissionais e Instituições de Ensino Superior do Funchal (questão 4.2 – Anexo E).

Figura L12

Áreas prioritárias: representações das Escolas e instituições de Ensino Superior



Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos dirigentes das Escolas Secundárias, Profissionais e Instituições de Ensino Superior do Funchal (questão 4.3 - Anexo E).

Tabela L38*Áreas a contemplar no Plano Municipal de Juventude*

Áreas	Nº de referências	%
Educação e Formação	11	19,3
Empregabilidade e Empreendedorismo	8	14,0
Lazer, Cultura e Desporto	9	15,8
Ambiente e Desenvolvimento sustentável	5	8,8
Associativismo e Intervenção social	5	8,8
Saúde e Bem-estar	5	8,8
Inclusão e Coesão Social	4	7,0
Cidadania e Participação	3	5,3
Acesso à habitação	2	3,5
Turismo	2	3,5
Mobilidade	2	3,5
Inovação	1	1,8
Total	57	100

Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos dirigentes das Escolas Secundárias, Profissionais e Instituições de Ensino Superior do Funchal (questão 4.7-Anexo E).

Tabela 39*Papel e contributo das escolas/Instituições de Ensino Superior*

Papel/contributo das Escolas/Instituições	Nº de referências	%
Desenvolver projetos conjuntos/parcerias com interesse comum	11	34,4
Participar ativamente no desenho e implementação do plano em articulação com a CMF	10	31,3
Dinamizar ações de Formação Social, Pessoal e Profissional	7	21,9
Promover a criação conjunta de redes de emprego e do empreendedorismo	2	6,3
Valorizar os espaços da cidade	2	6,3
Total	32	100

Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos dirigentes das Escolas Secundárias, Profissionais e Instituições de Ensino Superior do Funchal (questão 4.9 - Anexo E).

Tabela L40*Ideias gerais para o PMJ*

Ideias/sugestões	Nº de referências
Melhorar a imagem e a mobilidade na cidade	4
Promover as atividades culturais	2
Criar cartão jovem do município	2
Promover atividades de voluntariado	1
Manter uma boa articulação com as Escolas	1
Criar bolsas de estudo e bolsas de mérito a estudantes do ensino superior	1
Promover candidaturas conjuntas a financiamentos regionais, nacionais e europeus da CMF com as diversas entidades	1
Total	12

Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos dirigentes das Escolas Secundárias, Profissionais e Instituições de Ensino Superior do Funchal.

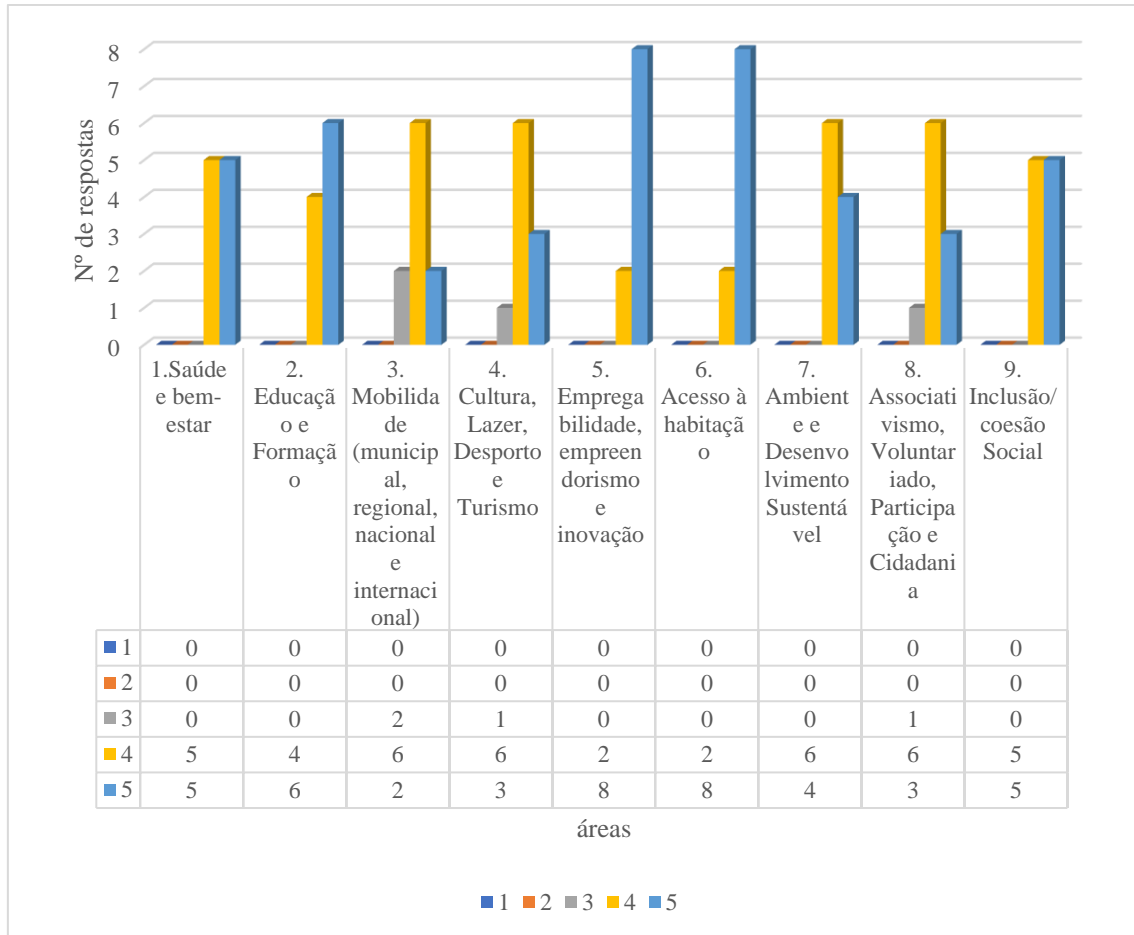
Tabela L41*Visão/perceção sobre as Políticas de juventude*

Visão	Nº de referências	%
Valorização e responsabilização dos jovens	8	47,1
Ineficácia das políticas	4	23,5
Desvalorização dos jovens	2	11,8
Demasiada oferta e pouca divulgação	2	11,8
Otimização de recursos	1	5,9
Total	17	100,0

Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos presidentes das Juntas de Freguesia do Funchal (questão 3.1).

Figura L13

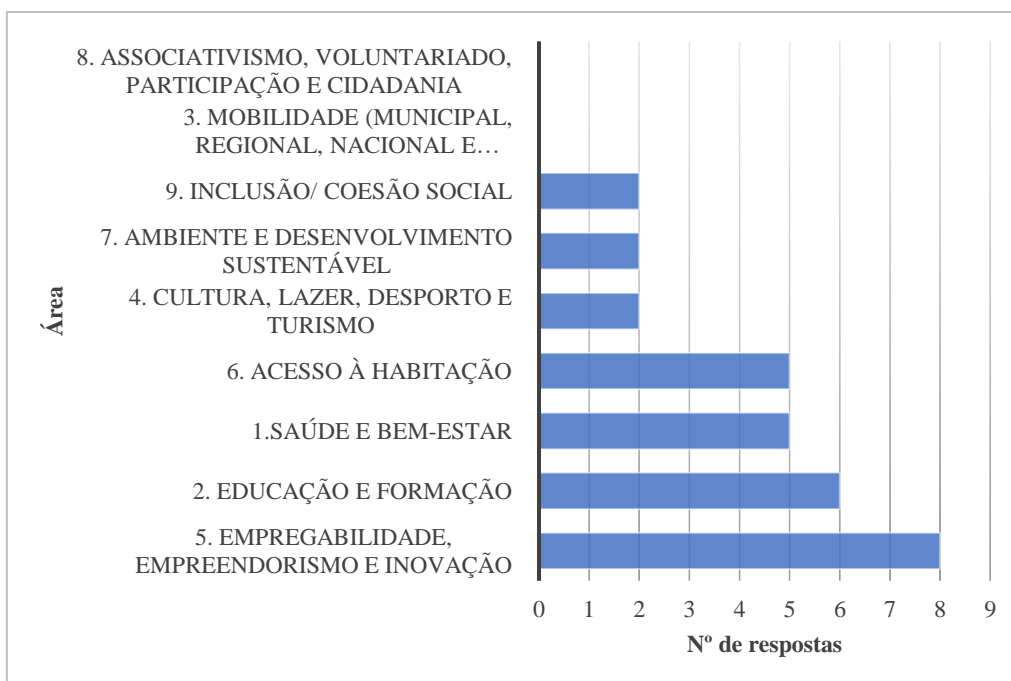
Áreas valorizadas pelos jovens: representações das Juntas de Freguesia



Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos presidentes das Juntas de Freguesia do Funchal (questão 3.2 – Anexo D).

Figura L14

Áreas prioritárias: representações das Escolas e instituições de Ensino Superior



Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos presidentes das Juntas de Freguesia do Funchal (questão 3.2.1 – Anexo D).

Tabela L42

Objetivos de um Plano Municipal de Juventude

Objetivos	Nº de referências	%
Garantir respostas às necessidades dos jovens	5	41,7
Participação ativa dos jovens na construção da cidade	4	33,3
Proporcionar igualdade de oportunidades para todos os jovens	2	16,7
Capacitação dos jovens	1	8,3
Total	12	100,0

Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos presidentes das Juntas de Freguesia do Funchal (questão 3.5 – Anexo D).

Tabela L43*Áreas a contemplar no Plano Municipal de Juventude*

Áreas	Nº de referências	%
Emprego e empreendedorismo	6	17,6
Educação e formação	6	17,6
Voluntariado e cidadania	4	11,8
Habitação	3	8,8
Ambiente e desenvolvimento sustentável	3	8,8
Expressão dramática	2	5,9
Cultura	2	5,9
Desporto	2	5,9
Inclusão Social	2	5,9
Ocupação de tempos livres	1	2,9
Mobilidade Municipal	1	2,9
Associativismo	1	2,9
Áreas de interesse dos jovens	1	2,9
Total	34	100,0

Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos presidentes das Juntas de Freguesia do Funchal (questão 3.6 -Anexo D).

Tabela L44*Papel e contributo das Juntas de Freguesia*

Papel/contributo das Juntas de Freguesia	Nº de referências	%
Desenvolver projetos conjuntos/parcerias com interesse comum	13	39,4
Participar ativamente no desenho e implementação do PMJ	9	27,3
Mobilização de jovens	6	18,2
Procura de soluções para as necessidades dos jovens	3	9,1
Acompanhar as condições sociais dos jovens	2	6,1
Total	33	100,0

Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos presidentes das Juntas de Freguesia do Funchal (questão 3.8 – Anexo D).

Tabela L45*Ideias gerais para o PMJ*

Sugestões/sugestões	Nº de referências	%
Reestruturação e reabilitação de espaços com vista à utilização pelos jovens	4	40,0
Mais ofertas e oportunidades disponíveis para jovens	3	30,0
Programas de emprego na área da hotelaria e maior acessibilidade a estágios	2	20,0
Encerramentos dos estabelecimentos noturnos mais cedo	1	10,0
Total	10	100,0

Nota. Dados recolhidos em questionário aplicado aos presidentes das Juntas de Freguesia do Funchal.

Tabela L46

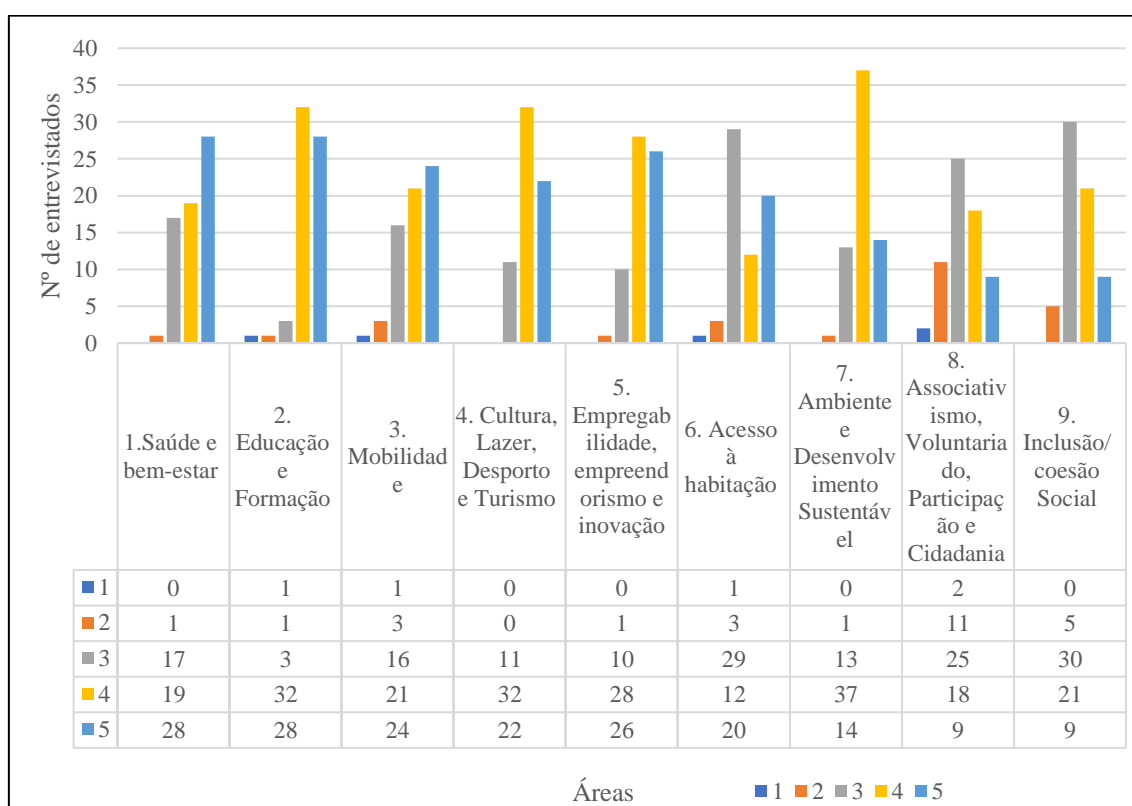
Políticas de juventude: representações das associações juvenis e agentes de juventude

Categorias	Tipologia das associações/entidades									Total	%
	JP	AE	ACA	ACP	AEsc	AIS	DCMF	EJ	DP		
Processo em melhoria	8	11	9	2	9	18	6	9	5	77	31,8
Valorização	3	8	12	5	4	5	8	10	7	62	25,6
Não comunicação	0	5	6	6	6	6	4	4	1	38	15,7
Necessidade de apoios	0	13	0	3	3	7	6	1	2	35	14,5
Participação	0	0	2	2	0	0	4	5	2	15	6,2
Invisibilidade de resultados	0	0	5	2	0	0	4	4	0	15	6,2
Total	11	37	34	20	22	36	32	33	17	242	100,0

Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal (questão 4.1 – Anexo F).

Figura L15

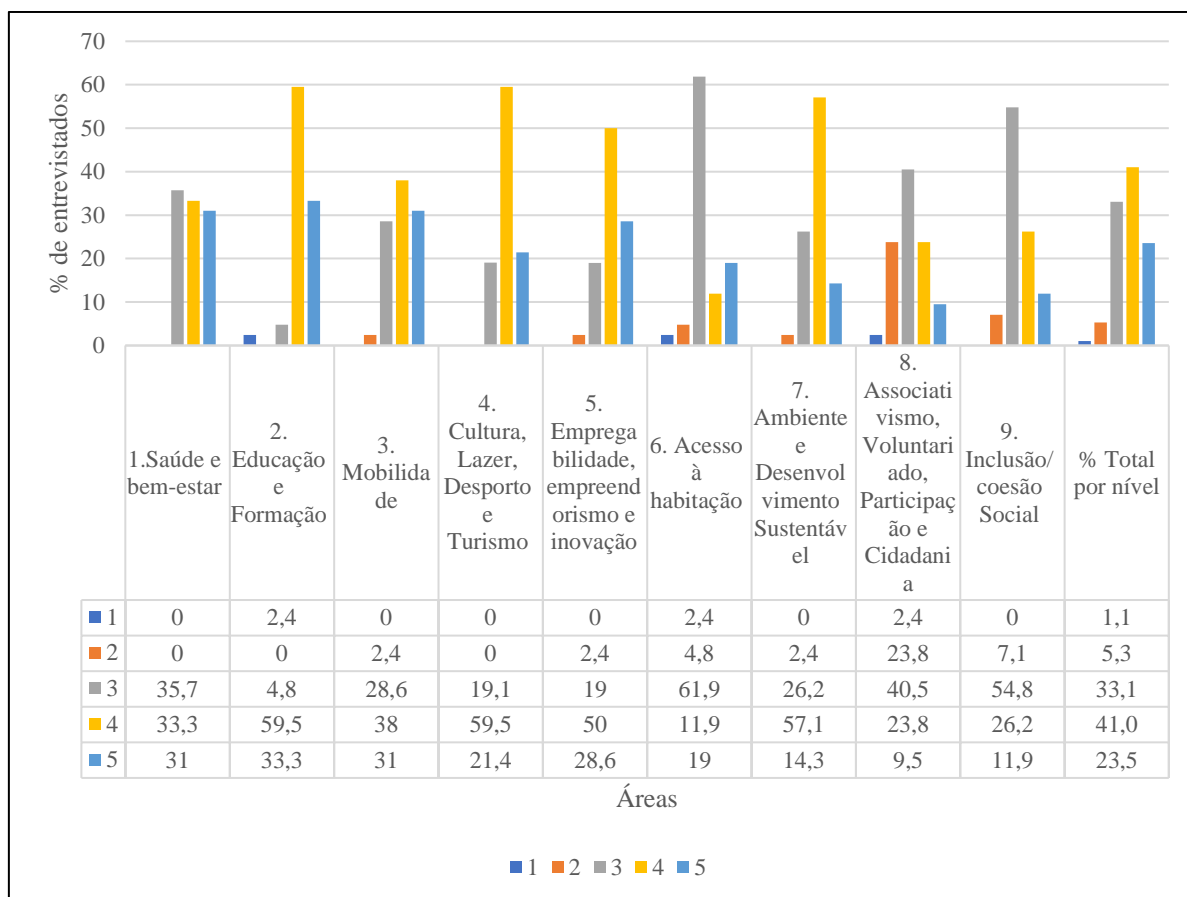
Áreas valorizadas pelos jovens: representações das associações e agentes de juventude



Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal (questão 4.2 – Anexo F).

Figura L16

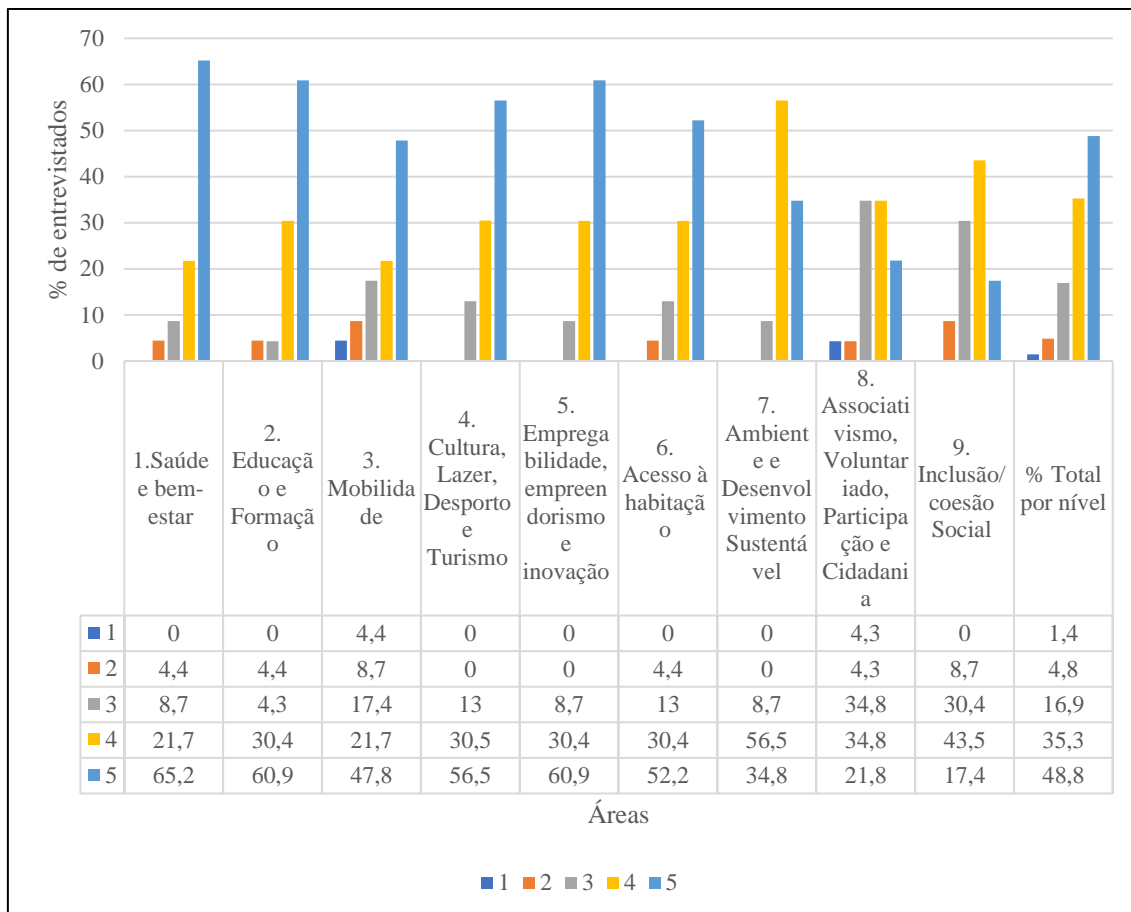
Áreas valorizadas pelos jovens: representações das associações juvenis



Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal (questão 4.2 – Anexo F).

Figura L17

Áreas valorizadas pelos jovens: representações dos agentes de juventude



Nota. Entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal (questão 4.2 – Anexo F).

Tabela L47*Áreas prioritárias: representações das associações juvenis e agentes de juventude*

Categorias	Tipologia das associações/entidades									Total	%
	JP	AE	ACA	ACP	AEsc	AIS	DCMF	EJ	DP		
Educação e Formação	3	8	7	5	4	5	8	9	2	51	27,3
Saúde e bem-estar	4	4	3	0	5	4	5	7	1	33	17,6
Empregabilidade, empreendedorismo e inovação	1	1	5	2	0	4	4	6	1	24	12,8
Cultura, Lazer, Desporto e Turismo	0	5	6	1	0	4	2	3	1	22	11,8
Inclusão/ coesão Social	1		1	4	4	4	0	1	1	16	8,6
Associativismo, Voluntariado, Participação e Cidadania	1	4	1	3	3	0	1	2	0	15	8,0
Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1	3	0	0	0	2	2	1	0	9	4,8
Acesso à habitação	1	1	3	0	0	1	1	1	0	8	4,3
Mobilidade	0	1	1	0	2	0	1	0	0	5	2,7
Todas	0	0	0	0	0	1	0	1	2	4	2,1
Total	12	27	27	15	18	25	24	31	8	187	100,0

Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal (questão 4.2.1 – Anexo F).

Tabela L48

Definição de Plano Municipal de Juventude: representações das associações e agentes de juventude

Categorias	Tipologia das associações/entidades									Total	%
	JP	AE	ACA	ACP	AEsc	AIS	DCMF	EJ	DP		
Estratégia	2	7	10	6	13	17	12	20	6	93	27,4
Valorização	0	16	9	5	3	6	18	8	6	71	20,9
Parceria	2	0	3	0	13	10	2	13	4	47	13,8
Otimização	0	0	0	5	10	5	0	9	2	31	9,1
Emancipação	4	9	8	0	0	0	2	6	1	30	8,8
Diagnóstico	2	9	0	0	3	0	6	0	6	26	7,6
Capacitação	0	8	0	9	3	0	2	3	0	25	7,4
Apoios/incentivos	0	0	8	9	0	0	0	0	0	17	5,0
Total	10	49	38	34	45	38	42	59	25	340	100,0

Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal (questão 4.5. – Anexo F).

Tabela L49

Aspetos essenciais de um PMJ: representações das associações e agentes de juventude

Categorias	Tipologia das associações/entidades									Total	%
	JP	AE	ACA	ACP	AEsc	AIS	DCMF	EJ	DP		
Auscultação	4	8	8	5	8	5	7	9	6	60	18,5
Envolvimento	3	4	5	8	6	0	18	0	4	48	14,8
Parcerias	4	8	8	0	0	8	5	7	0	40	12,3
Objetividade	3	4	0	0	9	5	7	8	4	40	12,3
Dinamismo	0	7	8	0	0	3	0	14	4	36	11,1
Inclusão	3	7	3	4	0	3	0	4	0	24	7,4
Comunicação	0	5	3	5	3	3	0	4	0	23	7,1
Monitorização	0	2	5	0	0	0	5	8	1	21	6,5
Capacitação	0	0	0	4	0	3	8	4	0	19	5,9
Apoios/incentivos	0	2	0	5	2	0	2	2	0	13	4,0
Total	17	47	40	31	28	30	52	60	19	324	100,0

Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal (questão 4.6. – Anexo F).

Tabela L50

Contributos e papéis das associações: representações das associações e agentes de juventude

Categorias	Tipologia das associações/entidades									Total	%
	JP	AE	ACA	ACP	AEsc	AIS	DCMF	EJ	DP		
Experiência	2	13	10	4	4	6	9	15	0	63	23,4
Mobilização	7	11	8	3	0	8	4	11	4	56	20,8
Dinamização	2	8	10	7	5	0	0	4	5	41	15,2
Recursos	4	0	0	2	6	2	3	10	4	31	11,5
Acompanhamento	3	0	8	0	6	0	0	7	6	30	11,2
Colaboração	0	0	0	0	5	4	6	5	4	24	8,9
Parceria	0	0	8	0	0	6	3	5	2	24	8,9
Total	18	32	44	16	26	26	25	57	25	269	100,0

Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal (questão 4.7. – Anexo F).

Tabela L51

Contributos do PMJ: representações das associações e agentes de juventude

Categorias	Tipologia das associações/entidades									Total	%
	JP	AE	ACA	ACP	AEsc	AIS	DCMF	EJ	DP		
Valorização	3	2	3	4	5	5	2	2	3	29	34,1
Emancipação	0	2	0	3	5	5	0	4	3	22	25,9
Responsabilização	0	0	0	0	5	5	4	2	3	19	22,4
Apoio	3	4	0	3	0	0	1	1	3	15	17,6
Total	6	8	3	10	15	15	7	9	12	85	100,0

Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal (questão 4.7. – Anexo F).

Tabela L52*Ideias e propostas para o PMJ: representações das associações e agentes de juventude*

Categorias	Tipologia das associações/entidades									Total	%
	JP	AE	ACA	ACP	AEsc	AIS	DCMF	EJ	DP		
Espaços	4	7	7	9	3	1	0	10	1	42	24,1
Apoios/incentivos	3	2	2	1	1	1	8	9	1	28	16,1
Parcerias	1	7	1	0	1	4	0	7	2	23	13,2
Projetos/Programas	0	5	2	0	2	0	6	4	0	19	10,9
Comunicação	1	5	0	2	7	2	0	2	0	19	10,9
Recursos humanos	0	3	2	3	2	0	0	0	2	12	6,9
Participação	1	3	0	1	0	2	2	0	1	10	5,7
Emancipação	0	1	0	2	1	1	2	1	1	9	5,2
Eventos	0	1	4	0	0	1	0	0	0	6	3,4
Formação	0	0	0	1	0	1	1	3	0	6	3,4
Total	10	34	18	19	17	13	19	36	8	174	100,0

Nota. Dados recolhidos em entrevistas realizadas às associações juvenis e agentes de juventude do Funchal.